

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 108.º



COIMBRA

1946

INSTITUTO DE COIMBRA

DIRECÇÃO

ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO . . .	<i>Presidente</i>
ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL .	<i>Secretário</i>
GUMERSINDO SARMENTO DA COSTA LÔBO	»
JOSÉ PINTO LOUREIRO	»
MAXIMINO DE MORAIS CORREIA . . .	»
AMADEU FERRAZ DE CARVALHO . . .	<i>Tesoureiro</i>
DIOGO PACHECO DE AMORIM	<i>Presid. da 1.^a classe</i>
JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS	» » 2. ^a »
MANUEL LOPES DE ALMEIDA	» » 3. ^a »

COMISSÃO DE REDACÇÃO

AMADEU FERRAZ DE CARVALHO — ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO (U. C.), *Presidente*—ANTÓNIO AUGUSTO MENDES CORREIA (U. P.)—ANTÓNIO BAIÃO (D. A. N. T. T.), ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL (A. U. C.), *Secretário Geral*—Coronel BELISÁRIO PIMENTA—Almirante CARLOS VIEGAS GAGO COUTINHO—DIOGO PACHECO DE AMORIM (U. C.)—DOMINGOS FÉZAS VITAL (U. L.)—ELÍSIO DE MOURA (U. C.)—JOÃO GUALBERTO DE BARROS E CUNHA (U. C.)—JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS (U. C.)—JOSÉ MARIA DE QUEIROZ VELOSO (U. L.)—JOSÉ PINTO LOUREIRO (E. I. C. B., D. B. M. C.).

DIRECTOR DA BIBLIOTECA

Coronel BELISÁRIO PIMENTA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Bairro de Sousa Pinto (Edifício de S. Bento)—Coimbra

O INSTITUTO

VOLUME 108.º

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 108.º



COIMBRA

1946

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Presidente

Prof. ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO, da U. C.

Secretário Geral

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL, do A. U. C.

Vogais

AMADEU FERRAZ DE CARVALHO.

Prof. ANTÓNIO AUGUSTO MENDES CORREIA, da U. P.

ANTÓNIO BAIÃO, D. A. N. T. T.

Almirante CARLOS VIEGAS GAGO COUTINHO.

Prof. DIOGO PACHECO DE AMORIM, da U. C.

Prof. DOMINGOS FÉZAS VITAL, da U. L.

Prof. ELÍSIO DE MOURA, da U. C.

Prof. JOÃO GUALBERTO DE BARROS E CUNHA, da U. C.

Prof. JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS, da U. C.

Prof. JOSÉ MARIA DE QUEIROZ VELOSO, da U. L.

JOSÉ PINTO LOUREIRO, da E. I. C. B., D. B. M. C.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

BAIRRO DE SOUSA PINTO (Edifício de S. Bento)

COIMBRA

ANTÓNIO A. GONÇALVES

O dia 17 de Março foi escolhido pelo Instituto de Coimbra para recordar, em homenagem sentida, este consócio eminente e devotado. A nossa instituição, quase centenária, quer também vincar na memória dos conterrâneos de A. A. Gonçalves a grandeza dos serviços que prestou à sua Coimbra bem amada.

O Instituto muito lhe deve. Mas a nossa dívida integra-se nos incomensuráveis motivos de gratidão desta cidade a que dedicou uma vida, febrilmente vivida, no estudo da sua história, na restauração das suas coisas belas, na educação dos seus artistas.

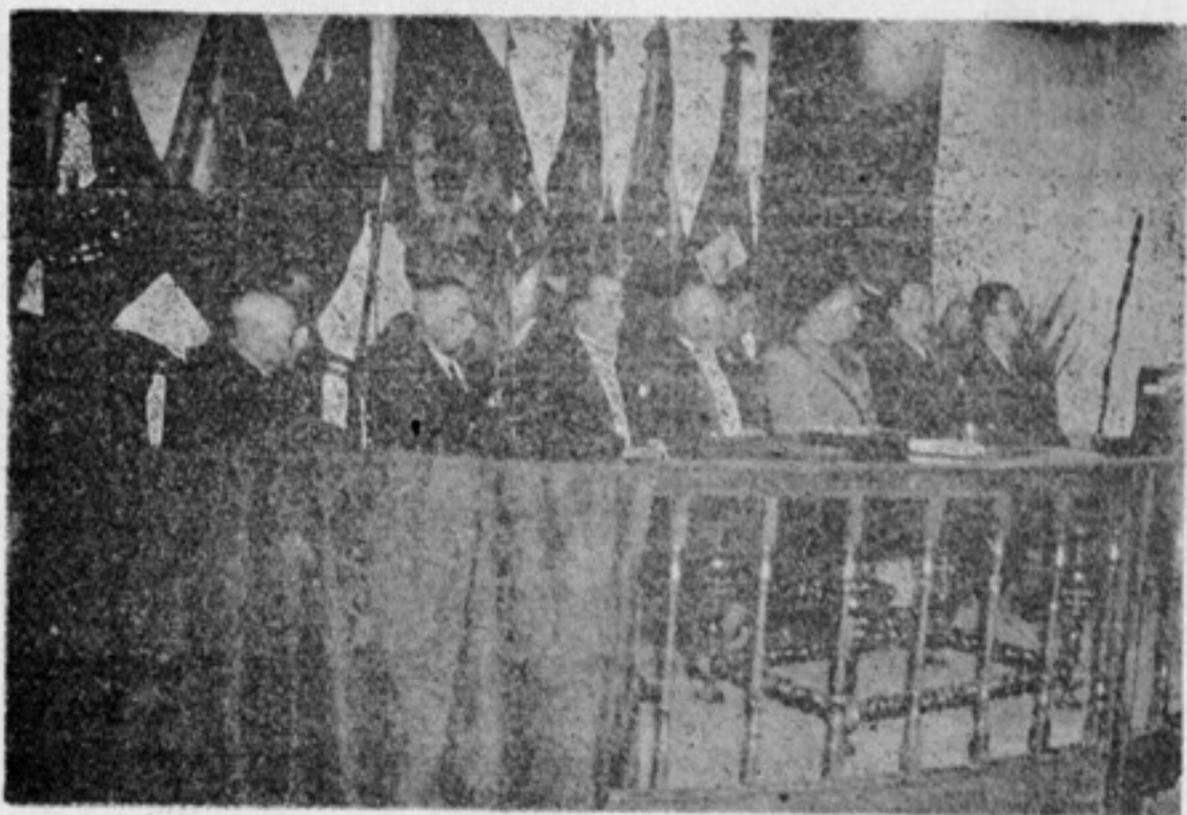
Por isso reunimos na sessão desta noite, em harmonioso conjunto, manifestações do mais elevado preito trazidas por dois confrades, conhecedores enternecidos daquele homem singular; por dois dos seus discípulos, artistas consagrados; pelo representante da célebre Escola Livre, que tanto se engrandeceu pelo número dos discípulos que a honram; pelo ilustre representante da cidade, digno presidente da Sociedade de Defesa e Propaganda. E não podia faltar-nos a colaboração do eminente professor de história da arte na Universidade e a do actual director do mais notável museu de arte em Portugal, companheiro dilecto de A. A. Gonçalves nos trabalhos do Museu de Machado de Castro.

Pròximamente, em 26 de Abril, completam-se cinquenta anos depois da inauguração do Museu de Antiguidades, prestimosa iniciativa da secção de Arqueologia do Instituto de Coimbra. O Museu atingiu em poucos anos

desenvolvimento notável e nele se reuniu o núcleo do actual Museu de Machado de Castro.

O Instituto bem merece por isso a gratidão da cidade e do País. Recordo-o com desvanecimento e legítimo orgulho.

Na secção de Arqueologia, a seguir à acção de Aires de Campos e de Filipe Simões, foi notabilíssimo o papel desempenhado por A. A. Gonçalves. Foi o grande artífice



Mesa da presidência na sessão de 17 de Março

do nosso museu de que depois fez surgir o Museu de Machado de Castro, que dia a dia engrandeceu, na sua instalação ampla e cheia de beleza.

É esse um motivo do nosso culto pela memória do consócio eminente.

Mas na vida do Instituto há outro que devemos enaltecer: a Associação Académica veio instalar-se nas salas do Instituto que ficaram devolutas pela transferência do Museu de Antiguidades para o Paço Episcopal. Os estudantes, que tinham sido despojados da casa que para eles se ia construindo, tomaram violentamente posse de todo o

edifício do Instituto de Coimbra, que assim estava condenado a desaparecer, perdendo-se a sua rica biblioteca.

Antônio Augusto Gonçalves salvou-o, promovendo o seu estabelecimento em salas anexas ao Museu de Machado de Castro.

Essa instalação provisória aperfeiçoou-se em anos sucessivos, até nova transferência para o edifício de S. Bento.

Cabe-me agora agradecer vivamente aos ilustres colaboradores nesta sessão, na Sala da Associação dos Artistas,



Na visita ao Museu de Machado de Castro
O Sr. P.^o Nogueira Gonçalves, lendo a sua alocução

tornada ainda mais acolhedora pela ornamentação brilhante, devida a discípulos gratos à memória do Mestre inolvidável.

Pela tarde de hoje os sócios do Instituto e os seus convidados foram em votiva romagem visitar o Museu de Machado de Castro. Quis recebê-los o ilustre conservador do Museu, Ex.^{mo} Sr. P.^o Nogueira Gonçalves. Pela sua alta competência foi o guia que a todos encantou e que teve palavras de louvor à memória de Mestre Gonçalves.

Para o Senhor Padre Nogueira Gonçalves vão também os nossos agradecimentos.

E para terminar, endereçamo-los calorosos à benemérita Associação que nos acolheu no vasto salão, tão rico de tradições, e que António Augusto Gonçalves consideraria certamente como o mais próprio para uma sessão em que se exaltasse o seu amor por esta terra e pela sua gente¹.

ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO

¹ Perante numerosa e devotada assistência cumpriu-se o programa organizado para a sessão. Presidiu o presidente da direcção do Instituto e na mesa da presidência tomaram lugar o Sr. Vice-Reitor da Universidade, representantes do Ex.^{mo} Sr. General comandante da 2.^a Região Militar, da Relação de Coimbra, da Sociedade de Defesa e Propaganda, etc.

MESTRE GONÇALVES DE COIMBRA

SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE COIMBRA

MINHAS SENHORAS

MEUS SENHORES

Há pouco mais de um mês, que, por inspirada sugestão de V. Ex.^a, Senhor Presidente, este *Instituto de Coimbra* prestou a homenagem que devia a um dos nossos grandes poetas — orgulho, não só desta terra em que nasceu, mas da própria latinidade.

Efectivamente, na noite memorável de 31 de Janeiro, evocava-se, nas suas salas, com duas orações primorosas e condignas, de Victorino Nemésio e de D. João de Castro, a leitura perfeita de alguns versos seus e os coros do Orfeão Académico, o artista e majestoso joalheiro de «*Oaristos*» e de «*Constança*», o sentimental e tão claro e cristalino poeta dos «*Últimos versos*», que foi Eugénio de Castro.

Esta foi, sem dúvida, uma consagração justíssima.

E, para a realizar, não esquecera, por certo, V. Ex.^a que o *Instituto*, além da admiração pela sua glória — especialmente e pelo menos — lhe devia o encantamento de, em saraus brilhantíssimos, recitar, na sua incomparável forma de dizer — e ainda inéditos — alguns dos seus melhores poemas, o ensino de português e francês nos cursos livres para operários, criados em 1897, como obra de extensão universitária, por iniciativa de Bernardino Machado, que então exercia a sua presidência¹.

¹ O Dr. Bernardino Machado exerceu a presidência do Instituto de Coimbra de 1896 a 1908.

Os cursos referidos abriram em 1 de Fevereiro de 1897.

Entre os seus professores, contavam-se: Lopes Vieira, que ensinava Higiene; Bernardo Aires, Zoologia; Afonso Costa, rudimentos de Direito, e Eugénio de Castro, português e francês.

E já hoje aqui nos reunimos — também por seu justiceiro desígnio — para homenagear outro grande conimbricense, este quase sem pergaminhos e sem insígnias académicas, fora de grandiosos cenários, que passou a vida inteira — mais de três quartos de século — cheio de talento artístico e de carácter, de erudição e de independência, de enérgica persistência e de inexcusável integridade moral, a dar lições de arte e lições de civismo.

Em verdade, assim viveu seus dias — nunca repousados ou improdutivos — este «*Mestre Gonçalves*» de Coimbra, criador de beleza e criador de princípios, inspirador de maravilhas, de mãos rijas para combater e punir «*apóstolos de suspeitosa fé*» e mãos abençoadas para dar corpo e dar vida a sonhos de arte, ou para criar e para guiar artistas, tímido dos próprios louros, sempre esquivo de glórias e de honrarias, mas sempre — e sem descanso — ao serviço da dignidade pública e individual, romântico e rebelde, e ensinando, doutrinando sempre com liso escrúpulo.

E sempre — ou quase sempre — incompreendido, como ainda hoje...

É este o Homem para cuja memória vão hoje a grata admiração e o preito agradecido do Instituto de Coimbra.

Dívida em aberto, que, se hoje não fica saldada, pelo que Coimbra lhe deve, ao menos, em parte, se amortiza.

E bom foi assim.

Não poderia *O Instituto*, sem feia ingratidão, esquecer a sua parte — e grande — nessa dívida.

Em hora incerta e difícil da sua existência, de grande declínio, quando parecia que a sua revista e o seu já notável Museu de Arqueologia — as suas mais importantes manifestações de cultura — iriam desaparecer, é Gonçalves — cuja proposta oficial de candidatura se fez e votou sem precedentes — quem, servindo a cultura e servindo a sua terra, transforma e amplia o Museu, lhe dá vida e o salva, enfim, do descalabro inevitável¹.

¹ O *Museu Arqueológico do Instituto*, que assim se denominava — no dizer do Dr. António de Vasconcelos — «essa múmia

Decorre — pelo que vejo — esta homenagem no seu ambiente próprio, aqui mesmo, nesta *Associação dos Artistas* e nesta mesma sala, de históricas e tão simpáticas tradições coimbrãs, onde Gonçalves foi discípulo e foi mestre nesses admiráveis cursos nocturnos para filhos de artistas, que, felizmente, ainda hoje — embora só em parte — se mantém e perduram.

Muito lhe deve Coimbra; e tanto que chega e sobra para o esquecimento, umas vezes inevitável por acção do tempo e outras tantas por melecício dos homens.

Aqui nasce em 19 de Dezembro de 1848 e por aqui se deixa ficar, insensível a propostas e rogos para outros rumos, preso para sempre desta terra, num encantamento, que não sei se mais teria provindo da paisagem sagrada de seus «saudosos campos», que tanta vez percorria a pé — incansável andarilho, com o pau ferrado de peregrino — se «pelas singulares aptidões para a arte que — ele próprio o disse — Coimbra sempre gozou fama de possuir, e, como a sua própria vocação artística, aqui afloram por inclinação atávica»¹.

Apenas — ao que parece — uma vez desempenha funções públicas fora de Coimbra, cedendo, mal proclamada a República, ao desejo insistentemente manifestado pelo Governo Provisório — que não tardara em publicar uma lei de protecção artística — a exercer as funções de superintendência nos Palácios Nacionais — guarda consciante, zeloso e probo do seu valioso recheio de obras de arte².

Breve — muito breve e efémera — foi a sua ausência...

Depressa o substitui o Dr. Teixeira de Carvalho — esse

ressequida, coberta de pó e lixo», ressurgue, reanima-se nas mãos do Mestre.

O processo da sua candidatura foi publicado na revista *O Instituto*, vol. XLI, págs. 1025 e segs.

(*Homenagem a António Augusto Gonçalves*, Coimbra, 1923, págs. 9 e segs.).

¹ A. Gonçalves, *Estatuária lapidar*, Coimbra, 1923, pág. 258.

² Efectivamente, o decreto com força de lei de 19 de Novembro de 1910, a cuja elaboração, por certo, não teria sido estranho Gonçalves, foi uma verdadeira lei de protecção artística.

encantador *Quim Martins* — Artista e Mestre também — que, por igual, se não demora muito.

Eram as saudades de Coimbra a... fazer das suas, a impedir que dois grandes homens fossem maiores.

Mas foi esse o destino de Gonçalves...

E foi *Quim Martins* quem confessou, um dia, nunca ir para falar que lhe não lembrasse uma história, porque, desde que começara a envelhecer, não fazia outra coisa e andava com medo de estar sempre a contar a mesma, como alguns velhos que conhecera.

Decerto porque comecei já a envelhecer, também sinto hoje, ao vir aqui, a necessidade de recordar, de contar uma história, deixando fugir o pensamento para longe, para certa noite de Outubro daquele ano de 1901, em que — nem eu sei por que estranho desejo — entrava, com uns bem escassos onze anos, na Escola Industrial de Brotero para aprender desenho elementar.

Tinha então lustre e tinha fama essa Escola, em cuja recta ascendência encontramos, sob a mesma invocação do sábio botânico, essa outra Escola de Desenho, que, com algumas congéneres, aqui surgira anos antes, logo após o assinalado triunfo que a Gonçalves e à sua *Escola Livre de Artes de Desenho* Coimbra ficou devendo com uma notável exposição de manufacturas regionais.

Tinha ela por fim ministrar o ensino de desenho exclusivamente industrial e com aplicação à indústria ou indústrias locais ¹.

¹ Esta Escola foi criada por decreto de 3 de Janeiro de 1884, de António Augusto de Aguiar, e dela foi professor Gonçalves.

A Escola Industrial de Brotero foi criada em 1889.

Em 1921, o decreto n.º 7:869, de 5 de Dezembro, cria em Coimbra um Instituto Comercial e Industrial, no qual se fundem a Escola Industrial de Brotero e a Escola Comercial.

Desde logo Gonçalves se ergue contra aquilo a que chamou «*conúbio híbrido e incompreensível*», «*delicto de reparação difícil*» e pugna pela reorganização da Escola Brotero.

(*Estatuária lapidar*, Coimbra, 1923, págs. 261 e segs.).



ANTÓNIO AUGUSTO GONÇALVES
envergando a capa e batina
de Professor universitário
(data, aproximadamente, de 1905)

(Colecção Rocha Madalil)



THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILLINOIS 60637

U. of C. Press

Ampliada sob o impulso vigoroso de Emídio Navarro, mais largos eram, quando a frequentei, os propósitos da *Escola Industrial* — «preparar o trabalho livre elevando a educação da indústria de arte, alargando as vantagens da produção aperfeiçoada».

Já Gonçalves a dirigia com competência e carinho exemplares.

E que luzida era a galeria de seus mestres!

Além de Gonçalves, Sidónio Pais, Lepierre, Eugénio de Castro, Battistini, Francisco Pessoa, todos nomes consagrados no ensino, e os dois estrangeiros — o francês Lepierre e o italiano Battistini — para sempre ficariam em Portugal, um afamado mestre de pintura, outro consagrado químico, sábio de justo renome.

Não me esqueceu, não se diluiu na minha memória, o que então se passou.

Esperávamos, no corredor sombrio, que o professor viesse dar-nos a primeira aula.

E eis que ele surge — um senhor magro, esguio, de chapéu negro e redondo e jaquetão da mesma cor, calça de fantasia, alto e lustroso colarinho que uma gravata branca afogava, como alvíssimo era o lenço que lhe surgia no bolso.

Era o *senhor Gonçalves*.

Entrámos na aula envidraçada, que deitava para os lados da encosta do *Colégio Novo* e na qual eu, ainda hoje, iria, se ela existisse, apontar a dedo o meu lugar, quase na extremidade da sala vasta de onde se via a rua íngreme que já consagrava o intemerato jornalista conimbricense, Martins de Carvalho, e, mais adiante, a velha ermida do Corpo de Deus, aonde — ao que parece — embora a título excepcional — algumas vezes teria reunido e deliberado a *Junta dos Vinte e Quatro dos Mesteres*¹.

¹ No seu interessante opúsculo — *Antiga Igreja ou Ermida do Corpo de Deus em Coimbra — Notas várias* — Coimbra, 1918 — escre-

Nas carteiras, destacavam-se algumas figuras graciosas de raparigas, entre as quais a da filha mais velha do Professor Lepierre — Madalena — hoje respeitável senhora, vivendo para o seu luto e para a sua dor.

Estou a ver, mais além, um moço magro, de acentuada palidez e olhar quase triste, mas brilhante, e, para além ainda, outro — esse de peito forte e olhar inquieto a denunciar curiosidade.

Eram eles: Manuel Leite Pereira Jardim, da família respeitável do Visconde de Monte São, os velhos Jardins, que deveria ser o pintor Manuel Jardim, morto em pleno triunfo da sua notável vocação artística e Albertino Marques, que aí vemos hoje a trabalhar o ferro, modelando-o com apuros de quem bem aprendeu as lições do Mestre¹.

Assim me recordo de ver Gonçalves pela primeira vez.

E — pobre de mim! — para ser o pior dos seus discípulos, a quem, nem o seu talento, nem a sua solicitude generosa, haveriam de tornar capaz de desenhar o mais simples modelo...

Depressa me afastei do desenho, mas aproximei-me do Mestre.

Corridos anos, surge no *Diário do Governo* o meu nome indicado para vogal do Conselho de Arte e Arqueologia da 3.^a Circunscricção, com sede em Coimbra.

veu o erudito investigador, general Francisco Augusto Martins de Carvalho:

«Embora as *Juntas dos vinte e quatro dos mesteres de Coimbra* celebrassem, de ordinário, as suas sessões nos Paços do Concelho ou Casa da Câmara, é certo que, nos séculos XVII e XVIII, algumas vezes elas se realizaram na igreja ou ermida do Corpo de Deus».

¹ Numerosa foi a matrícula no primeiro ano de desenho elementar da Escola de Brotero, naquele ano de 1901.

D. Madalena Lepierre foi inscrita com o n.º 296; Manuel Jardim com o n.º 266; Albertino Marques com o n.º 298 e eu com o n.º 431.

Desse curso fizeram parte muitos conimbricenses das mais diversas origens e condições, que depois foram: professores, artistas, industriais, comerciantes, funcionários, etc.

Surpreende-me — mais que isso — inexprimível é o meu espanto.

Não podia ser; eu não tomaria posse — tal foi a minha resolução.

Pois que sabia eu de coisas de arte para que, sem afronta e sem grave peso na consciência, pudesse ali, no *Museu*, sentar-me ao lado de Gonçalves, de Quim Martins, de João Machado, António de Vasconcelos, Mendes dos Remédios, Eugénio de Castro, Belisário Pimenta, João Machado, Albino Caetano, Tomás da Fonseca, Lourenço de Almeida, e doutros como estes?

Afinal — depressa vim a sabê-lo — a proposta fora de Gonçalves, que, a sorrir, bondosamente e com infinita generosidade, me deu a razão dela.

Ninguém ali sabia de leis e era, por vezes, necessário, para serviço do Conselho, ler nas suas tábuas, que nenhum dos seus membros sabia decifrar.

«*Bem vê...*» — concluía ele — acentuando o sorriso, que me pareceu, então, quase diabólico.

Cheguei a pensar num castigo do Mestre ao discípulo — único, por certo — refractário aos seus ensinamentos...

Mas não foi — bem o senti depois, com o andar do tempo, nessas tardes domingueiras em que ali nos reuníamos, nessas sessões memoráveis, encantadoras sempre, eu a aprender coisas novas e coisas que me cativavam o espírito.

Era a *Escola Industrial de Brotero*, quando por ela passei, obstinado labor e constante preocupação de Gonçalves.

E à sua propaganda persistente e ardorosa, em toda a parte aonde podia chegar a sua palavra, entusiasta e convincente, muito devera a fundação, em Coimbra, do ensino industrial.

E a Escola surgira, dotada com apropriadas oficinas de aprendizagem.

Mas, alguns anos após o seu funcionamento aproveitável, «*a incompetência irresponsável* — sente-o e tem Gonçalves a coragem de o afirmar — *de reformadores improvisados e a rotina endurecida de formalismos burocráticos*

rasgaram o programa de apropriação local e fizeram tábua raze sobre o mecanismo, que mais convinha à sua índole e efeitos de utilização prática»¹.

E Gonçalves sente desfeito um dos seus sonhos...

Assim haveria de ser, afinal, a vida deste homem — sempre agitada e sempre insatisfeita.

Se em arte sempre deu combate — nobre e rijo combate! — às imprevidências, ao abandono, às afrontas, às devastações e aos latrocínios, se a sua voz autorizada jamais deixou de erguer-se, intemerata, contra qualquer ofensa ao nosso património artístico, como cidadão, sempre fiel àqueles ideais políticos que, sem qualquer desfalecimento ou desvio, nortearam seus passos, sempre justiceiro, sempre — com denodo e aprumo iguais — pugnou — e com que isenção e bravura também! — pela sua pureza, nos mesmos moldes dos velhos varões de Plutarco.

E a ninguém poupa — adversários ou amigos — quando proclama a verdade ou quando defende uma causa justa.

«*Nunca foi ou poderia ter sido um áulico*» — dele pudera escrever, com inteira justiça, o Dr. António de Vasconcelos, sempre seu admirador e dos melhores dos seus amigos.

«O seu aprumo e rigidez moral jamais lhe consentiram dobrar a cerviz em salamaleques; por isso fugira sempre de se aproximar dos grandes e poderosos.

«Mantendo sempre uma correcção impecável, uma linha de elegância moral sóbria e nobre, gostava de aproximar de si os pequenos, levantando-os pela instrução e educação e fugia de se emparelhar com os grandes em ostentações vaidosas.

«Era em tudo um carácter rígido, austero, mas bom, de uma singeleza e correcção de vida admiráveis»².

Não exagera o sábio ilustre.

¹ *Estatuária lapidar*, pág. 259.

² Dr. António de Vasconcelos, *Sé Velha de Coimbra*, vol. 1, Coimbra, 1930, pág. 276.

Ah! Como está longe, muito longe, da verdade esse Gonçalves faccioso e intolerante, intratável, demoníaco, espécie de Belzebú, posto a correr em maldosa versão de alguns a quem tocara nas carnes.

Intratável, Gonçalves?

Que o diga Veva de Lima — esse vivo e fino espírito de mulher e de escritora — ao encontrar-se pela primeira vez com o «*bruxo insigne*» no pátio do Museu Machado de Castro «na luz jovial do seu átrio coando perspectivas feiticeiras do Mondego e de telhados cor de burel», na encantação fugitiva desse cenário florentino».

Surge-lhe então «*esse monge das Artes Coimbrãs, ascético, espiritualizado, altivo por uma fina flor de orgulho que lhe adornava o trato gentil e as maneiras de galante homem*».

E é esse «*bruxo*» ou esse «*monge*», o grande Mestre, «*que sabe sorrir porque tem espírito, que conhece as nuances porque é um Senhor*» quem «*inexcedível de galanteria amável*» ordena, conduz e afaga a sua inspiração inquieta¹.

E este é o testemunho de uma Mulher, que também é uma Senhora e é Artista.

Intratável, sim, mas — ou em arte, ou em princípios de dignidade política, ou dignidade pessoal — contra — ele próprio o disse — os que fartamente «*recolhem de todos os lados, da sacola aberta, as pingues recompensas das apostasias repetidas*»².

Então, sim, é que Gonçalves nos aparece — como o viu esse sempre moço e sempre vivo e irrequieto Joaquim Madureira — «*implacável como a justiça, investindo de manga arregaçada, a pena feita clava, contra os profanadores e contra os asnos*»³.

E a sua intolerância foi, afinal, a sua intransigência.

¹ *Homenagem*, citado, págs. 64 e segs.

² No jornal *O Despertar*, de 25 de Agosto de 1915.

³ *Homenagem*, pág. 75.

Só queria justiça para si, pois, sempre com largo espírito, não a negava aos outros.

Estou a recordar-me de que a actual Avenida de Emídio Navarro — a quem Coimbra ficou devendo a mais prestimosa solicitude e desinteressados serviços — tem o seu nome por uma proposta de Gonçalves, quando, com Abílio Roque e Rodrigues da Silva, fazia parte da minoria republicana da vereação coimbrã, em 1888¹.

O que não impediu — se não erro — que Navarro, proposto deputado por este círculo, viesse, mais tarde, a ser aqui derrotado! ...

Luta como artista e luta como homem.

Ficou célebre, em Coimbra, há quase 60 anos, a sua polémica com o lente de Medicina Augusto Rocha.

Culto, brilhante, orador notável, escrevendo com acentuado vigor e fácil elegância, cheio de audácia, orgulhoso de seus próprios títulos e merecimentos, muita gente pensava — porventura a maior parte — não ser fácil tocá-lo.

Pois tocou-o Gonçalves.

Há nesta polémica — violenta, por vezes — algumas páginas de puro sabor camiliano.

E, nela, se igualam os dois adversários — no ardor da

¹ Com Manuel Augusto Rodrigues da Silva e Abílio Roque de Sá Barreto, foi Gonçalves eleito vereador, pela minoria republicana, para o triénio de 1887-1889.

Presidiu a essa vereação o Dr. Luís da Costa e Almeida, lente da Faculdade de Matemática.

Pois é Gonçalves — assim o relata o *Conimbricense*, no seu n.º 4237, de 3 de Abril de 1888 — quem propõe, sem que a esse acto de justiça sacrificasse as suas convicções políticas de sempre, sendo aprovado pela Câmara, que «como perdurável testemunho de gratidão pública», se dê à projectada Avenida, entre o Porto dos Bentos e a estação do caminho de ferro, a denominação de — Avenida de Emídio Navarro».

Navarro era, ao tempo, Ministro das Obras Públicas e foi o grande impulsionador das obras de urbanização, então iniciadas.

Foi sempre muito dedicado a Coimbra.

peleja, na mestria dos golpes e até no apurado rigor do seu estilo.

Acode-me à lembrança — e não cedo à tentação de o evocar aqui — aquele passo em que Augusto Rocha — hábil no ataque — declara ter visto, ao pé de si, em certo momento, quando — «advogado, universalmente aplaudido da minha terra natal» — cidadãos de todos os credos políticos, *mas não vira Gonçalves* — «o democrata de cacete».

Logo o Artista, que sabia manejar a boa língua portuguesa, desvia o golpe certo, e, num assomo de orgulho e de confiança, exclama:

«*Dispenso tutelas.*

«*Este antagonista é como o cisne que, altaneiro e de pescoço arqueado, desliza vaidosamente pela superfície da água; mas de vez em quando mergulha a cabeça a pique e apenas deixa de fora as duas patas e as últimas penas... do corpo*»¹.

Gonçalves tivera talento e tivera razão.

E esse talento foi multiforme, não se confinava nos limites da pura cultura artística.

Ignoro — não consegui bem apurá-lo — se Gonçalves teria feito versos.

Nada me admirava que assim houvesse sucedido.

Francisco Beirão — o eminente jurisconsulto, que trancara as linhas do nosso Código Comercial, o Ministro do Estado, o parlamentar, o professor, traduziu — e em verso — as *Elegias* de Tibulo — o famoso poeta latino.

Mas o que Gonçalves escreveu foi um verdadeiro romance — «*O Assassino de El-rey*» — «*esboço romântico sobre factos de história portuguesa do XIV século*» abrangendo o reinado de D. Fernando e no qual se põe, como desenlace, a morte violenta — e não natural — do rei.

¹ Existe, felizmente, na Biblioteca Municipal de Coimbra, senão completa, ao menos muito documentada, toda essa *polémica*,

Esta sua obra haveria de repudiá-la, mais tarde, Gonçalves, adquirindo e fazendo destruir os exemplares que podia.

E o facto não foi único na sua vida.

Algumas das suas obras artísticas as fez Gonçalves desaparecer, de outras desdenhava, em afirmações e gestos que quase seriam repúdio, sobretudo porque foi — já o assinala — sempre um insatisfeito, em continuada ânsia de perfeição.

Contudo, todo o romance, revelando um conhecimento notável da época e dos seus cronistas, é escrito em linguagem apropriada, em descritivos e diálogos tão cheios de interesse, tão verdadeiros e naturais, que prendem o leitor, e, sem esforço, conduzem ao fim.

Há mesmo nele dois capítulos que bem poderia escrevê-los um consagrado nos escritos históricos, modelo de dizer e de rigor na narração — a descrição de Lisboa da época, com a sua fortaleza, algumas das suas ruas e bairros, o seu panorama e a de um «*excelso sarau*» que o rei oferecia à nobreza na noite de 6 de Janeiro de 1345¹.

constituída, sobretudo, pelos números da revista *Coimbra Médica* e do jornal *A Oficina*, que ao caso respeitam.

¹ O livro, a que nos referimos, raríssimo pelas razões apontadas, não tem qualquer indicação do seu autor.

Dele consta ter sido impresso em 1876 na tipografia de Manuel Caetano da Silva, em Coimbra.

No texto e na capa, curiosas gravuras de Albino Caetano da Silva, filho daquele e dedicado amigo de Gonçalves, sobre desenhos deste.

Em *Nota final* diz-se:

«*O desenlace deste episódio parece, à primeira vista, arbitrário, inverosímil, um desacato à história.*

A nosso ver, depois de reflectirmos um pouco, a discordância não parecerá tão grave.

E, depois de procurar demonstrar a sua tese, com argumentos e a citação de Fernão Lopes, conclui:

«*Aceitando estas e outras considerações, quer-nos parecer que o facto de se não achar nas histórias notícia deste alentado não nos pode induzir de forma alguma a reputá-lo premtoriamente falso.*

Poderá, talvez, marcar-se, na vida do Mestre, uma hora, entre todas, culminante, de glória e de triunfo.

Teria sido aquela em que, num quente e luminoso dia de Julho de 1902, ele vê, enfim — após lutas, canseiras, dissabores, algumas infrutíferas tentativas, trabalhos de toda a espécie, intrigas, calúnias até, pesadas lições e duros desenganos — tornado realidade esplêndida esse belo sonho de artista e de conimbricense, que foi a restauração da velha igreja episcopal de Santa Maria Colimbriense, desafrontando-a, limpando-a, por suas mãos, de ultrajes com reformas, acréscimos e amputações com que a sua primitiva beleza fora, por longos anos, deturpada ou escondida.

«Problema sem solução, ideia fixa irrealizável — com verdade observou o insigne Dr. António de Vasconcelos — neste meio triste e morto, de pura materialidade e baixas conveniências»¹.

Problema que dominou as suas preocupações, ideia que, por muito tempo, lhe andou na mente, e que, afinal, ele resolve e realiza, restituindo — ao primitivo — o histórico monumento.

Nesse festivo dia de alvoroço por toda a cidade, entrava, de novo, na sua velha Sé, como em triunfo, o Bispo-Conde D. Manuel Correia de Bastos Pina.

Mitrado, empunhando auriluzente báculo, ricamente paramentado, avança, com majestade, por aquelas lages evocadoras de tantas recordações históricas, a sua avantajada figura a destacar-se por entre a multidão.

Ia contente e feliz o Prelado, que, um dia, já distante, soubera ouvir e compreender o Artista, jamais o abandonara em suas lutas e cuidados, e conseguira, para a obra de magnífica ressurreição, o patrocínio decisivo, incansável e generoso da própria Rainha — a Senhora D. Amélia de Orleans e Bragança.

¹ Dr. António de Vasconcelos, *Sé Velha de Coimbra*, citado, vol. I, pág. 264.

Gonçalves, a um canto, modesto, perdido naquele mar de gente, assiste à cerimónia, que ele próprio descreve como «espectaculosa e soleníssima».

E chora de comoção e, por certo, de alegria pelo merecido triunfo.

«Eu, neste dia de excitação de nervos pelo cansaço — escreveu num caderno de memórias — tive comoções que nunca experimentei; e, por mais de uma vez, senti lágrimas nos olhos!

Ainda é o que vale neste Mundo!»¹.

Chorou nesse dia Gonçalves.

E tinha razão.

Fora esse seu lindo sonho um dos raros não desfeito.

Estava ali a vê-lo, diante de si, em plena e real grandeza e dele despertava, com os olhos enevoados, mal querendo acreditar que vencera, afinal.

Aclama Coimbra o Bispo e aclama Gonçalves.

E à Rainha dirige expressiva e calorosa homenagem.

Também desta vez não fora Coimbra ingrata nem fora esquecida ou injusta.

Gonçalves — a alma do seu ressurgimento artístico — haveria de ver realizado ainda outro grande sonho — aquilo a que o Dr. Teixeira de Carvalho considera «o acto culminante da sua vida de reformador» — a instalação desse precioso *Museu de Machado de Castro*².

Defendera Gonçalves, com entusiástica convicção, a necessidade de desabrochar e expandir as faculdades profissionais.

Considerava também não deverem ser os museus de arte industrial exposições apenas de raridades artísticas, mas, abrangendo destinos mais largos, escolas de ensinamento para artistas, antiquários e estudiosos de todas as categorias³.

¹ *Idem, idem*, pág. 407.

² Dr. Teixeira de Carvalho, *Arte e Arqueologia*, Coimbra, 1925, pág. 324.

³ A. Gonçalves, *Enumeração das obras preparativas para a instalação do Museu Machado de Castro*, Coimbra, 1929.

Norteadado por esta «crença, neste rumo e com este programa» já ele salvara o *Museu de Arqueologia* do Instituto e com o Prelado — também devoto da Arte e amigo dos Artistas — ampla e proficientemente colabora — após a exposição de arte ornamental, realizada em Lisboa em 1882, na qual brilhara, com o seu riquíssimo recheio artístico, a diocese de Coimbra — na fundação do chamado *Tesouro da Sé*.

Museu de Arte religiosa, não conseguira o Bispo Conde fundá-lo, a despeito da sua influência e da sua vontade de ferro, sem o «obstáculo de alguns respeitáveis pedregulhos burocráticos, cuja remoção nem sempre foi das mais fáceis» no testemunho seguro de Eugénio de Castro¹.

Inicialmente constituído esse verdadeiro *tesouro* pelas famosas *pratas da Sé*, nele se integram depois recheios opulentos de conventos suprimidos—tapeçarias, paramentos, peças de ouro e de prata, e, assim, os salvam o Prelado previdente e zeloso de coisas de arte e o Artista já consagrado de alguns riscos, entre os quais o menor não seria, por certo, a saída de Coimbra, embora para outros museus do Estado, de valiosíssimos objectos de arte da diocese.

Não deixa de ser interessante e curioso recordar aqui não terem sido isentas de dificuldades, quer a apresentação por parte do Governo, quer a confirmação pela Santa Sé do Bispo Bastos Pina na apetecida e privilegiada mitra conimbricense e dar as razões delas.

Se, por um lado — ele próprio o revela mais tarde —, o Governo punha obstáculos em apresentá-lo por ser muito *reaccionário*, a Santa Sé punha dúvidas na sua confirmação por ser muito *liberal* e de *propósito eleito para... dar cabo dos conventos da diocese*.

Os factos, contudo, não teriam confirmado qualquer destes receios.

Pelo que aos conventos diocesanos respeita, uma das preocupações, mais veementes e sinceras, do Prelado, foi,

¹ Eugénio de Castro, *Guia de Coimbra*, Coimbra, pág. 60.

até, após a sua extinção, a defesa do seu riquíssimo recheio artístico, procurando evitar, a todo o custo, a deslocação dessas riquezas para Lisboa, a sua ida para o estrangeiro, ou o seu descaminho ou roubo.

Aos Ministros da Justiça e das Finanças do Governo Provisório da República chega a pedir que no tesouro da Sé fossem depositados — nele ficando à sua disposição — os objectos que ainda houvesse nos conventos extintos, que fossem dignos disso, e a riquíssima custódia do convento do Louriçal «para que se não desencaminhe por lá».

E vê estes seus rogos acolhidos «com muita benignidade e palavras de louvor», que julgava não merecer¹.

E, desta maneira, muita coisa de valia se conseguiu salvar.

Mas o famoso *Museu de Machado de Castro* ia surgir, pela mão e pelo valimento de Gonçalves, com os núcleos dos recheios do *Museu de Antiquidades do Instituto*, do *Tesouro da Sé*, ampliados com mobiliários escolhidos em algumas casas congreganistas.

D. Manuel de Bastos Pina — o bispo benemérito — abandona seu paço — a antiga residência dos seus magníficos antecessores no sólio — D. Jorge de Almeida e D. Afonso Castelo Branco.

Retira-se cansado, desgostoso, velho e doente, para a sua casa de Carregosa, mas — diz-nos Gonçalves — «por sua libérrima vontade, porque não foi intimado, nem sequer a mais ligeira insinuação lhe foi dirigida»².

E Gonçalves — sempre tenaz e sempre incansável — começa a tarefa imensa, que, como todas aquelas a que se dedicou, também não deixaria de ser ingrata.

Também desta vez os protestos e os ataques redobram de fúria, cada vez mais contundentes e atrevidos.

¹ *Ofício do Bispo de Coimbra ao Ex.^{mo} Presidente do Governo Provisório da República acerca do tesouro da Sé da mesma cidade, Coimbra, 1911.*

² A. Gonçalves, *Enumeração das obras...*, citada,

Em mais de um apertado lance, no período inicial, vira-se ele quase só amparado pela «opinião lúcida» do architecto Silva Pinto, que tinha por seu «orago das dificuldades» e pela ajuda material de Rodrigues da Silva, espírito cultivado em coisas de arte.

Chega, porém, ao fim.

Vence mais uma vez, ganhando a que haveria de ser a sua *última batalha*, este homem, que, através da sua vida, da sua arte e dos seus ensinamentos, soubera — e acima de tudo — ser português, ser conimbricense e cuja vida sempre haverá de ser confessadamente impulsionada «pelo caloroso entusiasmo de convicção e fé inabalável na influência educativa, infalível, e talvez *fulminante*, exercida sobre a depuração do gosto e da cultura nacional».

Mas já então a cidade o não aclama, como anos atrás...

Tem ainda um último lampejo de alegria quando o Dr. António de Vasconcelos o procura para lhe dar a boa notícia de que descobrira e identificara — com segurança, embora mutilado, — o primitivo altar românico da Sé Velha — o famoso altar de colunas de D. Miguel Salomão, o seu edificador — diante do qual muitas vezes teria ajoelhado, para rezar, o taumaturgo franciscano, hoje um dos doutores da igreja — Santo António de Lisboa.

O Artista exulta; acende-se-lhe nos olhos, já amortecidos, uma chamazita de satisfação.

E é para ver e admirar, com seus próprios olhos, a linda ara, que vai pela última vez à sua querida Sé Velha.

Mais se isola ainda no seu tugúrio humilde, olhando, desiludido e triste, da janela do seu pequenino escritório, aonde tantas vezes me prendi e me encantei a ouvi-lo, o casario alegre da cidade até os choupos e salgueiros das margens do rio.

Ia chegar breve o termo da sua inquieta jornada e bem o sente Gonçalves.

«*Reconheço* — disse, numa confissão — nesga de autobiografia — que *desperdicei a vida a pensar em utopias com a leviandade de quem erra uma operação de aritmética!*»

Anos consecutivos de cuidados e fadigas absolutamente gratuitas! Sem remuneração, abnegadamente liberto de cálculos de ambições futuras, ou vislumbrados prémios compensadores»¹.

E assim foi.

Uma das suas características salientes foi, sem dúvida, o seu inexcedível desinteresse, a sua inteira libertação de ambições calculadas.

Por isso, ele errou sempre a vida como operação de aritmética.

E até em muito se excedeu no esquivar-se a prémios ou recompensas.

Sidónio Pais, quando Presidente da República, debalde interroga o Dr. Mendes dos Remédios:

«Queria dar a António Augusto Gonçalves uma demonstração de estima. Sabe ou descobre-me alguma coisa que ele realmente estimasse?»².

E António José de Almeida, também no exercício da mesma suprema Magistratura, só encontra, para o distinguir, num gesto espontâneo, sincero, arrebatado, impulsionado pelo próprio sentimento, aquele quebrar das boas regras protocolares quando, aqui em Coimbra, por ocasião da sua visita oficial, ao entrar no salão nobre da Câmara, destaca Gonçalves, entre as centenas dos presentes, e vai junto dele para o estreitar, a sorrir, longa e afectuosamente, ao seu nobre coração.

Uma lágrima teimosa denuncia, nesse momento, a emoção de Gonçalves, pois, para ele, esse abraço valera uma consagração.

Toca, enfim, seu termo a sua longa jornada; gloriosa, sim, mas com o caminho eriçado de espinhos que o torturam, que o magoam, que muito fazem sofrer o homem de ânimo forte que ele sempre foi.

Sente que vive demais.

¹ A. Gonçalves, *idem, idem*.

² Dr. Mendes dos Remédios, *Homenagem*, citada, pág. 50.

E, num triste e pardacento entardecer de Novembro de 1932, redige, por sua mão, o convite para o seu enterro, volta estoicamente as costas ao mundo, «cobrindo, como César, a cabeça para não ver mais».

A morte arrancara-lhe, para sempre das mãos — na bela expressão de Brás Burity — «o cinzel de estatuário, a palheta de pintor, o compasso de architecto, a lente de arqueólogo, a pena de jornalista, o lápis de ilustrador, a brocha de cenógrafo, o barro de ceramista, a caderneta de professor — ou a sua eterna boquilha nunca escabichada e escarafunchida, apesar de ele passar metade da vida, numa obsessão, a escabichá-la e a escarafunchi-la...».

Tal é o retrato que aqui deixo — por míngua de tempo e míngua de recursos — em debuxo necessariamente imperfeito.

Esta a lição, este o exemplo da vida de um grande Artista, de um grande Homem, de um grande Conimbricense.

COSTA RODRIGUES

ANTÓNIO AUGUSTO GONÇALVES

SR. PRESIDENTE;
MINHAS SENHORAS;
e MEUS SENHORES:

Creio que devo ser suspeito para falar de António Augusto Gonçalves. É possível, até, que me julguem muito suspeito — e com certa razão.

A figura inconfundível do insigne professor considerada no seu aspecto moral e intelectual, ocupou sempre lugar de primazia no modesto ambiente em que me criei e em que comecei a ver alguma coisa do mundo. Amizades antigas de família; afinidades de artistas de alguns dos seus membros; admiração pura e simples de outros — a verdade é que tudo fez com que, desde criança, me habituasse a considerar A. A. Gonçalves como alguém fora dos moldes vulgares.

E se é certo que a intimidade pode, sob certos aspectos, reduzir o valor dos homens, a verdade é que eu, vendo e tratando como vi e tratei o Professor Gonçalves, fui sempre, pelo contrário, mantendo pela vida fora, mais consciente e mais firme, o conceito de admiração que formei dele na minha já longínqua mocidade.

E já agora não será na velhice que irei mudar; e como nunca me affigi com o valor dos outros quando esse valor é verdadeiro (e até quando é postiço ou falsificado) sinto que é boa obra dizer de minha justiça acerca desse vulto

notável a que a simples designação de «conimbricense illustre» limita excessivamente a amplitude da sua obra e das suas raras e múltiplas qualidades.

Por isso poderei parecer suspeito, tanto mais que, em uma ou outra afirmação já escrita, se bem que dentro dos limites de inteira justiça, eu vejo claramente que não fui capaz de ocultar algum resto de velha amizade e um pouco de carinho por aquela vida que, nos últimos tempos, se consumiu em quase drama íntimo. E seria realmente difícil, lidando de perto com ele, mas lidando de alma aberta, não receber qualquer parcela de influência, por pequena que fosse — sem que isso implicasse quebra da própria personalidade ou alienamento de opiniões. Eu tenho bem nítida a ideia desse prestígio pessoal; e quero crer que muita coisa me ficaria, quem sabe? desse espírito algum tanto rebelde e ao mesmo tempo disciplinado; desse espírito intransigente em tanta coisa e tolerante em muitas outras; desse espírito aparentemente difícil e inquieto mas no íntimo afectuoso e sereno.

É que a época da sua mocidade moldara-o bastante; e a inteligência vivíssima que era um dos seus melhores atributos, ajeitara-se excelentemente a esses moldes em que restos vagos dos propósitos políticos e sociais surgidos em 1848, davam visos de rebeldia à gente da sua idade e, nessa época, à notabilíssima geração académica que passava por Coimbra.

A inquietação espiritual emanante neste «ar de Coimbra» que ao mesmo tempo «andava todo fremente de versos» (como escreveu Eça de Queirós ¹) deveria penetrar A. A. Gonçalves com certa eficácia, como em terreno bom a semente fecunda. Era a rebeldia contra as tradições ao lado da serenidade duma paisagem e dum ambiente cheios de evocações que impressionariam, talvez contraditoriamente, a mocidade de então; Gonçalves, embora um pouco mais novo que os rapazes que deixaram os seus nomes liga-

¹ «Antero do Quental», a pág. 356 das *Notas Contemporâneas*.

dos a uma das mais brilhantes épocas da mocidade escolar, recebeu o influxo não só pela força do ambiente como por imperativo do seu másculo temperamento.

Da mocidade viria, pois, possivelmente, e depois confirmada pela razão, a má vontade contra todo o formulário em geral e em especial contra preceitos antiquados, contra cerimónias sem razão nem significado plausível, contra toda a maneira aparatosa de mascarar o que já não tinha razão de ser. Daí, o seu constante combate contra praxes académicas desde as mais elevadas que vinham do primado universitário até às grosseiras que se traduziam em caça nocturna aos estudantes noviços. E como ainda na sua mocidade a soberania catedrática era, sem contestação, a característica da cidade, ele que, por motivo de certa incompreensão da severidade paterna se viu obrigado ao abandono dum diploma superior, ficou sempre na contingência, que perdurou até tarde, de certa desconfiança e de indiferença perante os seus méritos por parte dos elementos dominantes.

Daqui talvez lhe viesse, também, o que a idade e a reflexão consolidariam: um elevado critério de justiça nem sempre compreendido mas que era basilar em todos os seus actos.

A tradução destes sentimentos, quer os que lhe nasceriam do ambiente exterior em que se lhe moldou a mentalidade combativa, quer os mais íntimos que se formariam no ambiente de austeridade e de modéstia de família, seria, muitas vezes, depois, um tanto ou quanto viva, descontraída, irreverente em muitos casos, em outros talvez violenta; mas analisando e procurando bem, há sempre que reconhecer a razão que a ditava — e que era, fundamentalmente, a sua honestidade justiceira.

Ora isto, minhas Senhoras e meus Senhores, por muito que pareça intenção panegírica que aliás aqui não ficaria mal, tem raízes que julgo seguras no convívio de dezenas de anos, no testemunho de tantos amigos mais velhos do que eu, e na sua obra escrita, tão dispersa e retalhada que quase se torna hoje difícil conhecer.

Era, porém, assim mesmo, a personalidade tão brilhante de A. A. Gonçalves; e desse passado, remoto já para nós, talvez mal compreendido perante tanta novidade em conceitos e em ideias, ele trouxe até aos últimos dias e por consequência até há pouco, uma coerência e inflexibilidade de conduta moral que hoje está em certa desarmonia com as realidades. E pode dizer-se que essa conduta moral sendo, já de si, de grande elevação, teve, como queria Chateaubriand para as vidas vividas dignamente, além da unidade, uma declarada doutrina.

Por muito que pareça estranho aos que conheciam Gonçalves apenas pela sua exterioridade e actos passageiros, a verdade é que a sua vida foi, realmente, de unidade e de doutrina. E quando essa unidade e essa doutrina são realizadas sem aparatos, com tenacidade modesta que visa apenas os resultados, e sem a preocupação de fazer ver o seu trabalho e muitas vezes deixando para vantagem dos resultados que as honras coubessem a outros — torna-se difícil distinguir no aparecimento e consolidação desses mesmos resultados, qual foi a origem, a impulsão e desenvolvimento.

Ora assim foi que decorreu a vida de A. A. Gonçalves desde essa remota época que hoje alcança já as suas oito estiradas décadas, em que se abriram claramente pela Europa as primeiras preocupações de injustiça social e em que, no burgo conimbricense, fechado oficialmente para os anseios dum mundo novo bem diferente, uma geração notabilíssima de rapazes que iriam ter também uma vida de inflexibilidade e de coerência, lançou rebates de rebeldia fundamentada na Justiça e aberta a novas ideias na política, na literatura, nas artes e no conceito da própria vida. Como poderia A. A. Gonçalves, espírito bem formado, modelado em cadinho de família de tradições severas, fugir à influência de tal ambiente de superiores intenções?

Eu creio que se não tocou ainda neste ponto da biografia de Gonçalves que, segundo julgo, poderá explicar muito passo da sua actividade e que, possivelmente, dentro

das suas tendências artísticas que em parte (ou grande parte) vieram no sangue, lhe deu aquele cunho de probidade e largueza de concepção que encheu a sua obra de professor, de crítico e de defensor de todas as manifestações de Arte. Filho duma época de aspirações, algumas até ideais, duma época de liberdade crítica e de destruição de fórmulas de cujo encontro começavam a nascer novos conceitos superiores, Gonçalves tinha de ser o que foi — um destruidor e um construtor, destruidor mais aparente que real e, para sua glória e veneração dos seus amigos, um dos mais perfeitos construtores nos domínios da Arte que os últimos cem anos revelaram.

MINHAS SENHORAS;
e MEUS SENHORES:

O conhecimento da vida de A. A. Gonçalves, toda ela cheia de simplicidade e de modéstia — da simplicidade e da modéstia que (como acontece muita vez) se não confundem com o orgulho, revela-nos muito passo interessante com que se justificam todas as palavras que proferi.

Logo de muito novo tomou os encargos da vida sobre si; e aí começou ele a sua labuta diária pela existência material ao mesmo tempo que a Arte lhe ia dando ensejo para manter ao lado uma outra vida à parte que lhe proporcionaria maior prazer e lhe insinuaria vagos sonhos de realizações, possivelmente utopias, como quase sempre acontece àqueles a quem a imaginação não deixa só entregues ao que se passa na terra. O ensino encaminhou-o para aí; e era nesse ensino, de começo puramente utilitário, que começou, aos poucos, o apostolado em que se absorveu, com a convicção de que era uma necessidade para uma população operária que deixara cair completamente uma tradição artística notável.

Confinado em ambiente estreito, sem estímulos, lutando com a inferioridade que lhe dava a falta dum diploma em terra onde dominava, apesar de todos os abalos, o prestígio

universitário, sentindo à sua volta alguma desconfiança, a fatal desconfiança que sempre sentem os desinteressados, Gonçalves refugiou-se na sua intenção elevada de educar. De então por diante, a sua acção andou mais ou menos concentrada nesta aspiração: todas as formas de que ela se revestiu não eram mais do que o seu desejo de levantar a educação artística do povo.

O nosso quinhentista António Ferreira tem certa passagem em que dá esta graciosa imagem:

«Em seu peito, cada um pinta uma ideia,
A qual, ou mal ou bem, se se afeiçoa,
Assim lhe sai formosa ou lhe sai feia...»¹.

António Augusto Gonçalves afeiçoou-se a certa ideia e afeiçoou-se bem; saiu-lhe formosa a obra como não podia deixar de ser. E essa obra ficou patente no valor dos seus inúmeros discípulos; na campanha permanente pela salvação dos monumentos ameaçados: ou de ruína ou do vandalismo (que ele considerava como desistência da pátria, abdição da nossa história e negação de virtudes cívicas)²; na restauração da Sé conimbricense; na organização de museus; na modernização das indústrias artísticas; em tudo, enfim, que pudesse levar à educação artística do povo. Desde novo, conforme o poeta, pintou essa ideia no seu peito; imaginaria ele, então, como a realização dessa ideia seria ingrata, obscura, e contrariada por todos os modos como se a obra que dela sairia fosse nociva ou, pelo menos, inútil? calcularia ele que se teria de bater, constantemente, contra a ignorância duns, contra a má intenção de outros, contra interesses feridos de muitos e a indiferença de quase todos?

Creio poder dizer que, já em novo, ao lançar-se a esse querido e nobre apostolado, ao procurar que a obra lhe saísse

¹ Carta 1 a D. Sebastião, a pág. 65 do Livro II dos *Poemas Lusitanos* (ed. de 1771).

² *Estatuária lapidar no Museu Machado de Castro*, pág. 237.

«formosa» num misto de atrair inteligências e criar amizades, não tinha grandes ilusões. Conhecia a terra em que vivia; era rapaz e isolado; mal pisara os *gerais* universitários; tinha contra si a mácula das suas ideias ao tempo muito avançadas em política e a outra mácula não menor da falta de crenças religiosas; de modo que o seu atrevimento em não seguir os cânones pedagógicos oficiais em Arte, o seu tolerante republicanismo apenas de princípios embora firmes; e o não menos tolerante livre-pensamento, teriam, na época, ressonância verdadeiramente revolucionária. Ele compreendia bem a hostilidade do ambiente; e essa compreensão que o levou a certas transigências ou antes, ao uso duma larga tolerância, foi uma das causas dos seus triunfos e um grande desmentido para aqueles que o julgaram um inadaptado e um irritado permanente.

Num país em que a menor discordância de opiniões leva facilmente ao insulto e ao murro, não se aceita muito bem uma criatura que sabe até que ponto pode levar a sua transigência e tem a serenidade suficiente para não ir além de qualquer vitória conseguida. Vem sempre a desconfiança e a má fé interpretar erradamente tal modo de proceder e raramente se vê o superior equilíbrio que leva às realizações úteis.

Não quer isto dizer, porém, que A. A. Gonçalves não tivesse questões pela imprensa, duras e violentas, que poderão servir para tentar desmentir esse equilíbrio que foi um dos seus grandes méritos; não se pode negar mesmo que ele foi um rijo polemista e que as suas polémicas, para não desmentir a origem filológica da palavra e embora feitas em prosa boa, elegante e de cunho original, foram, diga-se a verdade — contundentes. Mas diga-se também a verdade já que não há hoje necessidade nenhuma de a esconder: essas controvérsias que deixaram eco por muito tempo no ambiente coimbrão, foram originadas em ataques que lhe fizeram não só injustos (o que ainda poderia não justificar a reacção) mas, especialmente, de má fé.

A. A. Gonçalves defendeu-se; e defendeu-se como quem sente a razão e a justiça. E hoje que sobre esse tiroteio de

imprensa passaram os anos suficientes para se poder ler tudo a sangue frio, posso dizer que se poderiam separar nesses artigos, folhetos e folhas soltas que então se publicaram, algumas belas páginas de antologia. O polemista era, na realidade, um prosador de linguagem correntia e simples mas nervosa e original; possuía essa linguagem o dom de certo pitoresco ligado a propriedade e justeza que traíam educação clássica; e na sua urdidura transmitia a precisão das ideias com leveza e agrado, sem cair em redundâncias conceituosas ou preocupações académicas.

Mas isto eram acidentes na sua vida de trabalhador incansável. Poderia ser melhor ou pior a sua prosa; o que importa é a estrutura moral que o manteve sempre em plano elevado; é o traço de apostolado que deixou a assinalar a sua passagem pelo mundo; é a sua afectuosidade bondosa tão pouco conhecida que circunstâncias várias que não vêm para aqui não deixaram expandir como seria mais natural.

*

Ora como disse e para tirar mais resumidas conclusões, a vida de Gonçalves quase foi passada no afan constante de educar e de fazer reviver, na sua terra, certas artes industriais, umas decadentes outras desaparecidas, que tanto lustre deram noutros tempos a Coimbra. Todo o seu esforço era guiado nesse sentido.

A criação e manutenção da *Escola Livre das Artes do Desenho* onde se formou uma notável geração de mestres artistas é, sem favor de qualquer espécie, um monumento que só por si notabilizaria um homem se esse homem vivesse noutro *clima*. Ensinar por ensinar, desinteressadamente, sentindo a desconfiança de quase todos e só apoiado em meia dúzia de amigos, e criar um escol de artistas que encheu uma época na cidade — é quase trabalho de Hércules. Essa *Escola* em país com outra compreensão oficial de assuntos de Arte, seria hoje qualquer coisa como uma *Casa de António Augusto Gonçalves* onde melhor que em outro qualquer

ponto, se poderia perpetuar a memória do Mestre — não direi tanto para lembrança do homem como para exemplo de vida útil que seria interessante lembrar.

O fim para que foi criada creio já estar atingido mais ou menos, dado o desenvolvimento oficial do ensino do desenho; mas a origem da instituição é que seria útil recordar-se assim como o primeiro e mais valioso grupo de artistas que faria honra a qualquer terra e do qual ainda há pouco morreu, infelizmente, o último sobrevivente e de não menos valor, o velho Manuel Pedro de Jesus.

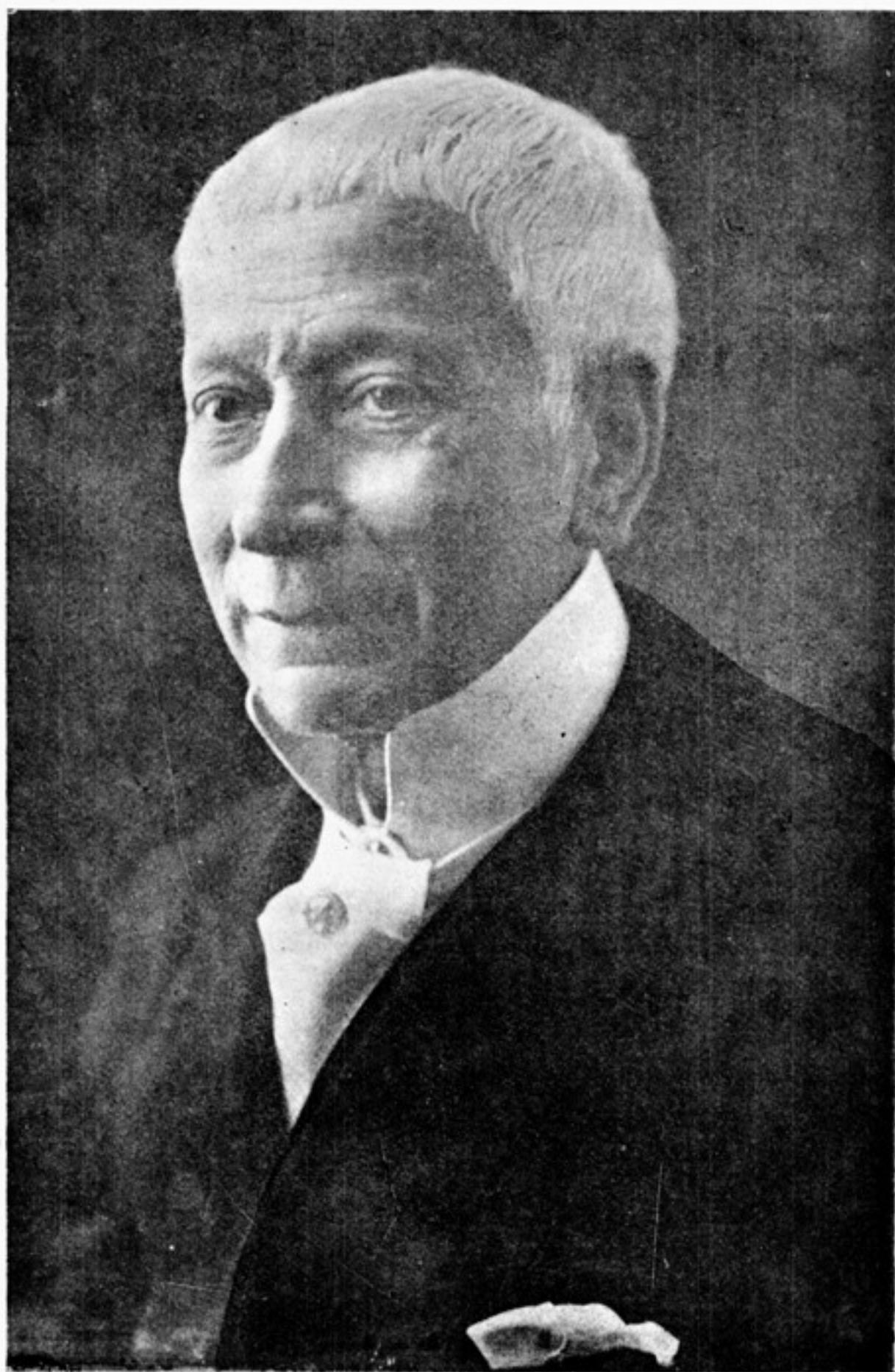
Paralelamente, a sua obra de restaurador e de organizador de museus, feita com grande probidade em tempo em que não havia quase crítica de arte e muito menos qualquer conhecimento científico de museus, marca, na vida de A. A. Gonçalves, segundo julgo, a maturidade da sua cultura artística; e digo paralelamente porque toda esta forma da sua actividade levava o mesmo destino da *Escola*.

Porém, a história exacta dessa forma de actividade de Gonçalves não pôde ainda ser feita; razões que envolvem respeitos por certas hierarquias sociais e, ao mesmo tempo, o retraimento em que, deliberadamente, ele se mantinha deixando a outros a aparência da realização, fazem com que o seu verdadeiro papel não esteja devidamente a claro. E aqui está um outro ponto em que poderia dizer que, em terras onde o interesse artístico não fosse uma mystificação, o papel representado pelo restaurador e organizador que foi A. A. Gonçalves já estaria estudado e posto a salvo do esquecimento.

MINHAS SENHORAS;

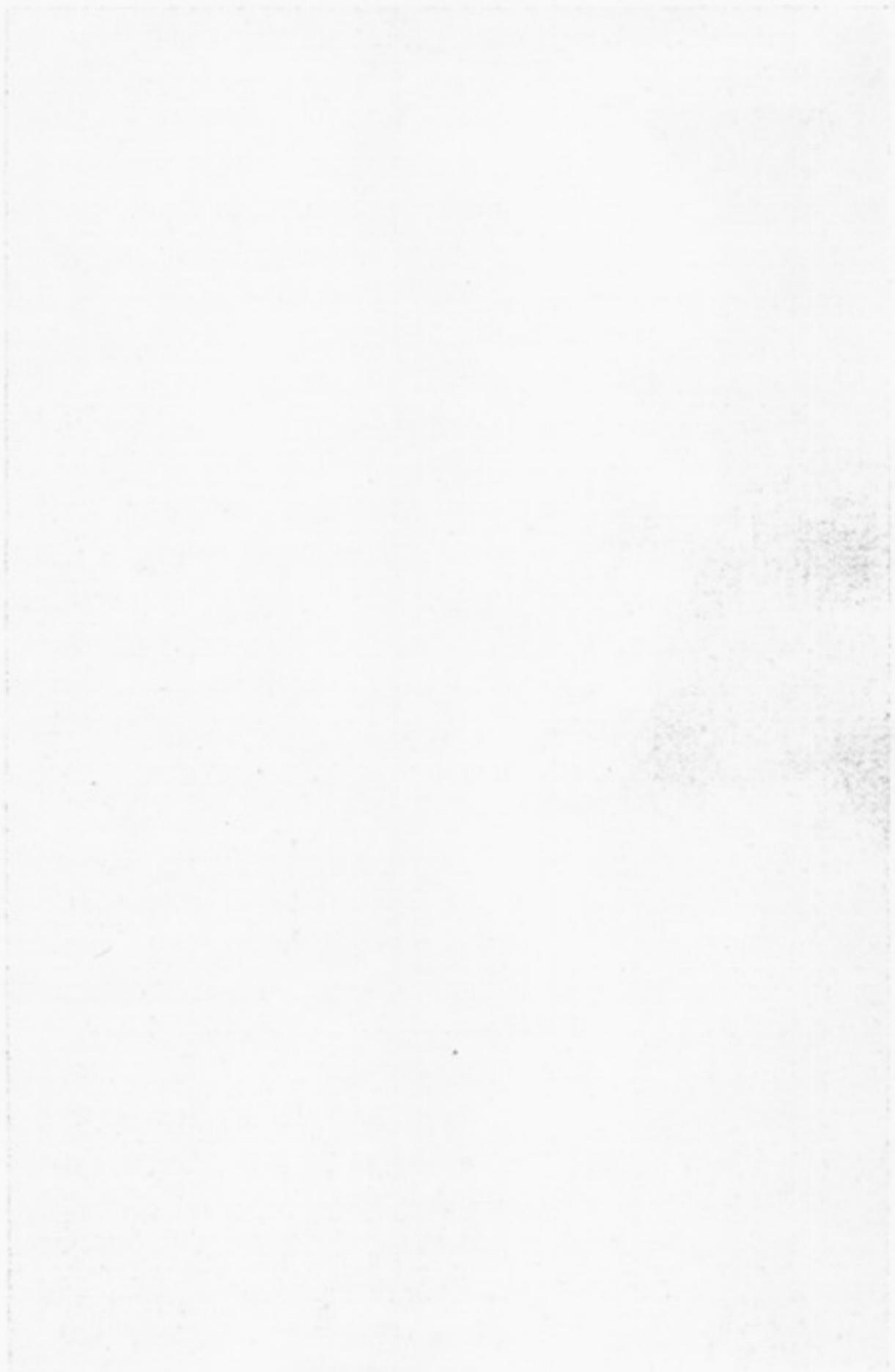
e MEUS SENHORES:

Não quero prolongar por mais tempo esta sessão ou que seja por minha causa que caia o cansaço na illustre assembleia que me escuta. A crítica à obra de Gonçalves sob o ponto de vista artístico ou literário outros a farão com mais



ANTÓNIO AUGUSTO GONÇALVES
cerca de 1920

(Cliché Afonso Rasteiro)



THE UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY

2

conhecimento e mais precisão do que eu. O meu intento, ao aceitar o honroso convite foi o de recordar, ao de leve, as qualidades excepcionais do homem cuja memória hoje aqui nos reúne, e contribuir com pequena parte, quase à laia de desabafo, para se chamar a atenção para tão insigne patricio.

Bem sei que não podemos ficar amarrados a recordações, mormente em época de tão frementes realidades; bem sei que se não trata aqui de homem que excedeu de tal modo a craveira normal, que tenhamos de o colocar entre as primeiras figuras da história. Mas também sei, pelo convívio próximo que mantinha com ele e pelo conhecimento pormenorizado da sua vida, que dentro da modéstia que manteve sempre e da relutância insistente que exigia perante a sua actividade fecundíssima, que a sua passagem pelo mundo foi exemplo de trabalho útil e de dedicação desinteressada, à parte o aprumo moral e a austeridade incontroversa.

A. A. Gonçalves foi realmente alguém; e se não nos parece maior e se o não foi na realidade, é porque o ambiente foi medíocre e depreciativo e a época principal da sua actividade andava carregada de preconceitos e predomínios balofos que abafavam sempre as mais generosas e altas iniciativas. Eu sei que, até muito tarde, certos próceres, para lhe não negarem valor (porque o não podiam) tinham a indulgência de dizer que ele era «um rapaz de habilidade...».

Esse rapaz de habilidade não tinha, realmente, uma carta de bacharel; mas já tinha ao seu lado um grupo de discípulos que lhe fazia honra; já tinha um velho templo românico restituído em parte, com a mais severa probidade, à sua feição primitiva; já tinha um museu de arte industrial organizado; já tinha, enfim, uma obra enorme. E se uma restauração de monumento, ou a organização de museus e um ou outro livro de crítica erudita são consolações íntimas só dadas a certos espíritos superiores, quero crer que a série de discípulos criados e que, por sua vez, se repro-

duzem em mais outras gerações, perpetuando não já o nome do Mestre mas a prática e o culto imperecível das Artes, deve ser a maior consolação que um homem pode ter ou um dos mais grandiosos testamentos que cérebro humano pode subscrever.

E assim, que esta justa homenagem prestada pelo *Instituto de Coimbra* seja, na sua simplicidade, um ponto de partida para uma inteira justiça a esse homem que, depois de vida tão prestimosa e elevada, sofreu no final a ingratidão, e um ou outro vexame, como acontece sempre aos que valem alguma coisa e são bem intencionados.

Quinta da Paz (S. André de Mafra)
Setembro de 1945

BELISÁRIO PIMENTA

UM APÓSTOLO DA ARTE

MINHAS SENHORAS
e MEUS SENHORES:

Agradeço penhorado a honra do convite que o Instituto de Coimbra me dirigiu para nesta sessão de Homenagem a António Augusto Gonçalves eu dizer algumas palavras sobre o insigne Mestre.

O meu reconhecimento resulta do próprio convite, tão honroso para mim, dada a alta categoria do Instituto e ainda pela oportunidade de, uma vez mais, e publicamente, eu ter ensejo de prestar homenagem ao meu primeiro Mestre.

*

Artistas há cuja obra, por grande que seja, se confina na realização da sua arte, outros que, pelo seu sentimento artístico e compleição espiritual, fazem da própria vida a sua melhor obra.

Estes, são verdadeiros Apóstolos da Arte, e assim foi António Augusto Gonçalves por seu espírito de artista nato, rara inteligência e exemplar carácter.

Como seu discípulo, como seu amigo, foi este o sentido da sua vida que mais me foi dado apreciar. A reconstrução da Sé, da Igreja de S. Tiago, a fundação do Museu de Machado de Castro, etc., são obras onde ainda hoje se pode aquilatar das brilhantes qualidades do artista; porém o Mestre apaixonado pela Arte, dela fazendo a razão da sua vida, só os

discípulos a quem Ele conseguia transmitir a sua sensibilidade, só a esses, repito, foi dado avaliar plenamente as invulgares qualidades do Homem e do Artista.

Foi na Escola Livre que o conheci; essa Escola imaginada e fundada por ele, com um grupo de rapazes a quem comunicou todo o seu entusiasmo, resultou o primeiro grande esforço para a criação do meio artístico de Coimbra e ainda despertando o interesse de dedicados amigos como Rodrigues da Silva e Albino Caetano que ampararam o empreendimento na parte financeira.

Aos seus alunos tratava como amigos, realizando frequentes excursões artísticas durante as quais fazia preleções, colhendo apontamentos e ainda, às vezes, à noite na Escola, prolongando a lição, sobre os monumentos visitados.

Foi nesse ambiente que se criou uma pleiade de artistas como meu tio Costa Mota, João Machado, cujas obras Coimbra ainda hoje admira, o talentoso José Barata, Lourenço de Almeida, Manuel Pedro de Jesus, Conceição e João Gomes e mais recentemente, mas ainda sob a influência do meio deixado pelo Mestre, Fausto Gonçalves, José Contento, Ricardo Ruivo e António Victorino que, embora caldense, em Coimbra veio desabrochar.

Com o aparecimento da Escola Industrial de Brotero, a dispersão de alguns dos seus alunos e ainda o falecimento de Júlio Mota, seu grande amigo e discípulo dilecto, extinguiu-se a Escola Livre que algumas tentativas posteriores não conseguiram fazer reviver.

Essas aulas da Escola Brotero... recordo-me bem; ali o Sr. Eliseu — o contínuo — distribuía o papel, o carvão e os lápis; tudo muito simples; nada se exigia para a admissão, nem atestados, nem propinas; nós, os alunos, só trazíamos... miolo de pão.

As turmas eram de muitos alunos — mais de cem — e António Augusto Gonçalves, o Mestre de figura inconfundível (até pela sua indumentária) corrigindo aqui um trabalho, ali apontando um defeito, para todos tinha uma palavra de estímulo.

Foi aqui nesta mesma sala a aula de desenho da Escola Brotero, onde aos onze anos eu fui oficialmente discípulo do Mestre, mas já antes, com evangélica paciência, ele me aturava quando eu lhe ia mostrar os bonecos de presépio de minha autoria. Sim, recordo-me bem...

Minhas Senhoras, meus Senhores, estas simples palavras são as recordações distantes dum discípulo que reconheceu no Mestre aquele homem apaixonado, em Arte, por tudo que era antigo; em ideias, por tudo que era novo...

Bem digo, pois, da minha memória que me permite, ao fim de tantos anos, sentir viva a gratidão pelo Homem e pelo Artista que foi o meu primeiro e grande Mestre.

Coimbra, 17/3/1946.

COSTA MOTA

O PROFESSOR ANTÓNIO AUGUSTO GONÇALVES

MEUS SENHORES
e MINHAS SENHORAS:

Ao contrário do que se disse nos convites distribuídos para esta justa sessão de homenagem à memória de Mestre António Augusto Gonçalves — eu não venho aqui falar do ensino do desenho em Coimbra.

O tema dava para largas considerações, era talvez um pouco complexo, e eu não podia tratá-lo dentro do limite de tempo que entendo conveniente gastar para que esta sessão se não alongue demasiadamente, causando o enfado daqueles que vieram assistir, em homenagem ao Mestre saudoso e cheio de prestígio.

Venho, pessoalmente, como grande admirador e antigo aluno dessa autêntica glória nacional, prestar o meu contributo modesto à manifestação de hoje.

Faço-o em meu nome pessoal para responder como devia a um cativante convite que penhoradamente agradeço, lamentando não o poder fazer na medida daquilo que talvez de mim esperavam V. Ex.^{as} Faço-o como artista da minha terra que me dispensa a sua simpatia e ainda honrado por ter sido um dos alunos da Escola Livre das Artes do Desenho e da Escola Industrial de Brotero, onde há mais de 40 anos ouvi os primeiros ensinamentos do Professor António Augusto Gonçalves, cuja memória recordo com saudade.

A Escola Livre das Artes do Desenho — Minhas Senhoras e Meus Senhores — da qual sou sócio também há mais de 30 anos, foi um dos grandes baluartes erguidos pelo Mestre em benefício das artes portuguesas — é bom que isto não se esqueça.

Dali partiu a criação das Escolas Industriais do País, e ali se fez uma pleiade de grandes artistas no ferro, na cerâmica, na decoração, na pintura, na escultura e em tantas outras modalidades artísticas.

Tive ocasião de conviver de perto, durante largo período de tempo, com essa figura de lutador cuja memória o Instituto de Coimbra em tão boa hora se lembrou de homenagear.

E, ao evocar o Mestre, recordo aquelas palavras de Mendes dos Remédios, numa manifestação que lhe foi prestada ainda em vida, e que tão eloquentemente definem a ténpera e o valor desse extraordinário homem, que, não será demais dizê-lo, honrou uma época.

«Em António Augusto Gonçalves, há dois elementos combinados formando o belo da sua vida.

Há nele o professor, o erudito, o esteta, o cultor da divina arte do Belo, o apreciador consumado de todas as formas da arte plástica, o conhecedor finíssimo e subtil da beleza das linhas e das cores, o perscrutador sagaz das diversas manifestações das artes profissionais, sabendo conhecer a inspiração e a vida que podem arrancar-se à matéria inerte; e — o carácter, a independência, a modéstia, a integridade moral que fazem dele — um perfeito homem de bem. Erudito e conhecedor, como poucos, da história e evolução da arte portuguesa, como poucos também ele tem o dom de adivinhar o que ele mesmo ainda há pouco chamou a mudez eloquente dos monumentos.»

Estes períodos, saídos da boca sincera de alguém que também foi grande na Coimbra doutera, dão-nos a ideia perfeita do Artista e do Homem, do que foi um lutador incansável e soube sempre vencer as forças que pretendiam, por vezes, sustá-lo no caminho. A existência de Mestre

Gonçalves — toda ela — foi consagrada a uma tarefa educadora de subido alcance e proveitosos frutos.

O Mestre, com o seu prestígio, penetrava nas oficinas, convivia intimamente com os homens vestidos de ganga, só com o intuito de lhes aperfeiçoar as tendências, prestando-lhes ensinamentos sempre salutares.

E junto dos operários, ele era também o trabalhador humilde, ora tomando o escopro e o cinzel para rasgar a pedra em beleza, ora chegando-se à fogueira das forjas para incandescer o ferro e moldá-lo depois, na bigorna, ao sabor do seu temperamento e da sua fantasia.

Como Professor da Universidade — cargo para o qual foi nomeado por concurso em Agosto de 1902, embora o júri lhe tivesse afirmado que essa formalidade era apenas uma exigência da lei porque o seu talento a dispensava — foi o Professor que toda a Coimbra durante longos anos conheceu. E no seu trato para com os alunos modificava-se. O Homem de educação superior surgia *terra-à-terra*, tratando todos os seus alunos — como igualmente o fazia o saudoso Professor Dr. Virgílio Correia — por Vossa Excelência.

E não suponham, minhas Senhoras e meus Senhores, que, referindo-me a esta faceta do Mestre, tenho qualquer intenção.

— Quero tão somente frisar que Mestre Gonçalves, no desdobramento gentil da sua maneira de ser — era o mesmo nas oficinas, como na cátedra.

A sua jornada começou quando ainda trazia sobre os ombros a capa negra de estudante de Coimbra. Foi com ela que, ao ritmo de grandes aspirações, pulsava um coração de ouro, que no correr de toda a sua vida sempre se manifestou em prol da Beleza — fosse ela traduzida num trabalho artístico, ou saísse dum acto generoso, praticado com requintes de sentimento e de amor.

Assim, Mestre Gonçalves, perdulário e sabedor de coisas de Arte, fez da sua Vida um apostolado de uma grandeza que só os seus alunos bem apreciaram. Foi professor

no Colégio dos Órfãos, nesta velha Associação dos Artistas, na Escola Livre das Artes do Desenho, em colégios particulares, na Universidade e até na sua própria casa.

Quanto lhe ficaram devendo tantos, que, sem Ele, teriam passado despercebidos como Artistas ou teriam fracassado?

Por mim, que respondam muitos dos que hoje me escutam e que são glórias na Arte da minha Terra.

Há na sua vida um episódio que merece relato porque define bem a insatisfação do seu sonho imenso de ser perfeito, da sua vontade firme de ser justo.

O Mestre visitou um dia o Louvre, em Paris.

Jornadeou pelas longas salas, deteve-se, largo tempo, dia após dia, perante as obras — primas ali espalhadas a atestarem génios.

E regressando, com a retina cheia daquelas visões maravilhosas, sentiu-se tão pequenino, tão humilde, que partiu a paleta e os pincéis, nunca mais fazendo uso deles, enquanto se não desfez no seu espírito a impressão de assombro ali recolhida.

Esta atitude contrasta em absoluto com certos gestos na nossa época, em que os pigmeus querem alcandorar-se às alturas, sem se lembrarem daquilo que são e de que mais não podem.

Mas muito havia a dizer ainda, se o tempo não escasseasse e outras vozes mais autorizadas que a minha, antes de mim, o não houvessem dito já — sobre a figura do Homem a cuja memória são sempre insuficientes as manifestações de admiração e saudade que se prestem.

Num período em que os egoísmos latejam e o mundo, mal extinta ainda a fogueira da guerra, se debate em horas sombrias de apreensões e dúvidas — faz bem, consola o espírito, verificar-se que a justiça e a gratidão não constituem, para muitos, palavras sem significado.

O Instituto de Coimbra cumpriu um dever, promovendo esta homenagem, e eu a ela me associei desde logo com todo o meu espírito e admiração por Mestre Gonçalves.

E é pena que Coimbra inteira não tenha vindo tomar parte nesta manifestação, que nos diz, entretanto, que a lembrança das figuras que, como a de Mestre Gonçalves, tanto se evidenciaram pelo talento e pelo coração na sua passagem pela vida — deviam andar na alma de todos, para que, quando alguém as chamasse ao cumprimento duma obrigação, respondessem, como eu, numa grande voz colectiva:

PRESENTE!

FAUSTO GONÇALVES

O ANTIGO MUSEU DO INSTITUTO

RECORDAÇÕES

A homenagem agora consagrada pelo Instituto à memória de António Augusto Gonçalves é o começo de uma reparação pelo assinalado serviço que ele lhe prestou e reverteu em prestígio e auréola da mesma corporação científica.

Esta pôde assim, graças ao homenageado e há cerca de meio século, dotar o país com o mais valioso estabelecimento cultural do género, tornando possível depois a formação do extraordinário Museu de Machado de Castro.

Com efeito.

Há perto de setenta e cinco anos o Instituto decidiu criar um Museu de Antiguidades, como se tornava, aliás, indispensável numa cidade culta como Coimbra ainda rica de monumentos e vestígios do Passado.

O erudito Aires de Campos, que pelo saber era um dos beneditinos do tempo, tomou a peito a árdua tarefa e coligiu e catalogou algumas antigualhas; mas, após este devotado e simpático esforço, esse restrito número de documentos históricos e artísticos deficientemente instalados mergulhou no silêncio, cobriu-se de pó, sumindo-se no esquecimento.

No último lustre do século XIX, porém, uma pleiade selecta de sócios da douta agremiação amofinou-se com semelhante desonra e reagiu no desejo eficiente de lhe pôr termo.

Todavia, ninguém se sentiu com forças para arcar com a responsabilidade temerosa de empreender a formação do anelado organismo de cultura.

No entanto, depois de conferida com mágua a incompetência da colectividade, houve o feliz alvitre, logo unânimeamente aceite, de se fazer um apelo a António Augusto Gonçalves reconhecido por todos como a única entidade capaz de resolver o aflitivo problema.

Assim foi feito.

O eminente professor, que dirigia a Escola Brotero, regia as aulas de desenho na Universidade, educava os alunos da Escola Livre das Artes do Desenho e ainda encontrava tempo disponível para o ensino particular, acedeu à ansiosa solicitação e tomou sobre si o difficilimo encargo com a simplicidade e o desinteresse evidenciado sempre em toda a sua longa existência — um verdadeiro e incomparável exemplo de bem servir. .

Era uma nova façanha de Hércules; mas ela não o fez recuar, nem trepidar.

À sua volta, de resto, estabeleceu-se o coro dos aplausos e o acordo das vontades.

Nestas condições o Instituto pôs à disposição do insigne obreiro o rés-do-chão do seu edificio, que era o antigo Colégio de S. Paulo, com a fachada principal para a Rua Larga e as duas outras para a Rua e Travessa do Borrvalho.

No piso inferior da construção setecentista de altíssimo pé direito formavam-se quatro grandes salas além de uma passagem entre a primeira e a última, a qual dava também acesso a um pequeno compartimento intermédio e recebendo a luz do alto.

Apesar do espaço relativamente vasto, em breve se reconheceu a sua insuficiência para abrigar tudo aquilo que a vara mágica do *feiticeiro* António Augusto Gonçalves — como lhe chamava o Quim Martins —, começou a encaminhar para lá tanto da sua casa e das dos seus amigos, como das igrejas e edificios públicos onde muitos documentos históricos ou artísticos jaziam ao abandono, ou sob a geral indiferença e em risco de se perderem ou extraviarem.

Sobre a tumultuária afluência de objectos que em quantidade prodigiosa, embora seleccionada, convergiram para os

baixos do Instituto, pairava, como o espírito de Jeová sobre o caos primitivo, o dom raro do sábio organizador do Museu das Antiguidades o qual nele deixou patenteada uma das mais esplêndidas manifestações da sua complexa natureza de Artista.

Assim, os milhares e milhares de peças e curiosidades apreciáveis foram-se ordenando com disciplina e arrumando metódicamente por dispositivos engenhosos dentro do quádruplo recinto que ficou transformado num compêndio impressivo e didáctico sobre a história de Coimbra e a evolução das suas artes.

O espólio arqueológico da *Conimbriga* romana, pormenores architectónicos do preromânico e do românico, estátuas e relevos do período ogival, altares, imagens e pinturas do renascimento, faianças, barros, azulejos, assim como tecidos, ferragens, mobiliário, telha, etc. desde o século XVI, tudo isso se ajustou de encontro às paredes que ficaram revestidas em escaladas ou vagas de assalto até ao arranque das abóbadas. E tudo isso colocado em séries, segundo a cronologia e o estilo, ou em secções segundo as afinidades estéticas, foi perfeitamente etiquetado e magistralmente classificado para esclarecer e ensinar os visitantes.

Todos estes, quer os não iniciados no conhecimento da Arte, quer os cultos e sabedores, podiam ali colher proveitosas lições.

A primeira sala, a da entrada, enchia-se com as antiguidades romanas e com as da Alta e Baixa Idade Média; a imediata, com a riqueza plástica da Renascença que admiravelmente vicejou em Coimbra.

As outras duas, paralelas àquelas, que eram iluminadas pelas janelas abertas sobre a Rua do Borrvalho, destinavam-se: uma, às preciosidades, isoladas em vitrinas do pó, do ar e dos eventuais contactos perniciosos; a outra, às opulentas colecções de faianças.

Foi assim que o mago António Augusto Gonçalves metamorfoseou o insípido casarão setecentista, convertendo-o numa gruta maravilhosa onde se incrustavam as coisas formosas dos

séculos idos, os quais nos segredavam a fé e a poesia e o amor da beleza das antigas gerações.

As suas mãos, guiadas por um critério estético de primeira água e por um sentimento justo dos planos e volumes, dos efeitos e valores, realizaram esse prodígio de educação e civismo.

*

Quando abalei da minha terra natal — a *Brachara Augusta* — para Coimbra, a fim de aí seguir os estudos de escolar em leis, levei do Porto uma afectuosa carta de apresentação para António Augusto Gonçalves.

Por isso o procurei depois de terminar a minha instalação numa *república* da Rua da Trindade presidida pelo meu amigo Francisco Torrinha, hoje, dicionarista e professor abalizado.

Foi num sábado à noite.

Encontrei a igrégia Figura coimbrã na Escola Brotero que então dirigia com excepcional competência, aliás, reconhecida por todos a principiar pelos governos da monarquia que lhe conheciam as ideias abertamente republicanas.

A Escola Industrial, nesses remotos anos da Graça, ocupava a ala poente do Claustro da Manga em cuja testeira norte do andar nobre, olhando para a rua e para a quase fronteira torre velha dos sinos do mosteiro de Santa Cruz, que ruiu mais tarde, ficava o gabinete do seu Director. Iluminava-o um candeeiro de gás com *abat-jour* verde e decorava-o, absorvendo-lhe em grande parte a claridade, uma série de tábuas de *Primitivos*, muito danificados, os quais, tendo recebido ulteriormente o benefício do restauro, constituem agora as jóias da Galeria de Pintura do Museu de Machado de Castro. Recordo-me da *Madalena*, da *Assunção da Virgem* e da *Invenção e Exaltação da Santa Cruz*.

Foi pois à luz do revérbero que eu pela primeira vez vi Aquele a quem me devia prender para sempre uma pro-

funda amizade jamais entibiada pela distância do tempo ou do espaço. Ele retribuiu-me com recíproco affecto.

O seu busto varonil sob a projecção luminosa tinha nobreza de linhas e a sua cabeça de contorno puramente modelado emergia de um colarinho alto, branco, gomado e aberto na frente, como era da moda na sua juventude. O seu olhar muito inteligente, perscrutador, verrumava-me do fundo da sua face levemente lívida enquanto eu falava, respondendo às suas perguntas.

Sáimos juntos, a caminho de casa, seguindo o seu itinerário habitual, isto é, pela Praça 8 de Maio, pela rua do Visconde da Luz e pela Calçada com paragem na porta da Farmácia Rodrigues da Silva que depois averigui ser o seu centro de cavaco nas tardes dos dias feriados.

Findo o breve repouso desta etapa, afrontámos a ladeira de Almedina e a de Quebra-Costas, então, ainda tão íngreme como no tempo de Garrett.

Separámo-nos na Sé Velha, onde ele morava, ficando apazado que de novo nos veríamos, no dia seguinte de manhã, no Museu de Antiquidades cuja visita me indicou e aconselhou.

Assim foi. Por feliz coincidência chegámos ao mesmo tempo à porta do Instituto.

Fez-me pois as honras da Casa, expondo-me em palavras rápidas, concisas, claras, o método observado na distribuição das colecções e chamando a minha atenção para as peças capitais do recheio.

Fiquei aturdido com o que vi e encantado com o que ouvi.

Concluída esta espécie de *tour du propriétaire*, conduziu-me para a terceira sala, sita no ângulo da Rua e da Travessa do Borralho, onde, por detrás da vitrina principal, havia um canapé e duas cadeiras antigas com um tapete banalíssimo.

Era este o salão de receber os visitantes de categoria do Museu.

Não se fizeram esperar muito. Eram alguns dos amigos e admiradores de António Augusto Gonçalves que, no

regresso de férias, acorreram a saudá-lo para significar-lhe o prazer no seu convívio, e, ainda mais, a constância na solidariedade e no aplauso por aquela notável obra educativa.

Formou-se, pouco a pouco, um grupo que era justamente constituído — mais tarde o notei — pelos mais assíduos frequentadores daquelas saborosas palestras dominicais. Além do bom Cónego Prudêncio concentrado e silencioso, e do Dr. José Nazaré a quem o chapéu alto alongava excessivamente a sua esguia estatura, todos os outros eram professores universitários: Álvaro Vilela de apurada elegância, António de Vasconcelos muito solene, Júlio Henriques cujo aspecto severo a cada instante se desfazia na mais cândida alegria dum risada, Mendes dos Remédios cheio de distinção e Quim Martins que foi quem mais prodigalizou o salático da sua veia humorística no selecto colóquio.

De todas estas personalidades apenas sobrevive o meu querido Amigo, Dr. Álvaro Vilela, a quem o Destino levou a beber comigo a água do Nilo — o rio sagrado, o rio providencial do Egito.

António Augusto Gonçalves conservara-se sentado, aliás, para dar exemplo; mas todos os outros cavaqueadores permaneceram de pé — o mesmo verifiquei no futuro — como em atitude muito deferente de respeito e admiração por este Homem excelso.

Impressionou-me e edificou-me este facto, pois observei para com ele a mesma norma de proceder durante o resto da sua vida.

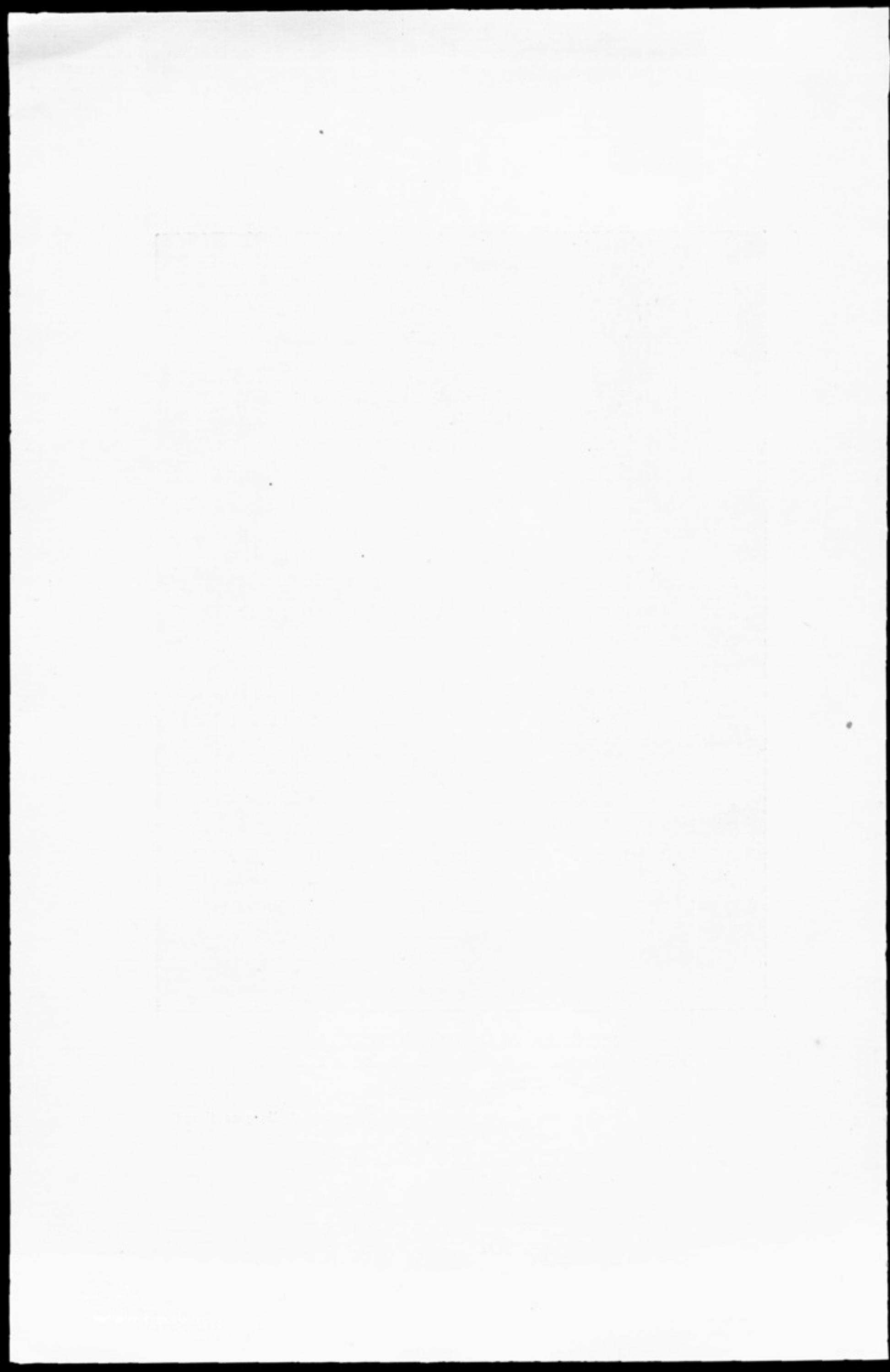
28/2/1946

MANUEL MONTEIRO



ANTÓNIO AUGUSTO GONÇALVES
no seu gabinete de trabalho da Rua dos Coutinhos
(fotografia de 1926)

(Cliché de Marques Abreu)



O PROFESSOR ANTÓNIO AUGUSTO
GONÇALVES, FUNDADOR DO MUSEU
DE MACHADO DE CASTRO

Agradeço à Direcção do Instituto de Coimbra o ensejo que me proporcionou de vir a esta cidade render homenagem à memória do que foi meu grande Amigo e Mestre, o Professor António Augusto Gonçalves.

A ele devo sem dúvida, bem como a um Tio querido que pelo engrandecimento desta terra tanto lutou, a minha formação no campo das belas artes plásticas, ao culto das quais um dia havia de dedicar-me e são hoje o centro das minhas obrigações oficiais e das minhas ocupações espirituais.

Relembro com saudade os tempos em que, ainda estudante do liceu e mais tarde aluno das faculdades de Direito e de Letras desta Universidade de Coimbra, o ouvia quase todas as noites disreterar sobre mil problemas de arte e sobre a arte conimbrigense, quer naquele recanto da farmácia Rodrigues da Silva, na Calçada, onde se reunia uma perfeita tertúlia de professores, de cientistas, de críticos; quer nos saudosos serões da Escola Livre das Artes do Desenhó, instituição que criara e que considero o mais formoso cenáculo das belas artes, entre aqueles que até hoje tenho conhecido, ou de que tenho feito parte.

Muito se tem escrito e dito acerca desta Instituição, na qual se gerou um dos mais sólidos movimentos artísticos que viram o dia em terras portuguesas. Mas ainda não se exaltou suficientemente esta obra magnífica do Professor Gonçalves.

Estou a vê-lo, sentado à cabeceira da grande mesa, ao redor da qual nos reuníamos para o ouvir e para o seguir. Junto das paredes da Torre, os artistas — os ferreiros, os ourives, os entalhadores, os canteiros —, debruçados sobre os estiradores, desenhavam à luz do gás, criando ou copiando dos gessos. E nas dúvidas ou nas hesitações lá estava o conselho amigo do Mestre, a mão discreta do artista que emendava sem alterar o pensamento do executante, que encaminhava com delicadeza ou apreciava com subtil espírito crítico.

Este homem completo foi em Coimbra, no campo das belas artes e durante quase metade de um século, a figura primacial de um verdadeiro renascimento artístico.

Acima de tudo artista e artífice — e neste campo desenhador, pintor, escultor, ceramista, cenógrafo —, mas também historiador e crítico, polemista e polígrafo de estilo tão pessoal, professor, director de Museus, orientador da restauração de monumentos, o Mestre António Augusto Gonçalves, ouvido, respeitado, admirado, foi, apesar da sua modéstia, uma das pessoas mais representativas, para nós os aprendizes de arte certamente a mais representativa, da sociedade coimbrã do tempo da minha juventude.

A sua bondade não tinha limites e o seu desejo de ser útil aos que o rodeavam, em especial aos seus irmãos artistas, era proverbial. Passou a vida a bem servir. Servir a cidade que lhe foi berço, empregando os maiores esforços para conservar o que nela havia de mais representativo, restaurando os valiosos restos do seu passado; servir as gerações de estudantes que por ela passavam, professando na Universidade e na Escola de Brotero; servir os artistas, criando a Escola Livre das Artes do Desenho, frequentando as oficinas, fornecendo desenhos e conselhos; servir a arte, salvando, em momentos críticos da história portuguesa contemporânea, tantos objectos que reuniu nos Museus que teve sob a sua direcção.

Poucas pessoas se podem orgulhar de ter tão completamente preenchido os anos da sua vida, dentro do ofício que escolheram.

*

Permitam V. Ex.^{as} que o Director do Museu Nacional de Arte Antiga, de Lisboa, lhes roube uns instantes, para se ocupar do Mestre Gonçalves como director do Museu do Instituto e do Museu de Machado de Castro, que fundou.

O Dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos conta algures¹ as circunstâncias em que Gonçalves foi convidado para exercer o lugar de director do Museu do Instituto, num momento em que era manifesto o seu estado de decadência. «O Museu», escreveu o eminente professor, «tão amorosamente criado por um reduzido grupo de arqueólogos, e tão sábia e honestamente catalogado por Aires de Campos, não passava já de um conjunto informe de pedras e várias velharias, amontoadas sem ordem, sem arte, sem luz, sem limpeza, em duas espeluncas, que nunca haviam sido vestidas de cal, mas que, em compensação, se achavam profusamente decoradas com espessas colgaduras de teias de aranha».

Foi o Professor Júlio Henriques, um pouco a medo «diz Ribeiro de Vasconcelos» que ousou apontar o nome de *alguém*, que não tinha a recomendá-lo pergaminhos académicos e que por vezes falara do Instituto em tom assaz acre».

Aceite por Gonçalves o cargo para que fora indigitado, a sua acção não demorou a fazer-se sentir. Eram grandes as esperanças daqueles que lhe confiaram o encargo, como nos revela Ribeiro de Vasconcelos ao escrever: «Passando em revista isso tudo e muito mais, concluía-se que António Augusto Gonçalves era o homem que podia reanimar e revigorizar essa múmia ressequida, coberta de pó e lixo, que enfaticamente se denominava — Museu de Arqueologia do Instituto de Coimbra».

¹ *Homenagem a António Augusto Gonçalves — 31 de Julho de 1921*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923. Págs. vii e segs.

E de facto assim sucedeu. Valho-me sempre da descrição do meu saudoso professor de história na Faculdade de Letras, para compor esta introdução à actividade museográfica do Mestre Gonçalves: «O Museu Arqueológico do Instituto, decorrido pouco tempo, já não parecia o mesmo; transformou-se e ampliou-se rapidamente, sendo vastas e preciosas as colecções que nele se instalaram. Os objectos que as constituíam, foram, em grande parte, adquiridos por indústria de Gonçalves e muitos eram propriedade sua; António Augusto é que dirigiu sempre e exclusivamente a escolha, disposição e instalação. No domingo 26 de Abril de 1896, realizava-se com grande solenidade sob a presidência do Bispo-Conde, o benemérito D. Manuel Correia de Bastos Pina, e do Reitor da Universidade, o sábio Dr. António Augusto da Costa Simões, a abertura e inauguração do importante Museu de Antiguidades».

Lembro-me muito bem deste Museu e de ver, pontificando ali, o venerando Director. Mas as instalações da Rua Larga eram acanhadas para a sua ambição. A legislação de 1911, criando o Museu de Machado de Castro, deu-lhe os meios para pôr de pé a grande obra que concebera — o Museu de Arte e Artefactos — que seria o complemento educativo da sua amada Escola Livre das Artes do Desenho.

No folheto que Gonçalves publicou no ano de 1929, intitulado — «Enumeração das obras preparativas para a Instalação do Museu de Machado de Castro»¹ — conta-se a história dos primeiros esforços, das primeiras canceiras e das primeiras arrelias que o assoberbaram no início da tarefa com que sonhara.

«Em fins de 1912, escreve Gonçalves, preteridas várias pretensões, foi finalmente o edifício (do Paço do Bispo) cedido, para que ali fosse domiciliado o Museu de Machado de Castro, aproveitando o núcleo do Museu do Instituto, e

¹ A. Gonçalves, *Enumeração das obras preparativas ... etc.*, Coimbra, Tip. de «O Despertar», 1929.

ampliado com os mobiliários escolhidos nas casas congregantistas femininas.»

O estado em que achou o palácio não era animador.

« Não se pode conjecturar, elucidá-nos Gonçalves, o estado de indecorosa imundície e assolador detrimento, em que se achava o edifício do lado do sul.»

Era uma situação idêntica àquela em que encontrara o Museu do Instituto quando a direcção deste lhe foi entregue.

As possibilidades eram pequenas — «Por aqui se pode avaliar» escreve «a escassez das circunstâncias e a penúria dos recursos para obra tão complexa». Os auxílios eram poucos e nem sempre dedicados. Assim diz: — «Os devotos assíduos dos primeiros dias depressa cançavam e levavam com eles os ruidosos projectos de cooperação scintilante. Eu bem os ouço gorgear pelos jornais — como rouxinóis de barro! — em arroubamentos de estetas e de críticos».

Apesar de todas as contrariedades a obra ergueu-se pujante de beleza e de predomínio, pois foi, sem dúvida, o Museu de Coimbra, o modelo pelo qual vestiram os Museus provinciais que ao tempo se constituíram.

Restaurou-se e consolidou-se o formosíssimo palácio episcopal, particularmente na parte mais antiga e mais nobre; adaptaram-se os compartimentos que o Bispo-Conde havia mandado construir em duvidoso gosto manuelino; aformoseou-se o jardim e preparou-se um conjunto acolhedor, dominado pela admirável galeria, balcão aberto para uma das mais lindas paisagens desta incomparável terra coimbrã.

No piso inferior da construção dispôs-se a secção romana, importantíssima, provinda na maior parte de Conimbriga que Gonçalves, quase sem recursos, começara a explorar; abriu-se a sala da Renascença, um dos mais opulentos escriptórios do Museu, onde os imaginários medievais e Mestre João de Ruão e Mestre Nicolau Chanterene respondiam, com obras magníficas, dia a dia rebuscadas e colleccionadas, à chamada do seu parceiro, também artífice amoroso da pedra,

o Mestre António Augusto Gonçalves; ao lado era a secção de serralharia e de mil outras antiquilhas ali dispostas para servir de inspiração e modelo aos estudantes da Escola Livre e da Escola Brotero, sempre presentes no pensamento do grande organizador. No andar nobre, os tapetes orientais e nacionais, as talhas douradas, as esculturas em madeiras estofadas, as louças, os barros, os móveis enchiam as salas tão agradáveis pelo pitoresco do arranjo. E no pavimento superior do corpo do edifício que o prelado Bastos Pina mandara construir, mostravam-se as pinturas recolhidas dos conventos, onde se destacavam os painéis capitais da transição de quatrocentos para quinhentos, do Mestre da Vida de Santa Clara; as pinturas, dadas ao Cristóvão de Figueiredo, da Igreja de Santa Cruz; os painéis que tive a felicidade de reunir sob a designação—Mestre do Sardoal—, entre os quais avultavam a formosa e tão discutida Assunção da Virgem, encomendada pela Rainha D. Leonor e o políptico de Celas; as quatro tábuas de um saboroso mestre, provindas do Convento de Santa Clara, ostentando como peça central o painel do Padre Eterno; e os estrangeiros, tendo à frente as pinturas flamengas da oficina do Mestre Quintino Matsys. Mostrava-se também, em curioso mostruário, um valioso grupo de fragmentos de tecidos, pacientemente recolhidos por Mestre Gonçalves. E ainda a sala de Coimbra, com plantas, alçados e outras recordações desta vetusta cidade.

Se considerarmos a época em que este assombroso empreendimento foi realizado; se considerarmos os recursos que o seu instituidor tinha à disposição; se considerarmos mesmo certa hostilidade do meio, à qual Gonçalves pungentemente se refere no opúsculo atrás citado, bem como em muitos dos artigos que semanalmente mandava para as folhas locais, o facto da criação do Museu de Machado de Castro avoluma-se, e justifica todas as iniciativas para glorificar quem o soube conceber e quem, integralmente, foi capaz de o pôr de pé. Bem merecem, por isso, os que, passados cerca de trinta e quatro anos sobre a data da fun-

dação do Museu e catorze anos sobre a data da morte do seu instituidor, se lembraram de lhe dedicar esta significativa prova de homenagem e de reconhecimento.

*

Muitas coisas se passaram entre a época, aliás não muito distante, em que Gonçalves organizou o Museu de Machado de Castro e o momento museográfico actual, ou melhor, o momento a partir das publicações do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações, pelo seu «Ofício Internacional dos Museus».

De facto, nos últimos anos operou-se uma modificação total em tudo que diz respeito a Museus, quer na sua concepção architectónica, quer nas condições expositivas, quer no arranjo das obras a mostrar, quer ainda nos processos de catalogação e inventariação das mesmas.

Pode falar-se numa revolução.

Reuniram-se no estrangeiro congressos e conferências do pessoal superior destes estabelecimentos e em resultado deles dispomos actualmente de opulenta literatura, composta das publicações do Instituto acima referido, entre as quais destacaremos a revista «Museion», com seus 52 tomos, saídos entre 1927 e 1945, bem como os dois importantíssimos volumes de «Museographie» acerca da architectura e do arranjo dos Museus, colectânea das teses e das conclusões da conferência internacional de estudos, que teve lugar em Madrid, em 1934, e ainda das actas das reuniões, dos boletins e dos inquéritos, como aquele que realizou o Senhor George Wildenstein, apresentado em letra redonda sob o título genérico «Musées», e que tanta repercussão teve, até na transformação por que estava a passar, no início desta última guerra, o Museu do Louvre.

Para o Museu de Coimbra não se discute o problema da instalação, embora tanto se tenha escrito acerca das vantagens e dos inconvenientes da adaptação de um palácio

antigo a Museu. O Museu de Lisboa, teve de encarar este grave problema que foi largamente debatido. Eu próprio enfileirei na frente daqueles que desejavam ver o Museu da Capital instalado num edifício moderno, obedecendo a todas as leis actuais da museologia. E tendo-me cabido a pesada herança de presidir à conclusão das obras do Museu e de reinstalar em outros moldes as opulentas colecções, quer no edifício construído para seu engrandecimento nos anos de 1937 a 1939, do lado do Jardim das Albertas, quer no velho palácio dos Condes de Alvor, também remodelado e ampliado, pois nunca havia sido concluído, possuo certo conhecimento de causa e certa autoridade para emitir opinião sobre este delicado tema.

Reconhecemos, porém, que o caso de Coimbra está longe de ser idêntico àquele que se pôs para as Janelas Verdes, e não nos é penoso aceitar que para um Museu do tipo do desta cidade, o velho palácio episcopal é edifício conveniente.

Porém na necessária remodelação pela qual o Museu tem urgentemente de passar, o critério que se adoptou para a apresentação das colecções, e que muito bem se justificava na época da sua organização, não pode de forma alguma prevalecer.

O Museu de Machado de Castro, se quiser progredir, não deve esquecer as contribuições modernas em matéria museológica e tudo aquilo que se fizer tem de integrar-se na orientação actual ou tem, pelo menos, de obedecer às regras mais gerais que se estabeleceram: expor sem a preocupação da quantidade; expor exclusivamente o que é bom; expor em boas condições de defesa e de boa visibilidade das obras; expor em condições de comodidade para o visitante; se for possível, expor segundo um critério didáctico.

Quando Gonçalves organizou o Museu, foi este o local para onde concorreram todos os objectos que houve necessidade de livrar dos perigos do instante e de os mostrar ao público, para que novos danos e malefícios não fossem

cometidos. Ouçamo-lo a respeito deste melindroso assunto: «Depois de determinada a fundação dos Museus, em 1912, era de normal critério, — e alguns ingénuos de boa fé assim acreditaram! — que se procedesse à repartição equitativa dos artefactos do espólio das congregações religiosas extintas e dos domicílios reais. Nunca mais se apresentará ocasião para coligir exemplares do trabalho nacional, de carácter e de estilo autêntico. Os factos, porém, desmentiram a previsão. Os claviculários e coleccionadores de influência souberam governar-se; e os comerciantes de antiguidades tiveram banquete lauto! Pela fronteira aberta, cuja fiscalização só tarde e negligentemente se exerceu, saíram centenas de volumes preciosos. As providências policiais foram sofismadas. O Ministro das Finanças, contrariamente às leis, pôs em venda pública o mobiliário e objectos decorativos dessas proveniências. O leilão durou muitos dias. Queimou-se tudo a baixo preço. Artefactos e livros, etc., tudo, que tinha estimação e valor, foi lançado à voragem! Deram-se escândalos inacreditáveis... E ficámos descançados!...»¹.

O que ficou deste rescaldo foi recolhido apressadamente e exposto na totalidade para exemplo aos que mandavam e para aviso daquilo que havia necessidade de fazer: — salvar e arrecadar.

A situação actual é diversa. Hoje pode permitir-se a selecção do que naquela altura se exhibiu e muitas obras podem passar para as arrecadações ou para as galerias de estudo, que constituem concepção vantajosíssima da moderna museologia.

Estou certo que muitos dos vasis deixados por essas obras podem ser preenchidos por outras que o Estado adquira ou que venham, por troca ou depósito, de outros Museus. E mesmo, quando se transportar, como a meu ver se afigura essencial, e ainda em vida do Mestre Gonçalves

¹ A. Gonçalves, *Enumeração das obras preparativas... etc.*, Coimbra, 1929, pág. 4.

lho fizera francamente sentir, a colecção das pratas da Igreja de São João de Almedina para o Palácio, o problema do espaço vazio não se apresentará com a acuidade que pode por agora afligir-nos.

Após as obras que neste momento decorrem no Museu e que devem provavelmente obedecer a um plano estudado com vagar e método, pois hoje não se admite que numa realização desta natureza qualquer pormenor, por mais íntimo, seja deixado ao improvisado, o Museu de Coimbra sairá vestido de novo e as obras de arte que o Professor António Augusto Gonçalves, durante tantos e tantos anos, reuniu à custa de canceiras, arrelias e até insegurança da sua pessoa, hão-de apresentar-se valorizadas no conjunto e nos pormenores.

Além disso, o tipo de um Museu como o de Coimbra obriga, necessariamente, a pensar na organização de um Instituto anexo de cultura artística. Lutámos vigorosamente pela criação de um organismo dessa natureza no Museu de Lisboa e julgamos que o Museu desta cidade, por estar num meio universitário, dele não pode prescindir.

Nas Janelas Verdes destinamos todo o piso inferior do palácio antigo a tão importante realização. Temos ali uma linda e confortável sala de conferências há poucas semanas inaugurada, uma excelente biblioteca da especialidade, com novas instalações para 38 leitores, alguns alojados em gabinetes privativos, secção de estampas, e sete amplas salas para exposições temporárias, quer de obras que nos tragam do estrangeiro, como há pouco sucedeu com a colecção Lázaro e com a da Medalha Francesa, quer de obras do próprio ou de outros museus e ainda de colecções particulares. Existe também uma sala de aula onde se professa parte do programa da cadeira de Estética e de História de Arte da Faculdade de Letras.

Sem a grandeza das instalações das Janelas Verdes, julgo, repito, que o Museu de Coimbra não pode prescindir de um departamento semelhante àquele.

*

Sejam quais forem as transformações que se operem no Museu de Machado de Castro, e eu pressinto que elas têm de ser profundas, não há que recear qualquer quebra no valor daquilo que o Professor António Augusto Gonçalves realizou. O palácio episcopal com suas salas e galerias, seus recantos e gabinetes, as múltiplas obras de arte que o guarnecem e quanto nele vier a produzir-se, falarão sempre do seu Instituidor, cuja presença nada poderá apagar nem diminuir. Sei mesmo que ela resultará engrandecida, pois por experiência própria posso afirmar que, apesar da transformação completa por que passou nos últimos sete anos — os da minha direcção — o Museu Nacional de Arte Antiga, a presença do eminente museólogo e meu saudoso antecessor — o Dr. José de Figueiredo — é mais sensível, e cada vez mais nos envolve e estimula.

Não venho a Coimbra sem ir passar uns instantes no Museu de Machado de Castro. Quando o percorro, Gonçalves continua a ser meu Mestre e guia, meu cicerone. A assistência da sua vasta sabedoria continua a ilustrar-me. A bondade do seu acolhimento mantém-se inalterável. A sua agudeza crítica, sem preversidade, mas leal e construtiva, é saboreada hoje como no tempo em que, com orgulho, era seu modesto e apagado colaborador.

Esta presença de hoje e de amanhã do Mestre António Augusto Gonçalves é a sua maior glória, pois representa a continuidade da sua obra magnífica.

Coimbra, 17 de Março de 1946.

JOÃO COUTO

MESTRE GONÇALVES E A ESCOLA LIVRE DAS ARTES DO DESENHO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE;
MEUS SENHORES;
e MINHAS SENHORAS:

Represento a Direcção da Escola Livre das Artes do Desenho, que foi tribuna, templo e lar do Mestre Gonçalves.

Estes aspectos podem ser considerados para exaltação da obra notável de António Augusto Gonçalves. Tomados no conjunto, ou fixado só um deles, foi — como direi? — pretor, pontífice, e chefe da família artística.

Antes, porém, deixai que se fixe neste momento a posição da Escola Livre das Artes do Desenho, para muitos julgada como obra a viver já de memórias ou anotada num passado histórico, e somente a projectar-se em refulgências nos que lhe sobreviveram.

Não é exacto.

A Escola Livre das Artes do Desenho, compromisso de Fé dos que foram os seus organizadores, à frente dos quais se sobreleva a figura prestigiosa de Mestre Gonçalves, existe ainda, para nobilitação dos Artistas desta terra.

Aguarda, somente, o instante para renascer das próprias cinzas, como a Fenix da lenda, que, neste caso, são as obras de restauro do edificio, onde tem permanecido, indicadas pela secção competente do Ministério das Obras Públicas, como necessárias à conservação da velha, histórica e graciosa Torre de Almedina.

Mas, nem por isso, a sua organização associativa se desmantelou e a parte directiva deserta do seu posto.

Encontro-me no lugar da presidência porque a morte, arrebatadora e inclemente, levou quem com tanta proficiência occupava a principal função directiva. O falecimento do professor, arqueólogo, jornalista, de superiores méritos, Dr. Virgílio Correia, com grande ânimo occupando esse cargo, deixou-nos desolados mas não quebrantou o entusiasmo no prosseguimento duma obra que, bem poderá dizer-se, nos legou, ou com mais propriedade, legou a Coimbra, o Mestre Gonçalves.

Desanimar, deixar-nos vencer por esta fatalidade, por quaisquer desânimos ou incertezas do futuro, seria esquecer o voto feito perante a memória sagrada do verdadeiro fundador da Escola Livre das Artes do Desenho, seria trair a missão que nos propusemos realizar na subida a tão honrosos cargos.

E, permitam-me V. Ex.^{as} esta sincera e firme afirmação — qualquer dos membros da actual direcção é incapaz de voltar a cara a quaisquer revezes. Pelo contrário, sentem-se fortalecidos para poder afrontá-los, escudados na Obra do Mestre, *primus inter pares*, e confiados nas palavras ouvidas ao seu continuador, Dr. Virgílio Correia.

Mas desviei-me um tanto, para fixar a posição da Escola Livre das Artes do Desenho e dos que actualmente a dirigem.

Retomo, porém, como conimbricense orgulhoso dos homens notáveis da minha terra, como admirador da Arte nas belezas e grandezas que ela encerra, na categoria com que me apresento nesta sessão homenageadora, como transitório aluno do Mestre, na Escola Brotero, e como português, ufano das virtudes cívicas da raça e dos que as proclamam e cultivam, as expressões com que me proponho exaltar aquelas virtudes, engastadas como brilhantes bem facetados, e de preço, no nome de António Augusto Gonçalves.

Foi tribuno na Escola Livre das Artes do Desenho, dizia, e, de facto, da sua cadeira, ao mesmo tempo cátedra, proclamava as grandezas da Arte, e aperfeiçoava o civismo

daqueles que eram, a um tempo, discípulos e colaboradores entusiastas da sua obra de Mestre e Cidadão.

Apostolizou, pontificou, nesse templo de Arte, iluminado pela Fé, pela crença numa obra de espírito que teria de passar para além da sua vida porque tinha a imortalidade dos grandes idealismos e das realidades sempre em marcha para a perfeição.

Viveu o seu lar de Arte, e nele foi o «pater familias», seguro da sua autoridade e afectuoso na nobreza da sua dedicação por aqueles que considerava ligados pelos elos dum sentimento comum — a educação artística.

Foi assim que actuou na Escola Livre das Artes do Desenho, o glorioso Mestre António Augusto Gonçalves.

É dentro deste âmbito, embora estreito, tão galhardamente e tão elevadamente radioso, que, na situação invocada, vejo neste momento a sua figura iluminada e forte.

Assim cumpro um dever, servindo uma íntima devoção.

Não cabe a mim, fixar a sua personalidade, por tantos motivos bem merecedora da homenagem desta noite, fora deste ciclo, e tão somente fixá-la ao cimo daquela escadaria enorme da Torre de Almedina, para ele aligeirados os degraus, pela devoção da sua obra.

Ali no quadrado de paredes tão antigas, dominantes da cidade, pela sua altura e pela acção em prol da Arte de lá irradiada, vou buscar a singular figura do Mestre para com estas minhas modestas expressões contribuir singelamente para a justa homenagem promovida pelo Instituto de Coimbra, prestigiosa corporação científica e literária.

Não vou reeditar as homenagens prestadas a Mestre Gonçalves, portas a dentro da Escola Livre das Artes do Desenho, e que, felizmente, vieram a publicações que bem nos podem guiar para exaltação da sua individualidade, dando-nos conhecimento de quanto era estimado, admirado e respeitado por aqueles que viveram a seu lado e foram seus discípulos ou auxiliares da sua nobilíssima missão.

Não foi, também, meu propósito traçar-lhe a sua biografia, de grandezas sem par. Não vou procurá-lo nas pági-

nas do jornal, numa colaboração a individualizá-lo, pelo estilo próprio, rico de termos, soberbo de fluência, perfeito de forma e conceitos.

Nem sequer penso em revelá-lo no seu lirismo, para muitos desconhecido, mostrando-o como delicado poeta nas folhas do jornal literário «O Zefiro». Também não vou em demanda do jornalista vigoroso, forte nas ideias e na sua apresentação nos números dos periódicos «A Oficina» e «A Voz do Artista».

Não ressuscito, embora a sua figura fosse realçada victoriosamente, a célebre polémica em defeza da cerâmica coimbrã, obra artística de inspiração e saber.

Não o vou encontrar nas aulas da Faculdade de Filosofia onde subiu ao professorado superior por direito de conquista, nem às da Escola Brotero, onde começava a missão verdadeiramente evangelizadora, completando-a na Escola Livre.

Não quero, também, surpreendê-lo no seu *atelier* modelando o barro, ágil e perfeito, desenhando primorosamente e continuamente, servindo-se dos pincéis para os seus quadros dum tão extraordinário pintor, nem sequer pretendo despertá-lo do seu sonho, tornado luminosa realidade — o Museu de Machado de Castro.

Não procurei o egrégio arqueólogo, o crítico de Arte erudito, o publicista formidável, nem o competente e inteligente organizador e colaborador das inesquecíveis Exposições Distritais.

Limito-me a considerá-lo, e comigo, certamente, toda esta distinta assembleia homenageadora de Mestre Gonçalves, o Artista consagrado e o polígrafo excelente.

E porque vive e viverá na recordação saudosa e respeitosa de todos os que conviveram ou o observaram de perto, ou mesmo à distância, tão ilustre personalidade da Arte e da nossa Terra, em nome da Escola Livre das Artes do Desenho, venho trazer esta simples contribuição para a memória veneranda do Mestre.

E a findar:

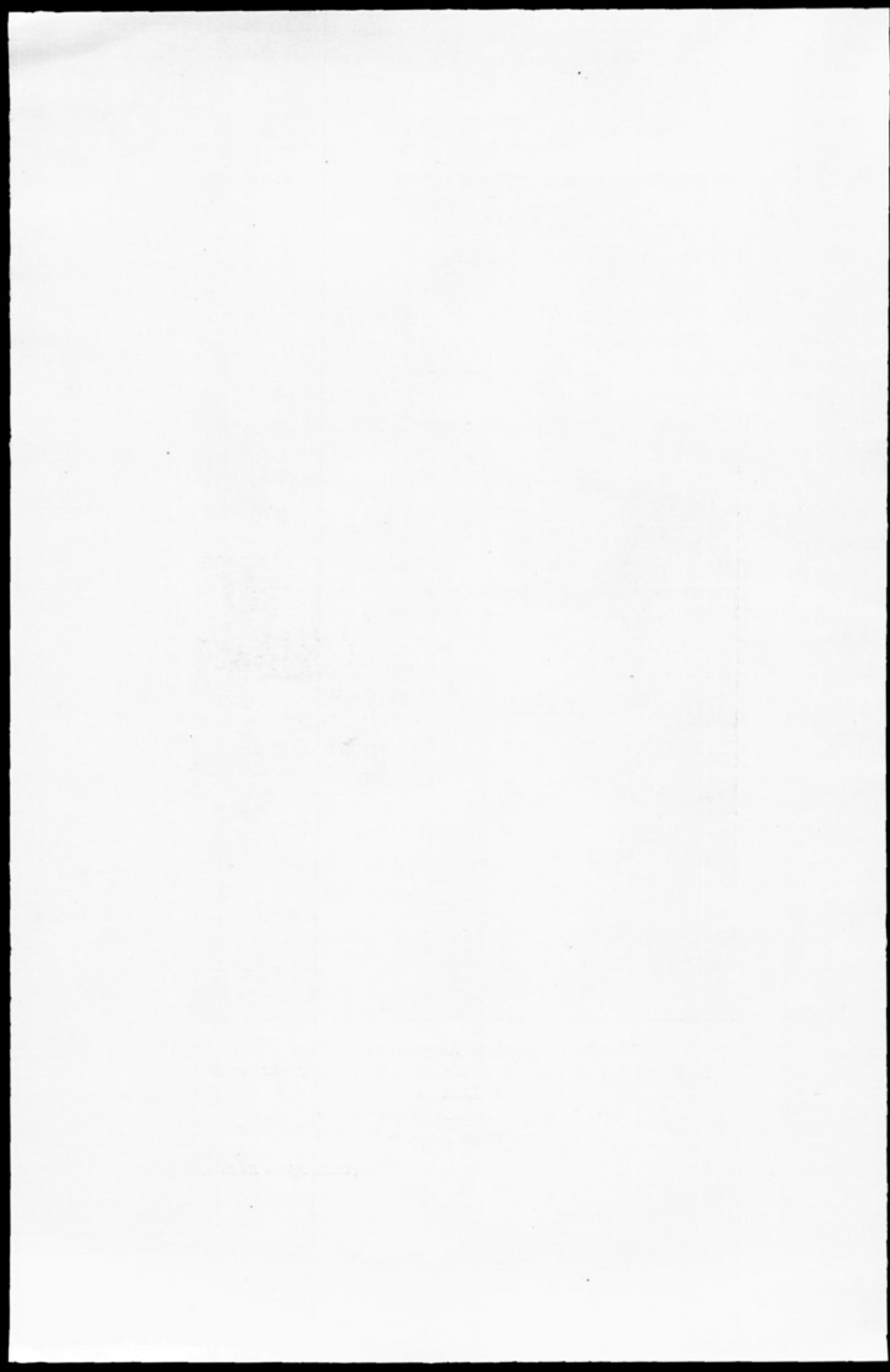
As minhas saudações ao Instituto de Coimbra, e os cumprimentos ao professor ilustre, sr. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho, seu muito distinto presidente, pela lembrança e iniciativa, digna do maior apreço, desta homenagem sempre grata ao coração dos conimbricenses, aos sócios da Escola Livre das Artes do Desenho, aos discípulos de Mestre Gonçalves e tantos e tantos admiradores da sua obra artística e do seu exemplar civismo.

OCTAVIANO SÁ



Jazigo de António Augusto Gonçalves
no Cemitério da Conchada, mandado erigir por sua irmã
D. Libânia
(O busto, de bronze, é modelação
do Escultor Costa Mota, Sobrinho)

(Cliché Afonso Rasteiro)



ANTÓNIO AUGUSTO GONÇALVES, ROMANCISTA

António Augusto Gonçalves foi uma personalidade complexa. É difícil discriminar entre os seus vários talentos aquele que, perseverantemente cultivado, teria feito dele o grande artista que na realidade não chegou a ser. Conhecido como crítico de arte e arqueólogo, celebrado como colecionador e restaurador de obras de arte, justamente louvado como animador das artes industriais conimbricenses e mestre de quantos artistas menores quiseram aprender com ele, António Augusto Gonçalves não chegou a conquistar nome como pintor, desenhador, gravador, ceramista, escultor, miniaturista ou escritor, mesteres que cultivou com notável destreza, mas não com aquela inalterável determinação que é apanágio do temperamento dos verdadeiros artistas. Extremamente orgulhoso, nunca o seu orgulho lhe permitiu arriscar-se numa carreira em que receava não ultrapassar a mediocridade, pois, se alguma coisa havia no seu temperamento superior à média, era esse clarividente instinto a que vulgarmente se chama senso crítico. Não era nele, porém, tal instinto qualquer coisa de equilibradamente consolidada: parece-me difícil dizer que matiz lhe faltava. Algo lhe faltava, no entanto. Talvez lhe faltasse aquela equidade, mercê da qual um artista, no meio das insuficiências do seu labor, confia, um tanto cegamente, na estrela que um dia lhe há-de dar a perfeição a que idealmente aspira.

Tendo feito, um dia, a viagem de Paris, como todo o artista que se preza, António Augusto Gonçalves, mal regressou a Coimbra, entrou no seu *atelier* da Rua dos Coutinhos,

apeou as telas que pendiam das paredes, e, uma a uma, as destruiu. Depois de ter contemplado, nas salas do Louvre, os grandes mestres da pintura, A. Gonçalves entendeu que era uma afronta à beleza pintar como ele próprio pintava. E nunca mais pintou. Isto só prova a falta de equilíbrio do seu senso crítico, o qual não era susceptível de o fazer compreender que a perfeição é um ideal e que para atingi-lo há que principiar por ser imperfeito. Ou, então, prova outra coisa um pouco mais profunda e mais grave: prova a existência de um temperamento dispersivo e volúvel, incapaz de se concentrar no desenvolvimento integral de uma só faculdade, único meio ao alcance do verdadeiro artista para realizar um imperativo de sensibilidade, pois outra coisa não é que um imperativo de sensibilidade a vocação dos verdadeiros artistas.

Deixando de lado a pintura, consagrou-se António Augusto Gonçalves ao ensino e ao apostolado da arte quer popular, quer erudita, para o que nunca desdenhou servir-se da sua pena: uma pena que lhe não caiu da mão nem mesmo quando, vítima da idade, já mal era senhor dos seus próprios reflexos mentais. Ora é como jornalista, como polemista, como crítico de arte, como romancista, sim, como romancista, que António Augusto Gonçalves tem sido menos estudado. Homem de letras, o autor da *Estatuária Lapidar* nunca o deixou de ser durante toda a sua longa e laboriosa vida. Se há alguma coisa de constante, de perseverante, de profundo, na personalidade complexa deste homem é exactamente a vocação de escritor. Talvez não fosse um pintor, talvez não fosse um escultor, talvez não fosse um desenhador, era, com certeza, um escritor. Teria sido, se quisesse, um romancista: um dos melhores romancistas do seu tempo. E esta ousada afirmação é feita com uma prova irrefutável à vista. António Augusto Gonçalves não só publicou, anónimas, várias novelas em jornais conimbricenses, mas também deu à luz um romance, embora não tivesse ousado inscrever nele o seu nome como autor, e esse romance, dentro da tradição romântica do romance histórico da época, é um documento de valor indiscutível.

Tinha António Augusto Gonçalves vinte e nove anos quando o seu romance apareceu. Ainda então não estava definida a sua personalidade. O erudito ainda não tinha tolhido o passo ao artista. Foi durante um longo período de reclusão forçada, afastado do convívio do mundo, a que não queria dar o espectáculo de uma doença que ele considerava humilhante, que A. Gonçalves aprofundou os seus estudos históricos e adquiriu a bagagem de conhecimentos que lhe abriu depois as portas da história de arte. Suponho que tenha sido nessa altura que lhe veio a ideia de escrever um romance. Publicado em 1876 na tipografia de um amigo seu, Manuel Caetano da Silva, ilustrado com três desenhos assinados «Glz.», sua rubrica de pintor, e gravados por Silva, o próprio Caetano da Silva, ao que suponho, *O Assassino d'El-Rey*, sub-intitulado *esboço romântico sobre factos de história portuguesa do XIV século*, atesta um conhecimento dos costumes da época clara prova de grande familiaridade com os historiadores da Idade-Média. São hoje raríssimos os exemplares desta obra que, posto tenha saído do prelo sem nome de autor, António Augusto Gonçalves, anos depois, mandou recolher e queimar, à excepção do exemplar que possuo e que pertenceu à sua biblioteca particular. Desdenhosamente costumava referir-se o notável Professor a este livro, para ele, já então completamente absorvido pela crítica e história de arte, uma indecente nódoa romântica na sua obra de clara visão realista. É isto mais uma prova da flutuação do seu gosto e do desequilíbrio do seu senso crítico. Realmente, António Augusto Gonçalves, nada tendo de romântico, natural parecia, que repudiasse uma obra por ele sub-intitulada de *esboço romântico*. Simplesmente, nesse *esboço romântico* há muita coisa que não é romântica: o quadro da época — o reinado de D. Fernando — é pintado com rigores de análise, e certas figuras, como a do estalajadeiro Bordegão, e certas cenas, como a da execução de Frei Rogério, são recortadas na perspectiva histórica com um vigor e uma nitidez de pena realista. Realmente, o lado frouxo do romance é a natureza

das paixões que agitam a alma de Frei Rogério e de Frei Martim e a desgraça que varre a família deste desde o momento em que o infante D. Fernando seduz a filha do venerando D. Mendo Pires. Inteiramente sujeita ao estilo do romance histórico, e não mais sobrecarregada de vingança, de ódio, de lágrimas e de sangue que as histórias contadas por um Alexandre Herculano, um Arnaldo Gama ou um Rebelo da Silva, a história que A. Gonçalves nos conta é filha da sua época. A confiança do autor de *O Assassino d'El-Rey* nos seus dotes de romancista era tão diminuta que não ousou, numa primeira obra, romper com o estilo dos mestres. É certo que nessa mesma altura, publicava Eça de Queirós *O Crime do Padre Amaro*, primeiro golpe na rotina romântica do nosso romance. Sabe-se, porém, quais foram as reacções que o realismo nascente provocou entre nós. É possível que António Augusto Gonçalves, espírito jovem e inteligência positiva, ao ver surgir no horizonte a nova escola, a tenha aceite com entusiasmo. Mas já então estava virado para os estudos eruditos. A versatilidade do seu espírito não lhe permitiu acompanhar a nova escola. A sua reacção foi mais simples: queimou o *esboço romântico* que fizera.

O Assassino d'El-Rey é apresentado como uma história encontrada num velho in-fólio em latim comprado em 1873, três anos, portanto, antes da sua publicação, na venda que um tal Mr. J. Michelis levou a cabo de um resto de livros, reputados de menor valia, que tinham pertencido às bibliotecas das extintas ordens religiosas. Assim se diz na *Advertência* que precede a narração. Dentro desse in-fólio havia umas folhas avulsas de papel manuscrito que os paleógrafos consultados reputaram como tendo sido escritas nos começos do século XVI. Embora faltassem algumas folhas, e muitas das suas páginas fossem indecifráveis, mercê das abreviaturas em que tinham sido escritas, recompondo e ligando os acontecimentos, foi possível delinear a história romântica contida no volume. E o facto de António Augusto Gonçalves, conscientemente, considerar romântica a sua história

prova bem não ter escrito *O Assassino d'El-Rey* românticamente empolgado pelos processos dos mestres portugueses discípulos de Walter Scott ou Alexandre Dumas.

Haverá uma intenção neste livro? Apaixonado pelos estudos de história medieval, António Augusto Gonçalves julgou digno de ser contado sob forma de «romance» um episódio mercê do qual a morte de D. Fernando, cercada de um certo mistério na própria *Crónica* de Fernão Lopes, em que se diz que ele foi transportado do palácio de Almada, onde adoecera, para o de Lisboa, onde foi dado como falecido, depois de lançado o pregão nas ruas da capital que interdizia, sob pena de morte, que alguém assomasse às portas ou janelas, é atribuída ao punhal de Frei Martim, franciscano que jurara vingar a desdita da sua família vítima da corrupção do monarca quando ainda infante. E pela mesma razão que a maior parte dos seus desenhos que escaparam à razia, após o regresso de Paris, tem, como tema predilecto, cárceres e masmorras medievais, assim o seu romance é um quadro sombrio dos ódios, das paixões, das vinganças, dos desvarios, dos crimes e das corrupções que flamejaram em Portugal ao longo dos anos em que Fernando o formoso governou o reino. Não importa que certos modernos historiadores tenham tentado reabilitar a política do marido de D. Leonor Teles; António Augusto Gonçalves, enfronhado na leitura das crónicas medievais e apaixonado pelo estudo da arquitectura, da arte e dos costumes da época, foi levado a dar um sentido trágico, patibular, necrófilo ou *gothic*, como diriam os ingleses, a esse convulso período da nossa história. E a verdade é que a atmosfera sombria que pesa sobre o romance em nada fica a dever às pinturas que Herculano nos deixou da mesma época. E, assim, esta história, onde não deixam todavia de transparecer as ideias políticas de um homem que já era republicano a quando do 31 de Janeiro, e que, portanto, tinha o obscurantismo fanático das eras remotas como o mais maléfico dos prejuízos, não é, no fundo, senão uma história, um verdadeiro romance: um quadro de costumes medievais interpretados à luz do romantismo.

Julgarão, talvez, aqueles que não conhecem este livro que o erudito director do Museu de Machado de Castro, escrevendo um romance, fez uma obra narrativa massuda, sem diálogos nem lances romanescos, composta à maneira de um estudo histórico. Puro engano. *O Assassino d'El-Rey* obedece às mais clássicas normas do género, e até mesmo quando natural seria que o escritor se demorasse, eruditamente, evocando usanças passadas, nos deparamos com trechos vivíssimos, compostos de uma forma objectiva e nua, os quais nos põem diante dos olhos guerreiros, monjes, reis, estalajadeiros e carrascos tal como se eles, de facto, vivessem. Logo nas primeiras páginas do romance há uma descrição da Lisboa medieval que parece feita com o original à vista. Esse rapaz de vinte e oito ou vinte e nove anos, que mal conheceria a moderna capital do seu país, houve-se de tal sorte na pintura da velha cidade que não sei de outro romance onde a Lisboa medieva surja tão surpreendentemente viva. Não é só, porém, nas páginas de evocação histórica de carácter exterior que A. Gonçalves revela excepcional talento de narrador e evocador. A figura de Leonor Teles é admirável de altivez, de ardor, de sensualidade e de ódio. O Conde de Andeiro, tanto na cena em que estreita nos braços a amante real, como naquela em que vara o corpo do franciscano que ousa acometê-lo em plena estrada, é incomparável de realidade humana. E se a descrição da morte de Violante está contaminada pela teatralidade romântica dos romances género *Eurico*, a evocação das torturas a que estavam sujeitos os encarcerados é de um dramatismo raramente ultrapassado. Frei Rogério, lançado numa masmorra subterrânea praticada nas fundações das muralhas de Lisboa, surge-nos como uma criação da mais alta realidade. A. Gonçalves assim nos descreve o seu estado desesperado:

«Ali jazia fr. Rogério, o condenado, tendo suportado já as torturas dum interrogatório cruel, respirando os miasmas do calabouço, ligado de pés e mãos, no pescoço a gargalheira, sem esperanças e sem coragem.

«Tudo o que se apresentava ao seu pensamento combatido era lúgubre e doloroso; em toda a parte a palavra — morte, escrita em caracteres de fogo e sangue, saltava a seus olhos e mais inflamava o rancor que o possuía.

«Com energia febril ele queria rasgar as próprias vísceras, esmigalhar o crânio de encontro às paredes, saciar em si todos os furores da sua alma. Por mais duma vez, no meio daquela escuridão, tinha feito esforços selvagens para quebrar as cadeias que lhe roxeavam os pulsos. Cego de raiva tinha lutado com aqueles ferros que o privavam de toda a acção; estorcia-se em mil rodeios e curvas; arremessava-se loucamente de encontro aos húmidos muros que não via; encolhia os braços, para os estender repentinamente; dobrava de ímpeto — mas seus pés resvalavam e caía no mesmo lugar.

«Os seus músculos tinham desenvolvido uma força gigante, e as algemas retesando-se gemiam com o atrito, mas não cediam: seus braços continuavam presos e a resistência afinal domava-lhe a ferocidade.

«Esgotara o infeliz todo o ardor; e com o peito a arfar, a respiração rápida e funda, caiu cansado sobre o cepo que lhe deram por cabeceira. Nos abalos violentos quase que tinha despedaçado os músculos e os membros; o corpo escorria sangue porque os anéis tinham-lhe golpeado as carnes, e as dores que não sentira no calor da lide, agora flagelavam-o.

«Estirado sobre o feixe de feno que lhe servia de leito, o frade pouco depois parecia dormir. Tinha-se apoderado dele um letargo febril e ao redor reinava um triste silêncio, alterado apenas pelo rumor compassado da sua respiração ofegante.»

Salvo uma ou outra nota mais empolada, toda a descrição desta horrível masmorra, onde o pobre franciscano aguarda o patíbulo, por ter querido assassinar Leonor Teles, a responsável da morte cobarde do *sastre* Fernão Vasques, irmão daquele, e depois a larga pintura do tétrico quadro em que vemos o sentenciado morrer na fogueira são leva-

das a cabo com mão de mestre. O homem que escreveu estas páginas era, sem dúvida alguma, um temperamento de escritor, e dos mais fortes, dos mais sãos, dos mais veementes. Escrito aos vinte e tantos anos — é impossível saber se *O Assassino d'El-Rey* foi escrito muito antes de 1876, data da publicação —, que romances não teriam saído da pena deste romancista se ele, em vez de se dispersar, como se dispersou, tem seguido, persistente e com fé, o caminho da literatura de ficção. Bem sei que a sua obra de historiador, de crítico, de restaurador, de coleccionador, de professor e animador das artes coimbrãs é valiosa e imorredora. Estou certo, porém, que mais gloriosa, mais ampla, mais elevada teria sido a sua missão se ele não tem abandonado a literatura. Um grande romancista se perdeu no dia em que António Augusto Gonçalves decidiu mandar queimar o seu *O Assassino d'El-Rey* — um dos mais belos romances históricos com que conta a nossa literatura de ficção da época romântica.

JOÃO GASPAR SIMÕES

TENTATIVA DE BIBLIOGRAFIA DE MESTRE ANTÓNIO AUGUSTO GONÇALVES

A bibliografia do insigne professor e artista conimbricense que foi António Augusto Gonçalves, muito dispersa e difficilima de organizar, apresenta-se constituída principalmente por obras de tomo diminuto e folhas soltas, nem sempre assinadas, e por abundantíssima colaboração em jornais e revistas de todo o País.

Organização psíquica, estrutural, de professor, e convencimento próprio absoluto, quase patológico, de superioridade no geral dos seus pontos de vista, Gonçalves ensinou e doutrinou por todas as formas ao seu alcance; e se foi profundo o seu apostolado nas Escolas, Museus e Oficinas, em contacto directo com escolares de todos os graus do ensino e com artistas dos mais variados misteres, não foi menor nem menos eficiente o que pela pena de jornalista cultíssimo e de lucidíssimo crítico de Arte difundiu e levou, mais perduravelmente ainda, a todos os pontos e a todas as gerações que os seus escritos lograram alcançar.

Enquadrado noutra meio e liberto duma infinidade de preconceitos individuais e de sofrimentos corporais que lhe amarguravam a existência, e a seus próprios olhos fisicamente o inferiorizavam, Gonçalves teria sido um grande reformador social; transportando o seu caso pessoal para a Sociedade, em conjunto, ele procurava a emancipação do Homem pelo trabalho digno, orientado em todas as circunstâncias por um superior e permanente ideal de Beleza; foi

este o segredo do seu incontestável triunfo e a grande lição que do romance da sua vida se extrai.

Para a transformação estrutural do operariado, que idealizara, necessário se tornava criar escolas e dominar as técnicas officinais; Gonçalves lançou-se abertamente, com inteira sinceridade, na campanha do ensino técnico, reclamando reformas e nelas colaborando como professor e director de escolas industriais; eminentemente prático o seu ensino, todas as técnicas ele conhecia e pessoalmente exercitava, não ficando estranho a sector nem a prática alguma de Arte; guardado o indispensável sentido das proporções e o respeito devido pelas naturais distâncias, de Gonçalves se poderia dizer como de Leonardo de Vinci escreveu Merejkovski: «Conhecia tudo e tudo amava, porque o grande amor nasce da grande ciência».

O trabalho em *Beleza* e em *Dignidade* constituía todo o seu ideal de vida humana. Gonçalves, que parece ter escolhido a forma poética para os seus primeiros contactos com o público (tanto em colaboração de jornal¹ como em publicação independente²) cedo compreendeu a extraordinária coadjuvação que na Imprensa podia encontrar para o apostolado artístico a que devotadamente se dedicara como forma de satisfação a seus naturais anseios de perfeição estética, e como processo de libertação duma sociedade que motivos pessoais o levaram a desprezar e a desejar vencer; e como nunca se eximiu a enunciar, desassombradamente, as suas opi-

¹ No jornal *O Zephyro*, propriedade sua, de 1872. Aí publica a poesia *Adeus*, datada de 1870 e assinada *A. A. Gonçalves*.

No mesmo jornal, que não passou de 31 de Julho daquele ano, publicou Gonçalves muitas outras poesias, estudos históricos e literários, e litografias de sua autoria.

² *Hymno offerecido à grandiosa e civilisadora criação da Bibliotheca da Sociedade Terpsichore conimbricense*.

Coimbra, Imprensa Literária.

Folha solta impressa a preto em papel lilás, com cercadura tipográfica; a composição, de seis estrofes, está datada de 4 de Fevereiro de 1872 e assinada *Antonio Augusto Gonçalves*.

niões pessoais (tantíssimas vezes, demasiado pessoais até...) indispensável se torna, lógicamente, conhecê-lo através dos seus livros, dos seus folhetos, dos seus panfletos políticos e polemísticos, dos seus inumeráveis artigos de jornal, para bem apreender o seu espírito e integralmente acompanhar toda a actuação social notabilíssima que fez irradiar da Coimbra do seu tempo e que, de certo modo, ainda hoje perdura em manifestações que nela mergulham a sua mais forte tradição.

Toda a bibliografia gonçalvina, a bem dizer, tem, pois, de ser entendida como autêntico prolongamento, e como expressiva modalidade, da notabilíssima actuação pedagógica por ele corajosamente empreendida e valorosamente sustentada até os últimos dias da sua dilatada existência — 1848-1932 — toda votada ao ensino profissional e à história de Arte.

Por estas razões, e ainda porque em tudo quanto escreveu se reflete, como em fiel espelho, a complexa e original personalidade de seu egrégio autor, merecedora, como poucas, de cuidadoso estudo pela profunda projecção que teve na sociedade não apenas citadina mas de todo o País, acuradamente a diligenciámos determinar como base e prévia informação do conspecto que nos propomos traçar da *vida e obra de Mestre António Augusto Gonçalves, insigne arqueólogo e artista conimbrigense*.

Complemento da bibliografia, que pressupõe sempre, por definição até, a forma impressa, há a considerar ainda, para cabal efectivação do comentário em vista, os inéditos do erudito polígrafo, boa parte dos quais conseguimos salvar de inglório esquecimento e destruição iminente; oportunamente se darão a público também, integrando-se então na sua bibliografia pròpriamente dita, tanto mais que entre muitos outros, de menor tomo e alcance, quer doutrinário quer científico, se encontram os estudos que elaborou dos templos românicos da Sé Velha e de São Tiago, de Coimbra, importantíssimos, fruto de largos anos de investigação pessoal, e uma notável *Memória sobre métodos e processos de*

ensino do Desenho, tema raramente tratado na bibliografia nacional; por ele apresentada em 1898 ao concurso para professor de Desenho Filosófico na Universidade de Coimbra, valeu-lhe provimento incontestado em tão elevado e honroso cargo, que serviu até aos 78 anos de idade (1926-1927).

Simultâneamente base e consequência, também, de toda esta pujante frutificação bibliográfica, vem então a extraordinária obra artística do Mestre, tão vasta e variada que mal a podem pressentir hoje em dia as gerações a quem pessoalmente não foi dado conhecer personalidade de excepção e tão fortemente vincada como a de António Augusto Gonçalves.

Pacientemente e através de dificuldades de toda a ordem nos temos procurado documentar sobre cada uma das modalidades artísticas pelo Mestre praticadas, estudando-o na oficina, nas escolas e nos Museus, nos seus barros e faianças, nos seus vitrais e azulejos, nos seus ferros e esculturas — de pedra e de madeira — nos seus gessos, nas suas litografias, nas suas aguarelas, óleos e gouaches, nas suas cenografias, arquitecturas e restaurações, em mais de 400 desenhos seus que conseguimos reunir, desde trabalhos da mocidade, escolares ainda, até às grandes composições decorativas e aos desenhos de especulação industrial, nos seus cadernos de viagens, insuspeitados até hoje, nos seus inéditos de crítica e de história de Arte, nas suas publicações, nas fontes de inspiração que largamente e a cada passo utilizou e que foi arquivando nas colecções que organizou para estudo e ilustração própria, na sua vida familiar, na de professor e de político, nas suas campanhas e polémicas, através da numerosíssima correspondência que trocou com os maiores eruditos e críticos de Arte do seu tempo e da qual salvámos bastantes centenas de cartas, em tudo, enfim, que a sua mão privilegiada tocou e a que o seu forte dinamismo deu vida; sobre todo esse extraordinário conjunto, pessoalmente visto e meditado, procuraremos assentar as bases, ao menos, do verdadeiro romance que foi a vida de trabalho, de lutas, de triunfos, e de amargas desi-

lusões também, desse homem de génio que encheu mais de 50 anos da sociedade portuguesa, tendo atravessado, do liberalismo para cá, todos os períodos cruciantes da reorganização nacional, nela colaborando ou contra a orientação oficial reagindo, mas vivendo-os sempre intensamente.

*

Ao procurarmos fixar o quadro tanto quanto possível completo da produção bibliográfica de António Augusto Gonçalves, uma divisão liminarmente se impôs ao nosso trabalho, vindo assim a agrupar, em primeiro lugar, as espécies bibliográficas individualizadas, formalmente independentes, e organizando relação especial com a colaboração dispersa em revistas, jornais, e publicações colectivas.

É unicamente das primeiras que neste momento nos ocupamos.

A colaboração dispersa demanda ainda mais demoradas buscas, e, principalmente, ponderadas identificações: Gonçalves, sempre cioso da sua personalidade e destemido na exibição de suas opiniões, como sempre foi, apresenta, não obstante, ao bibliógrafo este perturbante paradoxo: amiudadas vezes os seus artigos de jornal são desprovidos de qualquer assinatura; outras vezes, firma-os com um asterisco, dois, ou três; frequentemente, com uma ou mais das suas iniciais: *A.*; *A. A.*; *A. G.*; *A. A. G.*; usa pseudónimos desconcertantes, como *Zebedeu*; *Rolim*; *Tadeu*; *Onofre da Costa*; *Um conimbricense*; *Serapião Rolim*; iniciais inexplicáveis, como *W.*; as iniciais do nome dum amigo de infância (*L. R.*; *L. R. D.*) como adiante explicaremos; etc.

E leva a sua fantasia ao ponto de firmar, por vezes, com a inicial daqueles pseudónimos: *Z*, por exemplo; noutras ocasiões, com um simples tracinho horizontal: —

Na época em que tais escritos apareciam nos jornais, o pseudónimo não enganava ninguém, nem, aliás, a sua

intenção o pretendia¹; hoje, porém, as dificuldades de identificação aumentam, e amanhã seria de todo impossível fazê-la com acerto; há, na verdade, o estilo do autor, inconfundível, e a própria assinatura *Gonçalves*, ou *A. Gonçalves*, que uma vez ou outra aparecem, a orientar o colecionador; mas quantas dificuldades insuperáveis, quantas hesitações também, a inutilizar o esforço considerável de folhear dezenas de anos dum e doutro jornal onde se sabe que algumas vezes o Mestre escrevia!...

Tivemos nós a boa sorte de encontrar ainda, no remanescente do seu espólio que em 1946 adquirimos, alguns núcleos organizados de recortes de jornais, que nos últimos tempos ele projectava editar em volume, e recolhemos também umas dezenas de gazetas por ele cuidadosamente guardadas, como fazia a quanto publicava ou desenhava, identificando nelas, por seu próprio punho, para seu uso pessoal apenas, o que não tinha assinado; a colecção, no entanto, está já muito longe de se poder considerar completa; o abandono durante catorze anos num lojão húmido e povoado de roedores, onde fomos encontrar esses elementos de trabalho, preciosos para o nosso intuito de reconstituição mas cuja conservação não tinha interessado ninguém, provocou em muitos deles o estado de ruína que facilmente se imagina: pulverizados pelo dente do rato, ou desfeitos em bolor e massa pelo contacto com o solo; inutilizados, em qualquer dos casos; pessoalmente coleccionáramos, ainda em vida do artista, escritos seus; e recorreremos agora, também, à informação obsequiosa de bibliófilos locais e de amigos que muito com ele privaram; desta forma organi-

¹ Possivelmente, a ilusão, ingénua, de que dessa forma desdobrava a sua personalidade e atraía mais a atenção do público para os problemas que agitava, quando, afinal, dificilmente se encontraria em Coimbra, as mais das vezes, outra pessoa, além do próprio Gonçalves, capás de abordar conscientemente os seus temas de técnica, de Arte e de Arqueologia. E o leitor instruído sabia bem que era assim.

zamos o núcleo de dispersos gonçalvinos de que oportunamente apresentaremos a público a nossa tentativa de catálogo. Mas o caminho a percorrer é longo e árduo de trilhar; limitamo-nos, por isso, neste momento, deixando revistas e jornais, às espécies formalmente independentes; aí mesmo, impossível nos teria sido alcançar o resultado francamente animador a que chegámos se não fossem as identificações lançadas pela mão do próprio Gonçalves em muitas das suas folhas avulsas não assinadas, e as circunstâncias em que recolhemos, no seu espólio também, algumas outras cuja atribuição perfilhamos sem hesitação.

E resta ainda bom número de panfletos políticos sem indicação alguma de autoria, mas que de bom grado lhe endossaríamos também! Não quisemos, ainda assim, ir além do que se nos afigurou incontroverso, enquanto provas mais convincentes se nos não apresentarem. Preferimos pecar por deficiência do que por temeridade, em matéria que com tanto escrupulo deve ser conduzida.

A todo o tempo nós próprios, ou bibliógrafos mais bem documentados, poderemos mais afoitamente retomar o interessante assunto.

*

Dois esforçados bibliógrafos esboçaram já, que saibamos, a produção bibliográfica de António Augusto Gonçalves: *Alberto Meira*, na breve notícia que em 1932 publicou subordinada ao título de *Mestre Gonçalves*¹, e a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* no artigo que dedicou a Gonçalves no seu volume XII, a págs. 551 e segs., colaboração não assinada, que no entanto podemos com segurança identificar como tendo sido escrita pelo historiador Sr. Coronel *Belisário Pimenta*, que muito de perto conviveu com o Artista².

¹ Edição do Anuário do Distrito de Viana do Castelo, 8 págs.

² Tendo-nos sido inicialmente solicitado, pela Direcção da *Grande Enciclopédia*, o artigo biográfico de Gonçalves, espontâ-

São como seguem as conclusões dos dois eruditos bibliógrafos:

Alberto Meira apresenta Gonçalves como autor de sete obras — *Brevíssimas noções elementares sobre o método das projecções ortogonais*, 1878; *Roteiro ilustrado do viajante em Coimbra*, 1894; *Noticia histórica e descritiva dos principais objectos de ourivesaria existentes no tesouro da Sé de Coimbra* (de colaboração com Eugénio de Castro), 1911; *Breve noção sobre a história da cerâmica em Coimbra* (em complemento do estudo de Charles Lepierre), 1912; *Museu Machado de Castro — Notas*, 1916; *Estatuária Lapidar no Museu Machado de Castro*, 1923; *Coimbra*, 1929.

Destas sete espécies bibliográficas menciona a *Grande Enciclopédia* unicamente as *Brevíssimas noções*, o *Roteiro ilustrado*, a *Estatuária Lapidar*, mas acrescenta, por sua vez, sete novas espécies:

O assassino del Rei. Esboço romântico sobre factos da história portuguesa do XIV século, 1878; *O espólio dos conventos. A propósito de Celas e Sant'Ana*, s. d.; *O cláustro de Celas. Apelo à Imprensa*, 1891; *Depoimento para ajuntar ao volumoso processo dos malfeteiros da Arte em Portugal*, 1912; *Á glória da vereação camarária de Coimbra. Homenagem dum munícipe por ela votado à execração*, 1920; *Monitória dirigida aos Srs. Ministros, Deputados e Senadores, ou quem suas vezes fizer, acerca do Museu de Machado de Castro, de Coimbra*, 1921; *Enumeração das obras preparativas para a instalação do Museu Machado de Castro*, 1929.

Por nossa vez, e aceitando as catorze espécies destes dois agrupamentos, de cuja exactidão pessoalmente nos pudemos certificar, pois unicamente não possuímos, na nossa colecção gonçalvina, a obra intitulada *O cláustro de*

neamente sugerimos a vantagem que haveria em o encargo ser cometido, de preferência, àquele historiador, particular amigo do biografado, em consequência do aturado e íntimo convívio que tiveram, sugestão que por todos foi aceite; podemos assim, com segurança, identificar aquela colaboração da *Grande Enciclopédia*.

Celas — Apelo à Imprensa, que, não obstante, conhecemos também, é-nos grato acrescentar ao recenseamento dos dois ilustres bibliógrafos que nos antecederam trinta e sete novas espécies que, todas elas, temos presentes, e às quais, consequentemente, se tem de atribuir a mais emocionante raridade; mas não se julgue que é tudo: na preciosíssima colecção de panfletos políticos que recolhemos com o remanescente do espólio por nós adquirido, de consulta indispensável para o estudo das ideias políticas e da administração pública em Coimbra de 1870 a 1930, muitos se encontram, como acima dizemos, cuja autoria pode, com fortes argumentos, ser atribuída a Gonçalves; mas não se acham assinados nem autenticados pelo punho do artista, como tantos outros que aproveitámos para a sua bibliografia, e por isso afigurou-se-nos preferível não os incluir nesta resenha, escrupulosamente organizada e apresentada com a máxima segurança.

Cronològicamente disposta, a bibliografia de António Augusto Gonçalves desenvolve-se, pois, como segue:

1. *Hymno offerecido á grandiosa e civilisadora criação da Bibliotheca da Sociedade Terpsichore conimbricense*
Imprensa Literária, s. d.
(fl. solta de seis estrofes enquadradas em cercadura tipográfica medindo a mancha total 203×122 mm; impressa em papel lilás; datada de Coimbra, 4 de Fevereiro de 1872 e assinada Antonio Augusto Gonçalves).
2. *O Assassino d'El-Rey. Esboço romantico sobre factos de Historia portugueza do XIV seculo*
Coimbra, tip. de M. C. da Silva, 1876.
(312 págs. 140×87 mm + 3 de gravs. em mad. f. do texto e capa própria, todas desenhadas por Glz e gravadas por Silva.
S. n. a. A identificação com António Augusto Gonçalves está feita a pág. 25 da *Bibliografia da Imprensa da Universidade de Coimbra — Anos de 1878*

e 1879 — por A. M. Seabra de Albuquerque (Coimbra, 1884) e também no n.º 69 do 2.º Ano de *A Semana Illustrada*, de 1890.

Em 1894, havendo António Augusto Gonçalves sido proposto sócio efectivo do *Instituto de Coimbra*, o relator do respectivo parecer, Dr. António de Vasconcelos, termina o seu notabilíssimo relatório, todo ele de merecida justiça e grande encómio à obra de Gonçalves, por estas palavras que a propósito transcrevemos da revista *O Instituto*, vol. XLI, págs. 1030-1031, onde todo o processo de eleição se encontra publicado:

«Tambem não é extranho ao mundo litterário o nosso candidato.

«Tem escripto grande quantidade de notaveis artigos avulsos, quer assignados, quer anonymos, publicados uns em jornaes, outros em folhetos. A causa da arte e a causa da patria, os seus dois grandes amores, são as cordas que vibram, ás vezes violentamente, em todos esses artigos, dos quaes posso por vezes discordar, nuns quanto á forma, noutros mesmo quanto á idéa; incontestavelmente porém taes artigos sam titulos que não deslustram, antes muito honram o escriptor, que, proseguindo após a realização de um ideal, é sincero até á paixão, e não sacrifica a rectidão da sua consciencia ás suggestões de meras conveniencias materiaes.

«Em 1876 publicou tambem o nosso candidato um romance histórico, intitulado *Assassino d'El-Rei*; e ultimamente saiu á luz o *Roteiro illustrado do Viajante em Coimbra*, que, tanto na parte litteraria como na artistica, é obra sua. Em todas estas producções litterarias revela-se o talento, a honestidade, o estudo consciencioso do auctor, e as suas muito variadas aptidões.»

Gonçalves fez destruir a edição, adquirindo, pela vida fora, quantos exemplares pode reaver; possuímos o que pertenceu ao bibliófilo Albino Caetano da Silva Pinto, amigo íntimo do autor; era o lote n.º 287 do leilão dos seus livros realizado em Lisboa em 1937 (leilão n.º 55) pela livraria de Arnaldo Henriques de Oliveira. Possuímos igualmente as chapas originais da capa e de duas das gravuras interiores, todas elas da autoria de Gonçalves).

3. *Brevissima noção elementar sobre o methodo das projecções orthogonaes com a resolução de alguns dos mais simples problemas coordenados conforme o programma official por A. A. Gonçalves*
Coimbra, Imprensa da Universidade, 1878.
(39 págs. $167 \times 99^{\text{mm}}$ + 1 inum. + 6 fols. desdobráveis de desenhos geométricos litografados).
4. *A Eschola Livre das Artes do Desenho — Coimbra*
Coimbra, Imprensa Literária, 1881.
(12 págs. $166 \times 75^{\text{mm}}$. Datada de 31 de Maio de 1881 e assinada por Antonio Augusto Gonçalves, José Augusto Pimenta, Manuel José da Costa Soares e Rafael Gonçalves Neves).
5. *Cidadãos!*
(fl. solta s. a. n. 1., datada de Coimbra, 6 de Fevereiro de 1881 e firmada por ***. $180 \times 108^{\text{mm}}$. É um convite a um comício promovido pela Associação Liberal de Coimbra «contra a triplice invasão do fisco, do jezuita e do inglez, que ameaçam subverter a nossa nacionalidade!»).
6. *Centro Operario de Coimbra*
Coimbra, tip. de Santos e Silva.
(fl. solta datada de Coimbra, 9 de Julho de 1881 e assinada por Augusto Pinto Tavares, Augusto Eduardo

Ferreira de Mattos, Adelino Veiga, José Theotónio Cesar da Maia, Bento Rocha, Antonio Augusto Gonçalves, Pantaleão Augusto da Costa, Abel da Silva Espingarda, José da Silva Bicca, Joaquim Ferreira, Roque José dos Reis, Adriano Correia. 355 × 236^{mm} em duas colunas.

A identificação da autoria de António Augusto Gonçalves está feita no jornal *A Officina*, n.º 48, 1.º ano, de 29 de Novembro de 1883, por *Augusto Veiga*).

7. *Centro Operario de Coimbra — Projecto de estatutos propostos á sancção da assembleia geral pela commissão encarregada d'este serviço na reunião de 17 de agosto ultimo*
Coimbra, tip. de Santos e Silva.

(fl. solta datada de *Coimbra*, 14 de Outubro de 1881 e assinada por *Augusto Pinto Tavares*, presidente; *Adelino Veiga*, 1.º Secretario; *Pantaleão A. da Costa*, 2.º Secretario; *Antonio Augusto Gonçalves*, Relator, e pelos vogais *Abel da Silva Espingarda*, *Adriano Correia*, *Antonio de Paula e Silva*, *Augusto E. Ferreira de Mattos*, *Bento Rocha*, *Cesar Augusto do Rego*, *Francisco Germano d'Araujo*, *Joaquim Ferreira*, *João da Silva Espingarda*, *Jacinto Nunes Soares*, *José da Silva Bicca*, *José Theotónio Cesar da Maia*, *Manuel Martins Ferreira*, *Manuel Teixeira da Cunha*, *Roque José dos Reis*.

354 × 276^{mm}, em duas colunas. A identificação foi feita juntamente com a do número anterior).

8. *O Centro Operario de Coimbra*

S. l.

(fl. solta datada de *Coimbra*, 18 de Fevereiro de 1882 e assinada *Um operario*. 280 × 182^{mm} em duas colunas).

9. *Escola Livre das Artes do Desenho*

S. a. n. l.

(fl. solta convidando à matrícula na Escola. Está datada de *Coimbra*, 24 de Novembro de 1882 183 × 108^{mm}).

10. *Exposição de manufacturas do districto de Coimbra em 1884 promovida pela Escola Livre das Artes do Desenho*

Coimbra, Imprensa Literária, 1883.

(fl. solta datada de *Coimbra, 7 de Agosto de 1883* e assinada por

A Comissão executiva,

Joaquim Martins de Carvalho, presidente

Antonio José da Costa

Arnaldo Augusto de Sousa Doria

Cassiano Augusto Martins Ribeiro

Estevão Parada

José Lucio Dias

Manuel José da Costa Soares

Severino Lopes Guimarães

Antonio Augusto Gonçalves, secretario

Manuel Augusto Rodrigues da Silva, secretario.

324 × 187^{mm}; verso em duas colunas.

Complemento desta folha, há um officio de remessa, assinado pela mesma comissão executiva, uma folha de *Guia do expositor — Indicações necessárias*, e outra folha de *requisição de logar*).

11. *Ao Paiz*

Coimbra, Imprensa Literária, s. d.

(manifesto de protesto contra arruaças de estudantes, saído duma grande assembleia pública, datado de *Coimbra, 9 de Novembro de 1884* e assinado por 535 nomes; identificado pelo punho de Gonçalves; 404 × 276^{mm}, em duas colunas no rosto, e quatro no verso).

12. *Ao Sr. José Antonio dos Santos*

S. l.

(fl. solta datada de *Coimbra, 5 de Maio de 1884* e assinada *A. Gonçalves*. Tem a indicação de ser «apenso ao n.º 71 da Officina». 218 × 208^{mm}, 3 colunas).

13. *Ao Sr. José Antonio dos Santos*
(fl. idêntica à anterior, datada de *Coimbra, 21 de Maio de 1884*; «*appenso ao n.º 73 da Officina*»).
14. *Escola Livre das Artes do Desenho — Relatorio e contas desde Abril de 1883 a Maio de 1885*
Coimbra, Tip. de M. C. da Silva, 1885.
(32 págs. 135×80 mm; datada de *Coimbra, Maio de 1885* e assinada por
A comissão directora,
Manuel Augusto Rodrigues da Silva
Antonio Augusto Gonçalves
João Augusto Machado
Rafael Gonçalves Neves
Antonio Pedro).
15. *O espolio dos conventos — A proposito de Cellas e Sant'Anna*
S. a. n. l. n. d. Imprensa Progresso (16 págs. 150×95 mm; o exemplar que possuímos e que pertenceu à biblioteca do Dr. Simões de Castro apresenta o carimbo do correio de 1886 e o endereço, do punho de Gonçalves, a Eduardo Mendes Simões de Castro).
16. *A Ceramica e o — Medico — Replica á «Medicina e a Ceramica»*
Coimbra, Tip. Operária, s. d.
(fl. solta com a indicação de ser *Supplemento ao n.º 294 da «Officina»* e assinada *A. Gonçalves*). (2 págs. inums. 376×277 mm em 4 colunas).
17. *Ao Medico*
Coimbra, Tip. Operária, s. d.
(fl. solta com a indicação de ser *Supplemento ao n.º 296 da «Officina»* e assinada *A. Gonçalves*). (2 págs. inums. 367×262 mm em 4 colunas).

18. *O Rocha, Tyranno*
S. a. n. l. n. d. (fl. solta 260×182 mm, de troça, bem como os dois números seguintes, ao Dr. Augusto Rocha a propósito da questão da cerâmica debatida nos n.ºs 15 e 16).
19. *Supplemento ao n.º 2007 da «Luz da Razão»*
S. l. n. d. (fl. solta 95×90 mm assinada, supostamente, por *Rosaline Candido de Sampaio e Brito*).
20. *Meu Amigo e Snr. D.ºr Augusto Róxa*
S. l. n. d. (fl. solta 152×83 mm assinada, supostamente, por *O Sapateiro Jôquim Maré*).
21. *Exposição industrial Portuguesa em 1888 com uma secção agrícola — Delegação da Associação industrial Portuguesa no Districto de Coimbra*
S. l.
(fl. solta 253×203 mm datada de Coimbra, 14 de Março de 1888 e assinada por
A Comissão Delegada,
Joaquim Martins de Carvalho, presidente
Alberto Pessoa
Antonio Rodrigues Pinto
Cassiano Augusto Martins Ribeiro
Estevão Parada
Francisco Maria de Sousa Nazareth
João Antonio da Cunha
Manuel Augusto Rodrigues da Silva
Manuel José da Costa Soares
Valentim José Rodrigues
Antonio Augusto Gonçalves, secretario
Arnaldo Augusto de Sousa Doria, idem).

22. *O Claustro de Cellas — Appello á Imprensa*

S. a.

Coimbra, Tip. Operaria, 1891

(15 págs. + 1 inum. 170 × 95^{mm}).23. *Roteiro illustrado do viajante em Coimbra por L. R. D. Illustrações de A. Augusto Gonçalves.*

(Brasão antigo da cidade, assinado: G.) Coimbra, Edição da Typ. Auxiliar d'Escriptorio / Praça do Commercio, 11 — MDCCCXCIV.

(135 págs. + 1 inum. 120 × 68^{mm} Ilustr. Desta obra existem duas edições com a mesma data, differindo apenas da pág. 113 inclusive por diante e registando, uma delas, os novos nomes das Ruas, Repartições, Estabelecimentos, etc.

Na colecção que organizámos existem as duas, bem como muitos dos desenhos originaes que serviram para a illustração da obra; de alguns deles, até, o *esboço* primitivo, o *transparente* que serviu para a passagem a nanquim, e o *desenho definitivo* com indicação das dimensões com que devia ficar na gravura.

A autoria desta obra tem suscitado sempre fortes dúvidas em consequência das iniciais L. R. D. que a subscrevem. Foi-nos desvendado o significado delas pela irmã de António Augusto Gonçalves, a Ex.^{ma} Senhora D. Libânia Gonçalves, que muitos e preciosos elementos biográficos nos facultou, com destino ao estudo geral que projectamos da vida e obra do Artista.

L. R. D. são as iniciais de *Luís Rodrigues d'Almeida*, amigo de infância de António Augusto e seu condiscípulo de Liceu. Por mais estranho que pareça, Gonçalves assinava amiudadas vezes os seus escritos com aquelas iniciais e, até, com o nome do amigo; assim no-lo assegura a nossa obsequiosa informadora, que igualmente nos facultou uma fotografia onde os

dois amigos se encontram retratados. Luís Rodrigues de Almeida, que também não prosseguiu os estudos, como Gonçalves, sendo aliás, estudante assíduo, ao



À esquerda, *António Augusto Gonçalves*.
À direita, *Luís Rodrigues d'Almeida*.

(Fotografia de 1870).

contrário deste, veio a ser bedel da Faculdade de Direito, de 1886 a 1897, apresentando-se sempre com grande aceio de traço e distinção de maneiras; era conhecido, na cidade, por *o Luizinho*; e na Universidade por *Senhor Luizinho*.

Dos esclarecimentos acima aduzidos ao n.º 2 desta tentativa de bibliografia, ficou constando já a declaração do Dr. António de Vasconcelos, de 1894, segundo a qual «tanto na parte litteraria como na artistica» o *Roteiro* é obra de *António Augusto Gonçalves*.

Outro elemento de identificação da autoria do *Roteiro ilustrado* é-nos fornecido pela carta a seguir transcrita, que encontrámos no espólio de Gonçalves por nós adquirido em 1946 como acima já ficou dito; é dirigida ao «Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Professor A. Augusto Gonçalves — R. Joaquim Antonio d'Aguiar — Coimbra», e proveniente de «R. da Silva — R. Arriaga, 19 — Lisboa».

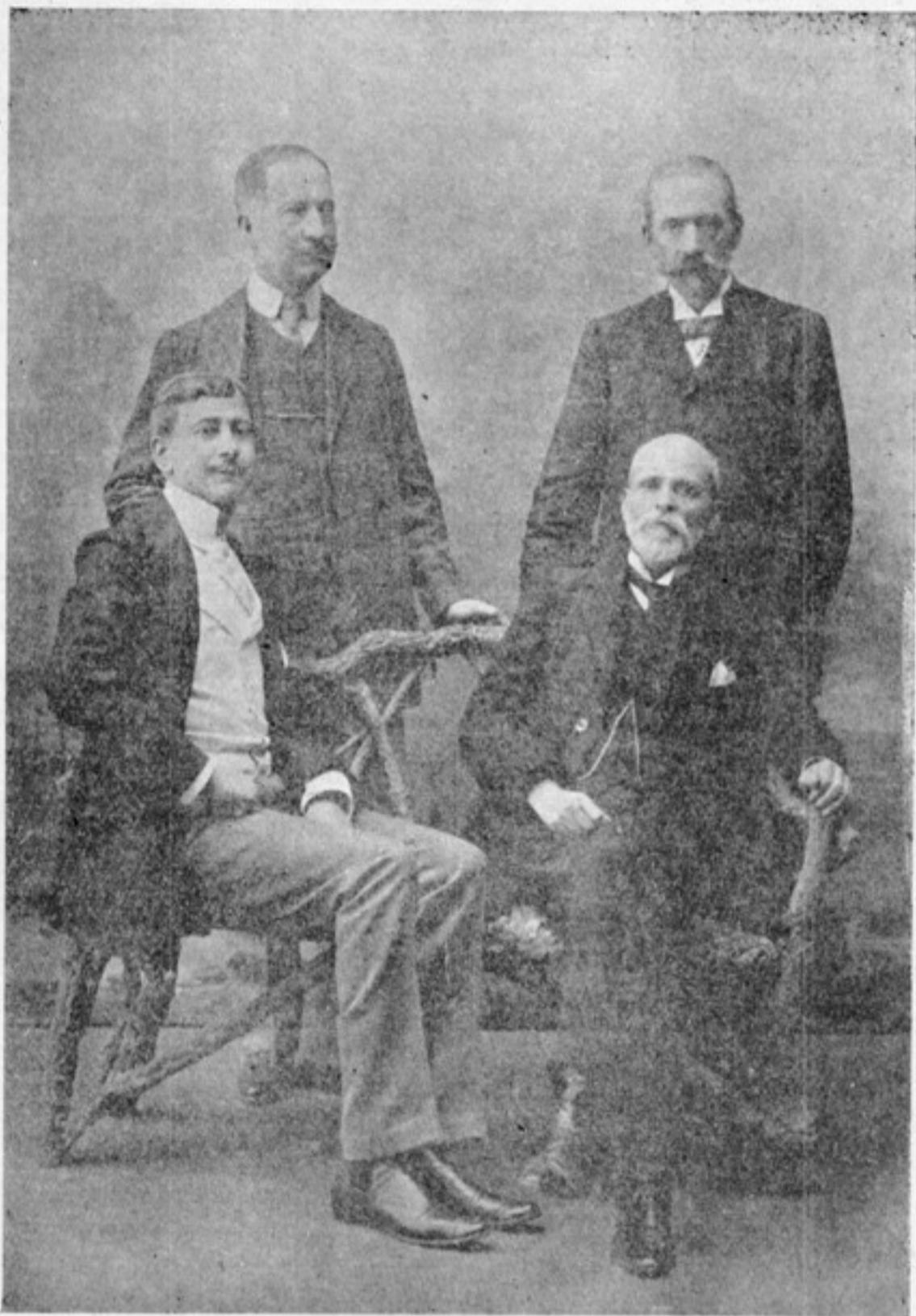
R. da Silva, como se lê no sobrescrito, ou *M. A. Rodrigues da Silva*, como consta da assinatura da carta, era o grande amigo de Gonçalves, o farmacêutico *Manuel Augusto Rodrigues da Silva*, seu companheiro de sempre nas campanhas políticas e em todas as suas iniciativas culturais; verdadeiramente um dos esteios, se assim se pode dizer, de António Augusto, tendo-o acompanhado sempre fielmente, com a maior dedicação, e com amizade nunca desmentida.

Diz a referida carta, por Gonçalves arquivada:

«Lisboa
12-XII-27

Meu Querido Amigo

Agradeço-lhe muito a sua carta. Senti uma grande satisfação por se não ter esquecido de mim. Fez muito bem em deixar a Escola Brotero, basta-lhe o Museu para ter em que se entreter. É tempo de descansar um pouco quem tanto tem trabalhado. Tive a agradável noticia que anda preparando



À esquerda, *António Augusto Gonçalves* e *Manuel Augusto Rodrigues da Silva* (*Gonçalves*, sentado, de colete branco e gravata branca como sempre usava; por detrás dele, de pé, *Rodrigues da Silva*).

À direita, sentado, *Manuel António da Costa*, confeitiro, que foi Senador Democrático por Coimbra; de pé, por detrás dele, o capitalista *Cassiano Augusto Ribeiro Martins*. Todos republicanos da velha guarda coimbrã.

Noutro lugar nos ocuparemos do significado político deste grupo, que supomos ser pouco posterior a 1900.

uma nova edição do seu — Roteiro — só isso lhe vai dar assunto para passar muitas horas, prestando mais um bom serviço à nossa terra. E deixe-me fazer-lhe um pedido — suprima aquelas iniciaes que encobrem o nome do autor.

O trabalho por ser resumido não deslustra o seu nome e a prova é que todos os que escreveram depois sobre o mesmo assumto lá foram copiar e sem cerimonia de especie alguma. Portanto — o seu a seu dono.

Tive outro dia uma grande alegria — foi a leitura do artigo do Mendes dos Remedios na Ilustração Moderna. Como-veram-me até ás lagrimas aquelas considerações tão cheias de justiça e que me recordavam os bons tempos idos. É uma grande consolação vêr que ainda ha quem reconheça os merecimentos, as qualidades, o saber e o character de quem como o Meu Amigo se dedicou toda a vida ao ensino dos operarios e ao engrandecimento da sua terra. Não que ele viesse dar-nos novidades, porque o que ele escreveu todos o reconhecem e o sentem, mas pela forma primorosa, brilhante, como ele tradusiu o nosso sentir.

Ha zoilos, ha invejosos, ha cães que ladram? Sempre assim foi, mas o seu merecimento é reconhecido por todos os homens de bem, e está muito acima de tal vaza. De ingratos então deve estar o Inferno cheio. N'esse capitulo tambem eu tenho que contar — roubado e por cima insultado por quem só me devia favores — mas o melhor é esquecer taes miserias.

Espero em breve ir ahi e então conversaremos muito. No entretanto

Abraça-o ó

Seu

Muito Amigo e Obrigado

M. A. Rodrigues da Silva

Ficam desta forma definitivamente esclarecidos, cremos nós, o enigma das iniciaes do *Roteiro ilustrado* e o problema da sua autoria, sempre, até aqui, muito controvertidos.

24. *Breve noção sobre a Historia da ceramica em Coimbra por A. A. Gonçalves Director e professor da escola industrial «Brotero»*
Lisboa, Imprensa Nacional, 1899. 175 × 90^{mm}
(complemento, de págs. 217 a 241, do *Estudo chimico e technologico sobre a Ceramica portugueza moderna por Charles Lepierre*; na 2.^a edição, que constitue o n.º 78 do *Boletim do trabalho industrial*, única existente em nossa colecção, vem de págs. 181 a 199).
25. [Convite para a assembleia geral da Escola Livre das Artes do Desenho de 3 de Maio de 1903]
S. a. n. l., datada de *Coimbra, 27 de Abril de 1903*.
(fl. solta sem título; 102 × 90^{mm}).
26. *Manifesto aos eleitores de Coimbra*
Coimbra, Tip. Democrática, s. d. [26-VI-1904]
(fl. solta 306 × 195^{mm} em 3 colunas, assinada por «A commissão organizadora do Partido Republicano no Centro do País». Identificada e datada pelo punho de Gonçalves).
27. *Representação [aos] Ill.^{mos} e Ex.^{mos} Snrs. Presidente e Vereadores da Camara Municipal de Coimbra*
S. a. n. l. n. d. (fl. solta 426 × 198^{mm}).
Identificada e datada de 31 de Agosto de 1906 pelo punho de Gonçalves.
28. *Ao Governo da Republica*
S. l.
(fl. solta de 2 págs. inums. 233 × 145^{mm} datada de *Coimbra, 30 de Dezembro de 1910* e assinada por *Alberto de Vasconcellos* — pela Escola Livre das Artes do Dezenho.
Albino Caetano da Silva — pela Escola Livre das Artes do Dezenho.

- Antonio Augusto Gonçalves* — pela Secção de Arch. do Instituto e pela Escola L. das Artes do Dezenho.
- Dr. Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcellos* — pela Secção de Archeologia do Instituto de Coimbra.
- Augusto de Carvalho da Silva Pinto* — pela Escola Livre das Artes do Dezenho.
- Dr. Carlos da Silva Oliveira* — pela Sociedade de Defeza e Propaganda de Coimbra.
- Dr. Francisco José Fernandes Costa* — pela Sociedade de Defeza e Propaganda de Coimbra.
- João Machado* — pela Escola Livre das Artes do Dezenho.
- Joaquim Fernandes dos Santos* — pela Sociedade de Defeza e Propaganda de Coimbra.
- Dr. Joaquim Mendes dos Remédios* — pela Secção de Archeologia do Instituto de Coimbra.
- João Gaspar Marques Neves* — pela Escola Livre das Artes do Dezenho.
- José Antonio dos Santos* — pela Sociedade de Defeza e Propaganda de Coimbra.
- Dr. José Antonio de Sousa Nazareth* — pela Secção de Archeologia do Instituto de Coimbra.
- Dr. José Joaquim de Oliveira Guimarães* — pela Sociedade de Defeza e Propaganda de Coimbra.
- José Pereira Dias* — pela Escola Livre das Artes do Dezenho.
- Manuel Augusto da Silva* — pela Sociedade de Defeza e Propaganda de Coimbra.
- Manuel Martins Ribeiro* — pela Escola Livre das Artes do Dezenho.

Pedro Bandeira — pela Sociedade de Defeza e Propaganda de Coimbra.

Dr. Rodrigo da Silva Araujo — pela Sociedade de Defeza e Propaganda de Coimbra).

29. *Museu de Antiquidades do Instituto de Coimbra — Notas*
Coimbra, Tip. Auxiliar de Escritório, 1911.

(46 págs. 159 × larg. variavel. Na capa o monograma AG usado por Gonçalves em timbragens de papel. Possuímos a chapa original, em madeira).

30. *Noticia historica e descriptiva dos principaes objectos de ourivesaria existentes no Thesoiro da Sé de Coimbra por A. Augusto Gonçalves e Eugenio de Castro*

(brasão do bispo de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina, impresso a vermelho).

Coimbra, Imprensa Academica. F. França Amado — Editor, 1911. (47 págs. + 1 inum. + 11 fls. de est. f. do texto. 167 × 117^{mm}).

31. *Depoimento para ajuntar ao volumoso processo dos malfeitos da Arte em Portugal. Por uma testemunha, que não tem amisade nem parentesco com os réus*

Coimbra, Minerva Central, 1912 (23 págs. + 1 inum. s. n. a. 164 × 95^{mm} datada de Coimbra, Novembro, de 1912).

No 1.º vol. dos *Subsídios para a História Regional da Beira-Baixa* (Castelo Branco, 1944), a pág. 109, comenta-se a criação do Museu de Castelo Branco e, aludindo-se a este opúsculo, escreve-se:

«Tenho sérias razões para não atribuir a mestre António Gonçalves a autoria do folheto, que é hoje uma espécie bibliográfica rara, não recolhida ainda na nossa Biblioteca Municipal. Por mim só conheço dois exemplares.»

Em contestação aduzirei: que é unanimemente atribuída, em Coimbra, a António Augusto Gonçalves a autoria do opúsculo pelos bibliófilos seus contemporâneos; que o estilo é o peculiar do autor; e que no seu espólio que adquirimos recolhemos vários exemplares dele por abrir, como sucedeu a outras obras suas, destinadas por Gonçalves a ofertas.

32. *Vandalismo!*

Coimbra, Tip. Auxiliar de Escritório, 1913 (4 págs. 169×109 mm. Assinado A. G.; com a indicação de ser extraído *Do Jornal de Coimbra de 7 de Junho de 1913*).

33. (O mesmo título e texto do número anterior, mas em fl. solta de 386×244 mm em 4 colunas, e assinada A. Gonçalves).

S. l.

34. *Museu Machado de Castro — Notas*

Coimbra, Tip. Auxiliar de Escritório, 1913 (36 págs. $143 \times$ larg. variável.

Na capa, o mesmo monograma AG referido no n.º 29).

35. *Arte Religiosa em Portugal por Joaquim de Vasconcellos*
Apreciação do Ex.º Sr. A. A. Gonçalves, Professor da Universidade de Coimbra, Director da Escola Brotero e do Museu Machado de Castro, etc.

S. l. n. d.

(4 págs. inums. assinadas A. Gonçalves. 153×84 mm).

36. *Museu Machado de Castro — Notas*

Coimbra, Tip. Auxiliar de Escritório, 1916 (60 págs. + 2 inums. + 4 fls. inums. de gravs. f. do texto. 153×90 . Ilustr.

Na capa, o mesmo monograma *AG.* referido nos n.ºs 29 e 34. Conquanto tenham o mesmo título, os n.ºs 34 e 36 diferem grandemente).

37. *Aos seus confrades da Escola Livre das Artes do Desenho*
S. l.

(fl. solta datada de *Coimbra, 8 de Fevereiro de 1919* e assinada *O socio — A. Gonçalves. 195 × 125 mm*).

38. *Oficio enviado á Camara Municipal de Coimbra pelo Conselho de Arte e Arqueologia de Coimbra*

[*Coimbra*], Tip. Auxiliar de Escritório, s. d. (153 × 99 mm; 4 págs. inums., datadas de *Coimbra, 20 de Junho de 1920*, e assinada por

Dr. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho,
presidente.

João Rodrigues da Silva Couto, secretário.

Augusto Mendes Simões de Castro.

Alberto Cupertino Pessoa.

Augusto de Carvalho da Silva Pinto.

Luciano Antonio Pereira da Silva.

A. Augusto Gonçalves.

Belisário Pimenta.

Abel Augusto Dias Urbano.

J. Tomaz da Fonseca.

Manuel de Melo Nunes Geraldês.

M. A. Rodrigues da Silva.

Albino Caetano da Silva Pinto.

João Augusto Machado.

José Pereira Dias).

39. *O Conselho de Arte e Arqueologia em defesa do Parque de Santa Cruz*

S. n. a.

Coimbra, Tip. União, 1920 (21 págs. + 3 inums. 170 × 90 mm).

40. *Á Gloria da Vereação Camararia de Coimbra. Homenagem d'um municípe, por ella votado á execração.*
Coimbra, Minerva Central, 1920 (8 págs. datadas de Coimbra, 31 de Julho de 1920 e assinadas A. Gonçalvez. (sic). 167 × 90^{mm}).
41. [ofício para a constituição duma Liga de Amigos do Museu Machado de Castro]
S. a. n. l. n. título.
(fl. solta datada de Março de 1920, em nome de A comissão iniciadora; 173 × 145^{mm}).
42. *Para elucidação da opinião publica*
S. a.
Coimbra, Tip. de O Despertar
(fl. solta datada de Coimbra, 4 de Julho de 1920; 193 × 124^{mm} em 2 colunas).
43. *Monitoria dirigida aos Srs. Ministros, Deputados e Senadores, ou quem suas veses fisér (sic) Acêrca do Museu Machado de Castro de Coimbra*
S. a.
Coimbra, Tip. de O Despertar, 1921 (8 págs. 187 × 117^{mm}).
44. *Museu «Machado de Castro»*
S. a. n. l. n. d.
(fl. solta de duas págs. inums. 198 × 67^{mm}; pelo texto se conclue poder datar-se de 1923).
45. *Estatuária Lapidar no Museu Machado de Castro / Coimbra*
Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923.
(XIII págs. + 1 inum. + 269 + 3 inums. + 22 fls. de grav. f. do texto. Assinado A. Gonçalves. 155 × 96^{mm}.
É o n.º VIII da colecção *Subsídios para a História da Arte portuguesa*).

46. *A memoria de João Machado os seus amigos*
N. a 7 — Dezembro — 1863
 † *F. a 1 — Outubro — 1925*
Coimbra — 1925
 Coimbra, Tip. União, Ferreira & Serra, s. d.
 (carteira de cartolina tendo dentro, colado, o retrato de João Machado, e texto impresso 87×80 mm, assinado *A. Gonçalves*).
47. *Exposição Guilherme Filipe, em homenagem á «Escola Livre das Artes do Desenho», no salão nobre da Camara Municipal de Coimbra — 1925*
 Coimbra, Tip. da Gráfica Conimbricense, L.da, s. d. (4 págs. inums. 177×90 mm. Texto assinado *A. Gonçalves*).
48. *Sindicancia ao pseudo-Secretario do Museu Machado de Castro*
 Coimbra, Tip. de *O Despertar*, s. d.
 (fl. solta, 310×151 mm em duas colunas, datada de Coimbra, 8 de Novembro de 1928 e assinada *A. Gonçalves*).
49. **Coimbra / Universidade, Biblioteca — Santa Cruz, pulpito, tumulos, sacristia — Santa Clara — Claustro da Misericordia, — Claustro de Celas, — Igreja de S. Salvador, — Museu Machado de Castro, sala romana, medieval e renascença, escultura em pedra e madeira, mobiliario — Museu de ourivesaria e tecidos, — Sé Velha, retabulo, claustro, — Arco d'Almedina — Trabalhos photographicos de Marques Abreu**
 Porto, Imp. das Ofic. de Fotograv. de Marques Abreu, 1929 (28 págs. e mais 24 fls. de grav. f. do texto. 126×81 mm. No rosto, *A. Gonçalves*.
 É o n.º 5 da colecção *A Arte em Portugal*).

50. *Enumeração das obras preparativas para a instalação do Museu Machado de Castro.*
Coimbra, Tip. de *O Despertar*, 1929 (10 págs. $192 \times 118^{\text{mm}}$ datadas de *Junho de 1929*.
No rosto, *A. Gonçalves*).
51. *Joaquim de Vasconcelos*
(emblema da Faculdade de Letras da Univ. de Coimbra)
Coimbra, Ofic. da Coimbra-Editora, L.da, 1929;
(24 págs. + 1 de grav. f. do texto. $198 \times 108^{\text{mm}}$
No rosto, *A. Gonçalves*.
Separata da revista *Biblos*, vol. v, n.º 1 e 2).

*

Somam as espécies bibliográficas que sob a chancela de Mestre António Augusto nos foi possível alinhar, cronologicamente seriadas de 1872 a 1929, o total de cinquenta e uma; catorze apenas se lhe atribuíam anteriormente.

O progresso foi sensível; mas a lista não fica ainda, certamente, completa. Muito mais continuará extraviado, devido, principalmente, à falta de menção expressa de autoria, fenómeno vulgar em todas as épocas da bibliografia gonçalvina, como vimos, e de difícil explicação psicológica.

Existem, aliás, indícios seguros de ter sido muito maior a sua produção bibliográfica, e só o contrário seria de admirar em tão diligente polígrafo; um exemplo bastará: publicou o n.º 69 do 2.º ano de *A Semana Ilustrada*, de Lisboa, em 1890, um bom retrato de *Gonçalves*, gravura em madeira de *Rafael*, e fê-lo acompanhar de caloroso e sensato elogio às suas altas qualidades de artista e de escritor; a propósito, anotava-se aí:

«Como escriptor, Gonçalves possui innumerous e notaveis artigos publicados em diversos jornaes,

além de varios folhetos importantes e de um notavel romance histórico illustrado, que publicou com o titulo de *O Assassino de El-Rei.*»

A noticia é, como dizemos, de 1890; que *vários folhetos importantes* serão esses, conhecidos já então em Lisboa, se dessa categoria bibliográfica, até ao referido ano, apenas encontrámos a *Brevíssima noção elementar sobre o método das Projecções ortogonais*, a *Escola Livre das Artes do Desenho*, e *O espólio dos conventos, a propósito de Celas e de Sant'Ana?*

Não se entrevê solução fácil para o problema; dele nos não despedimos em absoluto, mas, já agora, só, talvez, a organização da bibliografia geral de Coimbra, se algum dia nos for possível concluí-la, o possa esclarecer satisfatoriamente.

Duma forma ou doutra, o principal da bibliografia mais representativa de António Augusto Gonçalves fica recenseado e reunido em colecção; se, pelo destino peculiar a agrupamentos desta natureza, este vier a dispersar-se de novo, restará, pelo menos, um guia seguro a orientar futuras pesquisas dirigidas a idêntico objectivo. E desde já se proporciona ao esteta de mente esclarecida e desprovido de preconceitos, que deseje traçar o sistema ideológico do grande educador que foi António Augusto Gonçalves, a possibilidade material de o fazer, por meio desta cuidadosa indicação de fontes bibliográficas.

Imensa é a distância percorrida desde as ingénuas estrofes do *Hino da Biblioteca da Sociedade Terpsicore*, de 1872, reveladoras, mesmo assim, duma intenção e dum pensamento que pela vida fora se desenvolveram e magnificamente desabrocharam, até ao opúsculo dedicado em 1929 a Joaquim de Vasconcelos, seu Guia seguro, seu Amigo de sempre, e seu Mestre desinteressado — páginas de síntese e de grande erudição que muito convém não perder de vista e meditar ponderadamente sempre que se procure compreender Gonçalves, as suas reformas sociais, o seu elevado ideal de Civilização e de Arte.

Orientado no plano citadino, o comentário pormenorizado a quanto este homem extraordinário escreveu equivaleria à evocação completa da história de Coimbra, que distintamente conhecia e que, em grande parte, logrou esclarecer como arqueólogo e como escritor.

Uma grande unidade ressalta aliás, de toda esta bibliografia de variado módulo, e sempre em glorificação do elevado pensamento que a inspirou.

Completam-no e esclarecem-no os valiosos inéditos cuja existência está felizmente assegurada, os inúmeros dispersos da Imprensa periódica, e a impressionante produção artística do Mestre, em grande parte insuspeitada também.

Foram 60 anos duma vida de escritor e artista dignamente vivida, lutando desinteressadamente por um ideal de Instrução, de Inteligência e de Beleza que orientasse e conduzisse a Humanidade aos seus superiores destinos.

Consiste nisso o melhor elogio do Mestre António Augusto Gonçalves e da obra excepcional que legou a Coimbra, honrando como ninguém a época em que viveu, a geração a que pertenceu.

Documenta-o a sua bibliografia aqui recenseada.

A. G. DA ROCHA MADAHIL

PLATÃO E A SAUDADE

Característico da *saudade*, todos o sabem, é o facto de coexistirem nela dois sentimentos contrários, o prazer e a dor.

Dizem-no assim os literatos, e o povo não discorda.

A *saudade* «é um *mal* de que se *gosta*, e um *bem* que se *padece*», explica D. Francisco Manuel de Melo.

E Garrett:

«Saudade! *Gosto amargo* de infelizes,
Delicioso pungir de acerbo espinho,
.....
Mas *dor* que tem *prazeres* — Saudade!»

No *Cancioneiro da Saudade* coligido por Carlos Martins, por outro lado, abundam as quadras populares do mesmo teor:

«Saudade é *dor e prazer*,
Saudade é *pena* de ti,
Saudade é *alma que chora*,
Saudade é *alma que ri*.»

Ou seja:

«Quem *chora*, sente *saudades*,
E quem *ri*, *saudades* sente,
Que a *saudade*, muitas vezes,
A *si mesma* se *desmente*.»

Ou ainda esta:

«Esta palavra — *saudade*,
É um hino de harmonia;
Alegria que *entristece*,
Pesar que nos *delicia*.»

A *saudade*, no entanto, é geralmente considerada como uma paixão especificamente portuguesa, e neste respeito igualmente, os literatos e o povo parecem de acordo.

«[Esta] generosa paixão a quem *sòmente nós* sabemos o nome», declara ainda D. Francisco Manuel.

E Garrett acrescenta:

«Mavioso nome que tam meigo soas
Nos lusitanos lábios, não sabido
Das orgulhosas bocas dos sicambros
Destas alheias terras.....»

E a voz do povo:

«Esta palavra — Saudade,
Não pode ter tradução.
Desabrocha, vive e morre
Só no nosso coração».

Tudo isto é sabidíssimo, nem vale a pena insistir.

¿Mas já se terá notado que este portuguesíssimo sentimento já foi admiravelmente analisado por um velho filósofo grego do quarto século antes da era cristã?

Pode-se ler uma excelente análise da *saudade* em Platão, no famoso Diálogo onde encontramos Sócrates, encarcerado, e no dia em que deve morrer, tranquilamente filosofando, em companhia dalguns amigos, sobre a vida do além.

É nas primeiras páginas do Fédon (58 e 59 b) que se acha o trecho a que nos referimos.

Vamos transcrevê-lo na tradução francesa de Léon Robin, acrescentando entre parênteses os termos mais importantes do original.

É o começo da narrativa de Fédon, testemunha das últimas horas do grande Sábio:

PHÉDON: — «C'est un fait, *mes impressions à moi furent bien singulières* (θαυμάσια ἔπαθον) pendant que je fus à ses côtés. Et en effet, à l'idée que j'assistais à la mort d'un homme auquel j'étais attaché, ce n'était pas de la pitié qui

me ganhait. Car c'était un homme heureux que j'avais sous les yeux, Échecrate: heureux dans sa façon de se comporter comme dans son langage, tant il y avait dans sa fin de tranquille noblesse. A ce point qu'il me donnait le sentiment, lui qui pourtant allait vers la demeure d'Hadès, de ne point y aller sans un concours divin, mais de plutôt trouver là-bas, une fois qu'il y serait rendu, une félicité comme personne jamais n'en a connue! Voilà donc pourquoi *nulle impression de pitié, absolument, ne me gagnait* (οὐδὲν πάνυ μοι ἔλεεινὸν εἰσῆει), comme il eût pu sembler naturel chez le témoin d'un deuil. Mais *ce n'était pas non plus le plaisir* (οὔτε αὖ ἡδονή) accoutumé de nos heures de philosophie, puisqu'aussi bien tel était, alors même, la nature de notre entretien. La vérité, c'est qu'il y avait dans mes impressions quelque chose de déconcertant, un mélange inouï, fait à la foi de plaisir et de peine (ἄτοπον τί μοι πάθος παρῆν καὶ τις ἀήθης κρᾶσις, ἀπό τε τῆς ἡδονῆς συγκερασμένη ὁμοῦ καὶ ἀπὸ τῆς λύπης), de peine quand je songeais que ce serait tout à l'heure l'instant de sa fin! Et nous tous, qui étions là présents, nous étions à peu près dans les mêmes dispositions, tantôt riant, parfois au contraire pleurant (τοτὲ μὲν γελῶντες, ἐνίοτε δὲ δακρῦοντες); l'un de nous, même, plus que tout autre: c'était Apollodore. Tu sais en effet, je pense, quel homme c'est et quelle est sa manière.

ÉCHECRATE: — Si je le sais!

PHÉDON: — C'était donc chez lui la plénitude de cet état; mais j'étais moi-même dans une pareille agitation, ainsi que les autres.»

A dramática situação, pintada no Diálogo com tão comovedora singeleza, explica perfeitamente essa *saudade* dos amigos do filósofo ateniense.

Contemplam-no bem vivo ainda, genuinamente *socrático* na sua costumada maneira de ser e de filosofar. Mas o *gosto* que lhes dá este espectáculo é-lhes *amargurado* pela certeza de que o vêem e ouvem pela última vez... *Sentem dor e prazer, ora estão a rir, ora a chorar.*

A análise da *saudade* é perfeita. Só lhe falta... o termo técnico. Platão não soube como chamar a essa «estranha paixão». Não admira. Pois era preciso esperar uns tantos séculos até que, um dia, entre soluços e suspiros, um descendente de Luso arrancasse do magoado coração a mágica palavrinha «que tão meigo soa»!

«Esta palavra — *saudade*,
Aquele que a inventou,
A primeira vez que a disse
Com certeza que chorou...»

Haia, Agosto de 1941.

DR. M. DE JONG

NOTA SOBRE ALGUMAS MODIFICAÇÕES
PRECONIZADAS À TÉCNICA
DE J. RÉGNIER DE AVALIAÇÃO
DO PODER ANESTESIANTE LOCAL

São variadíssimos os métodos estabelecidos para avaliar a actividade dos anestésicos locais. Nalguns, a apreciação efectua-se indirectamente, observando efeitos farmacológicos gerais destas substâncias, diferentes propriamente da anestesia local.

Assim, certos autores [C. B. Schurmayer (57), O. Gros (20), H. Rhode (50), G. Carbonaro (11), etc.] pretenderam medir o poder anestésico local pelo efeito depressivo — que não representa mais do que uma consequência da acção tóxica — sobre o protoplasma de seres monocelulares (preferentemente sobre a *Paramécia*).

Outros avaliaram-no:

por um efeito hemolítico sobre os glóbulos vermelhos [O. Gros (20), L. Launoy e Y. Fujimori (35), principalmente, embora numerosos outros autores tivessem estudado esta acção globulicida de certos anestésicos locais];

por uma diminuição do metabolismo celular [Shuichi Niwa (55)] ou da propriedade do protoplasma vegetal se oxidar [G. Carbonaro (11)];

por um efeito depressivo geral sobre determinados órgãos isolados:

sobre a contractibilidade dos músculos [Kobert (27), Berthold (6), A. Waller (69), O. Gros (20), S. Kubota e D. I. Macht (31), etc.];

sobre os movimentos do intestino C. Sinighelli (59), W. M. Bayliss e E. H. Starling (5), N. J. Langley e R.

Magnus (34), Kuroda (32), Trendelenburg (66), Nagamachi Athusi (41), F. Lache (33);

sobre os movimentos do coração [A. Rippel (52), R. Cousy (14), F. Lache (33), G. Carbonaro (11), etc.].

Estudaram outros autores a actividade destas substâncias apreciando uma acção anestésica geral produzida sobre pequenos animais: rãs [O. Gros (20), G. Carbonaro (11)], seus gerinos [Meyer e Overton, O. Gros (20), O. Gros e C. Hartung (21), J. Abelin (1)] e peixes P. Regnard (47'), P. Portier e L. Lomba (44), H. Rydin (52), G. Carbonaro (11), R. Adams e colabs. (2)].

A todos estes processos se pode apontar a marca defectível de se fundamentarem na apreciação de efeitos fisiológicos diferentes dos resultantes da verdadeira anestesia local.

Baseiam-se outros métodos na avaliação de verdadeiros efeitos anestésicos locais, isto é, assentam na acção sobre elementos nervosos periféricos.

Para se dispor de uma ideia perfeita do poder anestésico local de um composto, necessário se torna estudar a sua acção, por um lado, sobre os troncos nervosos (particularmente os sensitivos) e, por outro, sobre as terminações nervosas. Só assim se dispõe da noção do valor completo de um anestésico local, uma vez que a sua actividade se revela diferente se ela resulta de uma acção directa sobre o nervo, isto é, se for posto em contacto com o elemento nervoso desejado (caso de anestesia por injeção, anestesia raquidiana) ou atingir esse elemento nervoso só depois de ter atravessado o revestimento protector de células epiteliais (caso de anestesia de mucosas, da córnea ou da pele da rã).

Nem todos estes métodos, porém, têm igual valor.

Utilizaram a acção sobre os nervos motores, como meio de avaliarem a actividade de anestésicos locais, diversos autores, como Santesson (53), A. Loewen (36), C. Piquand e L. Dreyfus (42). O. Gros (20), W. L. Symes e V. H. Veley (64), P. Esch (15), A. Hoffmann e M. Kochmann (25), S. Baglioni e G. Pilotti (4), Closson (13), T. Sollmann (59),

L. Launoy e Y. Fujimori (35), W. Wichura (70), S. Kubota (30), J. M. Cano e J. Ranedo (10), Hirschfelder e colabs. (22), M. L. Bonar e T. Sollmann (9), M. O. Almeida (3), S. Björkman e colab. (7), H. Steidle (63), G. Carbonaro (11) e H. Boeminghaus e M. Kochmann (8).

A acção anestésica sobre as fibras nervosas sensitivas tem sido menos explorada para apreciar o poder da actividade das substâncias anestésicas locais do que a exercida sobre os nervos motores, devido à experimentação ser neste caso mais delicada. Vários autores recorreram, porém, a este processo, como C. Pototsky (44), K. Fromherz (16), T. Sollmann (60), D. I. Mach (38), W. Wichura (70), S. Kubota (30), Hirschfelder e colab. (22), K. Fromherz (17), H. Craff (19), Gottlieb (18), H. L. Schmitz e A. S. Loevenhardt (54), H. Steidle (63), G. Carbonaro (11) e H. Boeminghaus e M. Kochmann (8).

O efeito sobre as terminações nervosas da mucosa tem sido estudado sobre regiões diferentes.

Variadíssimos autores anotaram a acção anestésica destas substâncias sobre a língua e alguns avaliaram a sua actividade por esta forma. Porém, o processo é quantitativamente impraticável.

Também foram praticados ensaios apreciando a anestesia da mucosa nasal, bem como a diminuição das sensibilidades gustativa e olfativa, mas todos estes processos se mostram destituídos de interesse.

Avulta como meio eficiente de determinação da actividade dos anestésicos locais a avaliação do efeito sobre as terminações nervosas da córnea. Na verdade, a anestesia da córnea, apreciada pela supressão do reflexo corneano, reproduz não só as mais utilizadas mas também as mais características propriedades fisiológicas das substâncias anestésicas locais.

O processo foi utilizado por numerosos autores, usando-se principalmente a córnea do coelho, como E. Poulsen (46), E. Merck (39), G. Piquand e L. Dreyfuss (42), S. Morgenroth e S. Gingsberg (40), K. Fromherz (16, 17), T. Sollmann (61, 62), D. Macht (38), Hjort e colab. (23, 24),

M. L. Bonar (9), Gottlieb (18), H. Graf (19), J. Régnier (48, 49), H. L. Schmitz e A. S. Loevehart (54), W. Schuleman (56), E. Poulsson e G. Weideman (46), W. Wagner (68), M. Kochmann (28), H. H. Jensen (26), J. W. Trevan e E. Book (67), H. Steidle (63), G. Carbonaro (11), K. Tominaga e I. Hayashi (65), etc., etc.

Um grande número destes autores utilizou, nos seus ensaios, técnicas (por vezes com pequenas modificações) descritas por outros anteriormente. Sucede, porém, que a quase totalidade destas técnicas está sujeita a razoáveis considerações críticas que mostram quanto certos pormenores que lhes são próprios lhes limitam a exactidão como meio de medir o poder anestésico.

— Assim, no modo operativo seguido por muitos autores, não se precisa, de forma rigorosa, a quantidade de solução anestésica que se verte sobre a córnea, o que na realidade condiciona o grau de intensidade da anestesia. Nalgumas técnicas, sabe-se mesmo que a quantidade aplicável é variável, visto que enchem indiferentemente o fundo do saco conjuntival (técnica de Morgenroth e Ginsberg) qualquer que seja o seu tamanho. Aliás, com este procedimento, uma parte da solução é absorvida pela pálpebra inferior e como tal desviada da anestesia da córnea.

T. Sollmann enchia a mesma porção de cavidade introduzindo nela a ponta de um conta-gotas cheia de solução (após ter repuxado a pálpebra inferior) e mantendo-a cheia durante 1 minuto, só decorrido o qual retirava a extremidade do conta-gotas.

K. Fromherz introduzia gotas das soluções anestésicas também no fundo do saco conjuntival, mas sem preocupação de enchê-lo.

Ora torna-se necessário aplicar uma quantidade precisa (os resultados dos ensaios são obtidos por comparação) e exactamente lançada sobre a córnea.

— Por outro lado, nalgumas técnicas, a apreciação do estado anestésico faz-se decorrido excessivo tempo após a aplicação da solução em estudo (Sollmann só passados 10 minu-

tos ensaiava o reflexo), o que pode levar a não se apanharem anestésias fugazes. Noutras técnicas, ao contrário (como opera Fromherz), a exploração realiza-se antecipadamente.

— Nos ensaios de muitos autores o reflexo corneano foi provocado com instrumentos mal precisados (Fromherz excitava com uma crina rígida, Morgenroth e Ginsberg atingia fortemente a córnea com uma sonda, Sollmann tocava-a, junto do centro, com a extremidade dum lápis) e por toques imprecisamente graduados.

Qualquer destes factores, conforme a experiência nos tem revelado, é susceptível de modificar muito apreciavelmente os resultados.

— O número de ensaios efectuados numa mesma determinação a fim de se tirar o valor médio é, nos trabalhos de alguns autores, manifestamente insuficiente para se poder chegar a resultados não sujeitos a grandes erros, uma vez que se revelam diferenças de comportamento individual das córneas tratadas, como até, por vezes mesmo, nas de um mesmo animal. Daqui a necessidade de se utilizar um número mínimo de coelhos em cada avaliação, a fim de se poder tomar um valor médio onde se anulem, tanto quanto possível, as variações individuais.

Nos trabalhos de muitos autores (E. Poulsson, E. Merck, G. Piquant e L. Dreyfus, K. Fromherz nos seus primitivos trabalhos, em 1914, D. I. Macht, etc.) não se chegou mesmo a realizar uma apreciação comparativa entre a substância em exame e um composto anestésico (em regra o cloreto de cocaínio) de emprego consagrado.

Na grande maioria das técnicas referidas pelos diferentes autores citados, além de pormenores mercedores de condenatória apreciação, não se fixou sempre o modo operativo geral com suficiente precisão descritiva.

A este respeito, foi T. Solmann (61), sem dúvida, um dos primeiros a estabelecer uma técnica precisa — em que, aliás, abundam pormenores que representam acentuados aperfeiçoamentos, embora outros se revelem criticáveis.

As técnicas seguidas por K. Fromherz (17) e H. Graf (19), já posteriormente, destacam-se também por pormenorizações interessantes.

Coube, porém, a J. Régnier (48, 49) o mérito de estabelecer uma técnica (após aturados estudos atinentes a aperfeiçoar o processo de avaliação do poder anestésico sobre a córnea do coelho) bastante melhorada e precisa, de modo a poder ser usada como método quantitativo cuja exactidão fica adentro do limite próprio dos ensaios biológicos.

Embora um ou outro método apontado estabeleça particularidades que representam aperfeiçoamentos no sentido de se apanhar o mais possível o fenómeno anestésico (e como técnica cuidadosamente estabelecida nalguns pormenores e engenhosamente concebida nalgumas passagens poderemos apontar, por exemplo, a de Graf (19), embora não talvez inteiramente prática), não há dúvida que a técnica descrita por Régnier revela muito sensível melhoria sobre as anteriormente utilizadas.

Nesta técnica, as duas grandes características da anestesia — a intensidade e a duração — são apreciadas, tanto quanto possível, sob uma forma feliz.

Evitamos pormenorizar a técnica deste cientista francês — cujo nome, na verdade, fica extensamente ligado aos processos para avaliar a actividade dos anestésicos — até mesmo por já ter sido descrita por nós, em tempos, nesta mesma revista (12).

Apontaremos apenas algumas passagens que, em nossa opinião, parece-nos, poderiam ser modificadas — escopo último da elaboração desta nota.

Esclarecemos que tais alterações são apenas de pormenor, sem affectarem a fundamental estrutura do método.

— Régnier refere tornar-se dispensável cortar os cílios das pálpebras dos coelhos, rejeitando este cuidado que anteriormente havia sido proposto por um ou outro autor, como S. Morgenroth e S. Gingsberg (40) e T. Sollmann (61).

Ora a prática revelou-nos ser, sem dúvida, conveniente proceder a esta preparação prévia do animal a usar.

O desaparecimento do estado anestésico não se efectua, muitas vezes, de um golpe, mas antes, se exceptuarmos as anestésias fugazes, de uma forma lenta e progressiva. Resulta, assim, que, muitas vezes, o curso dos fenómenos não se passa consoante o seguinte quadro: resposta negativa à excitação corneana, por um toque explorador com o fio de crina, e positiva à imediata. Por outras palavras, em muitos casos, ao excitar-se o olho, o animal a partir de dado momento começa, em seguida a um perfeito estado de «anestesia completa», a progressivamente encerrar as pálpebras à medida que se pratica a série de estímulos, sem no entanto os fechar de um único movimento. Somos levados a interpretar que o animal começa a ter a sensação, apagada, do toque do fio excitador, simplesmente, dado ainda o estado de algum entorpecimento das terminações nervosas, não encerra rapidamente as pálpebras, como sucede na resposta ao estímulo em estado normal.

Ora, em particular neste momento do ensaio, se não tiver havido o cuidado de previamente se ter cortado os cílios, sucede que, por as pálpebras progressiva e vagarosamente se irem aproximando, se poderá tocar com muita facilidade os cílios, o que pode levar a uma falsa reacção por aquelas poderem estar livres de anestesia.

Tanto mais se torna necessária a sectura destes apêndices quanto é certo as pálpebras dos coelhos apresentarem além dos cílios mais robustos e evidentes, cílios mais finos, implantados no bordo palpebral e que apresentando uma inclinação um pouco diferente dos primeiros se afastam menos do globo ocular quando as pálpebras abertas, podendo com mais facilidade ser atingidos durante as excitações.

— Régnier antes de ensaiar a pesquisa do estado anestésico, pratica a técnica anestésica da seguinte forma: Verificação do reflexo normal ao minuto 0 e sua reavaliação no minuto 4. O coelho é em seguida deitado, o olho aberto e ao minuto 4¹/₂ lançada sobre a córnea uma gota da solução anestésica; o olho é mantido aberto e vertida uma segunda gota exactamente decorrido 1 minuto, ou seja

ao minuto $5\frac{1}{2}$. Neste momento o coelho é libertado e deixado $1\frac{1}{2}$ minuto em repouso, findo o que (minuto 8) se inicia a pesquisa do estado anestésico.

Quer-nos parecer que Régnier adoptou estes tempos, alguma coisa arreesadamente fraccionados, para poder estabelecer ulteriormente o início da aplicação dos estímulos em fracções da hora facilmente precisáveis: aos minutos 15, 20, 25, 30, 35, etc., de 5 em 5 minutos.

Nos nossos trabalhos, adoptamos durante a técnica anestesiante uma marcação diferente de tempos, de que não resulta, no entanto, alteração alguma aos espaços das diversas pesquisas de anestesia usados por Régnier, sem dúvida criteriosamente concebidos, bem regulados: mais curtos no começo, dando conta de possíveis anestésias fugazes* e mais espaçados em seguida, a fim de evitar a fadiga do animal**. Tão pouco a nossa modificação arrasta praticamente a variação alguma dos espaços de tempo da própria técnica anestesiante.

Para conseguir que o início das pesquisas do estado anestésico se viesse a fazer, como referimos, em tempos exactamente múltiplos de 5, Régnier — assim o supomos — viu-se obrigado a manter um espaço de tempo de 4 minutos entre a verificação e a re-verificação do reflexo normal. Porquê este número, a nosso ver arbitrário, e não qualquer outro? Apenas, por certo, para atingir aquele escopo apontado. Ora não vemos razão para que medeie tamanho espaço de tempo entre as duas verificações. O olho normal reage logo ao primeiro estímulo. Um minuto depois, o máximo, a re-verificação pode ser praticada, pois o animal nada ficou anteriormente fatigado.

Depois, não encontramos razão plausível — a não ser, ainda, no intuito de procurar conjugar os números para conseguir o objectivo referido — para que os tempos de

* De 2 minutos entre a primeira e a segunda pesquisas e de $2\frac{1}{2}$ minutos entre esta última e a terceira bem como entre esta e a quarta.

** De 5 em 5 minutos.

verificação do reflexo normal devam ser anotados. Tal pormenor constitui uma mera passagem preambular, preparatória do animal, tal como a cortadura dos cílios.

Secturados, com uma tesoura, os cílios e verificado o reflexo normal, marcamos o tempo zero ao lançarmos pela primeira vez a solução (0,25 cc em vez de uma gota), precisamente sobre a córnea, com as pálpebras bem afastadas. Um minuto depois (minuto 1), vertemos, de semelhante forma, igual volume de solução anestésiante.

Mantemos, em seguida, o animal imobilizado e com o olho aberto nos dois minutos seguintes, chegando-se assim ao minuto 3.

Verificámos que muitas vezes (dependendo da natureza das soluções e mesmo do tamanho dos animais) a solução ao fim de 1 minuto de totalmente aplicada, isto é, ao minuto 2 (minuto $6\frac{1}{2}$ de Régnier) não se mostra completamente absorvida. Se o animal for posto em liberdade nesse momento, como estabelece Régnier, o excesso da solução derrama-se ou não, conforme o animal se sacuda mais ou menos, feche brusca-mente ou não as pálpebras. Uma parte, mesmo, se todo o excesso se não perdeu, passaria a ser absorvida pelas pálpebras, ao libertarem-se-lhas, com prejuízo portanto da anestesia corneana.

Em conclusão, operando segundo o modo estabelecido por Régnier, o ensaio não decorre sempre em iguais condições, o que é fundamental, e o erro, por uma porção maior ou menor da solução anestésica deixar ou não de ser utilizada para a anestesia, pode, como é compreensível, acabar por afectar de uma forma importante o resultado a obter da final avaliação da actividade anestésiante da substância em estudo.

Reconhecido este percalço, passámos a adoptar nos nossos trabalhos a modificação de manter o animal imobilizado e com as pálpebras bem afastadas até se realizar a primeira investigação sobre o estado anestésico (minuto 3).

Operando segundo o conjunto do modo descrito, excluimos um factor de erro da técnica de Régnier que pode

levar a diferenças importantes — a possível variação da quantidade de solução anestésica absorvida — e simplificamos o emaranhado inicial dos tempos apontados por este autor, respeitando, no entanto, o interesse e o acerto com que os respectivos espaços foram por ele, na verdade, estabelecidos.

Cotejando, neste pormenor, a técnica de Régnier e a nossa modificação, teremos:

Técnica de Régnier	Técnica modificada
(Animal com os cílios intactos)	(Animal com os cílios secturados)
<i>Minuto 0:</i> Verificação do reflexo normal.	Verificação e reverificação do reflexo normal como disposição preparatória do animal a empregar.
<i>Minuto 4:</i> Reverificação do reflexo normal.	
<i>Minuto 4½:</i> Lançamento de uma gota de solução anestésica.	<i>Minuto 0:</i> Aplicação de 0,25 cc. de solução anestésica.
<i>Minuto 5½:</i> Aplicação de uma 2. ^a gota de solução.	
<i>Minuto 6½:</i> Libertação do animal.	<i>Minuto 1:</i> Nova deposição de igual volume de solução.
<i>Minuto 8:</i> Primeira procura da anestesia.	O animal mantém-se imobilizado até ao minuto 3.
	<i>Minuto 3:</i> Primeira pesquisa do estado anestésico.
<i>Minuto 10 :</i> Segunda pesquisa.	<i>Minuto 5 :</i> Segunda pesquisa.
<i>Minuto 12½:</i> Terceira >	<i>Minuto 7½:</i> Terceira >
<i>Minuto 15 :</i> Quarta >	<i>Minuto 10 :</i> Quarta >
<i>Minuto 20 :</i> Quinta >	<i>Minuto 15 :</i> Quinta >
.....
.....
<i>Minuto 60 :</i> Décima terceira pesquisa.	<i>Minuto 60 :</i> Décima quarta pesquisa.

Deste modo, no minuto 60, segundo a modificação, teremos praticado mais uma pesquisa, o que evidentemente nenhuma desvantagem oferece. Se o estado anestésico ter-

* A diferença verificada de $\frac{1}{2}$ minuto é destituída de significado e em todo o caso não viria desfavorecer a nossa modificação.

minar antes, os ensaios tornam-se praticamente coincidentes; se nesse momento ainda persistir a anestesia, uma nova pesquisa só oferece benefício, pesquisa que aliás poderia sempre deixar de se praticar, terminando no minuto 55, se acaso se pretendesse homologar inteiramente (no que não reconhecemos interesse) a nossa modificação com a técnica de Régnier.

Finalmente e prendendo-se com este mesmo pormenor — altura de dar por concluído o ensaio — acrescentaremos: Embora nem sempre tal suceda, tivemos ocasião de reconhecer nalguns dos nossos ensaios (com grande nitidez na avaliação do poder anestésico de uma solução de isobutirato de novocaínio a 2%, esterilizada a 110°, por 10 m.) que a diminuição da profundidade do estado anestésico se não faz progressivamente, mas digamos ondulatòriamente. A anestesia enfraquece, para se reforçar em seguida, diminuindo depois mais acentuadamente para restabelecer-se de novo, embora mais frouxa que na antecedente recrudescência, e assim sucessivamente.

Em presença de um tal estado de coisas, a anestesia pode manter-se neste curso oscilante durante bem mais de 1 hora.

Evidentemente que para a terapêutica o interesse de um tal anestésico, marcado pelo seu poder anestésico, ficará definido pelo momento em que pela primeira vez a anestesia decaiu acentuadamente. No entanto, pròpriamente para estudo completo do comportamento de certas substâncias anestésicas, torna-se, sem dúvida, necessário continuar a pesquisar a anestesia depois de decorrida 1 hora sobre o início do ensaio.

Nestes casos, torna-se incomparavelmente mais elucidativo o estabelecimento de uma curva (tempos em abcissas e número de excitações necessárias para obtenção do reflexo em ordenadas) do que pròpriamente a soma total de excitações que se tornou preciso praticar, para obtenção da resposta, em cada uma das pesquisas do estado anestésico.

BIBLIOGRAFIA

- (1) ABELIN (J. — «Über die lokalanaesthetischen und narkotischen Wirkungen des Phenylethylamins und einiger seiner Derivate». *Biochem. Zeitschr.*, (1923), **141**, 458.
- (2) ADAMS (R.), RIDEAL (E. K.), BURNETT (W. B.), JENKINS (R. L.) and DREGER (E. E.) — «Chemical constitution, physiological action and physical properties in a series of alkylparaaminobenzoates». *Journ. Am. Chem. Soc.*, (1926), **48**, 1758.
- (3) ALMEIDA (M. OSÓRIO DE) — «Sur la section physiologique des nerfs par la novocaïne». *Arch. int. Pharm. et Thérap.*, (1922), **26**, 329.
- (4) BAGLIONI (S.) e PILOTTI (G.) — «Acção da estovaína sobre as fibras nervosas». *Arch. ital. de Biol.*, (1912), **56**, 330.
- (5) BAYLISS (W. M.) and STARLING (E. H.) — *Journ. of Physiol.*, (1899), **24**, 99.
- (6) BERTHOLD — *Zentrabl. f. d. med. Wissenschaften*, (1885), **23**, 293.
- (7) BJÖRKMAN (S.), WIBERG (G.), SANTESSON (C. G.) — «Vergleichende Versuche über die Wirkung von Kokaïn und d. ϕ Kokaïn (psikaïn)». *Skandin. Archiv. f. Physiol.*, (1926), **47**, 145.
- (8) BOENINGHAUS (H.) und KOCHMANN (M.) — «Über quantitative Unterschiede in der Wirkung der Lokalanaesthetika auf sensible und motorische Nerven». *Arch. f. exp. u. Pharm.*, (1929), **141**, 237.
- (9) BONAR (M. L.) and SOLLMANN (T.) — «The effects of some new local anesthetics (paraaminobenzoyldinormal butylaminocetanol and propanol and diethylaminopropyldiphenylaminocarbino)». *Journ. Pharm. and exp. Therap.*, (1921), **18**, 497.
- (10) CANO (J. M.) et RANEDO (J.) — «Influencia que en las propiedades anestésicas de los ésteres de amino-alcoholes tiene el radical ácido». *An. Soc. esp. de Física y Química*, (1920), **18**, 184.
- (11) CARBONARO (G.) — «Sur un stéréoisomère de la cocaïne: la pseudo-cocaïne dextrogyre (psicaïne)». *Arch. int. Pharm. et Thérap.*, (1927), **33**, 208.
- (12) CARVALHO (L. DA SILVA) — «Solutio injectável de Amilocaína (Isotonização, Ajustamento a pH conveniente e Ensaio biológico)». *O Instituto*, (1943), **102**, 129.

- (13) CLOSSON — *Journ. Mich. State Med. Soc.*, (1914), **13**, 587.
- (14) COUSY (R.) — «Les variations bathmotropes du cœur durant l'anesthésie à la cocaïne». *Arch. int. de Physiol.*, (1924), **22**, 363.
- (15) ESCH (P.) — «Experimentelle Untersuchungen über die Bedeutung des wirksamen Bestandteils der Nelnennieren in Verbindung mit Lokalanaesthetics». *Arch. f. exp. Path. u. Pharm.*, (1911), **64**, 84.
- (16) FROMHERZ (K.) — «Ein Beitrag zur Differenzierung der lokalanaesthetischen Wirkungsarten und zur Frage der Beziehungen zwischen chemischer Konstitution und physiologischer Wirkung». *Arch. f. exp. Path. u. Pharm.*, (1914), **76**, 257.
- (17) FROMHERZ (K.) — «Über die Wirkung verschiedenen Gruppen der Lokalanaesthetica im Lichte verschiedener Untersuchungsmethoden». *Arch. f. exp. Path. u. Pharm.*, (1922), **93**, 34.
- (18) GOTTLIEB — «Pharmakologische Untersuchungen über die stereoisomerie der Kokaïn». *Arch. f. exp. Path. u. Pharm.*, (1923), **97**, 113.
- (19) GRAF (H.) — «Über die Beziehungen zwischen chemischer Konstitution und Lokalanaesthesierender Wirkung bei N. alkylierten Leuzinolestern der p. aminobenzoesaure». *Arch. f. exp. Path. u. Pharm.*, (1923), **99**, 315.
- (20) GROS (O.) — «Ueber Narkotika und Lokalanaesthetika». *Arch. f. exp. Path. u. Pharm.*, (1910), **62**, 380; *Idem*, (1910), **63**, 80; *Idem*, (1912), **64**, 126; *Idem*, (1912), **67**, 132.
- (21) GROS (O.) und Hartung (C.) — «Ueber Narkotika und Lokalanaesthetica». *Arch. f. exp. Path. u. Pharm.*, (1911), **64**, 67.
- (22) HIRSCHFELDER, LUNDHOLM and NORRGAARD — «The local anesthetic actions of saligenin and others phenylcarbinols». *Journ. Pharm. a. exp. Ther.*, (1920), **15**, 261.
- (23) HJORT (A. M.) and EAGAN — «Benylcarbinol: a local anesthetic». *Journ. Pharm. a. exp. Ther.*, (1920), **14**, 211.
- (24) HJORT (A. M.) and KAUFMANN (C. E.) — «The local anesthetic properties of phenylmethylcarbinol». *Journ. Pharm. a. exp. Ther.*, (1920), **15**, 129.
- (25) HOFFMANN (A) und KOCHMANN (M.) — «Untersuchungen über die Kombination der Lokalanaesthetica mit Kaliumsulfat, nebst Angabe einer einfachen Wertbestimmungsmethode der Lokalanaesthetica». *Deuts. med. Woch.*, (1912), **48**, 2264; *Beitr. Z. Klin. Chir.*, (1914), **91**, 489.
- (26) JENSEN (H. H.) — «An experimental study of certain benzylcompounds with special attention to the importance of substitution in the benzylnucleus and the significance of the side chains». *Jour. Pharm. a. exper. Ther.*, (1926), **26**, 123.

- (27) KOBERT — «Ueber den Einfluss verschiedener pharmakologischer Agentien auf die Muskelsubstanz». *Arch. f. exp. Path. u. Pharm.*, (1882), **15**, 22.
- (28) KOCHMANN (M.) — «Zur Pharmakologie der certlichen Betäubung (unter Berücksichtigung der neuren Lokalanaesthetika). *Deut. med. Woch.*, (1926), **40**, 1690.
- (29) KOCHMANN und BOEHMINGHUS (H.) — «Methode zur Prüfung lokalanaesthetischer Wirtugen am sensiblen Nervenstamm des Frosches». *Arch. f. exp. Path. u. Pharm.*, (1928), **133**, 121.
- (30) KUBOTA (S.) — «On the pharmacological action of allocain S (a new local anesthetic)». *Journ. Pharm. a. exper. Ther.*, (1919), **12**, 361.
- (31) KUBOTA (S.) and MACHT (D. I.) — «Concerning the action of local anesthetics on striated muscle». *Journ. Pharm. a. exper. Ther.*, (1919), **13**, 31.
- (32) KURODA — «On the action of cocaïne». *Journ. Pharm. a. exper. Ther.*, (1915), **7**, 423.
- (33) LACH (F.) — «Vergleichende Untersuchungen über die Wirkung einiger Lokalanaesthetika auf Herz und Darm». *Arch. f. exp. Path. u. Pharm.*, (1925), **110**, 142.
- (34) LANGLEY (N. I.) and MAGNUS — «Intestinal movements». *Journ. of Phys.*, (1905-1906), **33**, 34.
- (35) LAUNOY (L.) et FUJIMORI (Y.) — «Documents sur quelques anesthésiques locaux». *C. R. Soc. Biol.*, (1919), **82**, 732.
- (36) LAWEN (A.) — «Vergleichende Untersuchungen über die certliche Wirkung von kokaïn, novocaïne, alypin und stovaïn, auf motorische Nervenstämme». *Arch. f. exp. Path. u. Pharm.*, (1907), **56**, 138.
- (37) LOPEZ-LOMBA (J.) — «Poisson réactifs des alcaloïdes. Recherches des conditions optima de réaction, de tension superficielle et de température». *C. R. Soc. Biol.*, (1922), **87**, 1169.
- (38) MACHT (D. I.) — «A pharmalogical and therapeutic study of benzil alcohol as a local anesthetic». *Journ. of Pharm. a. exper. Ther.*, (1918), **11**, 263.
- (39) MERCK (E.) — «Chlorhydrate de cocaïne». *Annales de Merck*, (1907), **21**, 87.
- (40) MORGENROTH (S.) und GINGSBER (S.) — «Ueber die Wirkung der Chinaalkaloïde auf die Cornea». *Berl. Klin. Woch.*, (1912), **49**, 2183; — «Hornhautanaesthesie durch Chinaalkaloïde». *Berl. Klin. Woch.*, (1913), **50**, 343.
- (41) NAGAMACHI ATHUSI — *Acta scolae med. univ. Kioto*, (1922), **4**, 409.
- (42) PIQUAND et DREYFUS — «Recherches sur quelques anesthésiques locaux». *Journ. Phys. et Path. gén.*, (1910), **12**, 71.

- (43) PORTIER (P.) et LOMBA (J. L.) — «Utilisation des poissons de petite taille pour la découverte de faibles quantités de substances toxiques». *C. R. Soc. Biol.*, (1922), **87**, 1165.
- (44) POTOTSKY (C.) — «Ueber einige Versuche zur Auffindung neuer Lokalanaesthetica». *Arch. int. Pharm. et Therap.*, (1904), **12**, 29.
- (45) POULSSON (E.) — «Beiträge zur Kenntniss der pharmakologischen Gruppe des cocaïns». *Arch. f. exp. Pat. u. Pharm.*, (1890), **27**, 301.
- (46) POULSSON (E.) und Weideman (G.) — «Ueber allylbenzoyllecgonine und benzylbenzoyllecgonine». *Arch. f. exp. Path. u. Pharm.*, (1925), **105**, 58.
- (47) RECLUS (P.) et Isch-Wall — «La cocaïne en chirurgie». *Rev. de Chirurgie*, (1889), 158.
- (47') REGNARD (P.) — «Sur le résultat de l'immersion d'un poisson dans une solution faible de chlorhydrate de cocaïne». *C. R. Soc. Biol.*, (1885), **37**, 33.
- (48) RÉGNIER (J.) — Mesures de l'anesthésie produite sur les terminaison nerveuses de la cornée par les anesthésiques locaux. Comparaison des pouvoirs anesthésiques de la cocaïne, de la novocaïne et de la stovaïne — *C. R. Ac. Sc.*, (1923), **117**, 558; *Bull. Sc. Pharmacol.*, (1923), **30**, 580.
- (49) RÉGNIER (J.) — «Influence de la concentration des ions sur un phénomène physiologique: anesthésie de la cornée par le chlorhydrate de cocaïne». *Thèse Doct. Se. Nat.*, Paris, 1925.
- (50) RHODE (H.) — «Untersuchungen über lokalanaesthetische Wirksamkeit bei Antipyreticis, Opiumalkaloïden und Salzen». *Arch. f. exp. Path. u. Pharm.*, (1921), **91**, 173.
- (51) RIPPEL (A.) — «Ueber den Einflub der Reaktion auf die Haltbarkeit von Cocaïnosungen». *Arch. der Pharmazie*, (1920), **258**, 287.
- (52) RYDIN (H.) — «Recherches expérimentales sur le renforcement par le pyrogallol de l'effet narcotique de la cocaïne sur *Gobius flavescens*». *C. R. Soc. Biol.*, (1927), **96**, 816; Renforcement par le carbonate d'éthyle de l'effet narcotique de la cocaïne sur *Gobius flavescens*. *C. R. Soc. Biol.*, (1927), **96**, 816.
- (53) SANTESSON — «Vergleichende Studien ueber die Lokalwirkung von cocaïne und stovaïn auf peripherische Nervenstämme». *O. Hammarstens Festschrift*, (1906), 1.
- (54) SCHMITZ (H. L.) and LOEVENHART (A. S.) — «A study of two series of procaïne derivatives with reference to the relationship between their pharmacological action and chemical constitution». *Journ. Pharm. a. exp. Ther.*, (1924), **24**, 159.
- (55) SHUICHI NIWA — «The effect of cocaïne hydrochloride on the CO₂ production of the mixed nerve fiber». *Journ. of Pharm. a. exp. Ther.*, (1919), **12**, 323.

- (56) SCHULEMAN (W.) — «Tutocaïne als oberflächen und infiltrations anestheticum». *Klin. Woch.*, (1924), **16**, 676.
- (57) SCHURMAYER (C. B.) — *Jenaische Zeitschr. f. Naturwissensch.* (1890), **24**, 438.
- (58) SINIGHELLI — «Contribuição ao estudo da acção fisiológica da Cocaína». *Arch. ital. de Biol.*, (1886), **7**, 128.
- (59) SOLLMANN (T.) — «Comparative activity of local anesthetics. I Paralysis of motor nerve fibers. Direct application to the sciatic nerve of the frog». *Journ. Pharm. a. exp. Ther.*, (1918), **10**, 379.
- (60) SOLLMANN (T.) — II. «Paralysis of sensory nerve fibers». *Journ. Pharm. a. exp. Ther.*, (1918), **11**, 1.
- (61) SOLLMANN (T.) — IV. «Anesthesia of rabbit's cornea». *Journ. Pharm. a. exp. Ther.*, (1918), **11**, 17.
- (62) SOLLMANN (T.) — «Benzylalcohol: Its anesthetic efficiency for mucous membranes». *Journ. Pharm. a. exp. Ther.*, (1919), **13**, 355.
- (63) STEIDLE (H.) — «Ueber lokalanaesthetika und antipyretika der Thiophenreihe». *Arch. f. exp. Path. u. Pharm.*, (1927), **120**, 100.
- (64) SYMES (W. L.) and VELEY (V. H.) — «The effect of some local anesthetics on nerve — *Proceed. of the Royal Soc.*, Ser. B, (1910-11), **83**, 421.
- (65) TOMINAGA (K.) und HAYASHI (I.) — «Ueber die Beziehung zwischen chemischer Konstitution und pharmakologischer Wirkung der Lokalanaesthetika. I Vergleichende Untersuchungen von Novocaïne, Totocaïn, Cocaïn, und Psicaïn». *The Nagoya Journ. of Med. Sc.*, (1927), **7**.
- (66) TRENDELENBURG — «Physiologische und pharmakologische Versuche über die dünndarm peristaltik». *Arch. f. exp. Path. u. Pharm.*, (1917), **81**, 55.
- (67) TREVAN (J. W.) and BOOCK (E.) — «The relation of hydrogen ion concentration to the action of the local anesthetics». *Brit. Journ. of exper. path.*, (1927), **8**, 307.
- (68) WAGNER (W.) — «Experimentelle Untersuchungen über die Wirkungen der Lokalanaesthetika Psicaïn und Tutocaïn». *Arch. f. exp. Path. u. Pharm.*, (1925), **109**, 64.
- (69) WALLER (A.) — «The comparative Power of Alcohol, Ether and Chloroform as measured by their action upon Isolated muscle». *Proceed. of Royal Soc.*, ser. B., (1909), **81**, 545.
- (70) WICHURA (W.) — «Pharmakologische Eigenschaften des Eckkaïns und einiger Homotropine». *Zeitschr. f. exp. Path. u. Ther* (1919), **20**, 1.

O DISTRITO DE LEIRIA
NOS DESCOBRIMENTOS E CONQUISTAS
DE ALÉM-MAR¹

*«...vira homens que mereciam ser vistos de
todolos Reis e Senhores do Mundo».*

DAMIÃO DE GOES

*«E portanto, ó meus Portugueses, prossequi,
prossequi vossos tão honrados quanto
naturais e próprios intentos, no serviço
de Deus e do vosso Rei, imitando vossos
antepassados...»*

MIGUEL LEITÃO DE ANDRADE

I. Quando o mundo inteiro sente dentro do seu arco-boiço o monstro da guerra a roer-lhe as entranhas, a ferver-lhe o sangue, a estoirar-lhe os nervos, — quando a sanha dos homens desvairados rompe de alaridos e tempestades o forte silêncio dos elementos, quando o lume destruidor queima a vida nas suas fontes mais puras sob pretexto de fazer mais puras as fontes em que ela se fortifica, talvez reconforte o ânimo até dos mais desfalecidos rever na história da pequena pátria os títulos de dignidade que, ilustrando-a, aumentam o prestígio da grande pátria.

¹ Conferência pronunciada na Casa do Distrito de Leiria em 1942.

Nos momentos cruciais do mundo, Portugal não se esqueceu de apontar aos novos as estradas, os mares e as selvas por onde se conduziu a sua acção civilizadora e insistiu em mostrar-lhes os seus heróis cristãos para que os tomassem como exemplos.

Ora metendo por esta senda, por que não experimentamos nós marcar nessas estradas, nesses mares, nessas selvas também o sulco do nosso distrito, seguir os passos dos nossos heróis? Não reanimará assim a nossa fé de leirienses fieis à sua terra quantas vezes amortecida por culpa dos homens e por desgraça dos tempos?

Há-de parecer-vos ousado que eu me aventure a descobrir Leiria «o nosso bérço nunca esquecido», não entre as alturas de Figueiró e o Pinhal do Rei, mas quatro séculos atrás nos caminhos do Oriente. E no entanto, quando meti nesse rumo, certo estava que não me havia de cansar em sua demanda. De Marrocos à China a estrada é longa, os mares às vezes são grossos, o mistério é denso; mas seja como for, a presença de Leiria no ciclo dos descobrimentos e das conquistas era para mim uma certeza.

E parti por aí além guiado pelos melhores caminheiros de há quatro séculos. Foram meus guias espertos Lopes Castanheda, Mendes Pinto, João de Barros e Gaspar Correia. Todos eles me apontaram nas selvas e nos mares os sítios por onde passaram gentes de Leiria, desde Fez ao Mar Roxo, de Cochim a Samatra, de Malaca a Pequim. E do que vi e ouvi nos nossos historiadores da época, aqui vos trago singela mas exacta relação que servirá para demonstrar que o *nosso Distrito foi presença viva na obra grandiosa dos descobrimentos e conquistas de além-mar.*

ASPECTOS GERAIS DA SUA PRESENÇA

II. De duas maneiras o Distrito de Leiria acompanhou e favoreceu as viagens dos descobrimentos principiadas no século xv ainda no reinado de D. João I, já auxiliando os pilotos das naus a marcarem as rotas, já for-

necendo mareantes, artífices, estaleiros e madeiras para a fábrica das naus. Esclareça-se todavia que a presença do Distrito nas navegações, se a considerarmos nos seus dois ângulos, data apenas da última década do século xv. Quando no reinado de D. Manuel as viagens se dilataram em mares distantes, o estudo das rotas marítimas começou a ser cuidadosamente orientado entre os pilotos e os cosmógrafos que se enfrontavam nas últimas novidades da ciência náutica.

Ora um dos livros mais utilizados nas longas viagens foi o *Almanach Perpetuum* de Abraão Zacuto que o impressor Ortas fizera sair dos prelos na cidade de Leiria em 25 de Fevereiro de 1496. Fixemos esta data na nossa história e na história geral dos descobrimentos geográficos. Continha esta obra tábuas astronómicas. por meio das quais se indicava o cálculo do lugar do sol e a sua declinação para qualquer época e tão apreciada foi no seu tempo que já no *Reportório dos Tempos* de Valentim Fernandes se encontra um calendário que dá a declinação do sol tirada de Zacuto por Gaspar Nicolau mestre na arte de marear.

Com auxílio das suas tábuas astronómicas, Zacuto calculou as tábuas quadrienais para os anos de 1497 a 1500, — tábuas de que já se serviram nas viagens Vasco da Gama e Álvares Cabral. O astrónomo José Vizinho que traduzira em latim o *Almanach Perpetuum* empregou-o na sua navegação à Guiné em 1484, doze anos antes de vir a lume a sua tradução. Aqui está como da mais antiga oficina de imprimir de Leiria e uma das primeiras da Península saiu quase no ano da partida do Gama para a Índia um livro precioso, monumento de ciência astronómica, que acompanhou os nossos capitães-mores em todos os mares desde Sagres ao Brasil, do Brasil a Ceilão, do Cabo Tormentório ao misterioso Cipango. Aqui se afirma já a presença de Leiria no ciclo dos nossos descobrimentos. As tábuas de Zacuto, extraídas da *Compilação Magna*, que ajudaram José Vizinho a determinar uma tábua bissexta para os anos de 1483 e 1484, e reproduzidas no *Manual de Munique*, constituem o documento capital da ciência náutica do

século xv. Não há tratado da época que as tenha desconhecido. Não se cita sábio astrónomo que por elas se não orientasse. Faleiro, Pedro Nunes, Valentim Fernandes e outros folhearam o incunábulo de Leiria e por ali riscaram novas tábuas de declinação do sol. Esses repositórios de ciência vieram não há muito a atrair o estudo paciente de Cantera de Burgos, de Fontoura da Costa, de Brito Rebelo, de Joaquim Bensaúde, de Luciano Pereira da Silva e de Armando Cortesão.

Pudemos crer que nesses longos périplos marítimos à volta do mundo novo os nossos pilotos e cosmógrafos, perseguidos por aventesmas e terrores, se curvavam ansiosamente sobre as folhas impressas nas oficinas de Leiria, enquanto calafates e breadores cantavam saudades da terra, da Nazaré e de Peniche, empoleirados nas gáveas. Não fizeram outra coisa os pilotos da frota de Bartoloméu Dias e os da armada de João da Nova. Servindo-se da impressão de Ortas ainda o piloto João Lisboa orientou diversas experiências astronómicas em Cochim de que deu conta no seu livro *Agulha de marear*. Às costas da Guiné chegou Vizinho com a ciência de Zacuto. Na volta da Índia e das terras de Santa Cruz os nossos capitães mores consultavam mestre Zacuto para não se perderem. E uns e outros lendo a obra folha a folha lá encontravam no remate o nome de Leiria.

O nome da nossa cidade guardava-se nos olhos interrogativos dos mareantes e para estes seria uma comovente saudade da terra portuguesa. Estava no livro impresso em Leiria em 1496 a primeira inteligência guiadora dos que se aventuravam em mares desconhecidos. Estava ali a primeira claridade a romper o mistério das rotas ainda mal definidas. Valha-nos para honra da nossa cidade a impressão de Samuel Ortas de que hoje dezoito exemplares espalhados nas maiores bibliotecas do mundo, em Espanha, Inglaterra, América do Norte, França e Alemanha, proclamam a contribuição duma oficina leiriense no conhecimento e descoberta do nosso império.

A FÁBRICA DAS NAUS NO DISTRITO

III. Sob um outro ângulo se fez sentir a presença do distrito nas navegações: — o da fábrica das naus. É fora de dúvida que alguns dos mais afamados estaleiros navais nos séculos xv e xvi se encontravam na vila da Pederneira à qual o Rei D. Manuel concedeu foral em 1514 confirmativo de privilégios conferidos anteriormente aos pescadores e mareantes do sítio.

«O seu porto e o justo renome que mereceu no século xvi, segundo se lê em Laranjo Coelho, estavam a par dos mais activos estaleiros do reino, dos mais concorridos e laboriosos varadoiros onde nesse século brilhante das conquistas e descobertas, se levantavam as carcassas das nossas gloriosas naus e caravelas.» Os privilégios conferidos à população da Pederneira significam relevantes serviços na pesca, nas navegações e na fábrica das naus. Se por um lado abadias e aldeias se abasteciam de pescado naquela vila, por outro lado nos seus estaleiros activos se construía fustas, varineis e galés encomendadas por armadores de fora. Para que semelhante actividade não se detivesse nem retardasse com prejuízo da economia nacional, foi concedida aos marítimos da Pederneira isenção de servirem nas galés, nas hostes e em fossados. No limiar do século xv, graças às providências adoptadas por D. Fernando, já o labor dos estaleiros atingia um ritmo inesperado a ponto que justificadamente se atribuiu aos pescadores dispensa de servirem em obras militares.

Em documento oficial se diz que *«esses pescadores todos os dias prestavam serviços, não só nas armadas reais e no baleal de Atougua como também em acarretar madeira que vinha do nosso pinhal de Leiria pela lagôa ao través.»* Homens afeitos ao mar, por mercê do Rei, nem pagavam peitas nem fintas nem empréstimos nem por nenhum cou-del poderiam ser coagidos a comparecer em alarde e por ninguém impedidos de pescar fora da sua costa. «Em fins

do século xv a vila de Pederneira — escreveu Laranjo Coelho — ganhava cada vez mais importância como estaleiro cada vez mais activo de construções navais. Começavam já a ser afamados os seus calafates, estrinqueiros, breadores e remolares, e no seu porto fervia já a lide do levantamento das carcassas das nossas naus e caravelas, que eram depois transportadas para as taracenas de Lisboa e aqui equipadas e municadas para as suas longas derrotas.»

Não tinham mãos a medir os carpinteiros da vila e das vizinhanças de Alfeizirão e Salir, porque as encomendas multiplicavam-se e as empreitadas suscitavam as energias dos menos diligentes pelos lucros apetecíveis que rendiam. Assim foi reclamado em certa data ao meirinho Gil Afonso que fizesse concluir sem tardança os navios, barcas e caravelas necessárias ao serviço do Rei. Em carta dirigida por D. Manuel aos Regedores de Alcobaça em 23 de Março de 1500 se alude claramente à importância dos estaleiros da Pederneira e das florestas da beira mar para o desenvolvimento da marinha real. Assim se lê na carta:

«Nós ordenamos ora de em a Pederneira mandar fazer certas caravellas que havemos mester e comprem a nosso serviço e porque poderá ser que avemos mester alguma madeira pera ella, assi como pera liame como tavoado e pera outra obra, vos rogamos muito e encomendamos que dos pinhaes matas e defezas desse mosteiro ajaaes por bem e mandeis que enviando a isso lá o nosso almoxarife os officiaes e carpinteiros lha leixem cortar e aver livremente e de lo assi fazerdes como de vós esperamos volo agradeceremos...»

Mais nos dizem documentos guardados no Arquivo Nacional e já explorados por Laranjo Coelho que no mesmo ano (1500) um tal Gregório Rodrigues, procurador do concelho da Pederneira, requereu em nome dos mareantes a el Rei que lhes pagasse serviços prestados na construção das naus. Era nesse tempo almoxarife na Pederneira encarregado da fábrica dos navios Pero Fernandes que pelos rigores do seu poder não deixou de si grata lembrança nas

gentes do sítio, mais do que uma vez queixosas das durezas a que as sujeitava.

Tal e qual aquele sentimental Bastião Fernandes, calafate da Pederneira, embarcado na caravela de João Infante, o qual dobrou o Cabo das Tormentas, vagueou à torreira do sol pelas hortas de Melinde e vergeis de Mombaça, quantos mareantes, calafates e breadores da Nazaré não andaram na volta da Índia e não mataram saudades da terra naquelas noites mornas de luar contempladas na barra de Gôa ou na costa do Pegú!

Com segurança se afirma e o afirmou Cadamosto que as caravelas da Pederneira eram as melhores que sulcavam os mares e que os galeotes alistados ali para as esquadras da Índia eram os mais valentes para o mar. Venha como exemplo a nau *Nazaré*, uma das mais formosas deste Reino, fábrica dos estaleiros da Pederneira: — comandada por Afonso Rodrigues fez em seis anos oito viagens, ganhou em fretes 9.883 ducados de oiro. Outra nau do mesmo nome navegou para a Índia em 1512 tendo por capitão Jorge de Albuquerque, seguiu na armada de Afonso de Albuquerque para o cruzeiro do Mar Roxo, participou na conquista de Benastarim onde o seu condestabre Guilherme de Tocel mereceu, por haver feito bons tiros contra a fortaleza, a recompensa de trinta cruzados. Famosa nau da armada do Vice-Rei esta *Nazaré* que ele tanto amou e que ainda em 1516 levou a bordo para a Índia o poeta-cortesão João da Silveira! Duma outra nau *Nazaré* se fala na terceira Década da Ásia, a qual comandada por Gaspar da Silva, levando a bordo quatrocentos homens, veio encontrar uma armada de Diogo Lopes em Diu (1521).

Das formosas caravelas nazarenas nos falou Cadamosto. Dos calafates nos mencionou Lopes Castanheda o nome de João Afonso que no ano de 1515 se encontrava em Ormuz na frota de D. Garcia de Noronha.

Para se deleitar na vista da terra fugiu certo dia da nau João Afonso com o mestre Pantalião e o marinheiro António Fernandes: sucedeu porém que D. Garcia ao ser prevenido da fuga mandou-o dizer a el-Rei pedindo-lhe

muito que lhos houvesse. Ora tal diligência el-Rei e Raix-noradim puseram na busca deles que dois dias mais tarde Jorge Porta os descobria e restituia ao governador. No historiador português se lê que «muy cruamente foram eles castigados salvo João Afonso calafate e um outro marinho porque o ajudaram a salvar na nau em que se perdeu D. Garcia quando ia de Malaca para a India».

Este calafate da Pederneira que em 1515 estanceava por Ormuz serviu porventura na nau *Nazaré* que Pedro Eanes, natural de Leiria, pilotou nos mares do Oriente e que em 1519 conduziu a Lisboa trazendo quatrocentas dobras de ouro e cento e dez escravos para os oficiais da Casa da Mina?

Da lição da história quinhentista se infere que a Pederneira ajudou em larga medida as expedições marítimas com o trabalho dos seus estaleiros, com a madeira da floresta próxima e com o esforço dos seus artífices, calafates, breadores e pilotos. As tábuas do Pinhal do Rei «*do pinhal navegador*» como lhe chamou o nosso poeta, deram a volta ao mundo, embarcaram a fina flor da nossa nobresa para as praças fortes do Oriente, transportaram riquezas e tesouros, ergueram a bandeira da pátria nos confins da Ásia e da África e dilataram assim a fé e o império.

Tábuas arrancadas das nossas florestas, trabalhadas pelos nossos carpinteiros e pilotadas pelos nossos mestres de pilotar, da Pederneira como tantos, de Leiria como Pedro Eanes ou de Peniche como Domingos Franco!

«*Pinhal navegador!*
Do verde pino no mar a boiar!
Flores do pinhal louvado
São as caravelas . . .»

Eis o poema de Afonso Lopes Vieira onde recortei estes lindos versos e em que o tema vem belamente interpretado:

«*Catedral, verde e sussurrante, aonde*
a luz se ameiga e esconde . . .»

PINHAL DO REI

*Catedral verde e sussurrante, aonde
a luz se ameiga e se esconde
e aonde ecoando a cantar
se alonga e prolonga a longa voz do mar,
ditoso o Lavrador que a seu contento
por suas mãos semeou este jardim;
ditoso o Poeta que lançou ao vento
esta canção sem fim . . .*

*Ai flores, ai flores do Pinhal florido,
que vêdes no mar?
Ai flores, ai flores do Pinhal florido,
Rei Dom Denis, bom poeta e mau marido,
lá vem as velidas bailar e cantar.*

*Encantado jardim da minha infância,
aonde a minh'alma aprendeu
a música do Longe e o ritmo da distância
que a tua voz marítima lhe deu;
místico órgão cujo além se esfuma
no além do Oceano, e aonde a maresia
ameiga e dissolve em bruma
e em penumbras de nave, a luz do dia.
Por estes fundos claustros gemem
os ais do Velho do Restelo . . .
Mas tu debruças-te no mar e, ao vê-lo,
teus velhos troncos de saudosos fremem . . .*

*Ai flores, ai flores do Pinhal louvado,
que vêdes no mar?
Ai flores, ai flores do Pinhal louvado,
são as caravelas, teu corpo cortado,
é lo verde pino no mar a boiar.*

*Pinhal de heróicas árvores tão belas,
foi do teu corpo e da tua alma também
que nasceram as nossas caravelas
ansiosas de todo o Além;
foste tu que lhes deste a tua carne em flor
e sobre o mar andaste navegando,
rodeando a Terra e olhando os novos astros,
oh gótico Pinhal navegador,
em naus erguida levando
tua alma em flor na ponta alta dos mastros!...*

*Ai flores, ai flores do Pinhal florido,
que vêdes no mar?
Ai flores, ai flores do Pinhal florido,
que grande saudade, que longo gemido
ondeia nos ramos, suspira no ar.*

*Na sussurrante e verde cathedral
ouço rezar a alma de Portugal:
ela aí vem, dorida, e nos seus olhos,
sonâmbulos de surda ansiedade
no roxo da tardinha,
abre a flor da Saudade;
ela aí vem, sòzinha,
dorida do naufrágio e dos escolhos,
viúva de seus bens
e pálida de amor,
arribada de todos os aléns
de este mundo de dor;
ela aí vem, sòzinha,
e reza a ladainha
na sussurrante cathedral aonde
toda se espalha e esconde,
e aonde ecoando a cantar
se alonga e se prolonga a longa voz do mar...»*

Leiria e Pederneira surgem pois de mãos dadas na empresa dos descobrimentos. Dali saíram as tábuas astronómicas de Zacuto impressas em latim, daqui saíram as tábuas navegadoras. A ciência que esclarece e a arte de bem fabricar encontraram-se a um tempo no nosso distrito quando o Infante de Sagres e os nossos reis enviaram sábios e pilotos a explorar terras e mares.

OS LEIRIENSES NA EXPANSAO PORTUGUESA

IV. Marcada a rota da Índia e da África, enquanto as pranchas do «gótico pinhal navegador» continuam cortando as águas e os nossos estaleiros ressoam cada vez mais activos na fábrica das carcassas de caravelas, Leiria ilustra-se pelos exemplos de alguns naturais em missões diplomáticas e científicas, no tráfico das especiarias e no apostolado cristão. Aparecem filhos do distrito nas embaixadas à China e à Pérsia, nas pesquisas científicas, na prègação do evangelho no extremo Oriente e na conquista e defesa de praças fortes. Parece em verdade coisa de maravilha, mas tão estranha maravilha é realidade contada muito singelamente nos nossos mais escrupulosos historiadores coevos.

A presença de Leiria na nossa expansão ultramarina até que ponto e em que medida se acentuou?

Quando no ano de 1516 o governador de Malaca Fernão Peres de Andrade foi com uma frota de quatro velas explorar a costa da China e negociar o estabelecimento duma feitoria em Cantão, levou como embaixador de D. Manuel junto do Rei de Pequim e como chefe portanto da primeira embaixada que ali se dirigiu um antigo boticário do príncipe D. Afonso nomeado Tomé Pires, natural de Leiria, que havia chegado à Índia em 1511. No retrato que dele nos deixou João de Barros se diz: — *«além de ter pessoa e natural descrição com letras, segundo sua faculdade e largo de condição e aprazível em negociar, era mui curioso*

de enquerer e saber as coisas e tinha um espirito vivo para tudo¹».

Ora nessa viagem pelo mar da China tão perigosamente infestado por mercadores piratas navegou o boticário de Leiria na companhia dum tal capitão Jorge Botelho de Pombal embarcado em um junco dum malaio que enriquecera no tráfico da pimenta. Em lustroso bando de homens de armas e ricos mercadores conhecidos na Samatra e nas ilhas orientais aportou Tomé Pires à ilha da veniaga em nau embandeirada e entre música de trombetas, visitou com demora a vila Nantó, — vigilante sentinela de Cantão — e ali se deu a conhecer ao regedor a presença do embaixador «*que ElRei de Portugal mandava a ElRei da China com cartas sôbre assento de paz e amizade*²».

Foi mais adiante a armada direito a Cantão conduzida por alguns pilotos chineses, e entre Nantó e Cantão saltou nela grosso temporal que obrigou os experimentados daquelles mares a cortar mastros e arrasar castelos nos juncos quase perdidos. Em fins de Setembro a embaixada portuguesa, presidida por Tomé Pires, fazia a sua entrada em Cantão, de bandeira arvorada, enquanto ressoavam trombetas e estoirava a nossa artilharia. Com quanta acesa curiosidade o boticário de Leiria, feito representante de El-Rei D. Manuel, percorreu a cidade das sete pontes e das sete portas, toda envolvida de forte muralha coroada de torres!

Ali assistiu às festas do regresso dos três governadores — o Conquam, o Chumpim e o Tutam — dos quais o mais solenemente recebido fora este último. Ali viu — e sabe Deus como fascinado! — descer rio abaixo o Tutão em um «*parão maravilhosamente de maçanaria, tecido em oiro e toldado de bandeiras de seda*», ao som de instrumentos de música entre muitos tangedores e gentes que dansavam.

Década III da Ásia de J. de Barros. Liv. II. Cap. VIII.

² *Ibidem.* (Déc. da A. por J. de B.) Liv. II cap. VIII.

Ficou-lhe porventura nos olhos aquele deslumbramento de oiro e azul tanto como lhe ficou lembrança dos ricos banquetes dos senhores em que não faltavam músicos, volteadores, comédias e chocarreiros que os alegrassem.

Em Cantão, a branca cidade dos palmares e dos coruchéus, foi Tomé Pires à frente de pomposo séquito visitar os três governadores que logo lhe dispensaram bom agasalho e prometeram levar à presença de El-Rei da China. Era em Outubro de 1516. A armada de Fernão Peres Andrade voltou a Malaca, Tomé Pires ficou aposentado em umas casas nobres da cidade e só três anos mais tarde a sua embaixada partiu com rumo a Pequim em três fustas concertadas de bandeiras e toldos de seda. Fez escala em Nanquim na primavera de 1520 e em Janeiro de 1521 o primeiro embaixador de El-Rei de Portugal dava entrada na misteriosa capital da China.

Uma teia de intrigas e falsidades urdidas pelo rei de Bintão e espalhadas a tempo na corte impediu que a embaixada se cumprisse e atirou para o cárcere os enviados do Rei D. Manuel. A Tomé Pires os corsários roubaram o presente que ele destinava ao maior rei do Oriente senhor da Tartária — rico presente de vinte quintais de ruibarbo, mil e seiscentas peças de damasco, quatro mil lençóis de seda, três arrobas de almiscar e quatro mil e quinhentos taeis de prata.

Se a embaixada, presidida pelo nosso boticário, se desmanchou antes de se concluir mais por culpa de Simão de Andrade e do enviado de Bintão do que por inabilidade dele, já as suas pesquisas científicas no domínio da botânica porém o ilustraram grandemente e dele fizeram o precursor de Garcia da Orta chegado trinta anos mais tarde ao Oriente para estudar as plantas e drogas.

Tomé Pires nomeado no tempo de Afonso de Albuquerque feitor das drogarias da Índia com trinta mil reis e vinte quintais de drogas por ano e depois contador da feitoria de Malaca, percorreu Cochim, Cananor e Malaca a fim de bem investigar a flora daqueles sítios, e do que

observou deu conta em carta escrita para D. Manuel ¹ em 1516.

Aí confirmou a existência de plantas medicinais e drogas já ao tempo conhecidas: — a erva lombrigueira produzida na Cambaia, a cana-fístula nascida em Java, o ópio anfião apreciado entre senhores e gente baixa o qual produz o sono e o delírio, os tamarindos do Malabar e Coromandel que ali substituem o vinagre, as gomas fétidas importadas das Arábias, raízes de galamga abundantes em Chaule e Mangalor, o betele verde, digestivo, reconfortante do cérebro e arreigador dos dentes. Mais se alongou na sua carta datada de Cochim sobre o bedélio-mirra, o ruibarbo oriundo da Tartária e sobre os rubins de Racan e do Pegú, uns corados, outros muito claros, — esses finos rubins que os reis do Oriente traziam furados pelo meio e pendurados nas orelhas e que de noite resplandeciam como lumes.

De tantas coisas novas que das Arábias à Tartária, de Cochim a Cantão, Tomé Pires surpreendeu nas suas frequentes viagens, juntou copiosa matéria para uma maravilhosa narração das grandezas do Oriente que em manuscrito ofereceu ao governador D. Duarte de Meneses ² e que das mãos deste foi parar às mãos do bispo de Silves D. Jerónimo Osório.

Densa nuvem de mistério encobre o fim da vida deste diplomata e feitor das drogarias. Conjectura Damião de Goes que ele morresse no cárcere envenenado com peçonha ³. Hesita João de Barros entre a morte na cadeia e o perdão do Rei de Pequim ⁴. Afirma Mendes Pinto que o embaixador sobreviveu vinte anos ao malogro da embaixada e que veio a casar com uma chinesa rica de quem

¹ Foi publicada pela primeira vez pelo Cardeal Saraiva in *Obras Completas*, t. VI.

² À narração deu T. P. o título *Summa Oriental começando no Estreito do Mar Roxo até à China*.

³ Vid. *Crónica de D. Manuel*, IV Parte, cap. xxv. Ed. Lx.^a, of.^a de Miguel Manescal, 1749.

⁴ Vid. *Década III da Ásia* de J. de B. Liv. VIII, cap. v, e liv. VI, cap. II.

houve uma filha¹. Os companheiros de Mendes Pinto a encontraram na cidade de Sampitay e no seu nome Inês de Leiria seu pai quis guardar o nome da pequena pátria.

Ora uma das belas páginas, das mais comovedoras da *Peregrinação* é essa em que se dá notícia do encontro com a filha de Tomé Pires a qual sempre se manteve fiel ao ideal cristão e conservou do português, da língua em que o seu pai a ensinara a rezar, as primeiras frases do Padre Nosso. O formosíssimo trecho de Mendes Pinto transcreve-se a seguir:

«... Hũa molher que estava aly presente a volta de outras muytas, ouvindo a nossa pratica respondeo, cousa he essa de que ninguem se deve de espantar, porque nunca aly vimos senaõ ficarem pela mayor parte sepultados no mar, os q̄ muyto lavutaõ no mar, & por isso amigos meus o melhor & mais certo he fazer conta da terra, & trabalhar na terra, ja que Deos foy servido de nos fazer de terra. E dandonos com isto dous mazes de esmola como a pobres, nos encomendou muyto que naõ curasemos de fazer viagēs compridas, onde Deos permitira fazer as vidas taõ curtas; mas logo apos isto desabotoou a manga de hum jubaõ de citim roxo que trazia vestido, & arregaçando o braço nos mostrou hũa Cruz que nelle tinha esculpida como ferrete de Mouro, muyto bem feita, & nos disse, conhece por ventura algum de vos outros este sinal que a gēte da verdade chama Cruz, ou ouvistelo algũa hora nomear? a que nós todos em o vendo, pondo os joelhos em terra co devido acatamēto, & algũs com as lagrimas nos olhos respondemos que sy, a que ella dando hum grito, & levantando as mãos para o Ceu disse alto, Padre nosso que estás nos Ceos, santificado seja o teu nome, & isto disseo na lingoagem Portuguesa, & tornando logo a falar Chim, como que naõ sabia mais do Portuquez que estas palavras, nos pedio muyto que lhe dissessemos se eramos Christaõs, aque todos respondemos que sy, & tomãdolhe todos

¹ Vid. *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, cap. xci.

juntos o braço em que tinha a Cruz a beijamos, & dissemos tudo o que ella deixara por dizer da oração do Padre nosso, porque soubesse que lhe falavamos verdade ¹.

E sobre este passo de F. Mendes Pinto, Lopes Vieira compôs uns belos versos a que chamou Inês de Leiria ²:

«INÊS DE LEIRIA»

*«Encontrou Fernão Mendes
no interior da China
(e em que apuros elle ia!)
a velha portuguesa
chamada Inês de Leiria,
que de repente reza:
Padre Nosso que estais nos céus...
Era, de português, o que sabia.*

*Ouvindo Fernão Mendes
esta voz que soava
(Fernão cativo e cheio de tristeza!)
o Português sorria...
Padre Nosso que estais nos céus...
A velha mais não sabia,
mas bastava.*

*Boa Inês de Leiria,
cara patricia minha,
embora te fizesse
a aventura imortal
de Portugal
chinesa muito mais que portuguesa,
— pois por esse sorriso de Fernão
tocas-me o coração.*

¹ *Peregrinação*, cap. XCI.

Do livro *Onde a terra se acaba e o mar começa*.

*Deste-lhe em tal ensejo
entre as misérias da viagem,
o mais gostoso e saboroso beijo
— o da Linguagem!*

Assim um leiriense do século XVI foi no Oriente sábio naturalista, embaixador nosso em Pequim e narrador de viagens, por um lado precursor de Garcia da Orta e por outro modelo literário de Mendes Pinto. O que o letrado contou, leu-o com curiosidade Gaspar Correia e o bispo de Silves. O que o sábio escreveu, leu-o com proveito Garcia da Orta.

UM LEIRIENSE APÓSTOLO NO ORIENTE

V. Mais fama conquistou decerto nas bandas de Pequim — lá onde acabou a vida o nosso ervanário — o P.^o Gabriel de Magalhães, missionário, natural de Pedrógão Grande. Novo ainda foi admitido na Ordem dos Jesuítas onde completou estudos de humanidades. Partiu para a Índia, em Goa ensinou retórica e deslocando-se para a China leu filosofia em Macau; daqui aliciado por um mandarim transferiu-se para a capital da província Chequiam e ainda para Suchuem em serviço apostólico.

Como o país fosse dominado por malvados Bonzos que não tardaram a concitar contra o jesuíta português as vinganças assanhadas do povo, ali veio a padecer duros martírios quem só por bem e em nome de Deus se desterrara entre gentes bárbaras. De nada lhe serviu ter-se apresentado humildemente a espalhar as verdades eternas e a salvar almas infiéis, que as turbas se lançaram em perseguição danada a ponto que o missionário do Pedrógão foi sepultado num cárcere de algemas nas mãos e nos pés e três cadeias no pescoço.

Verdugos enviados por ordem dos Bonzos feriram com açoites, numa crueza inaudita, o apóstolo do nosso distrito

que, excedendo-se em paciência cristã, ardia mais em fogo de caridade e hauria na sua fé inabalável o alento moral dos antigos mártires. No meio de tribulações que nem podem imaginar-se, a sua vontade de apóstolo não desfalecia e, como atraídos por misteriosa corrente magnética, os gentios eram convertidos a Cristo.

Edificante exemplo de caridade!

Edificante exemplo que assombrava até espíritos rudes e comovia os peitos mais duros!

Acasos da boa fortuna o fizeram mais tarde bem aceito ao imperador da China, que na sua corte lhe deu agasalho e o confortou dos sofrimentos humildemente padecidos. Ali viveu os seus últimos anos de vida mortificado pela doença que os grilhões do cárcere, roendo-lhe a carne, lhe transmitiram para sempre. Em Pequim morreu o P.^o Gabriel de Magalhães a 6 de Maio de 1677, e ali foi a enterrar, em pomposo funeral, com honras de príncipe.

Era o féretro conduzido sobre uma caixa envernizada e forrada de veludo roxo seguido duma guarda de sessenta homens em traje de luto; vinha na frente um majestoso cortejo de vinte e quatro trombetas, dez oficiais da corte, numerosos eunucos cristãos que rodeavam uma liteira onde se expunham legendas de louvor ao defunto escritas sobre panos de setim amarelo, e desfilavam cristãos e mandarins, entre lanternas e bandeiras dentre as quais sobressaía uma cruz erguida e as imagens de Nossa Senhora e S. Miguel.

E as legendas de louvor mandadas escrever pelo imperador diziam:

«Era homem verdadeiramente sincero e de um engenho sólido como mostrou por todo o discurso da sua vida. Esperava eu que a sua enfermidade se pudesse vencer com remédios, mas contra a minha esperança se apartou de nós com grande pesar e sentimento do meu coração. Por estas razões lhe mandei dar duzentos escudos e dez grandes peças de damasco para que se conheça que minha tenção é nunca me esquecer de vassallos vindos de tão longe.»

O missionário do Pedrógão tal qual o boticário de Leiria, ambos peregrinos das partes do Oriente, ambos enviados à corte de Pequim, um ao serviço do Rei, outro ao serviço de Deus, distinguiram-se em cultivar as letras e escrever narrações do muito que viram e dos perigos que os embaraçaram. Assim é que o P.^o Gabriel de Magalhães referiu com inteira verdade a vida social e política da corte de Pequim em um manuscrito «*Doze excelências da China*» que o P.^o Filipe Couplet trouxe de presente ao Cardeal De Estrées, par de França e assistente da Cúria, e que a pedido deste foi traduzido em francês e impresso em Paris em 1688.

Muito longe voou a fama do nosso conterrâneo! Não só nos colégios dos jesuítas como no livreiro francês Claude Barbin como ainda na corte de Roma se guardou respeitosa memória de quem serviu a Pátria e Deus como apóstolo e honrou as letras e o ensino como primoroso intelectual. Daí se explica que o P.^o Buglio tenha publicado em francês um resumo da vida e morte do P.^o Magalhães e que o P.^o Introceta traduzisse em italiano a sua — «*Carta escrita de Pequim em que relata a perseguição sucedida no ano ãe 1664*». Foi ainda dos escritos do jesuíta pedroguense que o P.^o Martim Martínio extraiu boa matéria da sua — «*Historia de bello tartarico*».

Pelo centro da Europa, — França e Itália — se propagou o nome do P.^o Gabriel de Magalhães, apóstolo, mestre e letrado das terras de Leiria nas terras do extremo Oriente.

Pena é contudo que o seu nome ande tão pouco conhecido entre nós e continue fechado num cantinho das nossas bibliografias. Confrange o nosso coração de leiriense que as suas obras traduzidas em francês e em italiano não apareçam sequer nas nossas bibliotecas públicas e que os naturais do Distrito só o encontrem mencionado nos dicionários bio-bibliográficos.

Quando faremos nós ler em português aos homens do Pedrógão os escritos do P.^o Gabriel de Magalhães, que outros já leram em França e em Itália há pelo menos duzentos e

cinquenta anos? Quando ressuscitará desse ingrato esquecimento secular um dos mais belos nomes de Leiria feito e ilustrado na nossa expansão de além mar? Quando?

FABIÃO DA MOTA, CRONISTA DA EXPANSÃO

VI. Na clareira que se abre entre a morte de Tomé Pires e a chegada a Goa do P.^o Gabriel de Magalhães, partiu para aquelas bandas no séquito do vice-rei D. Garcia de Noronha um fidalgo oriundo do Bombarral, de nome Fabião da Mota, que possuía casa solarenga na quinta da Mota, termo da vila de Óbidos. Partiu D. Garcia de Noronha, 3.^o vice-rei da Índia, em 6 de Abril de 1538 e aportou a Goa em 14 de Setembro do mesmo ano.

Lustrosa partida para a Índia foi essa em que uma armada de onze naus levava a bordo quatro mil homens entre cavaleiros, fidalgos, cleresia e condenados!

No séquito do 3.^o vice-rei seguiu Fabião da Mota e em Goa foi investido no cargo de juiz da alfândega no qual se manteve até ao governo de Francisco Barreto. Fabião da Mota estanciou pois na Índia de 1538 até 1555 e acompanhou os factos do nosso império sob os vice-reis D. Garcia de Noronha, D. João de Castro, D. Afonso Noronha e sob os governadores D. Estêvão da Gama, Martim Afonso de Sousa, Garcia de Sá e Jorge Cabral. Ora o fim do ano de 1538 fora marcado na Índia pelo duríssimo cerco da fortaleza de Diu e decerto à sua chegada Fabião da Mota ouviu as inconcebíveis aventuras de valentia que aí se praticaram para maior honra dos nossos soldados, os temerosos golpes que se feriram, descargas infernais de basiliscos, quarteos e colubrinas, bombardadas, tiroteio de arcabuzaria, — tantas proezas de guerra que enchem a V Década de Diogo do Couto.

O novo vice-rei D. Garcia de Noronha, mal tomou conta do governo, fez-se à vela com uma armada de navios grossos, galés e galeotas latinas, visitou Chaúl e Baçaim e

navegou para a praça de Diu onde negociou pazes com o Rei da Cambaia. Acaso Fabião da Mota tomaria parte nesta visita ao reino de Cambaia? Incorporou-se na expedição de Miguel Ferreira à ilha de Ceilão? Nos cruzeiros de Manuel Rodrigues Coutinho à costa da Arábia e de Fernão de Morais ao reino de Pegú? Naquele outro ao Mar Roxo comandado por D. Estêvão da Gama ou no empreendido a Calicute e Cochim por Jorge Cabral?

Nada ao certo se sabe porque infelizmente ainda não se publicou o manuscrito de Fabião da Mota em que se relatam os acontecimentos da Índia desde D. Garcia de Noronha até Francisco Barreto, e supõem bibliógrafos que o precioso manuscrito continue guardado há século e meio na família Rodrigues Pereira da Lourinhã¹. Mais um manuscrito do nosso Distrito, datado do século XVI, que espera publicação.

Na mesma clareira que se abre entre Tomé Pires e Gabriel de Magalhães se incluiu a morte do bemaventurado Diogo de Andrade, pedroguense, missionário martirizado por corsários calvinistas quando em 1570 se dirigia para as missões do Brasil.

OS LEIRIENSES NAS CONQUISTAS DO ORIENTE

VII. Se nos voltarmos em seguida para o campo dos feitos de guerra da nossa expansão ultramarina que nomes de leirienses deparamos? Que impressionantes sinais se apontam da presença do Distrito? Haverá nomes nossos nas conquistas do Oriente?

Citaremos entre os maiores desses nomes, os de Gaspar Fernandes, Jorge Botelho, Pero da Silva Meneses e Martim

¹ Vid. *Biblioteca Lusitana* de Barbosa Machado.

Seria muito conveniente para o conhecimento das coisas do nosso império no séc. XVI que se publicasse sem demora o manuscrito de F. da Mota.

Afonso de Melo Jusarte — os dois primeiros dos concelhos do norte e o último de Óbidos.

Foi na armada de D. João da Silveira mandada em 1518 contra a cidade de Chetigão, principal porto de Bengala, que Gaspar Fernandes, cavaleiro fidalgo, morador em Pombal, se bateu arduamente em defesa de Tristão Barbudo contra trezentos frecheiros moiros comandados por Lascar. Os quinze portugueses que foram no batel de Gaspar Fernandes, contra as frechadas e lançadas dos inimigos, acometeram as suas lanchas tão esforçados e decididos que estes debandaram como pardais e vararam em terra. Conta-nos o narrador a proeza nestes termos: — «e os mouros como viram que o batel ia contra eles, tendo já desbaratadas as outras duas lanchas fugiram o mais que puderam e Gaspar Fernandes as não seguiu por estar muito mal ferido de uma frechada em uma perna que não se podia ter.»¹

O esforçado cavaleiro fidalgo de Pombal que no duro combate da barra de Chetigão perdeu um filho caído sob as bombardadas moiras, veio por seu turno a desaparecer dois anos volvidos (1520) na investida contra a cidade de Achem, na ilha de Samatra, onde o valente chefe de guerra, não já contente de se bater contra homens armados, se atirou de lança em riste contra os elefantes do Rei. Se bem que ao lado dos seus companheiros exasperados na luta — o alferes João Ferrão, Aires Coelho e Jorge de Brito — Gaspar Fernandes se houvesse com um ímpeto de espantar, «chegou-se tanto a um dos elefantes para o vazar com a lança que o elefante o apanhou com a tromba e o lançou de arremesso no ar, e em caindo o acabou de matar com os pés e dentes»².

Damião de Goes, ao lembrar tão extraordinária figura das nossas conquistas, o qualifica de «um dos mais esforçados cavaleiros que naquele tempo andavam na Índia»³.

¹ In *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses* por Fernão Lopes de Castanheda, Liv. IV, Cap. XXXIX.

² *Crónica de D. Manuel de Damião de Goes.*

³ *Ibidem.*

Jorge Botelho, de Pombal, cuja sepultura na capela de S. Martinho indicava a sua terra de origem, foi, segundo escreveu João de Barros, cavaleiro fidalgo «muito conhecido nos sítios do extremo Oriente, tido por homem de verdade e conhecedor das línguas malaias». Durante quase vinte anos que passou na Índia e Malaca no governo de Afonso de Albuquerque mereceu o convívio dos nossos maiores combatentes do Império — de Fernão Perez de Andrade, o explorador da China e o defensor de Malaca, do marechal Emanuel Paçanha, o que morreu lutando na fortaleza de Calicute, de Simão de Andrade, mercador e soldado, homem pomposo e gastador, sempre acompanhado de tangedores de charamelas, e do próprio vice-rei Albuquerque que ele serviu como fiel companheiro de armas.

É duma grande estatura militar na nossa história do século XVI este pombalense, com uma vida mais agitada que a do seu conterrâneo Gaspar Fernandes, igual talvez à de Martim Afonso de Melo Jusarte, o cavaleiro da fortaleza de Baçaim.

Em 1507 Jorge Botelho aparece a caminho da Índia capitão duma nau da armada de Tristão da Cunha e com panheiro de Rui Soares enquanto invernou em Lesno. Quantas fomes e misérias ele padeceu no tempo que esteve retido então na costa de Moçambique! Nem a um naufrágio fatal se escaparia na angra de Pate se por acaso não viesse a navegar por ali a caravela de Emanuel Álvares.

Mal aportou à Índia, Afonso de Albuquerque atraíu-o a uma expedição contra Calicute em 1509 onde ajudou a salvar o Vice-Rei quando este ferido no ombro esquerdo duma zargunchada se refugiou na frota. Jorge Botelho foi o último a retirar do combate. Em 1510 incorporou-se na armada de trinta e quatro velas enviada contra Goa, cuja defesa era entregue a nove mil turcos. Dos mil e quinhentos portugueses que assaltaram a cidade, o esforçado guerreiro de Pombal acompanhou Albuquerque na investida contra a porta dos Bacharéis e aí se aguentou vigorosamente ao

lado de António Matos, de Sebastião Miranda e de combatentes escolhidos.

No mesmo ano andou em missão de vigilância com Simão Afonso Bisagudo na barra de Calicute e aqui desfez às bombardadas uma grande nau de mouros brancos carregada de preciosas mercadorias. Como capitão da nau, Jorge Botelho participou em 1511 (Março) na expedição contra os rumes e arrostou nos baixos de Pádua com rigoroso temporal que o obrigou depois a voltar a Goa. Ainda nesse ano entrou em Malaca, o centro de maior atracção dos soldados e mercadores. Na viagem Jorge Botelho conheceu a ilha Zeiland, demorou-se no porto de Pedir e aprisionou naus de Cambaia, e depois de haver tocado em a cidade de Pacem chegou a Malaca em 1 de Julho de 1511, onde logo os capitães dos juncos da China surtos no porto o vieram saudar.

Seguiram-se as suas lutas com os capitães corsários que vinham à barra do rio Muar assaltar os nossos mercadores que se dirigiam ao Sião ou à China. Lutas renhidas e constantes houve de travar primeiro com Lasamane, depois com Patecatir e por fim com Poteomez. Essas lutas enchem cerca de seis anos da vida dele e nelas conquistou a sua mais brilhante glória. Foi então o ardoroso companheiro de Fernão Peres de Andrade. Heróicamente acome-teu tranqueiras nas margens do Muar, desbaratou mouros, abateu a tiro elefantes acastelados, assaltou navios, afundou juncos e queimou aldeias. Diante dele debandavam os moiros e abrigavam-se nas selvas. Jorge Botelho caía como um relâmpago fulminador sobre eles. De súbito saltava em Singapura a tomar juncos carregados de mantimentos. Duma vez, seguido de Perç Pessoa, rebentou com tanto ímpeto contra uma tranqueira de Patecatir que este tranzido recolheu-se a toda a pressa com a família na ilha de Bintão.

Quando em 1512 o corsário Pateonuz, aliado de Vteti-mutaraja, à frente de trezentas velas, mostrou o desígnio de atacar Malaca, surdiu-lhe no caminho Fernão Peres

de Andrade com Jorge Botelho, Lopo de Azevedo, Martim Guedes e outros, e o invasor que ao som de trombetas, anafis e sinos, de navios embandeirados, ameaçava o nosso porto, viu se perseguido num instante com bombas de fogo, tiros certos de artilharia, e rudes golpes lhe vibrou do seu barco ligeiro Jorge Botelho. Quantos juncos mouros foram metidos no fundo! O mar tingiu-se de sangue quando Jorge Botelho, vindo em auxílio de Simão Afonso Bisagudo, aferrou o junco do sobrinho de Temungasu e lhe matou os seus homens.

Que admira pois que em 1514 o Rei de Bintão promettesse ao Senhor de Siaca a sua filha em casamento se lhe desse a cabeça de Jorge Botelho? Que admira que esse Rei houvesse despachado em busca deste doze lancharas? Na verdade nenhum outro naquelas bandas lhe fazia guerra mais obstinada e perigosa do que o capitão das armadas de Malaca.

Em 1517, na frota de Fernão Peres que levava a bordo o boticário de Leiria Tomé Pires, ele explorou a costa da China até Cantão e um ano depois entrou num combate travado contra o Lascar e meteu-se de novo com Simão de Andrade, esse cavaleiro cioso de glória e de fortuna, a caminho de Cantão, desta vez feito capitão dum junco, com Álvaro Fuzeira, Jorge Álvares e Francisco Roiz. Na ilha de Tamou (também chamada da Veniaga) auxiliou a construir uma fortaleza de pedra e de madeira que se guarneceu de boa artilharia para a defender dos corsários muito frequentes por aquelas paragens e embaraçou o tráfico dos barcos provenientes do Sião, Camboja e Patane. Nessa viagem de intuitos mercantis acentuados Jorge Botelho colaborou em primeiro plano com um dos mais ricos e poderosos senhores do Oriente, aquele que D. Duarte de Meneses havia de casar com a sua filha bastarda e escolher para capitão da fortaleza de Chaúl poucos anos mais tarde.

Este é o pombalense de alta e ruidosa fama que fechava a sua vida de soldado e mercador no Oriente quando o seu conterrâneo Gaspar Fernandes a encetava em 1518 com a sua expedição à costa de Bengala.

VIII. De estatura quase igual eis aqui o fidalgo Pero da Silva Meneses, filho de Rui Mendes de Vasconcelos, Senhor das vilas de Figueiró e Pedrógão, que no ano de 1519 se fez de viagem para o Oriente em uma grossa armada de catorze velas da capitania mor de Jorge de Albuquerque. Capitão do trato de Cochim para Ormuz, este Pero da Silva que em 1520 entrou na frota de Diogo Lopes Sequeira para um cruzeiro ao mar Roxo com escala na ilha de Maçúá, aqui ajudou a propagação da fé cristã e comovidamente assistiu a officios religiosos, foi no ano seguinte (1521) como capitão de galé na expedição de quarenta e oito velas a Diu do comando de Diogo Lopes, na qual embarcaram 3.000 portuguezes e 800 malabares e canarins.

Pero da Silva caíu como um bravo cavaleiro português na barra de Chaúl quando cinquenta fustas despejaram bombardas sobre a nau em que ele vinha de Ormuz e a meteram no fundo.

Vulto mais interessante porém, de maior projecção na história de Portugal no Oriente, nos aparece no primeiro quartel do século XVI Martim Afonso de Melo Jusarte, senhor duma quinta no termo de Óbidos, na qual mandou construir uma capela a S. Lourenço por um voto feito na guerra. A terceira Década da Ásia de João de Barros segue em todos os passos a marcha deste outro cavaleiro português misto de herói, de mareante e de mercador de especiarias nos mares de Malaca e de Sunda.

Martim Afonso de Melo Jusarte mereceu pelos seus feitos militares na tomada da fortaleza de Baçaim ser armado ali mesmo cavaleiro por D. Nuno da Cunha governador da Índia. De honrosas missões políticas e militares ele se desempenhou na China, nas ilhas de Ternate e de Tidore, no reino do Pegu, na costa de Tanaçarim e junto do Rei de Ceilão. Ao embarcar em Lisboa como capitão da nau Conceição a 25 de Abril de 1521 com o governador D. Duarte de Meneses tomou o regimento de concluir com

El Rei da China as negociações de amizade que Tomé Pires havia principiado e nesse fim se dirigiu a Cantão com Pedro Lourenço de Melo em 1522. Ainda se encontraram aqui os dois embaixadores de Portugal — o boticário leiriense e o cavaleiro fidalgo de Óbidos.

Vemos depois Martim Afonso incumbido por Lopo Vaz de Sam Paio de levantar a fortaleza de Sunda, de socorrer o Rei de Ceilão em guerra com o capitão mor duma armada de Calicute. Com rara astúcia ele se havia escapulado à investida dos chins junto a Tamou quando a Cantão se dirigiu a cumprir o regimento, e na ilha de Banda se bateu ardorosamente contra os naturais de Lantor, até que Simão de Sousa e Martim Correia o vieram livrar de apuros a ele, a alguns portugueses e setenta malaios recolhidos numa tranqueira. Mais tarde vamos encontrar Martim Afonso feito armador com Garcia Cainho envolvido no tráfico das especiarias entre Malaca e as Molucas, navegando em junco por ele armado para Ternate e Tidore. Reaparece ainda em 1524 na guerra contra o rei de Tidore a espreitar os moiros numa calheta da ilha, a enxotá-los com tiros de berço, a vingar a morte dos homens de Jorge Pinto, a queimar aldeias, a decapitar os inimigos mais ousados, a pagar afrontas com afrontas mais rigorosas.

Ainda em janeiro de 1525 D. Garcia Henriques indo para a ilha de Banda com quatro navios, um junco da terra, dois navios redondos e uma fusta, ali achou Martim Afonso que vinha de Maluco com um junco carregado de cravo.

Que importantes serviços prestou à nossa expansão ultramarina!

Foi ele que abriu a navegação das ilhas de Maldiva para Goa, que assentou com o Senhor de Calecare o tratado da pescaria do aljofar nos baixos de Ceilão, que por duas vezes foi enviado ao rei de Bengala para requerer amizade e comércio e fundar em Chetigão uma feitoria portuguesa. No desempenho desta delicada missão sofreu grossos temporais no mar, fomes, sedes, indescritíveis angústias em longos cativeiros, dos quais primeiro o resgatou o merca-

dor Coge Saladim por três mil cruzados e depois Martim Afonso de Sousa.

Quando cativo na cidade de Chacuria às ordens de Codavascam viu degolar o seu sobrinho Gonçalo Vaz de Melo; quando o tirano Mamud Xiah o prendeu à traição entre uma chusma de frecheiros e de espingardeiros, foi tratado como besta fera, algemado, e metido em masmorra escura. E a sua grande alma cristã, dizem os cronistas, tudo padeceu com inabalável serenidade. Grande na acção e maior no sofrimento!

Cativeiros, lutas desesperadas, navegações perigosas, aventuras de mercador que corria mares infestados de corsários — mares semeados de traições e de enganos! — intervenções diplomáticas — eis a teia que envolve por inteiro a vida dinâmica e multiforme deste obreiro do nosso império a um tempo herói da guerra, político sagaz, mareante destemido e mercador ambicioso.

OS LEIRIENSES NAS CONQUISTAS DE ÁFRICA

IX. Se voltando costas ao Oriente onde tantos naturais do nosso distrito conquistaram glórias e serviram dignamente a Nação, fixarmos os olhos nas conquistas do norte de África iniciadas na primeira metade do século xv, aí surpreendemos, ao folhear a chancelaria de D. Afonso v e as chancelarias reais relativas a Marrocos, nomes de leirienses mal conhecidos que na tomada de praças fortes assinalaram o seu valor. É por exemplo João Afonso Caldeireiro, besteiro de cavalo, morador na vila de Leiria, que serviu na tomada de Ceuta e para lá mandou por si um homem que se demorou dois anos. É mais Afonso Anes, também besteiro do Rei, morador na vila da Atouguia, que trinta anos serviu na guerra e se bateu em Ceuta e daqui voltou aleijado do braço esquerdo por cutiladas que o atingiram. É por fim João Vaz de Hermigeira, morador no Bombarral,

também soldado de Marrocos, que combateu em Ceuta três anos e foi na armada que atacou Tânger.

Nunca os naturais de Leiria deixaram de se honrar e de honrar a sua terra nas grandes proezas militares na Ásia, na África e na Australásia. Estiveram a bater-se em Ceuta, em Tânger, em Azamor. Foram presentes na malograda expedição de Alcácer-Quibir. Pedrógão ali enviou Miguel Leitão de Andrade. Figueiró dos Vinhos representou-se em Estêvão Curado «homem da mais nobre gente da sua terra» e em Rui Davide de modesta origem.

O que eles sofreram na batalha funesta na sua arremetida contra os escopeteiros moiros e o que fizeram sofrer aos inimigos — temíveis golpes de arcabuz, golpes de alfange vibrados com força tal que por cima do morrião chegavam ao casco, tropeada infernal da cavalaria semeando a morte e relampejante de espadas, crânios estoirados pela chuva de pelouros — todos esses espantosos padecimentos aguentados num campo coberto de mortos e inundado de sangue se lembram com forte vigor na relação que da batalha nos deixou Miguel Leitão de Andrade, ilustre filho de Pedrógão, que ao romper de novo o dia sobre a planície morta viu passar o infelicíssimo Rei D. Sebastião hirto, de braços, atravessado em uma sela, com um gibão de Holanda branca e calções de raxa arenosa.

Todos os nossos combatentes de Alcácer, o de Pedrógão e os de Figueiró — como ainda um tal Belchior Curado, de Penela, experimentaram em terras marroquinas as durezas inoportáveis do cativo. Vendidos como escravos, carregados de ferros, descalços e despídos, sob o poder de três ou mais senhores, esperavam ansiosos a hora do resgate cavando nas vinhas ou gemendo ao fundo de masmorras as amargas saudades da Pátria.

Tormentos duma crueza nunca ouvida lhes alanceavam a carne dorida das algemas e cadeias grossas. Quantas vezes lhes atavam as mãos nas costas e os prendiam a uma corda que se ligava em varanda ou janela alta e ali os deixavam

suspensos torcendo-se ao peso do corpo em dores que não se imaginam!

Nos cativeiros de África as almas mais bem temperadas dos nossos refugiaram-se na invocação de Deus suspirada entre lágrimas para não se deixarem vencer pelo desespero. «Nós nos confirmámos mais, — escreve Leitão de Andrade — e consolámos em Deus Nosso Senhor, fazendo de noite nossas devoções e ladainhas com muitas lágrimas». Os Padres da Santíssima Trindade lhes dispensavam os benefícios da sua pregação e das esmolas recolhidas pagavam a muitos deles o resgate, que os mais temerários corriam os caminhos ardentes do deserto até Larache numa fuga disfarçada e dali se transferiam para Melila e por terras andaluzas voltavam ao Reino. Foi esse também o roteiro dos nossos cativos de África, — de Miguel Leitão de Andrade, de Estêvão Curado e de quantos encontraram na fuga o perigoso retorno à Pátria.

NOMES DE LEIRIENSES NA HISTÓRIA DO IMPÉRIO

X. Se eu quisesse assinalar mais vigorosamente a presença do nosso distrito na fundação do império e a acção civilizadora dos seus naturais no mundo novo, teria de citar um rol de nomes, cada um dos quais enche só por si de glória a terra madre. Não nos dizem acaso as histórias que um notável do Bombarral, fidalgo da Casa Real e Cavaleiro de Cristo, Francisco Gorjão Henriques da Cunha Coimbra serviu na Índia como militar, foi capitão de Mombaça e almirante do Estreito do Mar Roxo? Não nos citam porventura o dr. António Freire de Andrade Henriques chanceler dos estados da Índia? e Luís Henriques de Mota e Melo, combatente da Índia e capitão general das ilhas de S. Tomé e Príncipe?

Não nos trazem à memória a fama de D. Manuel da Cunha Teive, do Bombarral, conselheiro de D. João IV

e senhor do governo da Mina, de Luís Henriques que, saindo ali do Bombarral, tão briosamente combateu no Oriente, de Bento Teixeira Feio (de Pombal) vedor da fazenda da Índia e nome da *História Trágico-Marítima*?

Não nos falam do alcobacense Fr. António Brandão, bispo de Gôa e Vice-Rei, e também de Fr. Jerónimo da Cruz, pombalense, embaixador de Portugal junto do Rei da Pérsia? De Sebastião Varela, oriundo de Alcobaça, feito missionário no extremo da Ásia ou de Domingos Franco, piloto célebre de Peniche que andou na carreira do Brasil?

Como a história dos séculos XVI e XVII levanta até os mais elevados cumes da glória nacional o nosso distrito pelos heroísmos, missões apostólicas e políticas, por todos os cometimentos que em todo o império enaltecera os leirienses! E poderemos ficar nós, igualmente leirienses, indiferentes a tão belos títulos de dignidade — à obra edificante dos nossos apóstolos, aos serviços incalculáveis dos nossos embaixadores na China e na Pérsia, aos méritos reconhecidos dos nossos escritores do império, à fama de esforçados dos nossos combatentes?

Cá dentro dos muros da nossa pequena pátria a capela de S. Lourenço, em São Mamede, é perpétua memória de Martim Afonso, herói da fortaleza de Baçaim; a igreja da Senhora da Luz traz-nos à mente o infortúnio de Leitão de Andrade que em Marrocos gemeu as suas amargas saudades de cativo e fez nas noites silentes as suas devoções e ladainhas com muitas lágrimas. Até as pedras sagradas das duas capelas junto das quais ressoou vinda de longe nas aragens do mar a voz angustiada de dois esforçados cavaleiros da região de Leiria sempre unida na luta e na glória, no cativo e nas preces, — até essas pedras guardam memória das vidas que se consumiram no serviço da Fé e do Império.

O Distrito de Leiria na dilatação da Fé e do Império!

Coisa de assombrar é em verdade que perto das muralhas de Óbidos, baluarte da fundação, se levante modesta capelinha votiva consagrada a S. Lourenço como significativo monumento da expansão portuguesa no mundo.

A tantos e tão preciosos títulos de dignidade ficaremos pois indiferentes?

Quem não há-de amar deveras este nosso berço encostado ao mar e meio poisado ao colo da serra? Quem não há-de amá-lo na história, na arte, na vida e na paisagem, nos homens e nas coisas, no corpo e na alma? Quem não sentirá orgulho em amá-lo assim, mais que «o mui namorado Tristão amou Iseu» — à maneira desse Rei Trovador que para a nossa terra foi coração rendido e artista afeiçoado? Quem não há-de julgar-se o melhor dos portugueses quando se reconhecer o melhor e mais digno filho do nosso Distrito inesquecível?

Lá longe em terras bretãs perdeu-se outrora de amor certo Tristão só porque deparou no seu caminho a graciosa Iseu e dessa perdição se escreveu um comovente romance de amor e morte. Também lá para as nossas terras certo Rei poeta e lavrador se foi de longada atraído pela feminina graça da paisagem e ao receber dela o primeiro beijo na fresca aragem das dunas perdeu-se de amor e dela se cativou para a amar muito mais que o mui namorado Tristão amou Iseu.

Dessa incantação da Mulher e da Paisagem, em inspirado poema, nos disse A. Lopes Vieira os seus mais recônditos segredos.

ISEU

*o mui namorado
Tristam sei bem que não amou Iseu
quanto eu vos amo...*

EL-REI D. DENIS

*Iseu, Dona de Filtro, oh Bela e Maga,
Nossa Senhora dos beijos de dor!
Nunca mais, nunca mais se extingue e apaga
em nosso coração
a Incantação
do teu filtro de amor.*

O teu filtro embriagou nosso desejo,
deu nos o gosto de morrer de amor,
e pôs a adoração em nosso olhar.
A nossa boca rescende ao teu beijo,
foste tu que engendraste a nossa dor
e a nossa Arte de amar.

Madrinha trágica e suave, o brando
e áspero beber filhou-nos fundo.
Por ti, lá estão os mortos esperando
até ao fim do mundo . . .

Cervantes aspirou esse perfume
da nossa alma amorosa toda em flor,
e lá escreveu que era «quase costume
os Portugueses morrerem de amor.»

E foste tu, só tu, Rainha, aquela
que acendeu este lume brando e forte.
Louvada sejas, oh Bela,
na hora da nossa morte!

Por ti, Iseu,
se refloriu e encheu
de Graça toda a nossa Foesia,
e em Portugal se ama melhor e mais;
por ti, Crisfal só pôde amar Maria,
por ti o roussinol morreu aos ais . . .

Louvada sejas, Iseu,
pela saudade longa em longos dias,
pelos medos de amor a toda a hora,
pelas penas crueis e as agnias
de quem se chora
porque amou e sofreu;

*louvada sejas pela graça infinda
do teu gesto mortal;
louvada sejas, oh Linda,
por quem se amou e se ama em Portugal!*

*Oh mais santa que as santas das igrejas,
Nossa Senhora dos beijos de dor:
— pela morte que dás, bem-dita sejas,
bem-dita sejas pelo nosso Amor!*

*E em nosso coração eis se renova,
por milagre de herança, a velha trova;
cada um de nós reviveu,
seu ritmo sempre em nós perpetuado,
e assim suspiro e clamo:
— o mui namorado
Tristão sei bem que não amou Iseu
quanto eu vos amo.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Folheai, agora, depois dos nossos inspirados poetas, os historiadores do império, compulsai roteiros e décadas quinzentistas, rebuscai lá as sendas de Leiria que se alongam de Ceuta a Pequim, que cortam o mundo de Marrocos a Ternate e de Chetigão ao Brasil, escutai a voz dos nossos heróis que se fez ouvir nas muralhas de Baçaim e nas poeiras de Alcácer Quibir, inclinai-vos às preces ardentes dos nossos mártires e cativos, ladainhas rezadas no meio de lágrimas, segui ali a inteligência dos nossos chefes e diplomatas, a perícia dos nossos pilotos da carreira da Índia e do Brasil, meditai com os nossos escritores espalhados no Oriente, lede a nossa história regional.

Os nossos homens de hontem traziam Leiria e Portugal no peito e de grandes que eram na alma e no braço mere-

ciam, como dizia Damião de Goes, «*ser vistos de todos Reis e Senhores do Mundo*».

Procurai senti-los, compreendê-los e amá-los dignamente e ninguém como vós outros amará Portugal no amor da sua pequena pátria.

Que a nossa pequena Pátria em todos os tempos da história cerrou fileiras para servir o bem comum, foi corpo animado duma só alma, e esteve una e indivisível onde o ideal da grande Pátria a chamava.

O Distrito nunca perdeu o sentimento da sua unidade, nem quando a política expansionista lançou os portugueses no mundo; nos confins do mundo a guerra, a mercancia, a política colonial encontraram naturais do Distrito caminhando a par nos mesmos trilhos.

Pequena Pátria unida, seja o exemplo dos antigos a raiz mais forte da tua unidade!

Seja a tua unidade a bandeira erguida hoje e amanhã pelos que forem chamados a servir-te em todos os planos e que para isso vierem de boa vontade e coração puro!

ALFREDO DE CARVALHO

BIBLIOGRAFIA

- FONTOURA DA COSTA — *L'Almanach Perpetuum de Abraham Zacuto*.
Leiria 1946. Communication au III.^e Congrès International d'His-
toire des Sciences.
- LUCIANO PEREIRA DA SILVA — «As Tábuas náuticas portuguesas e o
Almanach Perpetuum de Zacuto». (In *Boletim da Academia das
Ciências de Lisboa*, vol. IX, 1914-1915).
- RAUL PROENÇA e ANTÓNIO ANSELMO — *Bibliografia dos incunábulo
portugueses*.
- JOAQUIM BENSÁUDE — *Histoire de la science nautique portugaise*.
- ARALA PINTO — *O Pinhal do Rei*.
- P. M. LARANJO COELHO — «A Pederneira». Apontamentos para a
história dos seus mareantes, pescadores, calafates e das suas
construções navais nos séculos XV a XVII (In *Archeologo Portu-
guês*, vol. XXV, 1922).
- A. LOPES DE MENDONÇA — *Estudo sobre os navios portugueses nos
séculos XV e XVI*.
- GENERAL BRITO REBELO — *Livros da marinharia*.
- PINHEIRO CHAGAS — *A descoberta da Índia*.
- F. LOPES DE CASTANHEDA — *História do descobrimento e da conquista
da Índia pelos portugueses*.
- JOÃO DE BARROS — *A Asia* (III década).
- GASPAR CORREIA — *Lendas da Índia*.
- F. MENDES PINTO — *Peregrinação*.
- CARDEAL SARAIVA — *Obras completas* (t. VI).
- CONSELHEIRO TAVARES DE MACEDO — *Apontamentos de algumas notí-
cias relativas a Tomé Pires*.
- MAXIMIANO DE LEMOS — *História da medicina em Portugal*.
- DE REMUSAT — *Nouveaux mélanges asiatiques*.
- PEDRO JOSÉ DA SILVA — *Elogio histórico e notícia completa de Tomé
Pires*. LX.^a, 1866.
- VISCONDE DE SANTARÉM — *Estudos de cartografia antiga*, vol. II.
- ARMANDO CORTESÃO — *História da expansão portuguesa no mundo*,
fasc. 17 e 18.
- QUIRINO DA FONSECA — *Os portugueses no mar*.

TOMÉ PIRES — *Suma Oriental*.

P.^o GABRIEL DE MAGALHÃES — *Doze excelências da China*.

— *De resurrectione carnis*.

— *Carta escrita a 2 de Janeiro de 1669 de Pequim em que relata a perseguição sucedida no ano de 1664*.

— *Relação das tiranias obradas por Caughiem Chungo famoso ladrão da China em o ano de 1651*.

P.^o LOUIS BUGLIO — *Abrégé de la vie et de la mort du P.^e Gabriel de Magaillans*.

— *Nouvelle relation de la Chine contenant la description des particularités les plus considérables de ce grand empire composée en l'année 1668 par le R. P. Gabriel de Magaillans de la Compagnie de Jesus Missionnaire apostolique*.

FRAZÃO DE VASCONCELOS — *A fábrica das naus da carreira da Índia no século XVII*.

DIOGO DO COUTO — *Ásia* (década v).

— *O Soldado Prático*.

FR. LUIZ DE SOUSA — *Anais de D. João III*.

J. F. FERREIRA MARTINS — *Os Vice-Reis da Índia*.

AUGUSTO JOSÉ RAMOS — *Bombarral e o seu concelho*.

MIGUEL LEITÃO DE ANDRADE — *Miscelânia*.

DAMIÃO DE GOES — *Crónica de D. Manuel*.

ALFREDO DE CARVALHO — *Exposição bibliográfica do Distrito de Leiria nos centenários da fundação e restauração de Portugal*.

BARBOSA MACHADO — *Biblioteca Lusitana*.

INOCÊNCIO — *Dicionário bibliográfico*.

ESTEVES PEREIRA e GUILHERME RODRIGUES — *Portugal*. Dicionário histórico, corográfico, biográfico, bibliográfico, heráldico, numismático e artístico.

MAXIMIANO DE LEMOS — *Enciclopédia Portuguesa Ilustrada*.

Alguns documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas. Lisboa, Imp. Nac., MDCCCXCII.

Documentos das chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos, vol. II.

NO BRASIL DE OUTRORA ¹

O RIO DE HÁ 20 ANOS

EX.^{mo} SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE COIMBRA;
EX.^{mo} SENHOR CÔNSUL DO BRASIL NO PORTO;
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES;
ILUSTRES REPRESENTANTES DO INSTITUTO E DA UNIVER-
SIDADE DE COIMBRA;

Permitam-me V. Ex.^{as} que antes de entrar no assunto desta palestra eu manifeste de forma bem sentida, todo o meu pesar pela ausência forçada, por motivo infelizmente de doença grave, na mesa da presidência, do meu muito querido e eminente Amigo Senhor Doutor Costa Lobo.

A sua ilustre personalidade, por todos nós querida e admirada daria a esta reunião um brilho maior.

De facto, o Senhor Doutor Costa Lobo, cujo nome evoca um grande passado de glória e de trabalho, é daqueles que dispensam qualquer comentário ou encómio. Matemático e astrónomo insigne, laureado pelas mais altas Academias do mundo, antigo catedrático da Universidade de Coimbra e director do seu observatório astronómico, representante do país nos mais notáveis Congressos científicos, trabalhador incansável em variados sectores do espírito, passando com igual brilhantismo da ciência para a história e desta para a diplomacia, o Senhor Doutor Costa Lobo ainda há alguns anos sacudiu os ambientes da

¹ Conferência pronunciada no *Instituto de Coimbra* em 6 de Maio de 1944.

ciência nos domínios profundos da atomística e da astro-física com a sua teoria radiante da constituição universal a qual estribou, com uma visão arguta em que houve a um tempo intuição e consciência matemático-física do detalhe, nas mais delicadas e subtis consequências da descoberta inicial de Curie e da pleiade dos pesquisadores que o cercaram e continuaram.

Com um golpe de vista seguro ele levou esse maravilhoso achado aos seus últimos corolários e assentou firmes os primeiros degraus de uma nova concepção da estrutura do Universo, numa aliciante visão que tem tanto de genial como de simples, residindo justamente nessa simplicidade a razão da sua aceitação crescente em todos os meios científicos de mais segura valia e mais elevado renome. A sua teoria radiante, sobre a qual o eminente cientista tem publicado numerosas memórias, e que têm merecido a honra de discussões em vários dos principais Congressos astronómicos europeus, constituirá um marco de imenso vulto nesta maravilhosa e recente evolução da atomística, da mecânica celeste e da astro-física em que todas estas modalidades da ciência universal que é afinal a Energética, concorrem apaixonadamente.

Que o ilustre sábio rápido vença este óbice da doença que momentaneamente o rouba ao nosso reverente convívio e volte aos seus grandes trabalhos de espírito em que se compraz o seu cérebro sempre moço e sempre criador.

Que o ilustre professor, seu filho Senhor Doutor Gumerindo da Costa Lobo, que tão brilhantemente continua a grande tradição paterna e que nos dá aqui a honra da sua presença, lhe transmita estes meus calorosos e afectuosos votos que são também os de todos os que aqui se acham.

Ainda um outro imperativo de coração me leva a saudar com afectuoso carinho o ilustre representante da grande nação brasileira, o Senhor Cônsul Dr. Mauro de Freitas, que no momento honra a tribuna desta conferência.

Sua Ex.^a não é um banal e apagado funcionário consular mas sim um ilustre e renomado intelectual, com um brilhante passado diplomático e uma personalidade firmada de escritor e de ensaísta.

Tendo corrido variadíssimos postos em funções de representação da grande República sul-americana, desde Washington a Pequim, duas vezes Secretário de presidente da República, com os Srs. Drs. Artur Bernardes e Getúlio Vargas, o Senhor Doutor Mauro de Freitas é além de tudo isso um finíssimo *gourmet* da bibliofilia, sendo possuidor de uma magnífica biblioteca em que as mais belas e raras edições emparelham com manuscritos autênticos de muitas das maiores figuras das letras brasileiras.

Sendo em todas as suas actividades, quer mundanas, quer espirituais, de uma rara distinção e elegância, o Senhor Doutor Mauro de Freitas traz na sua pessoa até nós um Brasil que muitos portugueses desconhecem e que em tudo e por tudo nos pode servir de exemplo, quanto a equilíbrio, a elevação e a nobreza e sobriedade mental e social.

Julgo (que ele me releve a indiscrição) que muito brevemente Coimbra terá por ele próprio a confirmação de quanto afirmo.

É um prazer, minhas senhoras e meus senhores, após uma certa idade, volver os olhos da recordação para o passado e repor ante nós, vivas e tangíveis, imagens e figuras, cenários e ambientes que já se foram ...

É em verdade um triste e doloroso prazer, esse, um delicioso pungir de acerbo espinho, mas impõe-se-nos como um imperativo irresistível, em certos momentos da vida...

Distanciados do presente pela idade e pela incompreensão, buscamos no passado um refúgio e um lenitivo.

Não digo que voltamos dessa viagem mais retemperados e mais optimistas, talvez venhamos mesmo mais desiludidos e mais melancolizados, mas há qualquer coisa de fascinante nesse trabalho de recordação e nessa caminhada *à rebours*.

É nesta tonalidade de sentimentos que eu vos convido, meus amáveis auditores, a esta digressão pelo Brasil de há 30 anos, que eu vi, com os olhos optimistas dos 35 anos, cheio ainda de dinamismo e de ansiedade física e espiritual ...

É ao Ríó desse tempo que eu vos quero levar, procurando com a possível verdade que a minha memória bem viva possa impri-

mir-lhe, restituir a sua antiga vida a esse mundo desaparecido ou quase, mostrando-vos o seu fervilhar intelectual, o seu aspecto pitoresco e humano, sem erudições pesadas e digressões indigestas e doutrinárias, que dariam à minha palestra eyocativa um terrível sabor pedante que a todo o transe me preocupo de evitar!

Tenho horror à conferência demasiadamente succulenta, em que o prelector se empenha em ministrar ao seu público de pacientes indefesos, um máximo de noções substanciais para bom renome jornalístico da sua notável cultura.

Entendo e sempre entendi, que uma conferência deve ser um pretexto para um passatempo agradável de boa cordealidade mental entre um orador e um público em que, sem cansaço para este e sem excessos para aquele, se versem algumas boas e amáveis verdades.

Isso distingue a conferência da lição catedrática ou da exposição.

No entanto, ainda há muito conferencista que se ouve mais a si próprio do que se apieda do bom público que se digna escutá-lo, e lhe inflige cruelmente pastelões de oratória académica recheados de erudição balofa com abundância de citações...

Não sou, nunca fui e nunca serei desses, nem tempo tinha mais para aprender a sê-lo. Tive a esse respeito bom mestre, que foi o meu ilustre Pai, ao seu tempo um dos maiores conferencistas que Portugal conheceu.

Que o digam as suas palestras, que por aí correm em edições populares: — *Lisboa e o Cólera, Coisas Portuguesas, o Cólera e os seus inimigos, Portugal e as suas colónias*, etc., etc.

E em abono da minha feição de preleccionar, que falem por mim as dezenas de palestras que realizei, não só nesta tribuna em que me acho, mas em quase todas as salas e teatros de Lisboa e numerosas da província.

Vai sendo tempo de requerer no assunto uma honrosa aposentadoria, certo estando, permitam-me a imodéstia, de que dispersei muitas verdades e que quer no meu país quer no Brasil, quer mesmo em Bruxelas e em Paris, em Congressos em que tomei parte activa, não fiz sementeira ruim nas vezes que me defrontei com públicos de toda a ordem.

Mas ... vamos ao nosso caso ... que o introito já vai longo.

O Rio de há 30 anos escasseava de arranha-céus mas ganhava em sedução e em bucolismo.

Ainda Copacabana terminava melancolicamente e suavemente na Igrejinha e ainda grandes silêncios permitiam, ao longo da sua branca linha de espuma, calmas meditações.

A lagoa Rodrigo de Freitas, adormecida como um *fiord* da Noruega, abria a sua boca de sombra nos côncavos da Gávea e ainda o Leme era uma faixa tranquila em que sabia bem ir repousar longe do bulício, que parecia intenso (que ironia!), do ponto dos Bonds da Avenida Rio Branco.

Esta ainda ostentava o seu ar domingueiro de artéria recém-nascida, com os seus palácios demasiadamente brancos, os seus requintes arquitectónicos demasiadamente novos, os seus escapates de estreia recente, faiscantes de tentações. Lembro-me quanto me impressionou, a mim, um velho *habitué* dos bulícios de Paris e de Bruxelas, a calma solheira do largo do teatro Municipal, pleno coração do Rio, à hora de maior vida da grande capital carioca.

É que vinha ainda de pouco o surto renovador que varrera de lés a lés toda a estrutura da cidade.

A trindade dinâmica: — Rodrigues Alves, Osvaldo Cruz, Pereira Passos, pulverizara o coração do velho Rio e, com a grande engenharia ao seu serviço, personalizada em Paulo de Frontin (o homem da água em 6 dias), estriara toda a região devastada com artérias de arejamento e de higiene, cuja aorta central ficara sendo aquela admirável Avenida Central, à qual se ligara depois o grande nome de Rio Branco, o diplomata insigne que marcara internacionalmente posição destacada ao Brasil.

Mas tudo isso era de história recente e daí o teimoso provincianismo que se apegava ainda à vida carioca de então, arrancada de golpe à sua tropical e amolentada inércia.

As primeiras impressões são as justas e eu não posso deixar de ressentir ainda com muita vivacidade essa sensação de quietismo, de paz e de sol, que me impressionou tanto nos meus primeiros contactos com o Rio de Janeiro de 1913. Impressão suave e repousante que decerto eu não poderia encontrar mais

no trepidante Rio de hoje, moldado ao figurino americano, com o seu lindo céu manchado pelas horripilantes estruturas dos «sky-scrapers», diante dos quais eu gostaria de pensar o que diria o nosso ingénuo Vaz Caminha e que «post-scriptums» motivariam na sua célebre carta ao nosso venturoso D. Manuel...

Enfim... era, como é natural, um Rio diferente!

O balanço étnico ainda tombava porventura muito em favor do coeficiente português, que como dizia com graça o nosso grande folhetinista: — «*não era de seu natural para os repentines do paquete*». Hoje, a infiltração estrangeira é prodigiosa e o tom anglo-saxão vai sendo de moda, com grande vantagem no progresso e na indústria mas talvez com certo prejuízo da nossa doce sentimentalidade latina, piegas convenho, mas mimosa, muito mais de coração do que de cabeça!

Que não quero dizer que os anglo-saxões não tenham um coração como o nosso!! - Ninguém os admira mais e melhor do que eu, mas os americanos por exemplo, que João do Rio (gracioso escritor *boulevardier* e nosso grande amigo brasileiro) definiu com infinita graça: — *jovens animais alegres* — têm da vida uma outra óptica de realizações que não é a nossa, com muito menos de saudosismo e de tradição e muito mais de pragmatismo na realização, sem preocupações estorvantes de exageros estéticos ou sonhadores...

Enfim, as coisas são como são e na sua marcha inflexível vão sendo norteadas por causas e factores imprevisíveis e inevitáveis. Há que aceitá-las sem discussão.

O que não impede que, com aquela teimosia saudosista dos velhos, eu tenha uma intensa saudade do Rio de há 30 anos!

Havia nele, em resumo, mais Natureza e menos preocupações monumentais, mais árvores e menos calça, mais doçura e menos estátuas, mais céu e menos mostrengos de 30 andares à maneira neiorquina, mais calma e menos *chic* (embora já houvesse muito...)!

A esse respeito me recordo de que, perguntando-me uma ilustre senhora brasileira quais as minhas primeiras impressões do Rio, eu lhe respondi que uma das mais vivas era de que se me afigurava que as senhoras pisavam o chão da rua com sapatos de baile.

Havia pois já nesse tempo o mesmo *chic* que existiu sempre e existe hoje na feição de elegância carioca.

Em tudo o mais, porém, o Rio era bem diferente, não só no aspecto material e urbano, como em outros.

Assim, havia, ao que julgo, mais conchego na vida social, e intelectual.

Como no Portugal velho, tertúlias usuais acamaravam os pensadores e os idealistas em nichos tradicionais e venerados como pequenas Mecas, cerradas aos profanos e onde se faziam e desfaziam reputações.

Nesses recantos clássicos que o filisteu apontava de longe, timoratamente e a dedo, como templos vedados à sua ignorância, batiam as asas em primeiros ensaios de voo alguns dos mais altos espíritos da grande geração de hoje.

Adestravam-se para a luta alguns dos mais profundos ensaístas que haveriam mais tarde de catequizar e orientar as massas, aguçavam os seus dardos alguns dos mais tremendos polemistas e jornalistas que haveriam de agitar a opinião, formavam a sua cultura e a sua visão alguns dos melhores críticos da época seguinte.

Nessas pequenas e temidas Academias, pontificavam os Sacerdotes magnos do Romance, da Poesia, da crítica literária, da Oratória, da Diplomacia ...

Segregados do meio ambiente, social, industrial, comercial e mundano, tersavam ideias esses paladinos da mentalidade brasileira, desde todos os tempos proeminente e excepcional.

Cada mundo no seu sector, sem osmose possível; o intelectual na sua *roda*, o industrial na sua usina, o comerciante no seu cacifro, o banqueiro no seu escritório, o mundano nos lugares de prazer, o Rio subdividia-se em pequenos Rios para cada um dos quais mister era, ao recém-chegado, ter a sua carta de introdução.

E no intelectual, entre as rodinhas que o compunham então, nenhuma era mais expressiva e na realidade mais fechada, do que a do Garnier ...

Na esquina da velha Rua do Ouvidor (via clássica do Rio antiga, reverentemente poupada nas demolições Passo-Frontini-

cas, em homenagem à tradição), com a nóvel Avenida Rio Branco, ostentava-se e creio que ainda se ostenta, a livraria Garnier que, com a Briguiet, na vizinha Rua Sachet e a de Francisco Alves não muito mais longe, entredividiam os intelectuais, que formavam no Rio da época a aristocracia incontestada das letras e Artes.

Portas amplamente abertas sobre a luz da Avenida, com o seu ameno gerente gaulês Isard, instalado no seu balcão como numa tribuna, as cadeiras sempre guarnecidas de visitantes, não havia realmente meio mais fechado para o recém-vindo do que aquele.

Para aquele, é claro, que desejasse transcender da categoria de *comprador para a de habitué!*

E isto porque ali, como se naquele privilegiado ambiente se tivesse operado a gestação da consagrada (então ainda não próspera) Academia de Letras, se reuniam os grandes, os inacessíveis, os Mentores da vida espiritual do Brasil inteiro. Isto, é claro, com algumas raras exceções.

E como a qualquer curioso mental recém-chegado se impunha como primeira sondagem intelectual o devassar essa Meca, nela ingressei pela mão e protecção amiga do grande Oliveira Lima, de quem adiante muito largamente me vou ocupar e que era ao tempo uma das mais eminentes figuras da diplomacia, da história e da literatura brasileiras.

Preciosa vantagem, a de transpor os umbrais desse templo, onde ao tempo um dos raros portugueses que apareciam era eu e onde usualmente dissertavam em ameno convívio, além de Oliveira Lima, José Veríssimo, João Ribeiro, Nestor Victor, Alberto de Oliveira, Múcio Teixeira, Mário de Alencar, Rodrigo Octávio, Afonso Celso, Silva Ramos, Rui Barbosa por vezes, a Academia Brasileira quase em peso, como se vê. E passo muitos, que apareciam de quando em quando, como Edmundo de Bettencourt, Coelho Neto, Olavo Bilac, Carlos de Laet, Salvador de Mendonça, Max Fleiuss, Basílio de Magalhães, além de alguns que *começavam a aparecer*, como Hermes Fontes (tão cedo trágicamente desaparecido) Gilberto Amado, o grande Pontes de Miranda. Também raramente se via Clovis Bevilacqua, etc.

São de um livro meu, saído outrora no Brasil e depois em 2.^a edição, em Portugal, os seguintes períodos sobre esse famoso cenáculo literário, um tanto análogo a alguns que ainda sobrevivem entre nós:

«*O espírito francês impregnara a casa de cordialidade e de tom hospitaleiro.*

Dir-se-ia mais um salão de repouso, de leitura ou de conversa, com as suas cadeiras alinhadas, do que uma casa de vendas.

Por isso os poetas, cansados da poeira da Avenida, os estetas encalmados do sol dos largos *trottoirs*, os neófitos que procuravam aquecer a sua reputação incipiente ao fogo dos grandes renomes, todos ali se abrigavam, certos de encontrarem cadeiras repoussantes, muita calma, frescura e um bom sorriso do gerente Mr. Isard, perfeitamente distinto na sua linha impecável de parisiense.

E eis a razão porque, das 2 da tarde em diante o Garnier apresentava as suas ombreiras enquadradas de cariátides vivas (em regra a gente nova) e o interior guarnecido de figuras consagradas, pontificando majestosamente nas suas cátedras, para o êxtase dos transeuntes...»

E era mesmo assim ...



Ainda ao tempo ali flutuava uma sombra, a grande sombra de Machado de Assis ...

O romancista insigne do *Braz Cubas* ali se sentara, não há muito e frequentemente, numa cadeirinha arredada, em recanto que ficara histórico.

Um dia até (oh irreverência cega das coisas!) lhe desabara sobre a genial cabeça a cesta dos livros, de uma vez mais nervosamente içada e felizmente dessa feita vasia ...!

O nome de Machado de Assis enchia ainda a literatura, e a sua feição de realismo e a sua originalidade de novelista faziam escola e acalentavam a maneira de fazer da moça geração romântica que veio a ter no nordeste os seus melhores expoentes ...

Na figura estranha de Machado de Assis que, como Garrett com Gomes de Amorim, encontrou no delicadíssimo artista que foi Mário de Alencar o seu grande e compreensivo intérprete e biógrafo, chocavam-se muitas coisas contraditórias.

Vão lá harmonizar os arrojões e os ineditismos da sua obra com a timidez constante da sua feição pessoal, a sua regularidade indefectível de burocrata perfeito, o seu horror ao excessivo...

A um amigo que o sacudia entre os braços entusiasticamente, salpicando-o de adjectivos laudatórios, respondia, sufocado como o Craft ante os exageros do nosso conhecido Alencar (dos Maias): «que V. haja sempre de ser *derramado!!*» qualificativo este muito da predilecção de Machado de Assis e por ele aplicado a tudo quanto excedesse a linha de equilibrio que a si próprio se impusera em todos os mínimos actos da sua vida.

Mário de Alencar — o delicado autor da melancólica novela: — *O que tinha de ser* — parecia ter tomado do convívio intenso de Machado de Assis a perfeita linha urbana que o caracterizava, se não fora isso já um apanágio ingénito da sua ilustre família... Afinavam de facto um pelo outro em modos de ser e de agir... Chamei eu em tempo a Mário de Alencar (filho do grande autor de *Iracema* e do *Guarany*), uma figura toda «em *pianissimo* e em *si bemol*.»

E ainda acrescentava: — «ninguém havia que com mais unção reerguesse aos olhos do interlocutor a figura excelsa de Machado de Assis, que o detalhasse com mais carinho e que mais voluntariamente se apagasse dentro do fulgor dos seus raios».

Era realmente, em versão brasileira, o caso do nosso Garrett e de Francisco Gomes de Amorim!...

Num primeiro relance poderíamos colar um adjectivo a cada uma das figuras de destaque que o Garnier diàriamente abrigava, por algumas horas, a dentro das suas portas venerandas. Alberto de Oliveira, o poeta máximo — majestoso como um d'Artagnan: Nestor Victor — acolhedor e macio: José Veríssimo — honestamente e incisivamente irónico: Mucio Teixeira: — hierofante, grandioso como um Cagliostro; Silva Ramos — bondoso e erudito; João Ribeiro: — Inquiridor de todos os assuntos — grande compreensivo e profundo sabedor; Rodrigo Octávio, o nobre jurisconsulto, elegante e com uma feição de catedrático francês; — Clovis Bevilacqua; ingenuidade de sábio de transcendente cultura jurídica. A par destes consagrados e de outros que não citei, os «*novos*», trepidantes de sonhos, de

ambições e de projectos, como Pontes de Miranda — depois jurisconsulto famoso, que germanizou o direito com uma espécie de feição matemática que o seu espírito procurou introduzir-lhe, e que agora segundo me informaram repousa cansado numa estância de descanso e de cura em Washington...

Hermes Fontes, o poeta tão cedo morto aos estragos de uma aguda neurastenia, figura de imensa ingenuidade espiritual, vate de pura linha, criatura de doce convívio...

Gilberto Amado, mais tarde por vários títulos célebre e que me expunha às vezes ao portal da livraria os seus projectos (efectivados) de vitória... Nortista descido havia pouco do rincão sergipano à conquista do Rio, onde grangeou direitos de cidadania.

E ainda outros e outros, que se desfocaram da minha retentiva...

No momento, o meio ambiente ressentia-se da efervescência política que reinava.

Estava-se em plena campanha civilista em que se defrontavam Rui Barbosa e Hermes da Fonseca, este, candidato de Pinheiro Machado, o famoso gaúcho e emérito condutor de homens ...

Os civilistas eram pró-Rui e os militaristas pró-Hermes. No Senado, a cada passo, as orações inflamadas de Rui Barbosa visavam em cheio a acção política, quase ditatorial, de Pinheiro Machado!

Antes de dissertar sobre o primeiro alguns detalhes sobre o segundo, cuja figura enchia então o tablado político.

Cultura ilimitada, mas intuitiva psicologia e arte de domínio, coragem intemerata, um grande *charme* pessoal, uma oratória seca e toda de acção, um profundíssimo desprezo pelo *dit-on*, um menosprezo geral do adversário (*para Rui abria uma excepção constante!*) todas as coragens físicas e morais, eis em duas linhas o arcabouço da figura de Pinheiro Machado!

Quando uma vez alguém lhe aludia a um poderoso e cruel ataque de jornalista adversário, encolhendo os ombros respondeu apenas, no seu batido sotaque riograndense: — «*Chuviscos... não molham!*»

De outra vez, estando a autografar retratos para presentear adeptos da sua feição, um deputado adesista que lhe cubiçava as graças, solicitou-lhe a dádiva de uma das fotografias.

Pinheiro Machado, fixando-o quase insolentemente, disparou-lhe à queima-roupa:—«*Retratos não se pedem... merecem-se...!*»

Apesar de todos os ataques parlamentares de Rui, no Senado, de que ao tempo Pinheiro Machado era Vice-Presidente, nunca deixou de testemunhar àquele, em público e particular, uma deferência constante ...

De uma feita, passando em sentidos opostos na Rua do Ouvidor, em passeios fronteiros, Rui e Pinheiro Machado, este murmurou respeitosamente ao seu companheiro de caminho: «— *Está ficando velho, o Rui! ...*»

Em todas as hipóteses, e seja qual for o prisma porque se encare esta estranha figura política, não merecia o fim que o Destino lhe armou, na ponta da faca covarde do raquítico Manso de Paiva, no átrio de entrada do Hotel dos Estrangeiros, onde, estirado no chão do mosaico, agonizou longa e cruelmente.

Revejo ainda essa tarde de tragédia, na qual por um pouco eu assistia ao crime. O automóvel irònicamente florido que o conduzira ao Hotel, a senhora desvairada, o sussurro apavorado da multidão que se comprimia perto do moribundo, a consciência de todo o desabar de um grande cenário político, pela imolação da sua figura central!! ...

Honra seja ao seu grande adversário, que lhe não previra *nem desejaria tal fim*. No Senado a sua voz eloquente ergueu-se para comemorar dignamente o passamento trágico do lutador, assassinado à traição e não podia Pinheiro Machado ter cubiçado jamais tão condigna oração fúnebre!!

Agora: — Rui.

Rui — o grande — Rui Barbosa: — a águia da Haia — o juriconsulto supremo — o Ministro da 1.^a República, o íngua-lável erudito! o bibliófilo, — o mais puro escritor clássico nascido em terras do Brasil!! Não é fácil dar-vos uma ideia exacta do imenso prestígio mental que ao tempo aureolava o grande brasileiro!

O Rui, — como familiarmente e devotadamente todo o Brasil o chamava — vivia à face do público, divulgado nos seus gestos, nas suas frases, nas suas atitudes parlamentares, nas suas mínimas figurações! Era pertença carinhosa do Brasil inteiro. Todos tinham a sua parte nesta amorosa e reverente propriedade. O Rui era património nacional, como o era Carlos Gomes; o Marechal Floriano, o Teatro Municipal e o Corcovado.

Nunca sobre figura humana houve tão unânime e tocante opinião!... Era o super-brasileiro, o super-homem, o judista infalível, o orador supremo, o cérebro máximo da comunidade!

Tive a honra de conhecer Rui bem de perto e de privar com ele na intimidade de sua casa (ia dizer — *do seu templo*) da Rua de S. Clemente, actualmente crismada com o seu ilustre nome.

Fiz dele, em artigo de um jornal brasileiro o seguinte retrato apanhado em flagrante, no seu gabinete de recepção, cercado de visitantes:

«Das estaturas dos presentes era a sua por certo a mais diminuta. A compostura impecável do vestuário, de tom sempre sóbrio (verdade que às vezes exhibia um fraque cinzento claro de tonalidade inglesa) aliada a uma certa expressão de fisionomia a um tempo diferente e altaneira, davam ao personagem um ar de imponente respeitabilidade.

Sob o bigode branco e pendente o lábio fino arqueava-se levemente de um lado, como num semi-sorriso, prestes a acentuar-se.

A cabeça inclinava-se frequentemente em ar de escuta reflectida e tom geral de polidez premeditada adoçada a convicção, que o olhar transluzia, do próprio alto valor e da legitimidade de todas as deferências ...»

O meu primeiro contacto com a oratória de Rui Barbosa deu-se no prosaico e popularíssimo ambiente do Teatro do Parque, do Largo do Machado, no Rio, em noite acesa de propaganda civilista.

O teatro do Parque era uma espécie de cinema popular muito frequentado pela criançada e rapaziada das escolas. Recinto vasto mas inestético e nu, nessa noite memorável, inteiramente cheio de uma multidão entusiástica sôfrega da palavra

do Mestre da Tribuna brasileira. Procedia-se ao apuro das votações dos municípios para a proclamação do candidato de oposição à chefia militar oficial.

E foi aí que depois de uma interminável espera em ambiente super-aquecido, quase adormecido de cansaço no camarote em que, com Oliveira Lima, Óscar de Sousa e outros, me comprimia, que eu de chofre despertei a toque de clarim da voz de Rui Barbosa. Eram quatro e meia da manhã e eu esperava desde as 9! ...

E as palavras que ele disse, naquela sua voz metálica e estridente, um pouco de polichinelo, palavras que consignei no mesmo meu artigo há pouco citado, foram as seguintes:

— *Senhores! O Governo negou-nos as opulências do Teatro Lírico. Embora! Quando a alma de um Povo habita num recinto, embora modesto, esse recinto se converte numa Candelária!*

E este exórdio lapidar e oportuno teve o condão de levantar a sala inteira num brado de quente entusiasmo.

Na construção da frase, na linha do discurso, na vernaculidade da linguagem, como na sua dinâmica pessoal, no seu viver, no seu vestuário, como até na sua caligrafia, Rui Barbosa era essencialmente *um homem de ordem e de elegância*.

Excepcionalmente polido, sempre de rara perfeição no traje, respondendo a todas as cartas, no papel mais elegante e com o cursivo mais apurado e regular, amigo do arranjo e do aceio até extremo, o seu ambiente da Rua de S. Clemente reflectia intensamente tudo isso ...

No seu *Gabinete-Salão*, manuelino — tapetado e estofado, revestido de estantes peçadas de saber humano à guisa de um 202, Rui recebia e ouvia os visitantes (*escutando mais do que falando*). No seu segundo santuário — o do trabalho real, os livros em consulta atulhavam a secretária, de envolta com um gordo Dicionário de Moraes, recheiado nas entrelinhas de anotações da mão de Rui Barbosa, reveladoras de omissões por ele notadas. No 3.º, amontoavam-se com ordem os jornais e revistas, devidamente classificados e preparados para trabalhos possíveis.

No gabinete-salão, uma estante constituia a pérola da coleção — e que Baptista Pereira me revelou — a de edições raras dos grandes clássicos portugueses, mestres e modelos da prosa castiça do grande brasileiro.

Eu escrevi de Rui Barbosa em 1921 o seguinte:

«No que Rui escrevia e dizia nesta época se sente que as decepções políticas se semeavam o seu caminho de idealista inflexível, faziam resvalar o seu deísmo para uma ortodoxia crescente. Para Rui, Deus foi sempre uma grande figura literária, a fonte de todos os tropos e a incial, estrutura das mais ricas metáforas. Mentalidade toda verbal, Rui era e é ainda hoje, o maior clássico existente, de um e outro lado do mar em língua portuguesa.

*

Aristocrata ingénito, ser-lhe-ia por certo penoso o contraste flagrante entre a sua própria fórmula moral e mental e a da grande maioria dos seus fanáticos admiradores.

Além do majestoso vestuário de forma e de ritmo com que Rui Barbosa drapeja o seu frágil arcaboço de ideias sociais e políticas, pouco mais restará, algum tempo decorrido, dos milhares de páginas que ele dispersou pelo vasto Brasil.

A glória porém de supremo clássico da língua lhe ficará — e essa lhe basta!

Um dos grandes Amigos de Rui Barbosa, seu companheiro de cruzada no civilismo, seu inflexível e devotado admirador, foi Manuel de Oliveira Lima, o excelso diplomata autor da obra monumental sobre o nosso D. João VI.

Falemos de Oliveira Lima e perdoai-me que sobre ele me alongue. A isso me levam razões de inteligência e razões de coração.

Tendo sido um dos maiores brasileiros existentes, foi um grande e fervoroso amigo de Portugal onde o seu espírito se formou. Foi um grande historiador e um notável diplomata e permiti que vo-lo diga, foi, ao tempo, um dos meus melhores e mais estimados amigos.

Se é um facto que «... *le cœur a ses raisons que la tête ne connaît point*», se outras razões não tivesse para focar em especial, a figura de Oliveira Lima, essa, para mim, só por si bastaria, se isso não constituísse, com ausência de motivos mais poderosos, um abuso para com os meus ouvintes.

Não há porém no caso, vós bem o sabeis, apenas razões de ordem afectiva. Há-as e de sobejo, da mais alta valia intelectual. Não é porém indiferente dizer-vos logo de entrada, e isto numa quadra em que inteligência e maldade andam de frequência de braço dado, que — Oliveira Lima — era, no conselho geral e no meu (por conhecimento inteiro de causa) *uma das almas mais sãs e mais puramente cristãs* que me foi até hoje dado conhecer neste meu trânsito sublunar!

Isto fora de tudo o resto, como se não fora ainda o bastante!

Quando da minha chegada ao Rio, Oliveira Lima pontificava. Estava em vago a herança do Barão de Rio Branco, que Lauro Muller procurava honestamente sustentar, na pasta das Relações Exteriores. Oliveira Lima acabava de ser, por este estadista, indicado para o alto posto de Embaixador em Londres, para onde deveria em breve seguir. De passagem portanto pelo Brasil antes de tomar conta do seu posto, dividia-se entre o seu pitoresco solar de Parnamirim num subúrbio do Recife, em Pernambuco, terra de sua Esposa, a muito illustre Senhora D. Flora de Lima Cavalcanti, e o Hotel dos Estrangeiros, na praça José de Alencar, no Rio, onde pela primeira vez o encontrei depois do nosso conhecimento inicial em Bruxelas, no edifício da Embaixada Portuguesa, em 1908, quando ocupava aquele posto o Visconde de Santo Tirso.

Oliveira Lima, por cuja mão amiga entrei em todas as intimidades intelectuais da capital brasileira, por cujo intermédio conheci o âmaguço do Garnier, os bastidores do Instituto Histórico e da Academia Brasileira de Letras, a Sociedade de Geografia, etc., etc. vinha já nessa época de um passado de enorme prestígio, como escritor e como diplomata. Por isso mesmo todos os seus gestos eram pesados e discutidos.

Havia já sido 1.º Secretário em Washington e antes em Lisboa e Berlim.

Depois, em Londres.

Havia em 1912 feito, a convite, 6 conferências na Universidade Californiana de Stanford.

Havia feito em seguida conferências em 11 Universidades dos Estados Unidos e entre outras em Yale, Colúmbia, Chicago e Harvard sobre a *Evolução histórico-social e política dos americanos, latinos e ingleses*.

Encarregado de negócios no Japão em 1901.

Ministro plenipotenciário no Peru em 1904.

Ministro plenipotenciário na Bélgica em 1908 (época em que o conheci).

Ministro plenipotenciário em Estocolmo em 1909.

Escrevera já, além do famoso trabalho sobre D. João VI em que procedeu a uma bela rectificação histórica de uma figura razoavelmente desacreditada, variados trabalhos de funda documentação e notável valia.

Entre outros: *Pernambuco e seu desenvolvimento histórico. Aspectos da literatura colonial brasileira. Nos Estados Unidos, o Reconhecimento do Império. No Japão. Machado de Assis e a sua obra literária. Formation historique de la nationalité brésilienne* (conferência da Sorbonne), *Coisas diplomáticas*, etc.

Conferencista de raros dotes, lendo como ninguém, com uma elegância, uma naturalidade e uma distinção absolutamente notáveis, com uma voz simpática e macia, cheia de inflexões que arre-davam a monotonia, Oliveira Lima tinha além de tudo isso, como no belíssimo prefácio das memórias *Gilberto Freire* tão espiritualmente sublinha, todas as coragens.

Eis as palavras de Gilberto Freire:

« ... Páginas tão desassombradas, tão francas, tão sem papas na língua, tão cheias de verdadeiro Oliveira Lima, que em todas as suas atitudes foi sempre um independente e um sincero ... ».

E adiante:

« ... o D. Quixote gordo de Parnamirim que ainda menino conheci lutando, formidável e quase sozinho contra Esta Casa de Misericórdia do Recife e a favor de um grupo de médicos formados há pouco; contra o Presidente da República, contra a família Pessoa de Queirós, contra o Jornal de Comércio de Per-

nambuco e a favor de um simples telegrafista; contra o governador Manuel Borba e o seu poderoso Secretário Geral, o Dr. Andrade Beserra e a favor de um candidato desprotegido à cadeira de inglês do Ginásio da R. da Aurosa: contra o aliadofilo Graça Aranha e a favor da neutralidade brasileira em face da guerra na Europa, em favor da Paz, essa Paz que foi uma das suas maiores paixões.

As *Memórias* que Oliveira Lima deixou, para nosso pesar incompletas, vindas a lume em 1937, dez anos após a morte do seu autor e que abrangem a história da sua vida, de 1867, data do seu nascimento, em 1913, data da sua retirada da vida pública por motivo de um tristíssimo incidente provocado pela inconsciência de um leviano plumitivo, são um documento vivo e gritante de toda a inteireza moral do homem, da sua infatigável e fecunda actividade, da sua aguda vivacidade mental, da sua justa, mordaz e sintética avaliação dos factos e das personalidades com que se achou em contacto.

Conhecedor da maior parte das obras de Oliveira Lima, devo a leitura do admirável volume das *Memórias* à distinta amabilidade do muito culto e intelectual Cônsul do Brasil no Porto, o Ex.^{mo} Sr. Dr. Mauro de Freitas, admirador, como eu, do seu grande patricio.

Senti com essa leitura reviver ante mim essa figura querida com cujo trato grandemente me enlevei e cujo espírito do mais cintilante e raro quilate tanto me fascinou.

Esse espírito por vezes contundente e mordaz, sem porém sair em geral das boas normas de uma bondade substancial, valeu a Oliveira Lima não poucos contratempos na vida. Estou em crer que ele seria da mesma índole da veia mordaz de Santo Tirso, de quem pessoa próxima dizia: — *que uma graça dele era uma desgraça para a família.*

Não digo tanto no caso de Oliveira Lima. Certo é porém que o seu feitio combativo e desassombrado, que provocou da parte dos adversários visados reacções de toda a ordem, em que até a arma do ridículo foi usada, lhe retardou frequentemente promoções diplomáticas que lhe eram devidas e foi por fim explorado com a inépcia de um escrevinhador, atirando aos

46 anos para a aposentação o maior diplomata brasileiro do seu tempo.

E aqui faço apenas minha a opinião de Rui Barbosa, quando lhe chamou, a propósito do incidente a que me referi e a que adiante me consagrarei mais de espaço: — «o membro mais notável do nosso Corpo Diplomático».

Há 30 anos, no Rio, Oliveira Lima *tenait son salon*, se assim me posso exprimir, no átrio do Hotel dos Estrangeiros, no mesmo local que mais tarde haveria de ser ensanguentado por Pinheiro Machado agonisante.

Ali, ao lado de sua ilustre Senhora, D. Flora, colaboradora constante do grande homem, sua irmã de alegrias e de sofrimentos, sua alma de conforto e de amparo, seu verdadeiro anjo da guarda, a melhor das esposas como lhe chamou, nas suas Memórias, Oliveira Lima recebia os seus amigos e admiradores.

Eu era frequentador constante dessas inolvidáveis tertúlias e muitas vezes a elas me acompanhou o adorável D. José Paulo da Câmara, precocemente desaparecido e que herdara toda a graça a bondade do seu ilustre Pai, o dramaturgo da Triste Viuvinha, D. João da Câmara.

Não é fácil dar-vos uma ideia da feição particular do espírito e do humorismo de Oliveira Lima.

Do seu entusiasmo pela vida inglesa, da sua educação universitária e o seu trato nas Universidades anglo-saxónicas, ficara-lhe no xiste um verniz de anglicanismo *pince-sans-rire* um pouco à Thackeray, que era também um tanto o género da graça do seu amigo Santo Tirso.

Alguns interessantes exemplos.

Contado pelo próprio, nas suas citadas *Memórias*:

Lembro-me de que uma vez, no teatro de D. Maria, numa das récitas do Coquelin, ouvia-se no corredor a voz affectada de Ramalho, palestrandó em francês. Observei ao meu companheiro, que por sinal era parisiense: *C'est plus beau que nature*.

Pensei que ninguém mais tinha ouvido, mas nisto vejo ao meu lado a cara quase chinesa de Júlio César Machado, o espirituoso folhetinista que tão trágico fim teve, distender-se numa careta sorridente de aprovação...»

Um dos alvos das suas aceradas flechas foi o diplomata Joaquim Nabuco, em verdade uma das figuras mais representativas do Brasil, quer na diplomacia quer no pensamento.

Ainda nas *Memórias*, Oliveira Lima, comentando a acção de Nabuco como Ministro em Washington, anota com infinita graça, que:

«Nabuco ficara na América *too american*, como em Londres fora *too british*, na Itália *too roman* e na França seria *too french*.»

É difícil, convenhamos, ter-se mais verve em menos palavras ...

Ainda com Joaquim Nabuco, que foi um pouco, apesar de apreciado e admirado, o seu *cabrion*, Oliveira Lima cometeu a pequena e inofensiva perfídia de traduzir o título do último livro do diplomata ensaísta, livro de declínio como lhe chama nas *Memórias*, *Pensées détachées* por *Pensamentos desconexos*.

Espírito agudo e por vezes agressivo, mas coração de ouro puro sempre aberto e pronto a todas as generosidades.

Era um pouco como José Veríssimo, outro grande homem de bem vítima da sua rebeldia intelectual e de que ele reproduz a pág. 112 das *Memórias* o retrato moral que eu próprio dele fiz em artigo (depois publicado em livro com outros ensaios) de um grande jornal brasileiro do Norte.

Foi o seu grande e lealíssimo amigo, um pouco afastado a quando de uma atitude aparentemente anti-inglesa de Oliveira Lima no decurso da grande guerra, mas sem que nunca se des-fizessem de todo entre os dois os laços da mais afectiva camaradagem mental.

De José Veríssimo disse eu e Oliveira Lima o reproduziu:

«Dentro da sua construção encurvada, franzina e adunca de Mefistófeles em férias, alojava-se a mais cândida alma que me foi dado conhecer e o espírito mais cheio de pura sensibilidade e de inesperado e platónico idealismo.

O seu feitio de ironista *pince-sans-rire* enjeitou-lhe a protecção daqueles que lhe não perdoavam a justa, aguda e imparcial visão das suas taras e falhas clamorosas.

Com José Veríssimo e outros de elevado quilate mental convivi estreitamente a quando da fundação e do funcionamento da

Escola de Altos Estudos, (a 1.^a do Brasil), inaugurada em 1913 com Oliveira Lima à sua frente e à qual me referirei de espaço dentro em pouco.

Antes, porém, quero aludir ao fecho imprevisto da carreira do diplomata e historiador insigne, vítima de um equívoco de ínfima categoria, tanto é verdade que uma pedrita minúscula pode às vezes entravar a marcha de um carro triunfal.

Foi isso em Dezembro de 1912. Tinha Oliveira Lima 46 anos. Achava-se no apogeu da sua vida mental e no ápice da sua carreira diplomática. Acabava de ser indicado pelo Ministro Lauro Muller para Plenipotenciário em Londres, posto do mais alto prestígio. Era Pinheiro Machado, seu adversário de sempre, vice-presidente do Senado.

Foi quando, assediado no seu remanso do Hotel dos Estrangeiros por um jornalista à cata de escândalos, concedeu uma entrevista em que, entre considerandos vários sobre *la pluie et le beau temps*, o plumitivo lhe emprestou em matéria política asser-tos e opiniões da sua própria lavra, com a mais descarada das inconsciências.

E, para evitar equívocos de interpretação, a que a narrativa deste mesmo facto já uma vez muito injustamente me sujeitou, reporto-me de novo às *Memórias*, certo de que as palavras de um Morto (e Morto desta envergadura moral) não se prestarão a explorações:

Diz o diplomata a pág. 235 da Obra citada:

«...O meu caso não passou felizmente de um caso muito ordinário, para cuja solução se combinaram em doses iguais o interesse pessoal, a intolerância jacobina e a condescendência partidária.»

E adiante:

«O espírito verdadeiramente superior do Sr. Lauro Muller não enxergava antinomia alguma entre essa missão (a de Embaixador em Londres) e os dizeres de uma entrevista simultânea com a minha chegada, em que o jornalista *emprestou a sua própria* linguagem aos seus princípios de franca tolerância política com relação a formas de governo, não depreciando o sistema republicano, mas não julgando o monárquico incompatível com a prática de todas as liberdades.»

Foi essa extrapolação do jornalista que permitiu que, a coberto da acusação de *monarquismo*, fosse contraditada pelo Senado, a que Pinheiro Machado presidia, a indicação do Ministro Lauro Muller para a Embaixada de Londres.

Convidado a deixar reproduzir na Imprensa a carta que a esse propósito escrevera ao Chanceler e ainda a fazê-lo directamente a Pinheiro Machado, afirmando credo republicano e de certa forma rectificando os dizeres intempestivos e inexactos do jornalista, que (se bem me lembro) era um debutante anónimo em matéria de reportagem, Oliveira Lima negou-se altivamente à mínima *démarche* em prol da sua manutenção no posto de Londres.

Isto a despeito de Pinheiro Machado lhe afirmar directa e verbalmente que, acedendo ele aos seus desejos, a nomeação marcharia *comme sur des roulettes*.

E Oliveira Lima foi aposentado, a pretexto de saúde!! Exilou-se para Washington, onde a Universidade Católica lhe deu cordial acolhida e à qual ofereceu a sua opulentíssima Biblioteca de 40 mil volumes cujo catálogo de preciosidades, que tenho em meu poder, contém 367 páginas (publicado em 1927, em Washington).

Precioso repositório no qual, ao azar do folheamento, encontro a pág. 172, com o n.º 100, uma raríssima *Vida de Anchieta*, de 1762; a pág. 175, a *Voyage de Pyrard de Laval*, de 1679, da qual outro precioso exemplar (obtido da Biblioteca de Cunha Rivara quando da minha estada na Índia) eu ofereci à Biblioteca da Sociedade de Geografia, onde deve encontrar-se; a pág. 75, com o n.º 4.º, uma 1.ª edição das *Peregrinações de Fernão Mendes Pinto*, de 1614; a pág. 269, com o n.º 174, um magnífico exemplar dos *Lusíadas*, edição do Morgado de Mateus, de 1817, isto a par de outras muitas e aliciantes raridades.

E eis aqui como as extrapolações de um plumitivo fizeram perder ao Brasil um grande Diplomata e uma excepcional Biblioteca.

A quadra da minha maior intimidade com Oliveira Lima assim como com os luminares da mentalidade brasileira de então,

foi a da fundação e do funcionamento da 1.^a Escola de Altos Estudos que o Brasil possuiu.

Foi isso em fins de 1913.

Consegui que um grupo de idealistas, que eram ao mesmo tempo criaturas de fortuna, me permitisse a fundação de uma Escola de Altos Estudos, cuja direcção mental Oliveira Lima houve por bem aceitar.

O seu altíssimo prestígio trouxe a essa Escola a colaboração das seguintes personalidades, todas marcantes na alta intelectualidade brasileira: Clovis Bevilacqua, Rodrigo Octávio, José Veríssimo, João Ribeiro, Óscar de Sousa e Pontes de Miranda (ao tempo ainda quase desconhecido).

Na modesta casa da Rua Carvalho de Sá, que V.^{as} Ex.^{as} verão brevemente projectada no écran, se fizeram os seguintes cursos:

De Oliveira Lima — Vida Universitária Americana; de Rodrigo Octávio — Direito Internacional; de José Veríssimo — Literatura Brasileira; de Óscar de Sousa — Psico-fisiologia; de Pontes de Miranda — Política Moderna; de Clovis Bevilacqua — Matéria jurídica; e de João Ribeiro — Crítica literária.

À guisa da *École des hautes Études* da Université Nouvelle de Bruxelas, que De Greef, Paul Janson e Elysée Réclus fundaram num ambiente de grande modéstia, em plena intimidade e cordialidade mentais, decorreram essas lições impregnadas do mais elevado espírito, super-universitárias se assim lhes posso chamar, por serem feitas sem coacção alguma, esgotando os assuntos da forma mais transcendente e completa.

Tinha o pequeno templo de Carvalho de Sá os seus fiéis; e se materialmente a experiência resultou num fracasso, espiritualmente lançou raízes que vieram a frutificar mais tarde na Academia de Altos Estudos, criada à sombra do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, pelo Conde de Afonso Celso, Max Fleiuss, Basílio de Magalhães e outros...

E a este respeito há que rectificar uma asserção, ou melhor, preencher uma omissão por certo involuntária do erudito Max Fleiuss, no seu belo discurso de homenagem à memória de Oliveira Lima, pronunciado no Instituto Histórico Brasileiro a 23 de Março de 1928.

Diz Max Fleiuss que Oliveira Lima foi «um dos instituidores em 1914 da Academia de Altos Estudos», quando o certo é que, antes dessa, fundara e dirigira a Escola de Altos Estudos de cuja acção acabo de vos falar. A primeira derivou lógicamente da segunda, quando essa cessou o seu funcionamento.

Guardo dessa platónica cruzada algumas recordações interessantes. Estou ainda vendo José Veríssimo, esfarripando nervosamente a sua barbicha adunca, quando da sua estreia professoral e da timidez de colegial que mostrara em toda a prelecção, isso com grande constrangimento do auditório...

O que motivou que eu lhe dissesse, após a 1.^a lição que teve um êxito muito relativo e em todo o caso muito abaixo do altíssimo valor do conferencista: — *Porque não conversa o Doutor, como faz no Garnier?! (Porquê de facto era cintilante quando no à vontade da palestra, sem pretensões...)*

Seguiu o meu conselho amigo ... Conversou !! e foi brilhantíssimo. Que isto sirva de lição aos discursadores! ...

Recordo-me de quando Pontes de Miranda, então um mocinho moreno de olhos expressivos e brilhantes, apareceu na minha pensão da *Villa des Palmiers*, das Laranjeiras, apresentando-se ele próprio como candidato a um curso de Política Moderna na Escola a que a Imprensa inteira fazia o maior e melhor dos reclamos.

Não o conhecia, (recém-chegado eu ainda da Europa) e tendo-me ele confiado para leitura o seu manuscrito da *Sabedoria dos Instintos*, feriu-me intensamente o sabor, por assim dizer maeterlinckiano, que lhe achei, de envolta com uma tendência de geometrizações psicológicas novas. Nas nossas conversas a que o futuro grande jurista e filósofo emprestava um ineditismo cintilante, eu tive a revelação do que viria a ser, de futuro, semelhante cerebração e não me enganei...

Fez o seu curso de Política Moderna recheado de pontos de vista arrojados e novos que calaram fundamente nos seus ouvintes e em toda a Imprensa.

Pontes de Miranda foi astro que singrou altaneiramente através do jurismo brasileiro e que deu às concepções de filosofia do Direito uma feição inteiramente nova.

Esgotado de trabalho, parece estar refazendo-se agora em merecido repouso de um «surménage», bem explicável em quem queimou o cérebro em tantos trabalhos de agudo engenho.

Das outras notáveis figuras que colaboraram na 1.^a feição da Escola de Altos Estudos devo citar-vos Rodrigo Octávio, o grande jurisconsulto há pouco desaparecido, personalidade a todos os respeitos insigne. Quer como professor no Brasil e em França, onde preleccionou na Sorbonne, quer como jurista, quer como poeta, quer como dramaturgo, Rodrigo Octávio marcava no alto meio do pensamento brasileiro. O homem que comentou agudamente o tratado de Versailles, que dramatizou com tanto relevo a triste história do contratador Caldeira Brand, que consagrou endeixas da mais pura poesia à memória de uma filhinha desaparecida e que era com tudo isto um carácter dos mais puros, ficou vivo na memória dos seus conterrâneos que por igual o estimavam e admiravam.

E o filho, Rodrigo Octávio, igualmente lhe segue brilhantemente as pisadas.

Ocorre-me João Ribeiro, o gramático e ensaísta que versava todos os problemas linguísticos, quer filosóficos, com igual autoridade (pois se até, ele, um filólogo, nas suas *Notas de um Estudante*, dissertou e proficientemente sobre a teoria de Einstein!!)

E ocorre-me a propósito o nome de Silva Ramos que, embora convidado por mim e por Oliveira Lima, nunca logrou encorajar-se a professar na Escola.

Era uma figura adorável a desse catedrático do Ginásio Pedro II, Membro da Academia de Letras, professor de raríssima competência mas sempre às voltas com uma modéstia inibidora que lhe tolhia todos os gestos.

Formado em Coimbra, eivado de cultura portuguesa, pronunciando à nossa maneira, sem sotaque algum brasileiro, Silva Ramos num certo tempo era disputado pelos aprendizes, masculinos e femininos, de literatura e de poesia.

Conta-se mesmo a este respeito que uma vez, assediado por uma Mãe mais impaciente, para leccionar-lhe uma filha que pre-

tendia ingressar na Arcádia e envergar o *palion* de Musa, como lhe escasseasse para isso o tempo, para livrar-se da importuna bradou-lhes: — Mas, minha Senhora... Poesia... é isto (e apontava a frente num gesto significativo) ... o resto ... está em Castilho!

Todos estes nomes que aqui vão desfilando foram os principais esteios da Academia Brasileira de Letras, hoje por certo a mais próspera Academia do Mundo.

Fora pouco depois dessa época que a então modestíssima Academia, desde 1896 fundada na base de 40 lugares como a Academia Francesa, fora imprevisivelmente regada de ouro (exactamente em 1918) pelo livreiro português Francisco Alves.

Pacheco Leão, o professor de medicina e director do Jardim Botânica do Rio, amigo íntimo do livreiro opulento e depois seu testamenteiro, fora por ele encarregado de actualizar o seu testamento num sentido mais familiar, mas a Morte — a eterna Intrusa — inopinadamente cortou esse projecto, ficando a Academia Brasileira herdeira universal do capitalista.

Iniciou-se assim a época do Petit Trianon com todo o seu fausto e aliás sempre com o maior brilho e aprumo mental, constituindo-se a nobre Companhia o farol e o Norte da vida intelectual do país.

Na época a que me reporto com os olhos da recordação e da saudade, não só o ambiente regorgitava de letrados e de filósofos. Também as rodas catedráticas e científicas, os sectores da Arte, na ficção pura, na Música, na escultura, na pintura, fervilhavam de individualidades!

Para citá-las, minhas senhoras e meus senhores, sem omissão nem injustiça, me vejo no mesmo grave embaraço que confessei um dia noutra tribuna, na minha conferência sobre *Personalidades Brasileiras*, com o saudoso Presidente António José de Almeida na cátedra de honra, que de minha casa até lá alinhara de cor, na minha memória, 80 nomes de brasileiros ilustres que mereceriam ser citados...

Para detalhes sobre o assunto no que se refere a escritores, etc., reenvio-vos para a magnífica exposição de Pedro Calmon

— *Resumo da História da Literatura Brasileira*, publicada pelo Ministério das Relações Exteriores, em 1939.

De tantos de quem deveria falar-vos: Coelho Neto, Monteiro Lobato, Umberto de Campos (e, além dos Poetas que já citei, o grande Olavo Bilac, Emílio de Meneses, entre os então já consagrados).

(A lista seria interminável, tão rica era a floração!!...)

Coelho Neto era inegavelmente um dos pontífices! Além de prodigioso e fecundo novelista e romancista, de uma exuberância verbal de todo o ponto notável, Coelho Neto foi o propugnador ardente do desportismo no Brasil e o seu helenismo de artista derivou para o incentivo entusiástico da cultura física e da vida sã de ar livre e movimento...

Foi uma vítima da própria catequese! Seu filho Emanuel — o Mano, como era conhecido em gíria de *foot-ball*, jovem e belo atleta que eu tive como discípulo, morreu de acidente de jogo e com isso arrastou o Pai ao túmulo.

Era célebre o seu ecletismo mental e a sua acolhedora bondade. Todas as jovens vocações encontravam no Mestre uma protecção e um impulso. Reflectia-se na sua caligrafia de gravura em aço, moldada em elegantíssima geometria, a elegância soberana do seu carácter.

E deveriam estar mais, entre outros — Monteiro Lobato — o criador de Jeca Tatu — o Zé Povinho brasileiro — que marcava entre os maiores contistas do seu tempo; Umberto de Campos que grangeou na sua terra um dos maiores públicos de que pode vangloriar-se um escritor. Ensaísta delicadíssimo, torturado por uma doença estranha e rara, deformadora e cruel, começou com as bocagianas ironias do Conselheiro XX e acabou com algumas obras de maravilhosa intuição e de estranha conformidade, à beira de um fim dolorosíssimo de vida!... Ensaísta da feição particular de Umberto de Campos, raros poderemos encontrar em qualquer literatura do mundo!...

Olavo Bilac de há muito projectava sobre a Poesia do Brasil o clarão do seu génio! Príncipe incontestado do Verso, para alguns ele partilhava o seu cetro com o parnasiano Alberto de Oliveira, a quem há pouco aludi.

Confesso que entre *les deux mon cœur balance* — Um de passional lirismo (veja-se o esplendor do *Caçador de esmeraldas* que todos conheceis!) outro de olímpica e marmórea serenidade e perfeição. Ambos supremos!...

Na escolta poética que cercava esses Máximos, surgia já o estro privilegiado de Olegário Mariano (que viria a receber o bastão da princesia) e entre outros avultava a rotunda figura de Emílio de Meneses — lírico de agudo espírito que fechava os inimigos com epigramas de artística crueldade (que o diga o sobrinho de Pinheiro Machado — Nenem — como lhe chamavam) e outros. Antes de morrer, consumido e depauperado pela longa doença, Emílio, que antes ultrapassara os cem quilos, rosnavava irònicamente em tom menor:—*Boa partida estou pregando aos vermes!*...

E ainda tantos outros astros fulguravam nesse céu de há 30 anos:— Augusto Lima — o Poeta; Luís Guimarães, o filho do impecável sonetista, diplomata poeta e literato; Paulo Barreto que já citei e que com João de Barros foi um dos melhores obreiros do intercâmbio luso-brasileiro; Medeiros de Albuquerque o jornalista, crítico e polemista; Bastos Tigre o humorista, e tantos que me escapam ...

Dominando esse mundo da ficção e da imagem, uma geração de pensadores e de cientistas marcava na cátedra e enchia as Faculdades.

Na Escola de Medicina, por exemplo, avultavam Miguel Couto, o clínico notável, Aluísio de Castro que moldava as suas lições no mais castiço vernáculo, fiel às normas camilianas — Afrânio Peixoto ao qual quadraria como uma luva o asserto de Horace Bianchon no seu livro *Nos grands Médecins*, acerca de um famoso médico francês:— *C'est un homme de lettres égaré dans la médecine...* Romancista e comentador exímio, grande nosso Amigo, Afrânio Peixoto é credor de toda a nossa admiração.

Fora da Faculdade, na Direcção da Saúde Pública, duas grandes figuras, dois *pastorianos* insignes, (pois se fizeram nos

laboratórios do Instituto Pasteur de Paris) — Osvaldo Cruz e Carlos Chagas, lançaram além fronteiras o prestígio e a honra da ciência brasileira. Recordo-me de ver em Paris, na 1.^a página do *Matin*, o retrato em grande de Carlos Chagas, a propósito de uma sua comunicação à Academia de Medicina de Paris, sobre o Bócio e o *tripanosoma cruzi*, que acabava de descobrir, com o seguinte dístico: — *L'éminent médecin brésilien* — o que no *Matin* equivalia a uma consagração.

Osvaldo Cruz, esse, era o Mestre dos Mestres!!

Estive com ele no baile que no Palácio Monroe do Rio o Embaixador Morgan ofereceu ao Senado do Brasil, quando do regresso do Chanceler Lauro Muller de Washington.

Não me passa da memória aquela máscara estranha — rosto moreno emoldurado de uma magnífica e revolta cabeleira branca, contrastando com o bigode intensamente negro, figurando um marquês empoadado do século XVIII!... Tímido e recolhido, estranho ao ruído da música e das danças, sentado na sua banquetta de veludo, à margem da festa, eu pensava, contemplando-o admirativamente, na soma incalculável de vidas que aquele homem salvara, saneando o Rio e outras cidades, exterminando o *Stegomia* e acabando com o espantinho da febre amarela.

Aliás desta, dizia em tempos com graça um patriota, citado por Oliveira Lima, que era ela que nos *salvava (aos brasileiros) do domínio estrangeiro*, (isto em 1890)...

No entanto, uma estátua de ouro não seria suficiente recompensa para imortalizar a obra benemérita de Osvaldo Cruz.

Honra eterna ao país que gera semelhantes pro-homens!

Com a alta estatura moral de Osvaldo Cruz só conheço realmente uma que pudesse com ela emparelhar sob o ponto de vista do alcance social humano da sua obra — a de Cândido Rondon, o evangelizador dos sertões brasileiros, o pai dos selvícolas.

O positivismo que, tomado como religião, estava por assim dizer extinto na Europa, onde lhe faltara o alento de um Littré para mantê-lo e que em Portugal se refugiara quase que só na

prédica teofiliana, no Brasil mantinha-se aceso, com sua capela e seus crentes. Teixeira Mendes como Pontífice.

A casa da Rua Monsieur le Prince em Paris vivia quase deserta de visitantes (brasileiros exceptuados), mas no Rio, Augusto Comte e Clotilde de Vaux eram por igual reverenciados, na época a que me reporto.

Fosse como fosse, o certo é que o positivismo foi no Brasil uma Escola de caracteres. Conheci alguns intransigentes contistas que eram almas puríssimas, confinadas numa reserva estoica de forma de viver, inflexível e rigidamente honestas!...

Nada poderia exceder em pureza idealista e quase ingénuu a grande alma do General Cândido Rondon.

Teodoro Roosevelt chamou-lhe *uma das maiores figuras do Século* e, quando da sua conferência do Instituto Histórico Brasileiro, prestou-lhe a mais rendida homenagem a propósito da localização geográfica do famoso Rio da Dúvida, tão discutido.

Chamando a si os índios das tribos mais rebeldes, irmanando-se, por um acusado atavismo gentílico, à sua psicologia, Rondon, através de todos os riscos, trouxe à comunidade nacional bom número de almas de irmãos, transviados pela imensidade quase impenetrável das selvas.

Alípio Bandeira, companheiro de cruzada de Rondon, na sua conferência da Biblioteca Nacional do Rio, feita em 8 de Março de 1919, diria:

«Já num desabafo de mágoa patriótica disse o nosso insigne coronel Rondon nestas palavras ardentes: — Hoje nos comovemos e nos indignamos à simples notícia das atrocidades e torpesas que se cometem na hedionda guerra europeia; e contudo, essas mesmas torpesas, com diferença de graus apenas, praticam-se diariamente no nosso território contra patrícios nossos inocentes e não há voz, não há testemunho, não há súplica que consiga comover sequer a infinita minoria dos que governam.

Sabeis quais sejam esses patrícios assim tratados num país que se orgulha com toda a razão de ser sentimentalista?

São os nossos selvícolas. São os restos dos nossos ascendentes americanos ...»

E estes brados de alma do grande desbravador dos sertões, podemos dizê-lo hoje convictamente, foram ouvidos. Encontraram sobretudo na Imprensa brasileira o eco mais caloroso. Está ainda entre nós um dedicado colaborador de Rondon, o Doutor Joaquim Pinto Dias, o ilustre Cônsul Geral do Brasil, homem de acção e de energia como pessoa a quem presto a minha rendida homenagem.

De resto, foi esta sempre o baluarte das grandes causas...

Ao tempo, nessa época a que me refiro, penas ilustres marcavam nos grandes jornais do Rio.

Félix Pacheco, Alcindo Guanabara, Medeiros e Albuquerque, Edmundo de Betencourt, João Luso e outros.

Nenhum porém sobrelevava em vigor de polémica, em ardor combativo, em coragem de ataque e em justeza de réplica a Edmundo Betencourt! Era em tudo e por tudo um jornalista formidável! O *Correio da Manhã* tornou-se nas suas mãos um órgão de primeira plana, sempre na linha da frente, temido e procurado àvidamente pelo público. Inimigo político e pessoal de Pereira Machado, grande admirador de Rui Barbosa, valeu-lhe a sua atitude intemerata o ser baleado em plena *Rotisserie* Americana do Rio por um sobrinho do caudilho, que se não o matou, produzindo-lhe mesmo apenas um leve ferimento, o inutilizou quase com a pavorosa nevrite que lhe sobreveio e que o esgotou de sofrimento...

Marcou deveras no jornalismo carioca a grande figura de Edmundo de Betencourt, e hoje que as paixões que ele agitou se acalmaram, ninguém lhe pode negar a pujança da sua envergadura jornalística!... Seu filho, o talentoso e cultíssimo Paulo Betencourt que tive a honra de contar como discípulo muito dilecto, de filosofia e história, mantém acesas as grandes tradições paternas.

Nessa quadra, no *Jornal do Comércio*, o grande órgão, espécie de *Times* carioca, com o qual em certos dias de maior paginação qualquer de nós se poderia inteiramente vestir, começava a pontificar o deputado Félix Pacheco, nobre figura de escritor e de parlamentar que deu sempre belos exemplos de cordura e de boa maneira jornalística.

Nesse mesmo jornal, o Conde de Afonso Celso, rara figura de gentil homem, elegante na pena como nas maneiras, todo evocativo da quadra imperial, mantinha a sua secção: — *Cóta aos Casos* — em que apreciava com equidade e sã ecletismo os acontecimentos mais palpitantes. E nesse mesmo jornal os nossos Agostinho de Campos e Alberto de Oliveira, escreviam os seus *Pombos Correios* — sempre cheios de viva originalidade.

Todas as modalidades se encontravam então, como agora, nos jornais cariocas que formavam um todo, por tudo digno, de capital de um grande povo.

Ao lado dessa imprensa de informação e de polémica não menos brilhava a imprensa de Arte e de entretenimento.

Ela reflectia o brilhantismo do movimento artístico brasileiro.

Haveria muito a citar neste como noutros grandes campos da Arte. Na escultura ainda o cetro pertencia a Bernardeli, mas na pintura e no desenho a concorrência era grande. Ainda o outro Bernardeli Carlos Osvald, etc. e entre os desenhadores permita-se citar-vos dois muito da minha predilecção. Um deles é nosso. Era admirável como originalidade de traço e elegância de factura. Neurastenizou-se e morreu desastrosamente, talvez por falta de alento e de ambiente propício. Falo-vos do admirável e infeliz e muito esquecido Correia Dias!

Ilustrador primoroso, imaginativo e inédito, foi o desenhador escolhido por Gustavo Bártoso para o seu trabalho de heráldica e semeou pelas revistas cariocas mãos cheias de talento.

O outro é um brasileiro e bem popular e usou sempre o pseudónimo conhecidíssimo de J. Carlos.

Positivamente não conheço na caricatura francesa e na nossa, artista algum que o sobrelevasse. E isto porque além da impecável pureza do seu traço, a graça da sua inventiva e o espírito das suas *charges* tornavam-no inimitável e inconfundível!...

Na «Careta» abundam as suas páginas. Criou o tipo da «Melindrosa», parceira do «Almofadinha» com uma graciosidade particularíssima.

Como *charge*, basta que vos cite uma que fez eco.

A quando da entrada no Rio do nosso grande Chabi, appareceu este retratado pelo lápis de J. Carlos na página frontal da *Careta*.

Apenas, pela excessiva rotundidade do modelo, somente uma parte se continha dentro dos limites do caixilho — Por baixo a epígrafe explicativa: — *Chabi-Fragmento...*

E visto que estou nos arraiais da arte carioca de há 30 anos, como poderia deixar de falar-vos da música, que sempre no Brasil foi alta e marcante, de Carlos Gomes até hoje?

Convido-vos a este respeito a abrir o primoroso livro de Gastão de Betencourt: — *Temas de Música Brasileira* — Coleção de Conferências realizadas em Lisboa e publicado pela editora — *A Noite* — do Rio de Janeiro. Em 1913 ainda se evocava Alexandre Levi — o grande jovem compositor paulista, que morrera em 1892, deixara de si memória fulgurante — desaparecido com 28 anos.

Glauco Velazquez, vivo ainda na época que evoco, viria a morrer em 21 de Junho de 1914 com 30 anos.

Promessa tão prodigiosa que motivara uma manifestação excepcional do Congresso da Nação no sentido de auxiliar-lhe os estudos em ambiente europeu adequado.

Luciano Gallet, com quem tive a honra de privar de perto, morto também em plena juventude, compositor e didata do piano.

E além desse e de muitos outros, Alberto Nepomuceno, ao tempo director do Instituto Nacional de Música do Rio e delicadíssimo criador de muitas obras primas de piano e de música de Câmara...

E estava então em plena gestação o génio musical do grande Heitor de Vila Lobos, hoje o príncipe incontestado da música brasileira.

Voou sempre bem alto a música dessa grande Pátria irmã, essa música que nós em geral apenas avaliamos pelas gravações escandalosas de discos de ínfima qualidade ou pelas emissões intoleráveis que nos mandam diariamente os rádios de lá e de cá.. Cabe esta verdade bem a Gastão de Betencourt, a quem me preso de prestar esta pública homenagem, a honra do *redrèssement* que

a este respeito se vem operando na opinião e na crítica indígena, com as suas conferências (em geral feitas no Cenáculo espiritual de elite que é a casa da Senhora Dona Ema da Camara Reis) e com os seus livros. Bem haja por tão nobre e profícua cruzada artística!...

E nesta secção do pensamento do Brasil, como de resto em todas outras, mesmo quando se trata de fixar *um momento* de transição, nunca mais acabaria se quisesse ser, já não digo mesmo completo e fiel, mas razoável e harmónico historiador.

Quis apenas fazer aos vossos corações e ao vosso pensamento reviver uma quadra cuja palpação testemunhei, e que por isso cara ficou ao meu sentimento. Que a minha exposição, feita *avec l'âme à côté du papier* sirva de aperitivo aos que desejarem conhecê-la melhor.

E foi com a minha saudade e a minha memória que passei no Templo de há 30 anos, um pouco por todos os sectores da espiritualidade brasileira: — a cátedra, a diplomacia, o jurismo, a política, a literatura, o jornalismo, a poesia e a Arte...

Tudo ao de leve, como não podia deixar de ser, marcando apenas mais fortes os contornos de algumas figuras sobrelevantes.

Neste passeio, quantas omissões involuntárias me serão assacadas e me ficarão pesando na consciência!

Seria de resto estulta pretensão tentar fazer reposição completa em matéria tão vasta!

E agora, minhas senhoras e meus senhores, julgo que poderemos dar-nos como chegados ao fim desta jornada pelo passado.

Com que funda melancolia vemos que, dessas figuras evocadas, todas ou quase todas desapareceram e vivem já, no dizer sublime de António Candido, o orador supremo — *na manhã sempre igual da Eternidade!*

Já deram o salto para o incognoscível: Oliveira Lima, Afonso Celso, Machado de Assis, Mário de Alencar, Olavo Bilac, Emílio de Meneses, Hermes Fontes, Alberto de Oliveira, Umberto de Campos, Coelho Neto, Rodrigues Octávio, Edmundo de Betencourt, Rui Barbosa, Silva Ramos, José Veríssimo... e quantos outros!

Ocorre-me irresistivelmente o asserto do meu querido Anatole France, lapidado com a sua habitual helénica elegância:—*Femmes, Enfants, sœurs, amants... la Nature fait et défait avec une morne indifférence, ces merveilleux trésors!...*

De facto é sempre agudamente doloroso pensarmos que sobre grandes e pequenos do Espírito paira suspensa, irretorquivelmente, a trágica certeza e a inexorável sentença de que toda a agitação acabará da mesma forma. Com um repouso ininterrompido e absoluto, em um mínimo rectângulo de terra, à sombra de qualquer humilde arbusto, num recanto de cemitério...

O conceito da velhice, minhas senhoras e meus senhores cifra-se, na realidade, numa simples rarefacção de existências, de amizades e de ambiente.

Pontos de apoio afectivos e pontos de apoio espirituais vão rareando pelo caminho; e na estrada, longa e vasia, oscila-se desamparado...

No mais ... que vale ela além dessa sua trágica e inegável realidade? Podemos subtilmente querer reduzir o tempo a um conjunto de fenómenos num plano só, o que com umas pitadinhas de Einstein e um pouco de boa vontade logramos julgar conseguir... Tentamos assim tirar-lhe o conceito de profundidade, mas ...

Há esse doloroso *mas!* Todos os que desaparecem!... e esse passado que incessantemente se cava e se afunda.

Mas basta de melancolias! A hora vai-se adiantando e já nela irresistivelmente criámos *um pouquinho mais de Passado*.

É tempo que me despeça e feche esta melancólica e saudosa viagem a tempos que já lá vão...

Ao ilustre *Instituto de Coimbra*, de tão nobres tradições, que tão gentilmente me hospedou, e a V. Ex.^{as} que com evangélica paciência me escutaram — a todos e de todo o meu coração — *muito e muito obrigado!*

JOSÉ JÚLIO RODRIGUES

A PAGE FROM THE PORTUGUESE HISTORY OF MEDICINE¹

Like Amato, Catro Sarmiento could also say:
«Never would I perform anything an eminent and
dignified physician would consider as being unwor-
thy of himself.»

This Portuguese scientist, being one of those
fervently admired by foreign nations, contributed in
an outstanding manner to the evolution of the prin-
ciples and doctrines of modern philosophy in
Portugal.

RICARDO JORGE

There exists no omre tragic and dark chapter in history, dis-
concerting free peoples, than the Great Inquisition, which drove
scores of Jews and converts (new Christians) from Portugal,
which — since the Middle Ages — had been Judaism's homeland.

It is an undisputable truth that the Jews — be they astrolo-
guers, physicians, mathematicians, merchants, or simply unor-
thodox thinkers — had been the valuable advisers of the Portu-
guese kings and rulers. This fact is only too well known and
proclaimed by all honest historians, who have emancipated
themselves from the despotism of their rigid conceptions.

In the medical field, particulary, the Jews, born in Portugal
and ousted from that country, became the ambassadors of Por-
tuguese science. Without them, the literary as well as medical
and scientific evolution of their homeland would be incomplete.

¹ We owe our thanks to dr. J. Monteiro Grillo (Tomaz Kim) who
kindly helped us in reading the proofs.

Both the medical historians, Maximiano Lemos and Silva Carvalho, and particularly the former, have clearly demonstrated in their books the overwhelming contribution of Jewish physicians to Portuguese medical science in the 15th, 16th, 17th and 18th centuries, which was so far-reaching that Silva Carvalho in his summarized «History of Portuguese Medicine» counted for each Christian doctor a dozen Jewish ones, born on Lusitanian territory.

Through the persecution of the Jews and their expulsion from Portugal, the scientific and medical evolution of that country underwent a complete change.

Famous scholars from the Universities of Salamanca, Coimbra and Évora, were received with open arms in Holland, France, Britain and Russia. They used the findings of different civilized nations for their cultural and research methods, thus considerably contributing to the development and progress of the countries which had not only accepted but also protected them against the blind rashness of their own fellow-citizens.

Portugal became a country hostile to the Portuguese of merit, wrote Prof. Reinaldo dos Santos, in an article published in the first issue of *Homens Livres*, edited in Lisbon in 1923.

The expulsion of the Jews impaired and finally destroyed the tradition of Portuguese medical science, which had prospered under the Jewish physicians, since they represented its principal supporters.

Many are the names confirming the aforesaid:

Manuel Brudo, who practised medicine in England; Garcia Lopes, hailing from Portalegre, acquired his doctor's degree at Salamanca University; Tomás da Veiga, hailing from Évora; Rodrigo de Castro, «another expatriated Jew, who, too, studied at Salamanca and trained at Sigüenza, was the creator of gynecology in Europe»: Master Jorge Henriques, from Guarda, author of the *Retracto del Perfecto Médico*; Zacuto Lusitano, native of Lisbon, 1575, «is yet another scientist, educated at Salamanca and a refugee from Portugal because of the persecution of the Jews», another master whose gigantic work enlightened the 17th century; Elias Montalto, professor of medicine

at Louvain and Pisa Universities, the famous physician of Maria de Medicis, was admired and feted by the entire French Court: Estevão Rodrigues de Castro; João Baptista da Silva, «who was very spiritual, very scientific, and vey experienced», graduated from Montpellier, practised clinical methods in Paris, and became



Court Physician; Ribeiro Sanches, another cosmopolitan Jew and another forgetful, restless soul roaming through the cities, who — after leaving Russia — lived in Paris and London, was born in Penamacor in 1699. He was a member of the Royal Academy of St. Petersburg, as well as of the Academies of Science in Paris and Lisbon. His work is so extensive and

remarkable that «it is with a certain pride we claim him as one of us»; Amato Lusitano, Daniel Rodriguez, Isahac de Sequeyra Samuda, and many others, whose names will not be forgotten. Nay, on the contrary, they have become immortal and forever linked to our history and medical life.

What would the history of Portugueses medical science—so poor in cosmopolitan names—be, if the most important and undoubtedly the best ones were crossed off the list?

It was not only in Portugal that the Jews enlightened with their work and personality the medical science of their era; in nearby Spain, Jews born in the various kingdoms, or having migrated from Portugal, or being of Portugueses origin, took an active part in the revival of medical studies. Going through their history, we find Jews spearheading all scientific movements, although they were persecuted, sorely tried, or even tortured.

«For more than fifteen centuries the Jews have practised medicine among Christians; they have been called to the latter's bedside, without ever being accused of any misdeed whatsoever; there is nothing surprising in the fact they devote more care, trouble, and fervor to their work, since they are foreigners, prisoners of war, and inferior to every Christian in particular.

Thus, Pope Julius II had a famous Jewish doctor, Simeon Zafadi, whom he greatly favored by conferring on him riches and honors. His successors to the pontifical throne, Leo X, Clement VII and Paul III likewise employed Jewish physicians. Paul III, in particular, entertained cordial relations with his doctor, Jacob Mantino. I do not speak here of the eminent Cardinals and other high-ranking ecclesiastics whom Jewish physicians saved from serious illness and therefore abstain from enumerating the many countries and provinces in which the skill of Jewish physicians was praised.

Neither did Rome forget Bonet, nor Perugia Blanis, nor Siena Isaac Cohen, while at Bologna the science of both

Servadeus de Sforinis and Elia Nolano was hailed. Spoleto and the whole of Umbria eulogized my uncle Vital Alatino, most famous physician of his time, called the second Hippocrates, who attended Pope Julius II.

Moses of Cordova (Maimonides), physician of the Turkish Sultan, enjoyed the same reputation, applicable also to Abraham ibn Ezra, Isaak Israel, the Spanish King's doctor, Elias Cretensis, Elias Gersonides, and Abraham de Talmis, doctor of Cardinal Gamarri. It was likewise a Jewish physician who first translated into Latin — from a Hebrews version of the Arabic original — the works of Gallen, Hippocrates and Aristotle».

The 18th century saw Portugal, situated at the south-western of Europe, becoming of extraordinary importance for medical science, despite various crises which had manifested themselves for a long time. It may safely be said that it was a century of fundamental renovation and transformation. Hypotheses and complicated theories, stemming from a rich imagination, had to cede, for the first time, to fundamental experiments.

The direct method of observation was born, developed, enlarged and widely adopted.

Chemo-Physical sciences, mainly Chemistry, led the patient researchers on towards the laboratory; the microscope, discovered and studied with laudable patience in the previous century, induced the ambitious ones—the descendants of the alchemists—to the study of internal life and the intimate structure of the tissues, the latter then becoming something marvellous and intriguing.

Micro-Anatomy and Histology were developed too, and took on capital importance. They spearheaded the path for pathologists, who learned to dissect and thus widened their knowledge.

Douglas (1742) studied the peritoneum: Petit cerebral anatomy; Liebeskuehn the mucous glands of the intestinal tract: Wrisberg described the sympathicus system: Haller (1777) outlined the basis of experimental physiology and also studied and described respiratory physiology.

He, too, was the first to describe the symptoms of paralysis as being due to fissures or lesions of the medula.

Clinical methods, as applied to examination, advanced rapidly. The picture of a disease gradually became broader and clearer; where it had been dim and confused through blunders of observation, it now stood out distinct and unmistakable.

Therapeutics, stimulated by the recent physiological discoveries, linked up with clinical progress, thus becoming more and more rigorous.

Theories on life and death multiplied and increased from day to day. The theory of the soul's transformation, linked to health and disease, was expanded. To the theory of the soul, that of chemo-physical balance was added. Words may have changed, but the trend of human thought — viewed from a distance — is much the same.

Surgery, covered by the recent pathological and physiological discoveries, made enormous strides.

Petit put surgery on a scientific basis. The ligature of the vessels was perfected.

The methods of cicatrization of surgical wounds were modified and gradually improved.

Chopart undertook the first leg amputation, linking his name to this process.

Pediatrics were introduced in medicine: it was admitted for the first time that children had to be treated differently from adults. The first children's clinics were founded in London in 1769.

Hygiene suddenly developed in the 18th century. Social Hygiene became a fact.

Prisons and hospitals were modernized, and in 1782, sterilization methods — even if still in an embryonic state — made their appearance.

But, above all, they aimed at the defeat of charlatanism. Medical studies were organized, the practice of the profession being for the first time bound to certain precautions and requirements, although surgeons continued working «in a guild like barbers with a surgical education ...»

*

Jacob de Castro Sarmiento was born at a time when Europe, shaken by internal convulsions, provided the scientific frame vaguely outlined above.

This evolution, marked by Verney in 1746, had to overcome anarchical conditions, which were a cause for alarm.

Ribeiro Sanches, another Jewish physician, expelled from Portugal, was assigned the task of modifying the atmosphere of his country, crippled by previous political and religious blunders.

Fate obviously ordained the absence of the exiled scientists. The worker's generation, uninitiated in political and religious warfare, could never replace the ousted scientists in Portugal.

Sarmiento, the London exile, was a personal friend of the great reformer of pedagogic methods, António Ribeiro Sanches, and was also in constant touch with teachers in Portugal, and friends and co-students there. An intimate of Pombal, the then Minister to the Court of St. James, he was fully conscious of the diseases which could befall humanity, and initiated the study of Portuguese cultural reforms, which, however, could not be completed, since the King — surrendering to base intrigues — dismissed him, nor was he paid for the work he had already started. «I have been consulted by the Count of Ericeira on behalf of D. João V as to the most advisable medical reforms, and have also been charged with the translation into Portuguese of Bacon's philosophical works, which I had arranged to be printed in four volumes of 4.^o These, however, could not be introduced into this Kingdom, because of the intrigues of the Jesuits, who have always resisted the introduction of books liable to awaken sound ideas in a country which they attempt to dominate through the darkness of ignorance».

*

Unlike other Portuguese physicians, Sarmiento played an outstanding role in medical philosophy and history. His contributions can neither be forgotten nor minimized.

He was born at Braganza in 1691 (Barb. Machado, Inocênio, Maximiano de Lemos, Joaquim de Carvalho), the son of Violante de Mesquita and Francisco de Castro Almeida, both descendants of Portuguese Jewish families, and therefore ill-favored by destiny.

Sarmiento first went to school at the village of Mértola.

Already in his childhood, he observed there the ravages wrought by malaria, a disease to which he later devoted much thought, studying it closely, setting up and developing its treatment, describing at some length the typical pains and malarial paralysis, the actual attack of fever, as well as the violent chills, the profuse perspiration marking the end of the attack.

At the conclusion of these preparatory studies, Sarmiento matriculated at Évora University (Vid. his matriculation booklet, kept at Coimbra University), where he studied the philosophy of Aristotle, obtaining his M. A. degree in 1710. After graduating from Évora, he went to Coimbra and there concluded his medical studies (1717). As Maximiano de Lemos (*Castro Sarmiento*, Oporto, 1910) stated, his colleagues there were João Pessoa da Fonseca, Manuel Dias Ortigão and Amaro Rodrigues da Costa, the first of whom lectured in surgery at the University.

None of them forgot Castro Sarmiento, nor could the latter put them out of his mind, always speaking kindly and longingly of them, with that peculiar Portuguese nostalgia which — much later — was to become his main ailment in London. Thus, Dr. João da Fonseca, his co-student at the time, in *Appendix ao que se acha escripto na Matéria Médica*, p. 136, evoked Sarmiento's name with gratitude and respect.

Soon after, Jacob or Henrique de Castro Sarmiento left Portugal. Historians differ as to the causes of the exile of this great master of Portuguese medicine. Some of them state that the political climate did not agree with him: others blame his adherence to orthodoxy; while the most modern historians, stimulated by a nationalistic sentiment hitherto ignored in Portugal, assert that his inferior race or the desire to profess Judaism publicly without disguise or apparent conversion, was the basic reason which drove him out of the country.

It is certain, however, that after a short stay at Beja and around Alentejo and Algarve, and after a few years' practice in Lisbon (Vid. *Os Judeus*, by the Rev. Francisco Manuel Alves, *Os Notáveis* by the same author, Braganza, 1932 and *Appendix*, p. 136), Castro Sarmiento went to London (1720-21), where he studied Experimental Philosophy, Mechanics, Philo-Chemistry and Analysis, as well as Anatomy. Having settled down for good there, his home became the gathering place for his learned friends, until his death.

The médico Isaac de Sequeira Samuda, (Vid. *A Short Note on Isahac de Sequeira Samuda* by Augusto d'Esaguy. B. of the I. of the H. of Med., Vol. IV, N.º 9, Nov. 1936) and David Neto, (Vid. David Neto, *Notícia Bibliográfica*, by Prof. M. B. Amzalak, Lisbon, 1923), Chief Rabbi of the famous Portuguese Synagogue of Bevis Markes, and assistant physician renowned and established in London, hailing from a family of Portuguese Jews enjoying great reputation in the City, received Castro Sarmiento with all honors due to his scientific and medical reputation.

However, despite his name and the prestige which crowned his work, mishap befell him and he was accused (Cecil Roth, *A History of The Marranos*, Philadelphia, 1932, p. 268 and 386; and Israel Salomons, *David Neto, Ha Ham of the Spanish and Portuguese Jews' Congregation—Kahal Kados Sahar Asamaim, London, 1701-1728*, London, 1931, pp. 83, 84, 85, 86, 87) of having denounced several converts in Beja and also of instigating an «auto-da-fé» in Lisbon! Evidence of this false accusation exists in the Registry of the Bevis Markes Synagogue, where also a record of the order of seats can be found, according to which his wife Sarah or Isabel occupied seat No. 52 in the 17th row in the month of the Sebat 5516 (1756).

Inocência (Vol. X, 1. N. Lisbon MDCCCXXXIII) has never referred to this scandal in Sarmiento's life, nor did he mention — like all other Portuguese medical historians — the latter's «clearing» signed by Mosseh de Medina, Isahac Cohen Peixoto, Joseph de Castro, Isahac Vas Martines, Isahac Nunes Fernandes, Joseph Telles da Costa, Isahac da Costa Alvarenga, Abraham Dias Fernandes, Mosseh Lopes Dias, President-war-

dens of the Synagogue and Assistant Elders of the London Portuguese Congregation.

Driven either by envy or jealousy, two other Portuguese physicians and surgeons, living in London or nearby, started this imaginary storm in a tea-cup. The rage of those who know nothing is capable of anything, and the London Sephardic Community, at the time, was full of petty scandals and intrigues which it is impossible to dwell on here for lack of space.

Nevertheless, Sarmiento's situation underwent a change and in 5484 (1723), sanctioned by the «Senhores do Mahmad» and approved by the Haham, his new book was published, entitled *Exemplar de Penitência, dividido em três discursos para o dia de Santo de Kypur; dedicado ao grande e omnipotente Deus de Israel*. It constituted the proof of the high consideration which the «Senhores do Mahmad» had for the famous Portuguese surgeon.

After this trifling incident had been cleared up, Sarmiento settled down in London for good, being honored and admired by the whole community. Moreover, he became the intimate of the Portuguese Ambassador. Thus, Pombal sought his advice for the reform of Coimbra University, and the King consulted him for the treacherous illness undermining him. He became a member of the Royal College of Physicians and an Associate of the Royal Society of London in 1730. He also joined the lecturing staff of Aberdeen University about 1736, being highly esteemed and cherished by the dignified and learned members of the University League (Barbosa Machado).

Sarmiento died in London in 1760, at the age of seventy, and lies buried there in the old Portuguese cemetery among other famous countrymen, whose names have made Portuguese science known and respected.

His will was executed by the Countess of Middlesex, Edward Wortley Montague, M. P., and John Pickering, author, (Vid. *Agoas de Inglaterra, Nótulas*, by Augusto d'Esaguy, Lisbon, 1936), names which prove the social position and respect enjoyed by the great Portuguese scholar, also well-known as pharmacologist and researcher. It was he who called the attention

of his countrymen to the works (London, 1731) of Bacon, Baron Verulam, Viscount St. Albans and of Lord Graham, Chancellor to James I, whose findings on meteorology spread all over the world.

Sarmiento was also a fervent admirer of Newton, «marvel of our times» (Vid. *Jacob de Castro Sarmiento et L'Introduction des Conceptions de Newton en Portugal*, by Prof. Joaquim de Carvalho, Lisbon, 1935).

He was not interested in purely medical matters only, but also studied philosophy, metaphysics and astronomy, a science which he often linked to medicine, as was the custom of the period and is still done in our time. Sarmiento presented the old Coimbra University with the first microscop in Portugal. He examined and analysed Portuguese thermal waters (Vid. Fernando Correia, *O Hospital Termal das Caldas da Rainha, a sua história, as suas águas, as suas curas*, Caldas da Rainha, 1930, and *Appendix ao que se acha escripto na «Matéria Médica»*, etc., by Dr. Jacob de Castro Sarmiento, London, 1757, published in a letter to Dr. J. M. Sachetti Barbosa), studying in particular those of Caldas da Rainha, the therapeutic characteristics of which he lauded and recommended to the King.

However, Castro Sarmiento's interest for Portuguese matters went much further: he studied, outlined, and drew up the plans for the bath-house (balneário), equipping it — according to his long-range views — with extensive modern improvements. Sarmiento's philosophic achievements were testified by D. Francisco de S. Luís, *Annaes da Sociedade Litteraria Portuense*, No. I, 1837, an honest work, reproduced later in the *Gazeta Médica do Porto*, 1849-1850, Nos. 190 and 194, and by Prof. Joaquim de Carvalho, (see above), both advocating the need for Portuguese scientists, as for medical historians, of studying in detail the psychological findings of the London exile.

Sarmiento was the first Portuguese physician to approach the problem of malaria both propaedeutically and scientifically, collecting in a volume (J. de Castro Sarmiento, *Do uso, e abuso das minhas Agoas de Inglaterra, ou Directoria, e Instrucçam*, London, 1756) the observations gathered during his stay in

Estremadura and Alentejo. It would be impossible to outline the history of málaria in Portugal «the symptomatic picture presented by intermittent fever», the palliatives worthy of the pen of Cullen, the outstanding nosographer, without citing at every moment Sarmiento's precious treatise».

Maximiano de Lemos (*Jacob de Castro Sarmiento, Oporto, 1910*), claims it to be the last work published by the London master and adviser of Pombal. However, this is not exact, for Sarmiento also published the following: *Matéria Médica*, Part I., London 1758, as well as *Tratado das Operações de Cirurgia*, 1733, both of which came out in second editions, reviewed and supplemented by the author.

Besides, Sarmiento's book makes astonishing reading even today, after such a long interval, summarizing, as it does, the history of the famous and widely discussed *Agoa de Inglaterra*, which another Jewish physician, Dr. Fernando Mendes, its inventor, (Vid. Augusto d'Esaguy, *Apontamentos da História da Medicina*, Lisbon, 1932), «capitalized, thus becoming famous and receiving from Pedro II a grant merely recommending him this remedy, with the stipulation never to make it public».

The scandal of *Agoa de Inglaterra* lasted until 1821.

João Jardim de Vilhena, patient and honest researcher (Vid. *O Instituto* No. 3, Coimbra, 1932, p. 318), gives us an account of a meeting of the *General and Extraordinary Court of the Portuguese Nation*, on May 14, 1821, in which the decision of the Commission to which the Deputy Faria de Carvalho belonged, was read out, concerning a request by José Joaquim de Castro, manufacturer of the *Agoa de Inglaterra*, and son of André Lopes de Castro, nephew of Sarmiento.

In this Court Session, the property of the «title» was discussed so as to prevent any fraudulence in connection with the drug.

All this happened seventy years after Dr. Jacob de Sarmiento's death. The longevity of his fame is an overwhelming proof of the triumph scored by the drug, the secret of which was the secret of Polichinello!

This famous session lasted until May 23. It conferred upon José Joaquim de Castro, Chevalier of Christ and shameless

forgér, the right to use the title which—according to Dr. Jacob de Castro Sarmiento's own will (Vid. *Nótulas*, Lisbon, 1936) had been bequeathed to others, i. e., the direct descendants of the famous Portuguese physician. This trick speaks for itself.

In 1721, Sarmiento published his first treatise of memorandum on the inoculation of the variolic virus. This treatise saw several editions, (1731 and Hamburg, 1722, 3rd edition) being accepted, with hardly any criticism, by London's scientific circles, while it was greeted with frank approval in Saxony, Sweden and Russia, the latter being the center of variolic epidemics, registered in the tragic history of this contagious disease in Europe and Asia.

Maximiano de Lemos (op. cit., p. 5), like other historians of Portuguese medicine (Ribeiro, etc.) has brought to our knowledge the existence of several sermons and lectures, delivered at the London Portuguese Synagogue, despite the fact that he had never seen or perused any of them.

There are three lectures, written by Sarmiento for the holy day of Kippur, published in London in 1723. They are orthodox addresses, and the first documents to reveal to us in detail Sarmiento's philosophical tendencies, representing part of the inner struggle which shook him for many years, whilst simultaneously attracting him too, due to his longing for the motherland! The speeches are dedicated to the *Great and omnipotent God of Israel*, and constitute sufficient proof that the return of Sarmiento to Judaism — contrary to what certain investigators may affirm — was a sincere gesture and another indication of the exile's belief of the need of following the holy faith of his ancestors.

It was in 1731 that Jacob de Castro Sarmiento started his preparatory studies for the compilation and publication of his *Matéria Médica*, the first half of which was published in London in 1735.

This work, the first attempt at a Portuguese Pharmacology, was reviewed by the very lecturers of Coimbra University, Drs. João Pessoa da Fonseca, Manuel Dias Ortigão and Amaro Rodrigues, their criticism being published in an addendum to the first edition of *Matéria Médica*.

In this missive, the respected and worthy members of Coimbra University attribute to Sarmiento the invention of the «Agoa against intermittent fever, continuous fever and all other indispositions.» They also refer to Dr. Fernando Mendes, who first used this drug, and then compare Sarmiento to Zacuto and Amato, equalling them in science and fame, and conclude by extolling him as Portugal's honored son and «the pride of medicine».

After completion of the work in 1758, Castro Sarmiento dedicated it entirely to the Duke of Lafões, D. Pedro Henrique de Braganza.

This famous book opens with a preface, a historical survey, dedicated to the professors of medicine «of the Kingdom and Dominions of Portugal», as was the custom in those times. The preface, in rapid, concise, and honest words, highlights medical development, from the Greek and Arab eras to the Renaissance, and then from 1453 up to our time, with precious notes on medical science in Sarmiento's time. This learned preface is furthermore interspersed with notes on Portugal's history and the history of science.

The entire book reflects the «mechanical doctrines then prevailing in science» clearly written and weighed with scientific precision. Moreover, it constitutes a rare propaedeutic in Portuguese medical books, which were mostly translations of books of the epoch.

Sarmiento examined mineral substances, metals, sargum, stones and brimstone varieties, drinking and mineral waters, and their principal characteristics, outlining and describing them scientifically. He studied the effects of phlebotomy, emetics and purgatives, vesication, diuretics, ptyalism and hypnotics.

In *Matéria Médica*, as in other works, he studied the waters of Caldas da Rainha, describing their composition and therapeutic effects, recommending them for the treatment of skin diseases, gout and rheumatism, diseases of the kidneys and urinary tract, sterility and impotence, epilepsy and vertigo, haemorrhage, inflammatory diseases and syphilis, and in certain intestinal ailments, thus probably being the first physician to discover the

importance of the brimstone treatment in certain intestinal affections.

Furthermore, he studied the stryptic-balsamic tincture, prescribed for blood coagulation, the formula of which, apparently based on Ferrochlorid, he was the first to announce.

Of February 10, 1731, says Lemos, in the presence of the «worthy and learned Francis Hanskibee, librarian and usher of the Royal Society», he weighed purified waters, registering the results of his experiments.

It is interesting enough to indicate the headings of the various chapters:

1. «About Metals»: gold, mercury or quicksilver, lead, silver, copper, iron, steel and tin;

2. «About Salts»: sea salt, rock salt, mixed salt, saltpetre, amonia, borax, tincal, gold paste, alumen, pedra hume, pedra hume plumada;

3. «About Stones»: adamant, diamond, amethyst, beryl, topaz, stone to stop bleeding, lapis judaica, pedra judaica, kidney stone, pedra de aryo, blue stone, Armenian stone, eagle stone, four-cornered candar or stone, calamite, bone residue, pumice, talc, alabaster, crystal, soap-stone, lime stone, pedra de Cananor;

4. «About Earths»: white clary, pumice stone, Armenian bolus, Extremoz mud;

5. «About Brimstones»: solid brimstone, arsenic, bitumen, grey amber, liquid brimstone;

6. «About Semi-Metals»: antimony, native cinnabar, bismuth, native cadmium, pyrites, vitriolics;

7. «About drinking and mineral waters»: mineral waters in general, chalybeate, so-called cold or acidulous, sulphurous or warm waters in general, the waters of Caldas da Rainha, their characteristics and history».

8. «About the principal remedies in the present outline of *Matéria Médica*: about quinine and particularly the famous Agoas de Inglaterra (showing seal of the Agoas de Inglaterra, p. 537).

The second part of *Matéria Médica* consists of a preface and two chapters. «In the preface, the author gives a general idea of and preliminary notes on the composition of the vegetals, their nature, nutritious value, varieties, and other characteristics; in Chapter I he speaks of the plain vegetals, and of the pharmaceutical products to be derived from them.

Further on, he also gives a general idea of the animals, their nature, original composition, analogies and common traits shared with the vegetals, but does not mention their peculiarities and varieties.

The work concludes with an «Appendix of various items, their use and effect, omitted in their proper space and held back to be added at the end, since the greater part of this work has already gone to press».

The entire work consists of 1. — Historic preface. 2. — Minerals. 3. — Vegetals and Animals. 4. — Appendix.

Through the plain enumeration and arrangement of the chapters of *Matéria Médica*, and, above all, by the eagerness with which Sarmiento was persistently driven to the close and detailed study of the principal mineral waters of Europe, the clear vision of the pharmacologist and hydrologist, the most learned of his epoch, is revealed.

The following just criticism has been attributed to the learned researcher, Prof. Dr. Fernando Correia: «Castro Sarmiento, after expanding on the analogy of Bath and Caldas, produced the analyses he had made of the Portuguese waters, sent by him to Dr. Chacon. According to the latter and contrary to what had been universally maintained until then, they did not show any trace of mercury.

«The elementary analytical methods are minutely described by the author, who concludes that the waters contain sulphuric, inflammable and alcoholic parts: vitriolic and muddy parts; saline and terrous parts, or neutral salines and rich argyloous earth».

«He describes the residue of the Bareges waters, to which he gave the name of «bolus.» Regarding their characteristics, he enumerates their laxative and diuretic effects, recommending

them in indispositions resulting from chills, in chronic diseases and sub-agues, in afflictions of the skin and bladder, to open the pores and so get rid of the germ.»

Castro Sarmiento thus referred to a divergency with Ribeiro Sanches who, in a letter dated November 11, 1752, had contested the use of the «Caldas waters in paralytic diseases».

The Caldas da Rainha waters were likewise studied by the English physician Kennedy, who visited Portugal in 1723, and by the French surgeon George Elliot.

Sarmiento was of opinion that the climate of Caldas was «favourable to ailments,» and that the waters were «crystal-clear and transparent, of mild temperature, not exceeding that of the blood with a vague smell of sulphur and pleasant taste». Regarding their composition, they contained a considerable quantity of sulphur, and — due to their alkaline base — a whitish substance, which produced a residue in the tubes, known at Caldas as «saltpetre». He did not approve of the name, however, and subsequently pointed out that it was really sea salt or a neutral salt, which Dr. Lister — referring to other waters — called «nitro-calcareons». He also refuted the opinion then current in Portugal that the Caldas waters contained mercury, and set down the reasons for his assertions.

Sarmiento maintained that the practice of staying in bed for one hour after the bath, to encourage perspiration, should not be generalized, but should be «dependant on the patient's condition».

He was of opinion that the baths were not recommendable in cases of epilepsy, vertigo, haemorrhage, haemoptysis and inflammatory affections, but prescribed the waters for «dry» asthma. «Since this seemed to be the ailment the Infante Don Carlos suffered from» — says Prof. Silva Carvalho — «he advised him to go to Caldas once or even twice a year.» (Note by Prof. Silva Carvalho: — «The Infante had evidently suffered from asthma for many years and, to relieve it, he changed residence several times, in the hope of discovering a favorable climate. However, after having tried the baths of Estoril, he died at the age of twenty, on March 30, 1736»).

Sarmiento sent Dr. A. Sachetti Barbosa a Fahrenheit thermometer, «incidentally the first one available in our country for taking the temperature of mineral waters.» The London exile concentrated on the study of the Caldas da Rainha waters for several years, in any case from 1735 to 1743, entertaining a lively correspondence with the Count of Ericeira, his particular friend. For the results of the analyses he had made of these waters and subsequent reports, he was rewarded with the King's (Don João V) expression of public gratitude (M. de Lemos, op. cit., p. 24).

The accuracy of Castro Sarmiento's analyses was certified to be his friend and co-worker, Dr. John Feathergill, a well-known English physician.

Later on, Sarmiento «exhorted the medical authorities of the Câmara Real to see to it that balnearic arrangements be made at the hospital, such as could be found at Bath».

On page 378 of *Matéria Médica*, Sarmiento wrote: «... foreigners are well aware that these waters are the best among European waters: and they also know that they could exploit them much better than the Portuguese are doing right now.»

The historic note added by Sarmiento on the situation, origin and use of the waters of Caldas da Rainha is rather curious. Let us cite here some of his remarks:

«Since we have no historic evidence of the original application of these «Agoas» as a remedy, we may infer that they were first used for bathing purposes. The earliest establishment of the kind was the «Building for the Suffering» started by the Romans, who had such implicit faith in baths, that they introduced them wherever they went as a normal post-war procedure.

«After the decline of the Roman Empire, the Kingdom of Portugal became entangled in bloody wars, and was thoroughly devastated through the entry of the armies of the Suevos in 462. To make matters worse, there was great discord, confusion, and desolation on Portuguese soil, due to the dispute between Frumario and Remismundo over the Regency priority, and to oppression under the Vandals and the repeated quarrels of the Portuguese with the Moors, which entailed endless casualties and des-

truction. For all these reasons, it is all the more praiseworthy that the Romans found time to build bath-houses and provide them with reasonable comforts, looking after them with the same interest and care they devoted to their own empires.

«On January 21, 1485, the day of St. Vincent, patron saint of Lisbon, it was decided to rebuild the bath house. The work started in 1488».

It would be futile to retrace now the history of Caldas da Rainha, or to recapitulate the well-known chapters on the basic substances its waters contained, or the reason for their high temperature (pp. 383-95), «about the waters of Caldas da Rainha, and instructions 'how to drink them'» (p. 396-416), «About the waters of Caldas da Rainha as baths, and directions for their use» (p. 416-427), or recall the forwarding by Sarmiento of 4-6 bottles to the «honorable Dr. in attendance at Caldas», since two professors of medicine, one in 1930, and the other in 1932 (the historians Fernando Correia and Silva Carvalho) have already published very enlightening reports on the evolution of the Caldas waters. Both men have quoted extensively, and in a clear, critical and unbiased manner from Sarmiento's entire work.

There are several blanks in the life of Jacob de Castro Sarmiento, as great a scientist as Amato, Zacuto or Ribeiro Sanches, which it is impossible to fill in or account for.

Many documents were obviously lost in those unruly times, forgotten in the deep chests of libraries, untraceable in the chaotic auctions, or neglected in the drawers and pidgeon-holes of certain pseudo-researchers, whose sole mission seems to have been to prevent students following up their findings.

*

Castro Sarmiento cooperated with various London hospitals, among them St. Bartholomew's and Guy's. In this respect, M. de Lemos writes: «He was in touch with the most celebrated personalities of medical science in London and was a frequent visitor at the house of Sir Hans Sloane, the King's physician and President of the College of Physicians and Royal Society, and

author of *A Trip to Madeira and Barbadoes*. He also associated with Dr. Freund, the famous medical historian. The surgeon Daniel Turner presented him with a new preparation for the healing of wounds, based on «pedra calaminar». He assisted Desaguliers in physical experiments and was an intimate of Myddleton Marsey, who studied the characteristics of Extremoz mud. He was greatly interested in the chemical experiments of Stephen Gray and worked in Silvanus Bevan's laboratory, learning from him how to extract anhydric sulphur. With Thomas Short he studied the composition of mineral waters and he also carried out experiments on the efficiency of «pedra Candar», which the great anatomist James Douglas had discovered».

His versatility and eagerness to know everything were remarkable. Castro Sarmiento devoted all his spare time to clinical and social studies, aiming at improving his vast knowledge from day to day. Because of this constant mental activity, he was in a position to enlighten the Portuguese, those sheltered by the friendly nation as well as those in the beloved motherland, transmitting to them regularly and with scientific accuracy all his findings and the final results of his research. Thus, he furnished the explanation of what was hard to grasp or almost impossible to understand.

His merits and overall knowledge were deeply appreciated by the distinguished circle of his intimates, as f. i. when he addressed the London Portuguese colony, which was very rich and influential, the history of which has been recorded by Albert M. Hyamson with admirable insight. (*A History of the Jews in England*, London, 1928, p. 228).

Sarmiento always maintained close relations with his old Coimbra University, where he counted many friends. When he was about 41 (Vid. *Jacob de Castro Sarmiento*, by F. A. Rodrigues de Gusmão, *Coimbra Médica*, December 5, 1881, No. 24), the London exile submitted to the Rector the plans he had drawn up for a botanical garden, fragments of which, impaired by time, still exist in the University's Secretariat, constituting unshakeable proof of his staunch patriotism and love for that time-hallowed institution.

Sarmiento was of opinion that the laying out and maintenance of such a botanical garden, decided on much later and today the pride of Coimbra, was essential to the furtherance of philosophical and medical studies.

However, his interest did not stop at the plans. In 1730, he wrote — as Gusmão declares — to the Marquis of Alegrete, President of the Royal Academy of Portuguese History, on the botanical garden. He asserted his readiness — by permission of the Head of the London College of Physicians, Hans Sloane — to «hand over all kinds of seeds and plants, cultivated in the London garden», which was then reputedly the most up to date in Europe. He also promised a «directory attached to the plants and seeds, showing the best way of carrying and planting».

Neither the President of the Academy, nor the Rector of the University, D. Francisco Carneyro de Figueiroa, accepted this generous and tempting offer, which—besides—was free of cost, the former alleging that the Academy did not contribute to natural but only to human history». (Vid *Colecção dos Documentos e Memórias da Academia Real de História Portuguesa*, vol. 10).

Here is the text of Sarmiento's proposal to the Rector of the University:

«Illustrissimo D. D. Francisco Carneyro de Figueiroa, Universitatis Conimbriensis Rectori, vigilantissimo que Reformatore, necnon dignissimis ejusdem Academiae Professoribus, Ichnographiam hanc, ad Hortum Botanicum erigendum, in Scientiae Naturalis, et Medicinae Facultatis augmentum, humillime dicat, dedicat Dr. Jacob a Castro Sarmiento, Medicus Lusitanus, Collegii Regalis Medicorum Londinensium Collega, Regiaeque Societatis Socius, An. MDCCXXXI».

Ample proof of Sarmiento's love for his motherland and the old and friendly University of Coimbra is given by these repeated offers, due to no other interest than the furtherance of science.

41 years later, following Sarmiento's offer of the directory and seeds gathered in the most famous garden of the time, the

University created the present grounds at Coimbra, which have become one of the sights of Europe.

There are endless testimonies of Sarmiento's love for his University: the first microscope he presented to it, and the plans he drew up, — unfortunately mostly destroyed by time — revealing to us the noble cast of the man, remarkable scientist, thinker, researcher and writer of his time, and as such «thoroughly entitled to initiate the Portuguese to the doctrines and methods of modern philosophy and natural sciences, as were cultivated in England and Europe». Moreover, he was also the eminent physician who «turned pharmacology into a science» in Portugal. On the other hand, he counted much among the most conspicuous scholars of the London Synagogue, which is another proof — submitted with pride at a time in which, Sarmiento's era, intolerance and racism are rampant — that science, and above all medical science, can live in peace with the Lord.

Going through Sarmiento's books, we gather increasing evidence of his life-long devotion to Coimbra University, of which he had been such a famous alumnus, as well as of his irrepressible eagerness to let others, above all his fellow-countrymen, share in his knowledge. To this end he compiled and outlined everything with admirable clarity and scientific rigor, thus giving another outstanding example of his fervent patriotism.

In England, Sarmiento was awarded the highest honors by the physicians of his time, despite the fact that the British are rather cautious in bestowing recognition. He received a diploma from Aberdeen University, in which his outstanding studies and medical achievements and progress were extolled. (Vid. *Biblioteca Lusitânica*).

*

Another notable work by Sarmiento, particularly interesting considering the time of its publication, and even more remarkable today, was *Do Uso, e Abuso das Minhas Agoas de Inglaterra*, published in London by William Straham in 1756, and communicated to the Portuguese in *Matéria Médica* twenty years later.

For more than twenty years, two persistent aims had been chasing round the head of the London exile: the first was the thorough investigation of the use and spread of «Quina Quina», introduced five years earlier by another physician, «who always made a great mystery of the composition of his drug, and attributing to it no other characteristics or virtue than the cure of intermittent fever». The second was the building and «setting-up of a public hospital, for the treatment of those suffering from smallpox, and primarily to inoculate them, according to necessary and appropriate laws and regulations, for the purpose of preserving innumerable lives in this Kingdom, and to perform successful operations, the great and general benefits of which have been felt in England for many and may still be increased».

In all his books, the London exile gave proof of his unerring patriotism. («Your Excellency, has procured me the honor of serving His Majesty and my country»), his eagerness to revive among the Portuguese a taste for natural sciences, such as the natural history of Brasil («... the glorious outcome of our association with these Dominions and the facilities to be granted to further them ...») and of the other Colonies, which possessed many natural resources, such as gold and diamonds.

The need of inoculation against smallpox and graft were emphasized in Sarmiento's treatises. Thus, excerpts appeared in Saxony, and were also printed in *Transacções dos Eruditos*. (Vol. 53), one of the first works on the subject matter. Reprints were issued in London in 1731 and 1735, and were also transcribed in *Operações de Cirurgia*, pp. 358 and 364.

Sarmiento had the opportunity of observing various kinds of fevers when he practised medicine in Lisbon for several years, and also from those he saw and often treated at Beja, where he had stayed with Dr. Pedro Dias Nunes, or from what was communicated to him by Dr. André Alvares Carneiro, the eminent Oporto physician. The latter paid frequent visits to Vinhais, Bragança, Vimioso, Algosó, Miranda, Murça, Mirandela, Vilaflor, and various other places in the Trás-os-Montes region, as well as to Chaves, a «village founded over sulphur springs, a walled-

-in enclosure with very little ventilation, fostering the spread of pernicious, syncopic outbreaks, etc.»

«All the fevers enumerated in these Directions, are those prevalent in Portugal in Summer and Autumn, particularly in the provinces of Alemtejo, Algarve, Beyra, and Trás-os-Montes, where epidemics are rather frequent».

What kind of fevers did Sarmiento observe in Portugal?

«Intermittent (undulant) summer and autumn fevers; pernicious fevers with changeable periods becoming continuous; delirious fevers; nervous and malignant fevers; the daily or quartan fevers; undulant winter fever». In his memorable book, which enjoyed as much success in Europe as in Portugal, Sarmiento describes all of them in masterly style.

Sarmiento also prescribed *Agoa de Inglaterra* for chronic and asthenic diseases: in miscarriages and childfirth; in fevers of hysterical origin, «the diagnosis of which must be attended by all due care and clarity, so as to prevent any mistake or doubt, resulting in many cases from error of judgement, making them consequently appear practically «similar to those summer fevers which are much less dangerous»: in hypochondric ailments: and also in properly surgical cases, such as in atonic wounds «difficult to heal in time owing to circumstances»; in summer fevers; in cases of inflammation, putrefaction, or gangrene: in surgery and in wounds caused by bullets (since the invention of this terrible weapon causes such ravages to humanity): in smallpox and the malignant fevers as well as spotted fever.

It was not in Portugal that *Agoa de Inglaterra* received its name. Experiments and observations regarding its use were made by Morton, Richard Mead, the famous Monroe and Dr. Huxam, all of whom communicated their findings to the London Royal Society. (Vid. *Transacções Philosophicas*, n. 486). There was also Dr. Pringle, intimate friend and associate of Sarmiento, author of a famous book: *Observations on Diseases in the Army as Well as in the Field And Garrisons*, divided into three parts, with an Appendix. The latter contained various experimental papers, which were read at various lectures of the Royal Society. Printed in London, in 1753, it indicated

the uses of *Agoa de Inglaterra* and gave pertinent directions, which were always successful.

In the London hospitals of St. Thomas and St. Bartholomew's, *Agoa de Inglaterra* was used with similar success, and was included — until the discovery of the quinene-sulphate — in all hospital formulae. A medical assistant to the Court of Rome, Dr. Gaspar Rodrigues de Payva, wrote to Sarmiento on April 25, 1753, lauding the therapeutic effects of this Agoa. Dr. Eusébio Castela de Lemos, «eminent physician of wide experience and Medical Officer of the Dominion of Angola», in his letter of November 10, 1557, likewise confirmed the miraculous effects of this drug.

Sarmiento also referred at length in his Directions, to hydric and lactic diets in the treatment of prolonged fevers; of anaemic, dishydrant fevers; in those showing an accelerated pulse or a very feeble one; noting the advantages and disadvantages of these diets, which were also widely studied by Isaac or Fernando Cardoso (Vid. *A Dieta Hídrica*, by A. da Silva Carvalho, and *Fernando ou Isaac Cardoso, Poeta e Filósofo*, by Augusto d'Esaguy, Lisbon, 1932).

AUGUSTO D'ESAGUY, M. D.

DURANTE O OSTRACISMO

DOIS OUTEIROS E NEM UM OUTER

Referi-me, no último livro que publiquei, à povoação de *Outeiro de Miranda* que ainda existe, e à de *Outer de Muas* que desapareceu.

Encontrou-se depois o foral de um *Outeiro* que vem resolver problema que parecia insolúvel: saber se a povoação desaparecida se chamou *Outer de Moas* ou de *Moás*, como se diz nas *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, se *Outer de Muas*, como consta de *O meu Apelido e a minha Terra*. Demonstrarei agora que se chamou *Outeiro de Muas*. E para isso começarei por expor em que circunstâncias e onde apareceu aquele foral.

O professor de um dos liceus de Lisboa, Dr. Diogo Albino de Sá Vargas, importante proprietário nos concelhos de Bragança e Macedo de Cavaleiros, intentou acção de prestação de contas em Fevereiro de 1937 contra o comerciante da praça de Bragança, Sr. Júlio Coelho, casado com a prima do autor e que durante anos lhe administrara obsequiosamente os casais. Eram além disso compadres por duas vezes. Por inesperado, o pleito causou sensação e impressionou fortemente a opinião pública brigantina.

Chegada a ocasião de serem nomeados os peritos, fui vivamente instado para aceitar a nomeação de perito de desempate. Aceitei e, depois de nomeado, o autor do pleito, dando prova de que não desgostara da nomeação, pediu-me que continuasse a caucionar-lhe com o meu nome, em seu dizer «honrado», no Banco Ultramarino a conta da administração da sua casa, da qual o réu era ainda também caucionante, sendo portanto de confiança por um lado e de desconfiança por outro!

E continuou a frequentar-me a casa, dizendo-me ao sair dela pela última vez: «Outra coisa não lhe peço; mas peço-lhe que façam o exame depressa para se me evitar despesa de maior visto que o meu perito é de Lisboa». E o exame fez-se em 10 dias.

Para a hipótese de haver desacordo entre os três peritos — os das partes e o de desempate — e de ter, por isso, de fazer laudo à parte, começá-lo-ia declarando: Pelo perito de desempate foi dito que, tendo merecido do meretíssimo juiz da comarca — com quem havia conversado apenas por duas vezes, durante pouco tempo e sempre na presença de outras pessoas — esta honrosa prova de confiança, só receia não poder desempenhar-se cabalmente da missão confiada — melindrosa como as anteriormente desempenhadas, judicial e extrajudicialmente, em questões que tiveram o agora autor e o cunhado, tendo tido então a felicidade de proceder a contento dos dois litigantes.

Amigo das partes deste processo, lamenta vê-las envolvidas no pleito: mas, tendo de intervir também nele, começará por evocar o prolóquio latino: *Amicus Plato, sed magis amica veritas*, que para a hipótese traduzirá: são amigos os litigantes, mas a verdade é mais amiga, ou: é amigo das partes, mas é-o mais da verdade. E convencido de que é obrigação sua certificar conscienciosamente o douto tribunal do que exista na documentação sobre a matéria dos quesitos, quase se limitará para fundamentar, como lho impõe o artigo 11.º do decreto de 15 de Setembro de 1892, o seu laudo, a coordenar citações e a tirar delas as lógicas consequências, a fim de que por si falem umas e outras.

Segundo o disposto no § único do artigo 244.º do Código de Processo Civil, «o perito que interviesse para desempate, era obrigado a conformar-se com um dos laudos, de modo que fizesse maioria sobre cada um dos pontos em que houvesse divergência». O artigo 11.º do decreto de 15 de Setembro de 1892 revogou, porém, aquela doutrina, preceituando: «Nas vistorias e exames o terceiro ou quinto perito — ou seja o de desempate — não será obrigado a conformar-se com o laudo de qualquer dos outros; e todos os laudos com seus fundamentos ficarão consignados no auto, para serem apreciados em plena liberdade pelo julgador».

Mas não foi preciso fazer laudos diferentes. É que as respostas aos quesitos deram-nas os próprios litigantes por intermédio da documentação submetida ao exame, limitando-se os peritos a coordená-las. As partes é que se condenaram ou absolveram por suas próprias mãos e os peritos não podiam esconder nem a autocondenação nem a autoabsolvição sob pena de faltarem ao compromisso de honra prestado e traírem a sua consciência ...

O autor, que era um doente e se tinha metido no litígio contra a opinião de amigos que tentáramos dissuadi-lo disso, perante a esmagadora prova das suas cartas — apenas ao processo — viu finalmente e confessou que a questão o mataria. E, efectivamente, no dia marcado para o início do seu julgamento — por lamentável coincidência — chegou a notícia telegráfica da sua morte! E os herdeiros, em vez de requererem o prosseguimento do processo, reconhecendo tácitamente a improcedência da acção e portanto a inculpabilidade do réu, limitaram-se a pagar as respectivas custas...

Possuía o autor da acção a casa apalaçada da rua do Espírito Santo, defronte da Praça da Sé, com quintal e com entrada e saída para a rua Nova que José de Sá Carneiro Vargas por escritura do dia 24 de Março de 1814 havia comprado por seis contos à Viscondessa de Mirandela, Dona Joana Maria Francisca da Veiga Cabral e Câmara Pimentel, e a seu marido António Douzel de Almeida, os quais tinham nela vivido até à data da venda, passando então para a posse do comprador, como tudo consta daquela escritura feita depois de abolido o vínculo debaixo do título de Nossa Senhora da Conceição, a que ela pertencia, por provisão régia de 12 de Agosto de 1814.

Pelo seu último testamento o Prof. Diogo Vargas legou a maior parte da fortuna às Misericórdias de Bragança e de Macedo de Cavaleiros e as pratas, mobiliário, livros e papéis ao Museu do Abade de Baçal. E entre estes apareceram alguns documentos do antigo mosteiro do Castro de Avelãs, sendo um deles o foral de um *Outeiro* — documentos que se deviam encontrar já naquela casa dos Vargas, quando esta foi vendida a um deles. É que membros da nobre família dos Veigas Cabrais

foram altos dignitários da Igreja: um, o bispo António Luís da Veiga Cabral e Câmara e outro, o tio deste, Sebastião da Veiga Cabral; e pela parte materna pertenciam eles à família dos instituidores do Morgado de S. Francisco, ou dos Pimentéis, os irmãos José de Moraes Madureira e os abades Francisco de Moraes Madureira e Manuel de Moraes Pimentel, bem como à de Frei Luís Anes de Madureira que foi abade do mosteiro do Castro de Avelãs desde 1452 a 1454.

É que também lá apareceu — juntamente com outros documentos relativos aos Veigas Cabrais — o *Tombo da Comenda de Santa Maria de Bragança e de S. Romão de Baçal feito no ano de 1718 e o de 1829* — de que foram administradores aqueles fidalgos. E a administração de tal comenda nunca pertenceu à família dos Vargas.

E tudo isto leva a crer que tanto os referidos documentos do Convento do Castro de Avelãs, como o Tombo da referida Comenda, hajam sido conservados e transmitidos por membros das famílias que administraram o morgadio dos Pimentéis até serem encontrados agora numa casa que lhes pertenceu e que, como fica dito, foi habitada até a sua venda pela viscondessa de Mirandela que provinha dos seus anteriores possuidores.

É do teor seguinte o referido foral:

In dej nomine. Amen. Notum sit cunctis hanc cartam uidentibus. Quod nos frater fructuosus abbas de Castro Auellanazum una cum conventu eiusdem monasterii et cum auctoritate Roderici fernandi qui habet literam reuerendi patris dominj martinj archiepiscopi bracarensis concedendi omnes afforaciones seu populaciones ad utilitatem nostri monasterij factas cuius litere tenor talis est. Martinus dej permissione bracarensis archiepiscopus uobis Roderico fernandi rectori ecclesie de Castro roupal. Salutem et benedictionem. Abbas et conventus monasterij de Castro de Avellanis mandarunt nobis dicere quod tenent quasdam hereditates et casalia depopulata et non possunt inuenire aliquos qui uelint populare ipsas hereditates et laborare ipsos montes quos sunt pro rumpere. si non fecerint eis cartas de ipsis hereditatibus et montibus pro ad se et filijs ac neptis suis auctori-

tate nostra. Unde nos uolentes eis et utilitati ipsius monasterij prouidere mandamus uobis quod uos uideatis illas hereditates et casalia ac montes quos uolunt dare ad populandum et laborandum et ad arrumpendum et forum quod inde uolunt facere monasterio et si uideritis quod est utilitas monasterii auctoritate nostra concedatis quod fiant et nos concedimus tabellioni de Bragancia quod faciat inde cartas et publica instrumenta mandamus vos nomine debite obediencie et in periculo anime uestre ac sub pena subspensionis ab officio et beneficio quod hec omnia bene et fideliter faciatis. Data apud alba de tormes III.º Kalendas septembris. Era m.ª ccc.ª III.ª

Harum igitur auctoritate literarum. nos abbas. conventus et Rodericus fernandi de castro roupal. damus uobis populatoribus de Outeiro. scilicet. petro martini. et uxori tue. marie dominici. tibi domno henrici et uxori tue ouro petri. tibi petro franco et uxori tue domna Eluira. tibi fernando pelagij et uxori tue marine dominicj. tibi dominico petri et uxori tue marie johanis, tibi petro lobonez et uxori tue domne Eluire. tibi johani petri et uxori tue marine dominicj: tibi johani mendi et uxori tue marie petri tibi dominico petri et uxori tue mouro. tibi johani martini et uxori tue domne Eluire. tibi saluatori petri et uxori tue marie thome tibi dominico querco et uxori tue marie petri. tibi dominico johanis et uxorie tue tibi petro dominicj et uxori tue morine menendi. tibi martino petri et uxori tue domne maiori. tibi dominico dominicj et uxori tue domne columbe. tibi Eluire ualasci et filiis tuis. tibi domno Laurencio ex uxori tue domne dominice. tibi johani fernandi et uxori tue marine fernandi. tibi dominico petri et uxori tue marie michaelis. damus uobis predictis hominibus de viginti sortes quae fuerunt factae de uetero de outejro et permitimus (?) uos quod habeatis et possideatis eas jure hereditario et succesores uestri in perpetuum exceptis cubanariis et hereditate de goyosas et diuidatis cum uestris heredibus—detis inde de foro anuatim monasterio predicto de qualibet sorte duos duos morabitanos et XVIII denarios pro vita semel in ano, abbati. priori et cellarario ita scilicet XX morabitanos pro festo paschatis. et XX pro festo beati martini de Novembrio et de decem octo denarijs. dent abbati VI denarios in hyeme et sex in estate et simi-

liter detis priori et cellarario tres tres denarios. medietas in uerano et alia medietas in hjeme.

Item debetis dare decimum mille ipsius sicut hactenus usi fuistis cum monasterio. Item quitamos uos quod non detis nobis maniadigum neque luctuosam. Item debetis esse nostri uassali obedientes de ipsa hereditate. uendatis aut subpignoretis cui uolueritis qui non sit miles neque domina neque clericus neque frater alterius ordinis set sit talis persona qui sit inde noster uassalus et faciat nobis forum predictum in pace. Item de ea quae legaueritis pro animabus uestris ad mortem uestram detis medietatem monasterio predicto. Item debetis peitar nobis nobis uoces et calumnia per forum de Bragancia sicut peitat uicinus uicino. Item ponimus uobiscum quod afforetis uestras hereditates et abeatis eas. si forte homicidij aut pestilencie famis relinqueritis uestras hereditates usque ad tres annos non perdatis eas. Et ut hec nostra donacio et afforacio sit stabilis atque firma. Rogauimus Johanem arnaldi tabellionem Bragancie quod de istiusmodi afforatione faceret duas cartas per alphabetum diuisas. quarum nos habemus unam et uos populatores predicti alteram.

Et ego Johanes arnaldi has cartas per alphabetum diuisas ad instantiam per auctoritate litere dominj aschiepiscopi et Roderici fernandi has cartas manu propria conscripsi et hoc meum + signum feci istas cartas pridie nonas januarii. Era M.^a ccc.^a VIII. Siquis autem tam de nobis quam de uobis contra istam cartam uenire presumpserit ad irrumpendum. peitet parti alteri centum morabitanos. cartas istas nichilominus suo sobore perdurantes.

Petrus. Rodericus. Martinus testis.

Fernandus. Rodericus. petrus testis.

Martinus. Rodericus. Fernandus testis.

Começa o foral por uma espécie de relatório de que faz parte uma carta em que Martinho, arcebispo de Braga, diz terem-no informado o abade e o convento do Mosteiro do Castro de Avelãs de que possuíam algumas herdades e casais despovoados e que só poderia encontrar-se quem povoasse essas herdades e arro-

teasse os montes que estavam por romper, se se passassem cartas de concessão de garantias para os povoadores e trabalhadores desses campos e para os seus sucessores. E foi por isso que, mediante autorização superior, o abade do Mosteiro de Castro de Avelãs, Frei Frutuoso, concedeu foral em 4 de Janeiro do ano de 1270 aos povoadores de Outeiro, exceptuando porém da concessão *Cubanariis* e a herdade de Goiosas. Orá no limite dos termos de Paçó e do Outeiro actual, para o lado do Sabor, existe um sítio que no fólio 382 do Tombo dos bens do Cabido da Sé de Miranda, feito no ano de 1691, é chamado *Chanra das gaiosas*. Na véspera o mesmo escrivão havia escrito no fólio 372 *chanira de Lentilhares*, que pertence a Riofrio. *Chanra* e *chanira* são palavras da mesma família, têm a significação de terreno plano e fundo e fundiram-se na palavra actual *Chainra* ou *chanra*.

Significando «herdade», segundo Viterbo, «desde o século IX até o XV um casal, quinta, prédio rústico que podia render algum fruto para quem a cultivasse, ou fizesse cultivar, prescindindo de ser de mais ou menos extensão e não sendo da sua essência o estar incluída dentro de certos muros, marcos ou balisas», não repugna admitir que à «herdade das Goiosas» do século XIII correspondesse no século XVIII a «*chanra das Gaiosas*»; que a palavra *goiosa* pode ter sido erradamente escrita com *o* em vez de *a* na primeira sílaba, visto que lhe é atribuída em alguns dicionários a significação de «presente que os enfiteutas davam aos senhorios em ocasião de festas» e o não ser incluída no aforamento dos povoadores de Outeiro a «herdade das *Goiosas* ou *Gaiosas*» mostra que já estava aforada a outrem que daria o presente chamado *goiosa* e daí dar-se à herdade a designação «*das gaiosas*». O certo é que ainda hoje existe o sítio das *Gaiosas* no lado em que o termo do antigo *Outeiro de Muas* confinava com o de Paçó.

Embora haja aparecido em casa particular, não se pode pôr em dúvida a autenticidade do mencionado foral, porque tanto nele como no de *Pallaçoylo de Monte de carvalhaes*, concedido quatro dias depois e publicado na página 72.^a e 73.^a do tomo III das *Memórias* citadas como extraído do *Tombo do Mosteiro de Castro de Avelãs*, intervieram: como comissário do arcebispo

de Braga, Rodrigo Fernandes, reitor de Castro Roupal; como tabelião de Bragança, João Arnaldo; e como concessor no de *Outeiro*, Frei Frutuoso, abade do Castro de Avelãs juntamente com o convento do mesmo mosteiro, e no de *Pallaço* «o abade e o convento e Rodrigo Fernandes de Castro Roupal, como comissário, não vindo aqui expresso o nome do abade ou porque isso se fizesse às vezes, ou porque Frei Frutuoso já fosse muito velho. Na verdade, tendo concedido em 1227 os forais de Vale Prados e de Milhão, havia já, pelo menos, 43 anos que era abade do Castro de Avelãs.

Além disto no verso do pergaminho do foral do Outeiro, atrás transcrito, existe o número de ordem 23—Castro Roupal—que lhe cabia no arquivo do mosteiro do Castro de Avelãs e por baixo mão desconhecida escreveu há séculos: «*Andam sonegados*», mostrando a frase não só a sua antiguidade por causa do «*sonegados*» (no Index do 1.º tomo da legislação de D. José — na palavra *Aberturas* — encontra-se já *sonegadas*), mas também que os documentos sonegados, isto é, que andavam fora do seu arquivo, eram vários e realmente com aquele foral foram encontrados — na casa dos Vargas que antes pertencera, como fica dito, aos Veigas Cabrais — além de documentos a estes pertencentes, o foral de Grandais e outros pergaminhos pertencentes àquele convento.

*

O aparecimento de *Outer de Moas* ou *Moás* nuns documentos, de *Outer de Asnal* noutro e de *Outer de Muas* no existente na Torre do Tombo levou-me a admitir a hipótese de *Outer* provir do *alter* latino; mas o foral deste Outeiro em que aparece *Outeiro* repetido — e nunca *Outer* — veio a comprovar que não existiu povoação chamada *Outer de Moas* ou *Moás*; mas, sim, *Outeiro de Muas*. E também não existiu nem *Outer de Asnal* nem *Outer de Miranda*, como consta da página 88.^a do tomo III das «*Memórias Arch. — His. do Distrito de Bragança*». Existiu *Outeiro de Asnas* que depois se chamou *Outeiro de Miranda* e hoje simplesmente *Outeiro*.

Só por erro de copista e por se não tomar o *Outer* como abreviatura que era de *Outeiro*, se pode explicar que uma povoação — que é chamada no seu foral *Outeiro* — passe vinte anos depois a chamar-se *Outer* nos documentos da sua troca, em que se diz ser ela «a aldeia que chamam *Outer de Moás*, jaz a pee do *Outeiro de Miranda*, como parte com *Ulgosello* e com *Paaço* e com *Paredina*». Até o «do» que precede *Outeiro de Miranda* deixa ver que se trata de *outro Outeiro*, cuja delimitação mostra que o seu termo ia desde o termo de Paçó até ao de Ulgoselo, hoje Argoselo, isto é, compreendia o terreno que fica na margem esquerda do Sabor desde a ponte de Parada até ao ribeiro de S. Bartolomeu de Argoselo. E este terreno é formado de sucessivas elevações e alternadas depressões—o que está de harmonia com os «montes por romper» a que se refere o foral. E entre os 21 chefes de família que povoavam o novo Outeiro e constam do seu foral, contam-se «*Joham fernandi*» e sua mulher «*marine fernandi*», e no documento da troca do *Outeiro de Muas* o convento do Castro de Avelãs «retem para si a Igreja com saas dízi-mos e o casal, em que hora mora Lopo Fernandes com sas casas e com sas terras». E este Lopo Fernandes pertencia certamente àquela família.

Provado como foi constituído o termo de Outeiro de Muas, provado fica que, enquanto ele viveu, o terreno do Outeiro de Miranda não chegava ao rio Sabor, cuja margem esquerda pertencia — desde Milhão até Carção — ao convento do Castro de Avelãs. Só depois de construída sobre o Sabor a chamada ponte de Parada — que a Câmara de Bragança resolveu construir como se vê da sua sessão de 15 de Junho de 1556 — é que o termo do Outeiro de Miranda chegou a este rio.

É que sendo este Outeiro, pelo seu castelo e julgado, povoação mais importante do que Parada — que também pertencia àquela convento — se assim não fora, aquela ponte deveria chamar-se de Outeiro que não de Parada. E tudo isto deixa ver que em 1556 existia ainda Outeiro de Muas, cujo desaparecimento calculei se desse entre o ano de 1530 e 1691 na pág. 90.^a de «*O meu Apelido e a minha Terra*». É que da demarcação do termo da vila de Outeiro, feita no dia 14 de Dezembro

de 1691, se vê que este já atingia então o rio Sabor desde a ponte de Parada até ao poço do Pélago Negro, onde desagua o rigueiro de S. Bartolomeu de Argoselo.

Resta explicar por que no seu foral o *Outeiro* do Convento do Castro de Avelãs é designado somente por *Outeiro* e na sua troca, feita pouco depois, por *Outeiro de Muas*. É que aquele convento, concedendo foral a um *Outeiro seu*, este não podia confundir-se com o *Outeiro de Miranda*; mas, quando o trocou, precisava de o diferenciar do outro — que lhe ficava ao pé — e por isso lhe chamou *Outeiro de Muas*, como ao outro se chamara, ou se chamava ainda, *Outeiro de Asnas*.

Vejam agora como o termo do Outeiro de Miranda chegou ao rio Maçãs:

A confrontação-norte de *Ulgosello* em 1187 era com Outeiro «*pela Estante e dy pelo lombo da Sovereira e dy à Sovereira Curva, e dy a Pedra Tallada e da outra parte à Fonte delgosello e dy a Freixiosa e dy a Val Covo a proo, como colhe a agoa e dy a Saabor*»:

Em 1691 a demarcação do então já chamado Argoselo «*começa no rio Sabor, no ribeiro de São Bartolomeu aonde sai a agua e de hi ribeiro assima por de tras da Igreja do dito sancto a freixiosa aonde esta hum marco e da hi a purtella do estante e da hi aonde chamam a quinta aonde esta hua crux na estrada em hua fraga e da hi direito ao rio Massãas, ao porto da ferradosa, e da hi rio abaixo ao porto de penha atainha*», devendo ficar o primeiro, como o indica o daí *direito ao rio Maçãs*, no sítio hoje chamado «Pelo Bezerro» de onde se passa para o sítio do termo de Pinelo, chamado «Ferradosa», e o segundo no encontro dos termos de Argoselo e Carção: e a confrontação de Outeiro é a mesma, mas apresentada em sentido inverso. E de aqui se conclui:

1.º, que a igreja ou ermida de S. Bartolomeu de Argoselo não existia ainda em 1187, existindo porém antes de 1691, ano em que já se lhe faz referência;

2.º, que o limite-norte do termo de *Ulgosello* em 1187 não era inteiramente o mesmo do do Argoselo de 1691, pois que primeiramente ia da Estante à Pedra Talada — que deve ser a

fraga com uma cruz — e, depois, ao porto da Ferradosa sobre o Maçãs;

3.º, que o limite-sul do termo do então ainda chamado *Outeiro de Asnas* chegava em 1187 para poente sòmente à Estante e para nascente à Pedra Talada — um terço talvez do seu termo actual — :

4.º, que não havendo na confrontação do termo de *Ulgoselo* referência expressa ao rio Maçãs (embora a sua delimitação em 1187 com Carzon terminasse na «*augeira do Avelaal*» — palavra que tem a forma «*Avelanal*» na margem oposta daquele rio, no termo de Pinelo), havendo-a porém na do termo de Pinelo — que lhe fica fronteiro — quanto ao seu limite com *Paradina* e *Carzon*: mas não com *Ulgoselo* nem com *Outeiro*, tem de se concluir que o termo destes não chegava ainda ao porto da Ferradosa no Maçãs;

5.º, que o termo do *Outeiro de Miranda* — assim chamado, segundo se diz no seu foral, «*depois que do termo de miranda foi tirada certa parte para a darem por termo ao dito castelo*» — parte que só podia ser a que ficava entre o primitivo termo desta aldeia e o rio Maçãs e que lhe foi aforada antes de 14 de Agosto de 1290, em que se fez a troca do Outeiro de Muas —, chegando só depois disto a este rio, como só chegou ao rio Sabor depois da morte deste Outeiro;

6.º, que, finalmente, attribuindo-se a El-rei D. Dinis a edificação ou reedificação do castelo de Outeiro por motivos de defesa fronteiriça, bem pode ter coincido esta com o documento de 1 de Abril de 1319, por virtude do qual aquele monarca determinou por iguais motivos o regresso à posse da vila de Miranda das aldeias de Pinelo, Argoselo e Santulhão.

*

Aproveito a ocasião para corrigir afirmações inexactas sobre Outeiro, do qual na página 358 do 6.º vol do «*Portugal Antigo e Moderno*» — publicado em 1875 — se diz: «O nome desta vila lhe provém da sua posição, pois está situada no alto

de um monte». Na verdade, em 1875 Outeiro já não era vila, pois deixara de o ser com a supressão do seu concelho em 1853, e também já não estava situado «no alto de um monte», melhor, de um outeiro. Lá deve ter começado há séculos a sua existência.

E da página 244.^a de «*As Terras de Entre Sabor e Douro*» de José Manuel Martins Pereira, publicação de 1908, também consta: «Esta vila, que chegou a ter bastante importância, foi fundada por D. Dinis no ano de 1282 ou pouco depois. No reinado de D. Afonso 3.^o existia apenas, na planície, no sopé da actual vila, a freguesia de Quintanilha. Mas quando a Rainha Santa Isabel se desposou com D. Dinis e veio para Portugal, entrou aqui na fronteira, em Julho de 1282. Foi nessa ocasião que D. Dinis resolveu edificar um castelo no monte sobranceiro a Quintanilha» ... «Construiu-se a fortaleza no alto do Outeiro, e começou logo a fundação da vila no lugar actual cujo nome lhe provém de a fortaleza coroar o outeiro e com este mesmo nome começou a sua fundação».

Ora Outeiro, como se viu pela sua confrontação com Ulgo-selo, já existia em 1187, isto é, muito antes do reinado de D. Dinis que, por isso, não podia ser o seu fundador, e no seu foral de 11 de Novembro de 1514 ainda ele é chamado aldeia ... E Quintanilha não está situada nem em planície nem no sopé do Castelo de Outeiro: fica na margem do rio Maças, a 9 ou 10 quilómetros de Outeiro, existindo entre uma e outra as povoações de Paradinha e Paçó — que também não estão no sopé daquele Castelo!

*

Vejamos agora como se nos apresentam os dois *Outeiros*, à face dos elementos encontrados.

Incipit Parochia de Sancta Maria de Outeiro. Joannes Fernandi, capellanus eiusdem Ecclesiae, iuratus et interrogatus de iure patronatus, dixit quod nil ibi habet Dominus Rex: interrogatus cuius est, dixit quod scit quod villa et Ecclesia sunt de monasterio de Castro Avelanarum. Joannes Menendi, de Outeiro,

iuratus et interrogatus, dixit sicut Joannes Fernandi Capellanus. Petrus Martini, de Outeiro, iuratus et interrogatus, dixit sicut Joannes Fernandi Capellanus.

A qual dos dois Outeiros diz respeito esta transcrição constante da página 104.^a do «Castro de Avellãs», separata de «O Instituto»?

Refere-se ela à «paróquia de Santa Maria de Outeiro» e da página 466.^a do tomo 1.^o da *Corografia Portuguesa* de Carvalho da Costa, censurada em Janeiro de 1701, bem como dos respectivos livros do registo paroquial anteriores e posteriores consta que o *Outeiro de Miranda* «tem uma igreja paroquial dedicada a «N. Senhora da Assunção». Ora sendo diferentes os oragos, diferentes têm de ser as respectivas igrejas e povoações.

No Documento n.^o 9, publicado a partir da página 36.^a do livro citado «Castro de Avelãs», inclui-se na lista das igrejas pertencentes a este mosteiro a «*Sanctae Mariae do Rivo-frigido et ius capellarum, scilicet Sancti Laurentii de Milhão et Sanctae Mariae de Outeiro*», constando dele que os representantes do mosteiro do Castro de Avelãs apresentaram uma carta do arcebispo de Braga, em virtude da qual havia quarenta anos que o seu mosteiro recebia os dízimos daquelas igrejas.

Santa Maria de Outeiro existia, pois, antes de 1247 e era em 5 de Dezembro de 1287 uma capela de Riofrio e como tal tinha de pertencer ao convento do Castro como pertencia Riofrio. E a comprovar isto lá aparece a depor na inquirição atrás transcrita o capelão da igreja de *Santa Maria de Outeiro*, *Joannes Fernandi*, afirmando que «a povoação e a igreja pertenciam ao mosteiro de Castro de Avelãs». E o seu depoimento confirmam-no as testemunhas *Joannes Menendi* e *Petrus Martini*, ambos daquele *Outeiro* — os quais constam como chefes de família do Foral concedido à sua terra em 4 de Janeiro de 1270 pelo mosteiro do Castro de Avelãs.

Ora o *Outeiro de Miranda*, como o deixa ver a sua designação e no seu foral se afirma, pertencia a Miranda que não ao convento do Castro. E tanto assim é que o foral lhe foi dado em 11 de Novembro de 1514 por D. Manuel e não por este convento, como o teria sido se lhe pertencesse.

Dos bens pertencentes ao Mosteiro do Castro de Avelãs em 1501 consta um Outeiro, ocupando lugar junto de Riofrio de que era «Capela», a *Santa Maria de Outeiro*, como se lê na página 23.^a do *Castro de Avelãs* citado. E na página 47.^a e seguintes deste livro vem uma carta, de 1 de Abril de 1319, pela qual Dom Dinis transferiu da posse do Castro de Avelãs para a de Miranda as aldeias de Pinelo, Argoselo e Santulhão que não constam da relação daqueles bens. Ora se estas aldeias — que estiveram durante 132 anos na posse daquele convento — não constam dos seus bens, muito menos podia constar o *Outeiro de Miranda* que não consta lhe pertencesse em tempo algum. Logo aquele Outeiro só pode ser o Outeiro de Muas que ficava «ao pé do de Miranda», como se diz no documento da sua troca, e para o lado de Paçó e Riofrio acrescentarei eu. É que o Cabeço da Mua pertence ainda hoje — em parte — ao termo de Paçó, com o qual confinam as *Gaiosas* e o restante termo daquele Outeiro que continuava a viver ainda em 22 de Maio de 1563, como se vê desta parte do acórdão do Cabido da Sé de Miranda celebrado nesta data: «*que arrendassem as rendas de Outeiro, Paçoo e Paradinha e Riofrio e suas anexas*». Ora, as anexas de Riofrio só podiam ser as «*capelas de S. Lourenço de Milhão e de Santa Maria de Outeiro*». Esta morreu, pois, entre 22 de Maio de 1563 e 14 de Dezembro de 1691 em que, fazendo-se a demarcação do termo da vila de Outeiro, foi nele já incorporado o seu termo.

Localizada, à face de documentos, a sede do *Outeiro de Muas* no norte do seu termo, que só no ano de 1270, como se deduz do seu foral, atingiu o de *Ulgoselo*, não podia a capela de S. Bartolomeu que lhe ficava a sul, a grande distância, fora do seu termo, e que ainda não existia quando aquele *Outeiro* já possuía igreja matriz própria, ser — como erradamente se publicou — a sua igreja matriz, embora o tivesse podido ser de outra povoação também desaparecida. E assim ficam rectificadas afirmações a que me levaram erros alheios. E lógico é também afirmar que aquele passo das *Inquirições* respeita ao *Outeiro de Muas* e não ao *Outeiro de Miranda* que, como vai ver-se, teve várias designações.

Pela carta de 28 de Junho de 1449 D. Afonso V doou ao Duque de Bragança a «*villa de Bragança com seu Castello, o Castello douteiro de Miranda e Nozellos* com todos os seus termos e rendas e padroados e direitos novos e antigos» e no foral de Outeiro afirma-se: «*Foi primeiramente pruposto nome douteiro dasnas ao lugar que se ora chama outeiro de miranda depois que do termo de miranda foi tirada certa parte para o darem por termo ao dito castello... o qual foi dado de foro pãra sempre aos povoadores da dicta aldea e aos sobcessores o dicto lugar do outeiro dasnas*» e ainda: «*Além do qual foro tem mais de Renda o dicto Castello hũa Aldea que chamam de veigas*», págs. 173.^a, 279.^a e 280.^a do Tomo III das «*Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*».

Pelo primeiro documento vê-se que foi doada *Bragança com o seu Castelo* e o *Castelo do Outeiro de Miranda* — que não o *Outeiro de Miranda com o seu Castelo* — e, no foral, *Castelo* não é tomado no sentido mais usual da palavra, mas como nome de povoação, visto que lhe foi aforada como termo parte do termo de Miranda para ser usufruída pelos seus povoadores e sucessores e tinha, além de outro foro, a renda da aldeia das Veigas — coisas estas só próprias de povoações que não de Castelo tomado no sentido militar. E de tudo isto conclui-se: Outeiro chamou-se primeiramente *Outeiro de Asnas ou de Asnal* por estar assente num elevado outeiro—local próprio para a defesa das feras e de outros agressores—e, possivelmente, por o transporte de pessoas e coisas através da sua grande subida ser feita por asnas: depois *Outeiro de Miranda* — *Castelo do Outeiro de Miranda* e simplesmente *Castelo*, como agora se chama só *Outeiro*.



Santo Cristo de Outeiro. Antecedeu-o a *Ermida da Santa Cruz*, a que se refere este «*Acento que se tomou sobre o concen-timento que se deu aos Mordomos da Confraria que de novo se quer erigir na Ermida da Santa Cruz da Vila de Outeiro.*»

Aos trinta dias do mês de Maio de 1698 em Cabbido pleno a som de campha tangida, ahi por aprovação de todos nemine dis-

crepante se defirio a hũa peticao dos ditos mordomos e se lhe concedeu q.º pudesem propor hum capellao p.º servir na dita confraria e p.º tal seria aceito por nos e serviria por apresentação nossa tendo o tal capellao todos os requesitos que fosse necessarios p.º bem exercer as suas obrigações, e q.º tal apresentação seria sem o menor detrimento dos direitos parochiais».

Disto se vê que o Cabido da Sé de Miranda em 30 de Maio de 1698 não só deferiu o pedido para a renovação da antiga confraria da Ermida da Santa Cruz, mas concedeu ainda que fosse proposto um capelão para servir na nova confraria. E no dia 17 de Agosto de 1705 baptisou uma criança, no impedimento do respectivo cura, o P.º Francisco Martins, *capelão do Santo Cristo*, seguindo-se outros que serviram de padrinhos. Ora sendo estes capelães da nova confraria, esta só podia ser a do Santo Cristo de Outeiro que ainda existe hoje e cuja erecção foi autorizada em 30 de Maio de 1698. E também está documentalmente provado que já em 6 de Setembro de 1700 nela se exercia o culto, celebrando-se então lá um casamento e chamando-lhe «*Igreja do Divino Santo Cristo de Outeiro*» e «*Capela do Santo Cristo*» noutra celebrado no dia 15 de Dezembro de 1701.

Com isto—que é incontestável—parece à primeira vista não se poder harmonizar este passo da página 47.ª do tomo X das «*Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*»: «*Numa coluna dos alpendres há uma inscrição que diz ter-se começado a capela do Santo Cristo em 1698*». E a inscrição, que foi publicada na página 346.ª do tomo VI da mesma obra, diz: «*E no ano de 1698 teve principio esta Capella*».

Na verdade, tão sumptuoso e artístico templo—enorme mole de granito — que lhe ficava distante e tinha de ser carregado por maus caminhos e atravessar o rio Maçãs não podia ser totalmente feito apenas em dois anos; mas como não é lícito pôr em dúvida a veracidade das inscrições e a do registo paroquial, tem de se admitir que na Capela do Santo Cristo de Outeiro começou a exercer-se o culto antes de ela estar completamente construída. E por baixo dos seus dois púlpitos acha-se escrito — 1732 — o que mostra que estes devem ter sido concluídos neste ano. E a confirmar que a confraria do Santo Cristo é a continuação

da da antiga Ermida da Santa Cruz, lá continua toda a gente a chamar à sua festa, que se realiza no dia 3 de Maio, não a festa do Santo Cristo; mas, sim, a *festa da Santa Cruz!*

E quando seria construída a capelinha — que ainda existe — da Ermida da Santa Cruz e que, segundo uma inscrição sua, foi reedificada no ano de 1755? Certamente o foi, como o seu nome o indica, quando o seu local era ainda um ermo e o Outeiro de Asnas ou estava situado ainda nas cercanias do seu Castelo ou, chamndo-se Outeiro de Miranda, se assentava já no sítio hoje chamado *Bairro* da sua vetusta *Igreja* matriz.

Debruçado sobre a bacia da margem direita do rio Maçãs, que separa pouco antes Portugal da Espanha, o Outeiro actual tem fronteira e a pequena distância elevada porção de terreno cultivável e facilmente adaptável à defesa militar. É o chamado ainda hoje Castelo de Outeiro que tanta importância teve desde longínquos tempos, sendo de admitir que essa importância lhe venha já das remotas e prolongadas lutas entre lusitanos e romanos e das havidas depois entre os peninsulares e os bárbaros do norte e os árabes vindos da África. E a sua importância militar aumentou com as lutas que tivemos de sustentar com leoneses, castelhanos e espanhóis.

Pela troca de Santulhão, Ulgoselo e Pinelo pela herdade de Benquerença, feita em 1187, e pela de Outeiro de Muas, feita em 1290, ficou Outeiro de Miranda no meio de aldeias e terrenos pertencentes ao mosteiro do Castro de Avelãs. É que a sudeste ficava-lhe *Pinello*; a sul e sudoeste *Ulgoselo*; a norte e a noroeste *Paradina*, *Paçó* e *Riofrio do Monte*.

Na verdade pelo foral de 8 de Fevereiro de 1299 «*dom frey payo abade do mosteiro de Crasto dabellaes e frey Affonso prioll e convento desse mosteiro e lugar derom e outorgarom a todollos povoradores que som e que adem vir e a toda a sua geraçom a sua villa de rio frio de monte com seus termos asy como os ora ellos am que façam emde sesenta casaes e que lhe dem emde de cada cassall vinte e oito soldos de portugueses e senhas oytabas de trigo nas eyras cada hum ano os meos dos dynheiros por a festa de sam martyngo e os meos pola festa da pascoa*» «*Item daram ao dito mosteiro a dezima asy como foy usado atee aqui*» ... «*diogno martis e diogno afonso*

e jeronimo paes e diogno paes e gray migueir moradores em rio frio por sy e por todolos outros homes de rio frio cujos procuradores som» ... «testemunhas que presentes foram fernan lopes jeronimo fernandes ditos de bragança e diogo joannes abade de rio frio». (Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança, tomo III, págs. 64 e 65).

Mostram estas transcrições que, ao expirar o século XIII, Riofrio devia constituir sessenta casais; que a sua população e a sua importância eram já tão consideráveis, que constituía uma abadia, tinha anexas e que, devendo continuar a pagar a décima ao mosteiro do Castro como fora usado até então, vinha já de longe a sua origem. E os territórios pertencentes ao mosteiro do Castro de Avelãs estendiam-se desde o termo de Milhão pela margem esquerda do Sabor até ao termo de Carção. E neles, a seguir, se fundou *pallacoylo do monte de carvalhaes*, até então simples herdade, sendo-lhe concedido foral em 8 de Janeiro de 1270 que lhe estabeleceu o limite de trinta casais, metade dos estabelecidos anos depois para *rio frio do monte* (pág. 72.^a do tomo citado). E a seguir ao termo de *Pallacoylo do Monte de Carvalhaes* constituiu-se o *Outeiro de Muas*.

Deve ter contribuído para o aumento da população de Outeiro de Miranda a indispensável guarnição militar do seu Castelo e o seu desenvolvimento agrícola, testemunhado pela constituição de cem casais por que se pagaria o foro, quer fossem mais quer fossem menos, como se diz no seu foral. E deve ter sido por essa época que a povoação de Outeiro começou a alargar-se pelo vale que fica a noroeste do Castelo e a formar bairros isolados e dirigidos para os lados da depressão em que mora grande parte dos seus habitantes, aproximando-se e apropriando-se assim do termo e local em que viveu o desaparecido *Outeiro de Muas*.

A par da importância militar de praça fronteiriça aumentava a importância administrativa de Outeiro, cujos moradores, no meado do século XIV, pediam a El-rei «*que mandasse cercar e fazer bila cercada no logo douteiro*». Ouvidos os procuradores de Outeiro e das vilas de Bragança e Miranda, pelo corregedor das justiças foi indeferido o pedido e da sentença não houve apela-

ção nem agravo (páginas 128.^a e 129.^a do tomo III das *M. A. do D. de B.*). Num documento de Dezembro de 1439 diz-se «o julgado douteiro que he comarção» e noutro de Agosto de 1452: «*A vos, Juizes da minha billa de bragança e douteiro*» (tomo citado, páginas 161.^a e 89.^a). Outeiro já era, pois, no século XV vila e sede de julgado e como tal não podia deixar de ter influência sobre as aldeias circunvizinhas. E essa influência deve ter-lha aumentado a anexação do mosteiro do Castro de Avelãs com as suas rendas ao Bispo e Cabido da Sé de Miranda, efectivada em 19 de Junho de 1546. É que desta maneira as aldeias de *Ulgosello, Outeiro de Muas, Paradina, Paçoo, Riofrio do Monte, Vale de Prados e Milhão*, que haviam pertencido ao convento do Castro, passavam para a posse do Bispo e Cabido da Sé de Miranda, a que pertencia *Outeiro de Miranda*.

E assim terminariam rivalidades e más-vontades, porventura existentes. E assim se estreitariam mais as relações entre a sede do julgado e as aldeias suas administradas. E o certo é que ainda hoje se diz: *Paradinha de Outeiro, Paçó de Outeiro e Riofrio de Outeiro*.

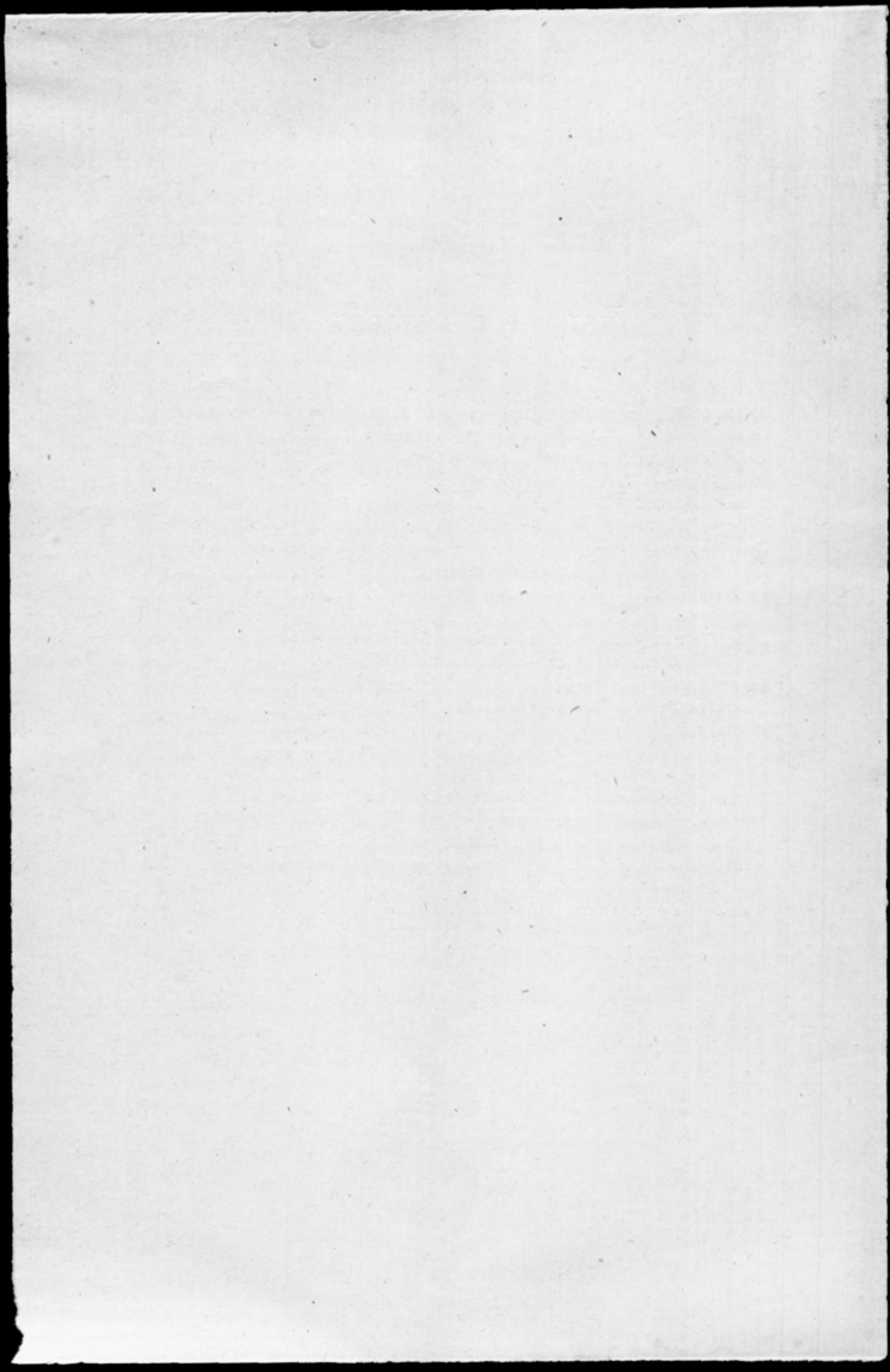
Com a morte do *Outeiro de Muas* viu aumentada a sua população e o seu termo o Outeiro que continuava a ser praça de guerra, julgado e vila, e foi depois concelho, até que, extinto este e desvalorizada aquela — cujas ruínas ainda hoje testemunham a sua antiga grandeza — decaiu como decaíra Miranda do Douro e como, infelizmente, desgraçadamente, está decaindo Bragança, cujos naturais ou desnaturais que na ocasião a governavam, melhor, impassíveis a desgovernaram, lhe deixaram perder: militarmente, o 6.^o grupo de metralhadoras, os regimentos de infantaria 10 e 30, o hospital militar, a banda regimental e o distrito de recrutamento e reserva e, administrativamente, pelo menos, a Junta Geral do Distrito e a direcção dos Correios, Telégrafos e Telefones e a das Obras Públicas.

(*Continua*)

ADRIÃO MARTINS AMADO

ÍNDICE POR AUTORES

	Págs.
ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO — <i>António A. Gonçalves</i>	1
COSTA RODRIGUES — <i>Mestre Gonçalves de Coimbra</i>	5
BELISÁRIO PIMENTA — <i>António Augusto Gonçalves</i>	24
COSTA MOTA — <i>Um apóstolo da Arte</i>	35
FAUSTO GONÇALVES — <i>O Professor António Augusto Gonçalves</i> .	38
MANUEL MONTEIRO — <i>O antigo museu do Instituto</i>	43
JOÃO COUTO — <i>O Professor António Augusto Gonçalves, funda-</i> <i>dor do Museu de Machado de Castro</i>	49
OCTAVIANO SÁ — <i>Mestre Gonçalves e a Escola Livre das Artes</i> <i>do Desenho</i>	60
JOÃO GASPAR SIMÕES — <i>António Augusto Gonçalves, romancista</i>	65
A. G. DA ROCHA MADAHIL — <i>Tentativa de bibliografia de Mes-</i> <i>tre António Augusto Gonçalves</i>	73
DR. M. DE JONG — <i>Platão e a saudade</i>	103
L. SILVA CARVALHO — <i>Nota sobre algumas modificações precon-</i> <i>izadas à técnica de J. Régnier de avaliação do poder anes-</i> <i>tesiante local</i>	107
ALFREDO DE CARVALHO — <i>O Distrito de Leiria nos descobrimen-</i> <i>tos e conquistas de além-mar</i>	123
JOSÉ JÚLIO RODRIGUES — <i>No Brasil de outrora</i>	160
AUGUSTO D'ESAGUY — <i>A page from the portuguese history of</i> <i>medicine</i>	195
ADRIÃO MARTINS AMADO — <i>Durante o ostracismo</i>	220



ÍNDICE POR ARTIGOS

	Págs.
<i>Antigo (o) museu do Instituto</i> , por MANUEL MONTEIRO	43
<i>António A. Gonçalves</i> , por ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO	1
<i>António Augusto Gonçalves</i> , por BELISÁRIO PIMENTA	24
<i>António Augusto Gonçalves, romancista</i> , por JOÃO GASPAR SIMÕES	65
<i>Apóstolo (um) da Arte</i> , por COSTA MOTA	35
<i>Distrito (o) de Leiria nos descobrimentos e conquistas de além- -mar</i> , por ALFREDO DE CARVALHO	123
<i>Durante o ostracismo</i> , por ADRIÃO MARTINS AMADO	220
<i>Mestre Gonçalves de Coimbra</i> , por COSTA RODRIGUES	5
<i>Mestre Gonçalves e a Escola Livre das Artes do Desenho</i> , por OCTAVIANO SÁ	60
<i>No Brasil de outrora</i> , por JOSÉ JÚLIO RODRIGUES	160
<i>Nota sobre algumas modificações preconizadas à técnica de J. Régnier de avaliação do poder anestésico local</i> , por L. SILVA CARVALHO	107
<i>Page (a) from the portuguese history of medicine</i> , por AUGUSTO D'ESAGUY	195
<i>Platão e a saudade</i> , por DR. M. DE JONG	103
<i>Professor (o) António Augusto Gonçalves</i> , por FAUSTO GONÇALVES	38
<i>Professor (o) António Augusto Gonçalves, fundador do Museu de Machado de Castro</i> , por JOÃO COUTO	49
<i>Tentativa de bibliografia de Mestre António Augusto Gonçalves</i> , por A. G. DA ROCHA MADAHIL	73

